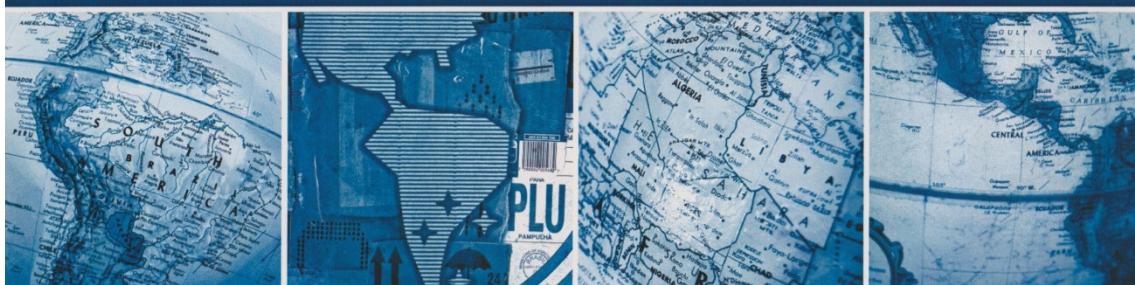


SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



CADERNO TEMÁTICO

**A EMERGÊNCIA DA CHINA E SUAS RELAÇÕES COM
A AMÉRICA LATINA E ÁFRICA**

CENTRO DE ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
OBSERVATÓRIO DE FENÔMENOS TRANSNACIONAIS NAS AMÉRICAS
(CERI-OFTA)

FACULDADES DE CAMPINAS
Em parceria com
EMBRAPA MONITORAMENTO POR SATÉLITE
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (GSI-PR)
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS



Embrapa
Monitoramento por Satélite



ABRIL DE 2011



A EMERGÊNCIA DA CHINA E SUAS RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA E ÁFRICA

Coordenação Geral do CERI-FACAMP

Professor Licio da Costa Raimundo

Coordenação das Pesquisas do Caderno Temático

Professor Licio da Costa Raimundo

Professor Cesar Augusto Lambert de Azevedo

Coordenação Geral do CERI-OFA

Professor Alcides Eduardo Reis Peron

Professora Érika Laurinda Amusquivar

Professora Patrícia Nogueira Rinaldi

Thiago Mendes Borges

Pesquisadores CERI-OFTA

Estagiárias da EMBRAPA:

Aliádne de Paula Damázio Leite,

Gabriela Fernandes Feliciano Murua e

Marcela Laurito Lopes Gagliardi.

Estagiários da FACAMP:

Carlos Andre Dicencia Amos e

Rafael Gonçalves de Lima.

Pesquisa elaborada através da parceira institucional do Centro de Estudos de Relações Internacionais (CERI) das Faculdades de Campinas (FACAMP) com a EMBRAPA – Monitoramento por Satélite e com a Secretaria de Acompanhamentos e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SAEI-GSI/PR).



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Ficha Catalográfica
Elaborada pela Biblioteca da Facamp

A emergência da China e suas relações com América Latina e África / coordenação de Lício da Costa Raimundo e César Augusto Lambert de Azevedo. – Campinas: [s.n.], 2011.

293f.

Inclui Bibliografia

1. China – Relações internacionais – América Latina. 2. China Relações internacionais - África. 3. Política externa - China. I. Raimundo, Lício da Costa. II. Azevedo, César Augusto Lambert de. III. Centro de Estudos de Relações Internacionais. IV. Observatório de Fenômenos Transnacionais nas Américas. V. Título.

CDD: 327.0951



AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer o esforço e dedicação dos pesquisadores envolvidos na elaboração desse caderno especial intitulado “A emergência da China e suas relações com América Latina e África” do Centro de Estudos de Relações Internacionais (CERI) das Faculdades de Campinas – FACAMP: os estagiários da EMBRAPA Monitoramento por Satélite – Aliádne P. D. Leite, Gabriela F. F. Murua e Marcela L. L. Gagliardi sob a orientação do Observatório de Fenômenos Transnacionais nas Américas e os estagiários da FACAMP – Carlos A. D. Amos e Rafael G. Lima sob orientação direta do prof. Cesar Augusto Lambert de Azevedo. Nossas congratulações por realizarem uma pesquisa árdua e intensa ao longo deste ano cujo resultado se desdobrou na apresentação dos temas no Seminário “América Latina: Temas da Agenda do Século XXI”.

Por mais um ano consecutivo, há uma enorme satisfação em mantermos a parceria com a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SAEI-GSI-PR) de forma profícua que, nos concedeu uma oportunidade de analisarmos minuciosamente as relações entre os atores de maior emergência no cenário internacional atual – China, América Latina e África, análise essa que possibilitou a criação desse caderno especial. Mais uma vez, somos gratos à Sra. Paula Lima, ao Secretário José Alberto Cunha Couto e ao Secretário-Adjunto Ministro José Antônio de Castello Branco de Macedo Soares. Nosso agradecimento especial também ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército Jorge Armando Felix por dar início às reflexões sobre os temas abordados neste trabalho.

Agradecemos também especialmente à Embrapa Monitoramento por Satélite, nas figuras do Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, do Sr. Claudio Spadotto, e do diretor geral Mateus Batistella pelas sugestões e contribuições quanto ao nosso tema de pesquisa, quanto pelo apoio ao longo desses dois anos consequentes.

Gostaríamos de fazer um agradecimento especial aos professores da FACAMP – sobretudo ao prof. Dr. Cesar Augusto Lambert de Azevedo, também autor desse artigo, – que tanto nos apoiaram quanto contribuíram direta e indiretamente para nossa visão crítica que nos possibilitou entendermos a nova dinâmica dos atores na conjuntura atual.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Agradecemos enormemente às Faculdades de Campinas (FACAMP) pela constante dedicação que nos foi conferida, pelo apoio institucional às pesquisas, e, sobretudo, pela instrução bem fundamentada que nos incitou à investigação e ao pensamento crítico. Agradecemos em especial ao nosso coordenador, Professor Lício da Costa Raimundo, à direção da FACAMP, nas figuras dos Professores João Manuel Cardoso de Mello, Liana Aureliano e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

Coordenação de pesquisa:

Prof. Lício da Costa Raimundo,
Prof. Cesar Augusto Lambert de Azevedo

Equipe CERI- OFTA:

Alcides Eduardo dos Reis Peron
Érika Laurinda Amusquivar
Patrícia Nogueira Rinaldi
Thiago Mendes Borges

Pesquisadores:

Estagiárias da EMBRAPA:
Aliádne de Paula Damázio Leite,
Gabriela Fernandes Feliciano Murua e
Marcela Laurito Lopes Gagliardi.

Estagiários da FACAMP:

Carlos Andre Dicencia Amos e
Rafael Gonçalves de Lima.



SUMÁRIO GERAL

PREFÁCIO

<i>Balanços e Perspectivas para a América Latina no Século XXI</i>	7
--	---

TEMA 1: ESTUDO GERAL

<i>Relações da República Federativa do Brasil com a República Popular da China</i>	10
--	----

TEMA 2: ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A AMÉRICA LATINA

<i>O modelo chinês de desenvolvimento e a inserção internacional dos países latino-americanos</i>	33
---	----

TEMA 3: ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ÁFRICA

<i>O modelo chinês de desenvolvimento e a inserção internacional dos países africanos</i>	135
---	-----



PREFÁCIO: BALANÇOS E PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

Alcides Eduardo Reis Peron¹

Érika Laurinda Amusquivar²

Patrícia Nogueira Rinaldi³

Coordenadores CERI-OFTA

A primeira década do século XXI significou um período de intensas transformações e desafios para os países para a América Latina, historicamente marcados pela problemática do desenvolvimento econômico e social e pela tentativa de uma maior inserção internacional. Assim, depois de ter passado a última década do século XX como o laboratório das experiências neoliberais, a América Latina tomou rumos muito particulares. O objetivo desse trabalho é, pois, o de realizar um balanço desse primeiro decênio com o objetivo de apontar quais serão os principais determinantes e problemas que a América Latina e, sobretudo o Brasil, enfrentarão na busca por um maior desenvolvimento e inserção internacional na segunda década do século XXI que se anuncia.

Em um primeiro aspecto, a América Latina – e mais particularmente a América do Sul – vivenciou, no início desse novo século, uma mudança em sua situação política no que se refere à vitória de vários partidos e coalizões políticas de esquerda, de tendências nacionalistas, desenvolvimentistas ou socialistas. Essa mudança política, embora não tenha resultado em uma transformação das políticas macroeconômicas ortodoxas, indicou, por outro lado, uma mudança político-ideológica, particularmente no que se refere à orientação das políticas externas dos governos da região, pautada principalmente na crítica dos modelos liberais, no diálogo entre os países latino-americanos e na retomada de uma autonomia política e econômica que promova o desenvolvimento da América Latina.

Outra característica dessa mudança política foi a tentativa de retomar a capacidade de conduzir o próprio desenvolvimento econômico e determinar a sua inserção internacional por meio da nacionalização e estatização dos recursos naturais e energéticos, especialmente do petróleo e do

¹ Alcides Eduardo dos Reis Peron é Mestrando em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e Professor do Curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas e Coordenador do CERI-OFTA/FACAMP.

² Érika Laurinda Amusquivar é Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, Professora do Curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas e Coordenadora do CERI-OFTA/FACAMP.

³ Patrícia Nogueira Rinaldi é Mestre em Ciência Política (com foco em Economia Política Internacional) pela UNICAMP, Professora do Curso de Relações Internacionais da FACAMP e Coordenadora do CERI-OFTA/FACAMP.



gás. Muito embora, até o presente momento, tais nacionalizações não tenham possibilitado uma real alteração da estrutura e do modelo tradicional de inserção internacional das economias latino-americanas, esse movimento tem possibilitado a manutenção de uma política externa mais assertiva por parte desses países.

Tais mudanças coincidiram com um novo ciclo expansionista da economia mundial que perdurou até o ano de 2008, o que permitiu a retomada do crescimento das economias da região. Por um lado, como contraponto ao modelo de nacionalização e estatização, a América Latina se consolidou como uma grande receptora de investimentos externos diretos e, consequentemente, como uma região propícia à expansão das empresas transnacionais, em oposição ao fortalecimento das empresas nacionais, talvez com exceção ao próprio Brasil, que aproveitou o ciclo expansivo para internacionalizar suas empresas, sobretudo na região do Mercosul.

Por outro lado, esse crescimento pujante teve a significativa contribuição da China, que se tornou uma das principais demandantes de *commodities* agrícolas e energéticas da região, puxando os preços desses produtos para cima. Isso permitiu um relativo fortalecimento da capacidade fiscal dos Estados latino-americanos e permitiram tanto a redução da fragilidade externa do continente diante da crise financeira de 2008 quanto possibilitou o financiamento de várias iniciativas regionais de integração da infraestrutura energética e de transporte. Nesse sentido, essa primeira década coloca uma nova potência capaz de determinar as trajetórias de crescimento latino-americano, que é a China.

É a partir dessa problematização que discutiremos a posição da América Latina no sistema internacional nesse novo século, a partir de suas relações com a China. Com tal objetivo, a presente pesquisa é composta de três eixos: o primeiro, acerca da estratégia internacional chinesa; o segundo, sobre as relações sino-latino-americanas; e o terceiro, sobre as relações sino-africanas.

O primeiro eixo trata-se de um preâmbulo que guiará os eixos seqüentes, destacando a particularidade da grande estratégia chinesa tanto em âmbito global quanto na América Latina e África. A partir do mapeamento das necessidades internacionais da China para a sustentação de seu crescimento – necessidades estas voltadas especialmente à garantia de gêneros agrícolas, minerais, energia e mercados – serão tratados quais são os desafios e oportunidades que a China coloca às regiões em estudo. Particularmente essa primeira parte destaca qual é a posição do Brasil diante dessas mudanças trazidas pela China.

No segundo eixo serão tratadas as relações entre China e América Latina sob duas temáticas. A primeira refere-se à política externa chinesa para a América Latina, destacando qual é o lugar designado a esta região no que se refere à concepção chinesa de ordem internacional. Já a segunda temática trata das assimetrias verificadas no padrão de comércio entre a China e a América Latina buscando compreender em que medida a China pode levar os países da região a uma especialização regressiva, que seria expressa, por um lado, na especialização de exportação latino-americana de *commodities* agrícolas e energéticas para a China, e por outro, na importação de bens industriais e tecnológicos chineses, além da competição entre as empresas chinesas e os setores industriais latino-americanos e da concorrência em terceiros mercados.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Por fim, o terceiro eixo trata das relações entre China e África, destacando a estratégia chinesa para a região em termos tanto de relações políticas quanto comerciais e de investimentos. Ademais, nesse eixo é dada ênfase no que se refere aos interesses brasileiros no continente africano, mapeando as oportunidades e desafios que o Brasil deve enfrentar em virtude da presença chinesa na região.

Esses elementos compõem as principais mudanças que marcaram o primeiro decênio do século XXI para a América Latina, e a partir deles, consideramos fundamental traçar seus desdobramentos para a próxima década, em termos das oportunidades e desafios que se recolocam para a região em termos de uma inserção internacional mais pujante e um projeto mais sólido de desenvolvimento.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SAI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

TEMA 1:

ESTUDO GERAL



A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cesar Augusto Lambert de Azevedo (csazv@terra.com.br)⁴

Sumário

A GRANDE ESTRATÉGIA CHINESA E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	11
CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	13
O desafio do provimento da segurança alimentar.....	15
Perseguindo a segurança energética.....	16
O BRASIL NA COLEÇÃO DE INTERESSES CHINESES	26
Referências Bibliográficas	31

A GRANDE ESTRATÉGIA CHINESA E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A análise das relações da República Popular da China (RPC) com a República Federativa do Brasil (Brasil) pode ser percebida a partir do exame da Grande Estratégia (GE) daquele Estado-nação, isto é, a partir da estratégia formulada em nível político. A partir dela, é possível identificar a posição do Brasil nessa estratégia do mais alto nível.

Historicamente, a GE da China⁵ replica três objetivos estratégicos inter-relacionados, como atestam Swaine e Tellis (2000):

A – Preservação da ordem interna e do bem-estar do povo, diante das diferentes formas de conflitos sociais.

⁴ Cesar Augusto Lambert de Azevedo é Doutor em Ciência Política pela USP, pós-graduado em Política e Estratégia Marítima pela Escola de Guerra Naval, pesquisador na área de política externa, professor do Curso de Relações Internacionais da FACAMP e Coordenador do Grupo de Estudos em China da FACAMP.

⁵ Será adotado o termo China quando se referir ao Estado chinês anterior à proclamação da República Popular.



B – Defesa diante das persistentes ameaças externas à soberania nacional e à integridade territorial.

C – Obtenção e manutenção da influência geopolítica da China como Estado proeminente.

O primeiro objetivo estratégico tem origem ainda no período de guerras travadas pelos chamados Reinos Combatentes⁶: a mobilização da mão-de-obra rural para a atividade militar reduzia a produção agrícola, o que contribuía para a severa e recorrente privação de alimentos para a população. É nessa época que as normas morais de Confúcio são disseminadas. No confucionismo, a família está na base das normas e a hierarquia constitui a essência dessas normas. Logo, a ordem é o elemento vital da doutrina confucionista, que é uma das ricas tradições político-filosóficas chinesas; e a harmonia – ausência de conflitos – seria a chave da convivência social. Com a vitória de um dos Reinos Combatentes sobre os demais, emergiu outra tradição político-filosófica também presente nos dias atuais: o Legismo. Esta tradição pode ser hoje traduzida nos discursos das autoridades chinesas como “império da lei”. Assim, historicamente, a ordem chinesa fundamenta-se em dois pilares: hierarquia e leis, independente do grupo político que conquiste o poder. E, assim, procura-se obter a harmonia social. A manutenção da ordem interna pelo Estado está no Artigo 28 da Constituição, de 4/12/1982, com a emenda 3, de 15/3/1999; o Artigo 52 da Lei de Defesa Nacional complementa a carta magna chinesa. O capítulo 2 da Constituição prescreve os direitos fundamentais e os deveres dos cidadãos. A preocupação com a ordem interna aparece, modernamente, em textos como os Quaotations from Chairman Mao Tse-tung (1966, p. 128), na reação de Deng Xiaoping (MEZZETTI, 2000, p. 424; MARTI, 2007, p. XVI), em Jinag Zemin (2002, p. 559) e em Xia Hewen (2008, p. 11). Os episódios ocorridos na Praça da Paz Celestial, nos dias 3 e 4 de junho de 1989 reforçam a afirmação,

O segundo objetivo estratégico é, com efeito, universal. Mas no caso chinês, esse objetivo está presente nas declarações dos acordos diplomáticos firmados entre a RPC e qualquer outro Estado: é o princípio de “Uma Só China”. Ele se refere a todos os territórios continentais ou não advogados pela RPC, como a ilha de Taiwan, ou Formosa. Documentos oficiais emitidos pelo governo chinês ressaltam frequentemente este ponto. Um exemplo é o discurso do ex-Presidente Jiang Zemin proferido por ocasião da reunião do Gabinete do Conselho de Estado, ao lembrar os cem anos da passagem da ilha para soberania japonesa⁷. E reafirma essa postura em outro discurso, de 15 de junho de 2001 da criação da Organização da Cooperação de Xangai⁸. O Brasil, assim como todos os demais Estados que mantém relações diplomáticas com Pequim, reconhece que a ilha faz parte da RPC.

O terceiro objetivo estratégico é também milenar. Diz respeito à convicção de superioridade do antigo Império do Centro: a civilização sínica devia ser levada aos povos “bárbaros” de toda a Ásia, com fulcro no conceito de harmonia social (hierárquica) levada para o plano externo. Os discursos das autoridades chinesas, inclusive do atual presidente da RPC, Hu Jintao, ressaltam

⁶ Os Reinos Combatentes existiram entre 403 a 221 antes de Cristo (AC).

⁷ O discurso foi proferido em 30 de janeiro de 1995 e consta do livro Reforma e Construção da China, de Jiang Zemin, editado em Língua Portuguesa pela Record, p. 127-132.

⁸ Idem, p. 525-526.



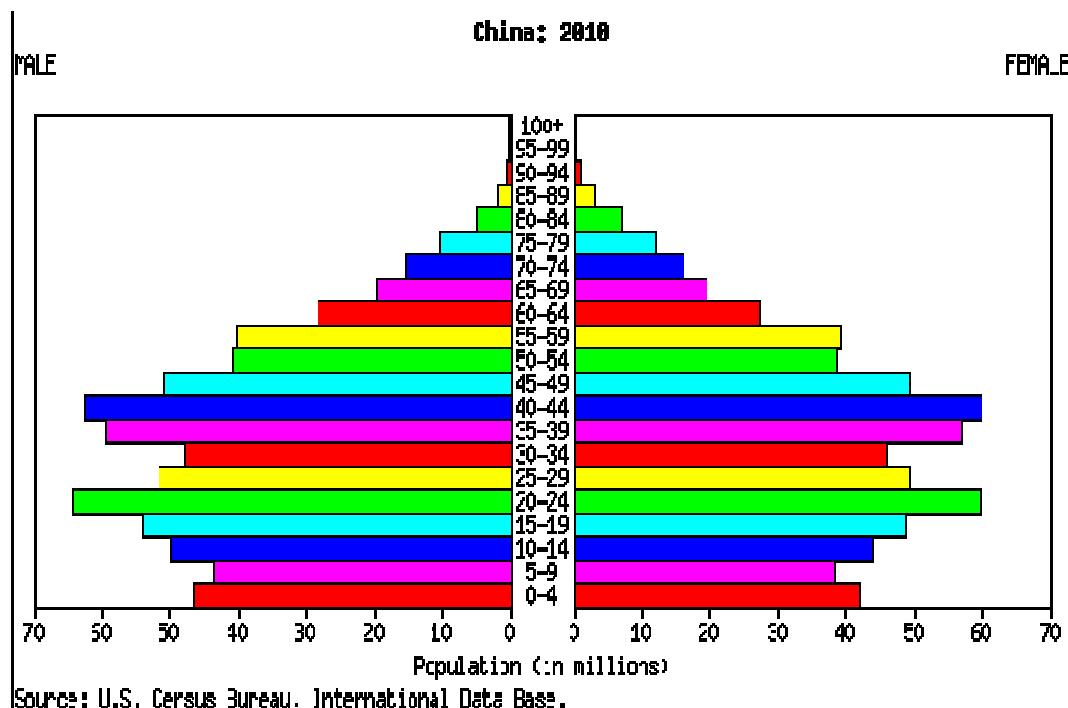
recorrentemente a importância de se conquistar a harmonia entre os povos, como elemento necessário para a paz no sistema internacional.

CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O primeiro objetivo estratégico depende da existência de condições objetivas de sobrevivência das pessoas. São relevantes, portanto, a segurança alimentar e a segurança energética. As figuras 1 e 2 abaixo apresentam as pirâmides de distribuição da população chinesa por faixas etárias para o ano em curso. Pode ser verificado que as barras correspondentes às pessoas na faixa de 50 a 60 anos são praticamente iguais; experimentaram a fome decorrente do Grande Salto para Frente, empreendido por Mao Tse-tung, com um número de óbitos próximo a 32 milhões de pessoas (GIPOLUX, p. 227). Também permite que seja visualizado o efeito da política do filho único; embora ela tivesse sido implantada em setembro de 1980 (NAUGHTON, 2007, p 168), o seu efeito passou a ser sentido praticamente cinco anos depois.

A pirâmide seguinte projeta a distribuição da população para 2020; já para 2025, a previsão é de um contingente populacional de, aproximadamente, 1.400.000.000 de pessoas⁹.

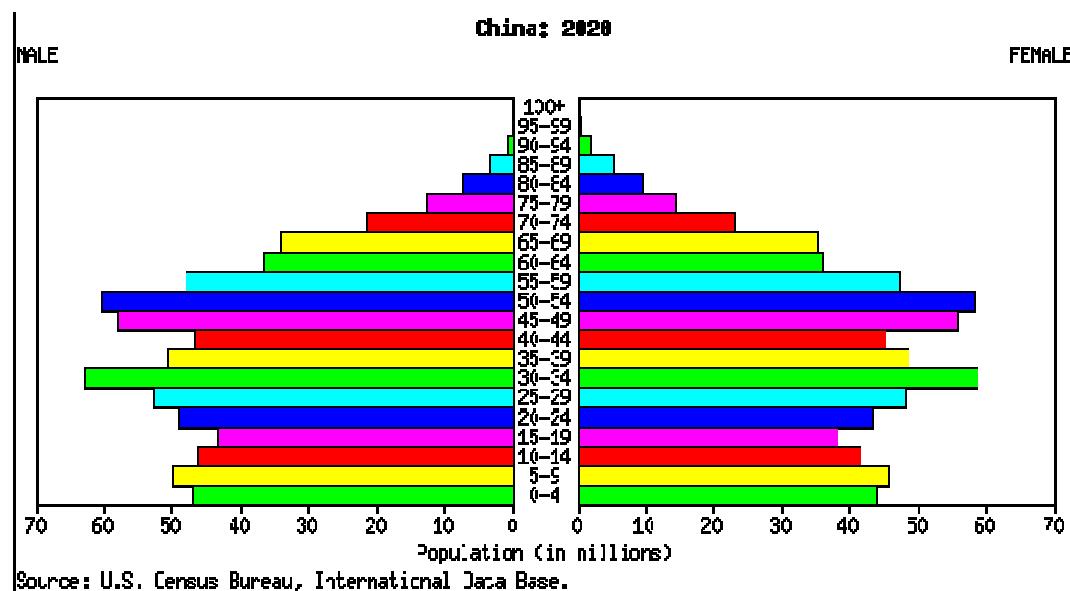
Figura 1 – Pirâmide populacional Chinesa (2010)



⁹ De acordo com o US Census Bureau, International data: China. Disponível em: <http://www.census.gov/ipc/www/idb/country.php>. Acesso em: 9 nov. 2010.

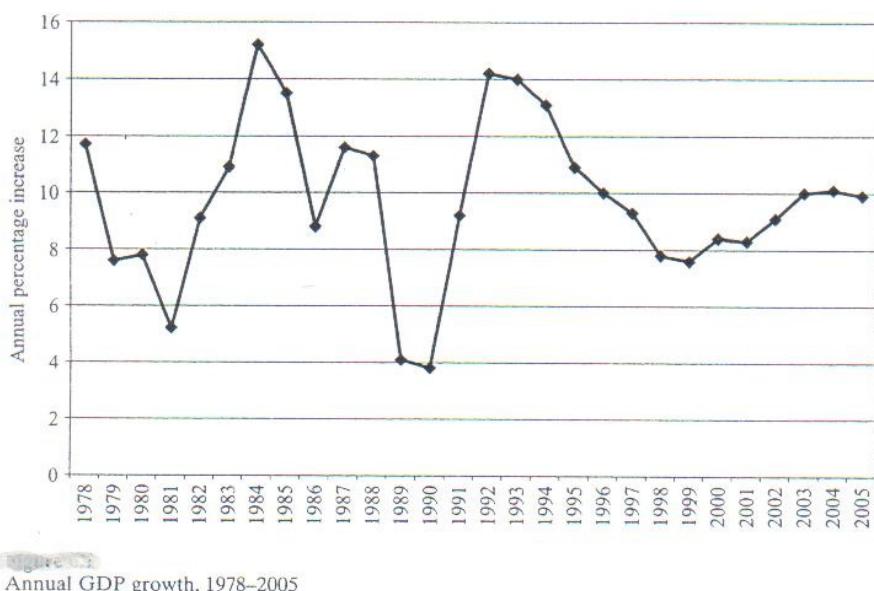


Figura 2 – Projeção da Pirâmide populacional Chinesa (2020)



Após a implantação das modernizações por Deng Xiaoping, a RPC experimentou taxas de crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com Naughton (2006, p. 140), entre 1952 e 1978, o crescimento médio do PIB chinês foi de 6% e o PIB/per capita, de 4,1. No período entre 1978 e 2005, as taxas médias foram elevadas para 9,6 e 8,5, respectivamente. A figura 3, a seguir, mostra a curva da variação das taxas do PIB chinês nesse segundo período¹⁰.

Figura 3 – Crescimento anual do PIB, 1975-2005.



¹⁰ Barry Naughton, The Chinese Economy: transitions and growth, p. 144.



O desafio do provimento da segurança alimentar

A evolução dessa curva esconde, contudo, tensões entre os setores urbano e rural. Embora a modernização mais urgente de Deng Xiaoping tenha sido a agricultura, o desenvolvimento do setor secundário apresentou um desafio importante para o setor rural: a atração que a indústria provocou na população rural, que passou a vislumbrar novas oportunidades de trabalho e renda. É certo que a modernização da agricultura promoveu incentivo para a produção, na medida em que a unidade produtiva retornou para as famílias (embora a terra continuasse propriedade do Estado, a responsabilidade passou a ser dos casais); o excedente da produção pôde ser comercializado pelas famílias. Mas os módulos rurais – isto é, o que cabia para cada família – representa 0,29 hectare (ha) de terra arável por trabalhador (GIPOLUX, 2005, p. 64). Observe-se que o conjunto de terras aráveis na RPC corresponde a 11% do território de 9.596.960 quilômetros quadrados (km²), de acordo com Green (2006, p. 8). São terras cultivadas há milênios. Mesmo com a introdução de modernas técnicas de manejo do solo e de pesquisas para a obtenção de novos tipos de culturas (grãos, sementes e mudas de plantas), é desafio de oferecer alimentos para uma população de 1.332.462.665¹¹. Significa, pois, que uma população crescente demanda maior quantidade de alimentos. E na medida em que aumenta o poder aquisitivo de parcela da população, esta passa a modificar a sua dieta, adicionando novos itens à sua alimentação. Isto é, há exigência de crescente oferta de alimentos para atender a população, de acordo com Gipoulux (2005, p. 76). Mas este autor observa que a produção de arroz e de trigo tem atendido a demanda; o déficit aparece na produção de milho e de soja, itens que a RPC passou a importar em quantidades crescentes a partir de 2004. A soja importada pela RPC é originária da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA). Os chineses são o maior importador de soja, representando 1/3 de todo o mercado internacional. Um ponto adicional ao desafio: o crescimento do número de membros das famílias adensava a pequena área trabalhada; iniciou-se a pressão do êxodo rural

A nova estrutura produtiva agrícola decorrente da modernização rural abriu espaço para atividades correlatas, próprias à distribuição logística para o abastecimento das grandes cidades. Mas abriu também oportunidades para a comercialização local, isto é, nas imediações das áreas produtoras. O governo visualizou que essas novas oportunidades poderiam ajudar a conter o êxodo para as grandes cidades. Foi incentivado, então, o desenvolvimento das empresas de distritos e vilas (EDV), de modo a absorver as pessoas que experimentavam dificuldades de obter trabalho diretamente na terra. A figura 4¹² mostra as curvas percentuais de emprego por setor produtivo.

O potencial êxodo rural erode o *hukou*, isto é, sistema de registro residencial das famílias (FEILING, 2004, p. 115). , que as prendiam ao local de origem. O governo reconhece tal problema. Seme-se o avanço do perímetro urbano, por meio de construções residenciais e industriais. Ou seja, há fatores objetivos que pressionam negativamente a produção agrícola chinesa. Não é sem sentido que a composição do PIB da RPC evolui de acordo com o aspecto das curvas na figura 5¹³.

¹¹ Populational Statistic, China. Disponível em: <http://www.xist.org>. Acesso em: 9 nov. 2010.

¹² Barry Naughton, The Chinese Economy: transitions and growth, p. 151.

¹³ Barry Naughton, The Chinese Economy: transitions and growth, p. 155.



Figura 4 – Mudança estrutural do emprego.

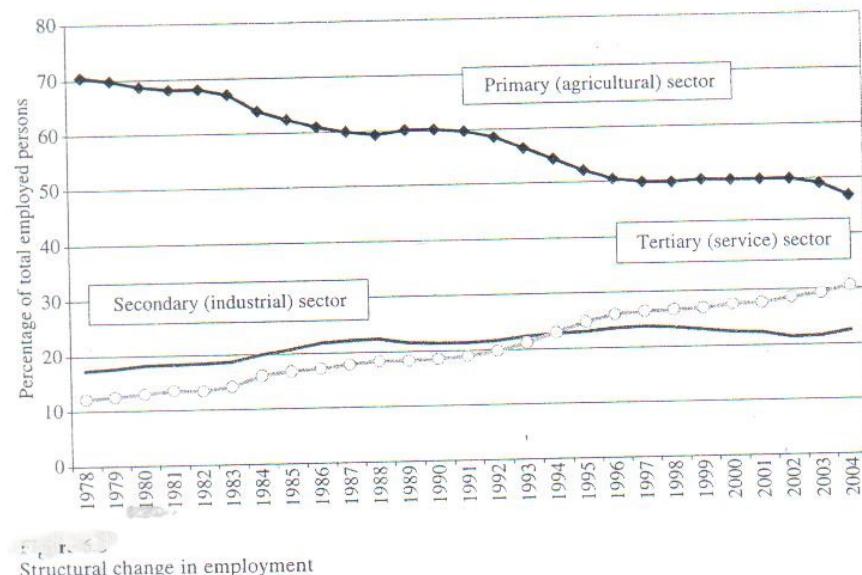
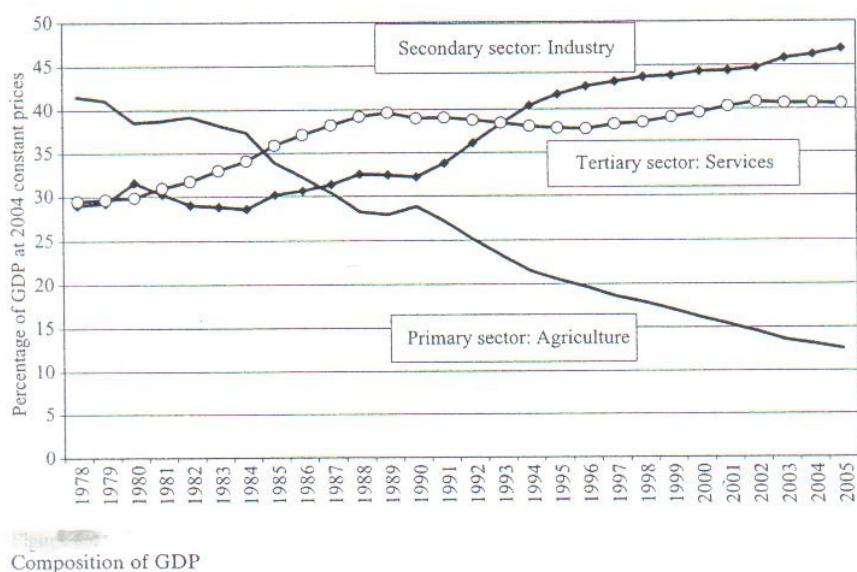


Figura 5 – Composição do PIB da RPC.



Perseguindo a segurança energética

Para manter as taxas de crescimento mostradas nas figuras anteriores, a RPC tem que providenciar a oferta de energia compatível. A figura 6 mostra a produção chinesa de fontes energéticas; e a figura 7 apresenta o consumo. A importação de combustíveis é vital para a manutenção da produção industrial chinesa e para o ramo dos transportes.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Enbrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR

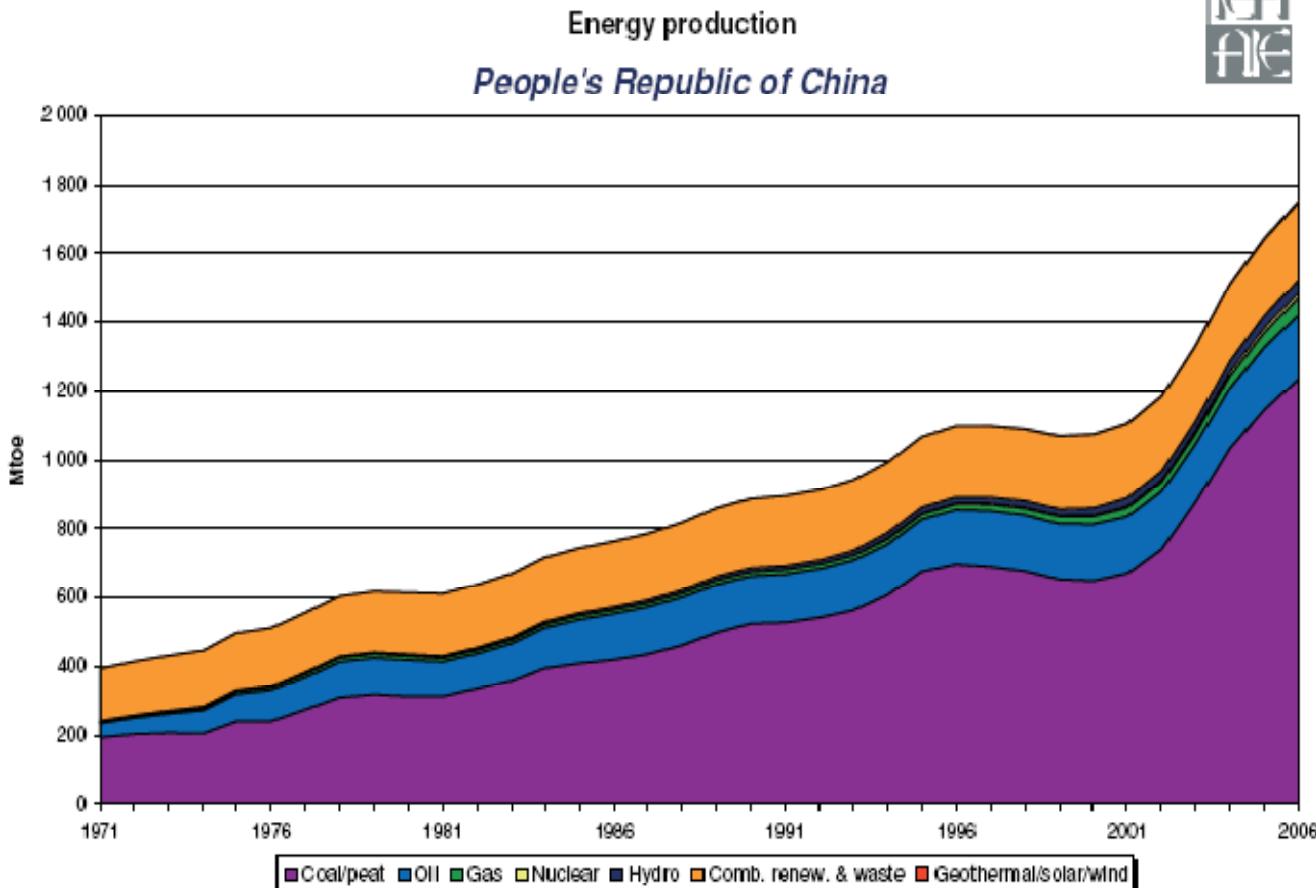
Gabinete de Segurança Institucional



SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Figura 6 – Produção de energia da RPC.

IEA Energy Statistics

Statistics on the Web: <http://www.iea.org/statistics/index.htm>

© OECD/IEA 2008

For more detailed data, please consult our on-line data service at <http://data.iea.org>.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República

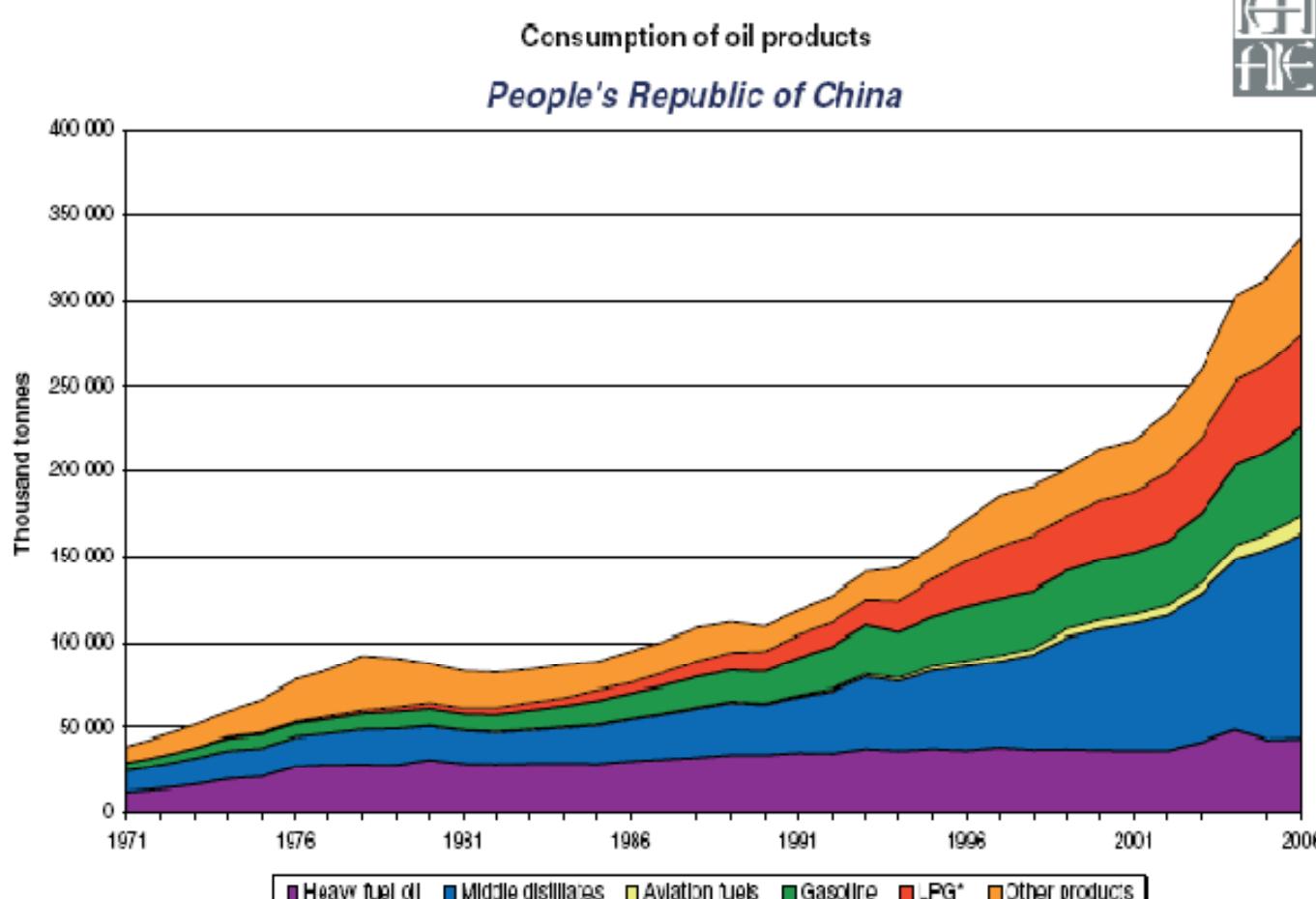


SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Figura 7 – Consumo de petróleo da RPC.

IEA Energy Statistics

Statistics on the Web: <http://www.iea.org/statisticsIndex.htm>



* Includes LPG, NGL, ethane and naphtha.

© OECD/IEA 2008

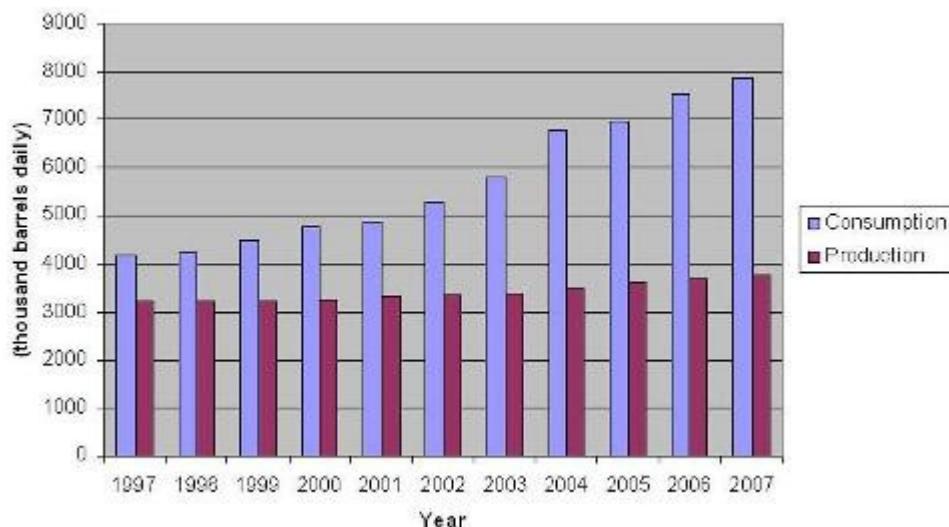
For more detailed data, please consult our on-line data service at <http://data.iea.org>.



O déficit na oferta de energia começa a aparecer em 1993, e apresenta o comportamento mostrado na figura 8, abaixo, em larga medida para atender ao crescimento da sua economia que comporta conforme as curvas da figura 8.

Figura 8 – Consumo e produção de petróleo.

China Oil - Production and Consumption



Fontes: **BP statistical review of world energy 2007** (BRITISH PETROLEUM, 2007a) e **BP statistical review full report workbook** (BRITISH PETROLEUM, 2007).

Essa demanda é decorrente da necessidade produtiva chinesa principalmente industrial. A expansão doméstica de utilização de equipamentos nos domicílios é percebida pelo exame da figura 9, que se refere à área rural somente, onde o uso de energia é sabidamente inferior ao das áreas urbanas, como mostrado na figura 10. Mas a energia que alimenta o setor industrial chinês atende ao seu segmento exportador. A figura 11 mostra o vigor da participação da China na oferta de bens manufaturados para o mercado externo. As três figuras foram obtidas no *Le Monde Diplomatique*.



Figura 9 – Consumo de energia nas áreas rurais.

China - Posse de bens de consumo duráveis a cada 100 casas rurais

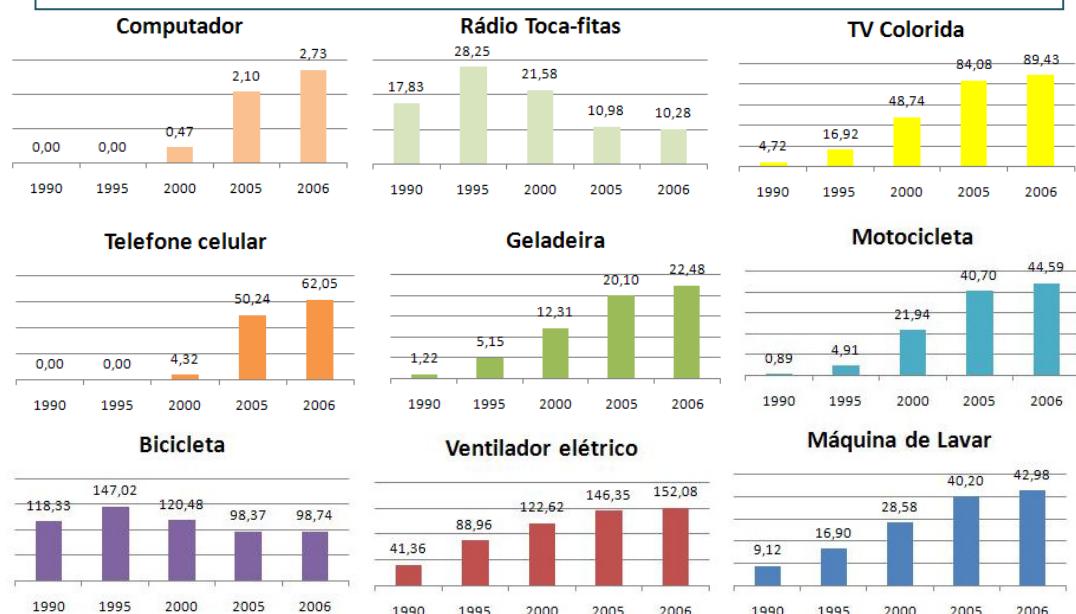
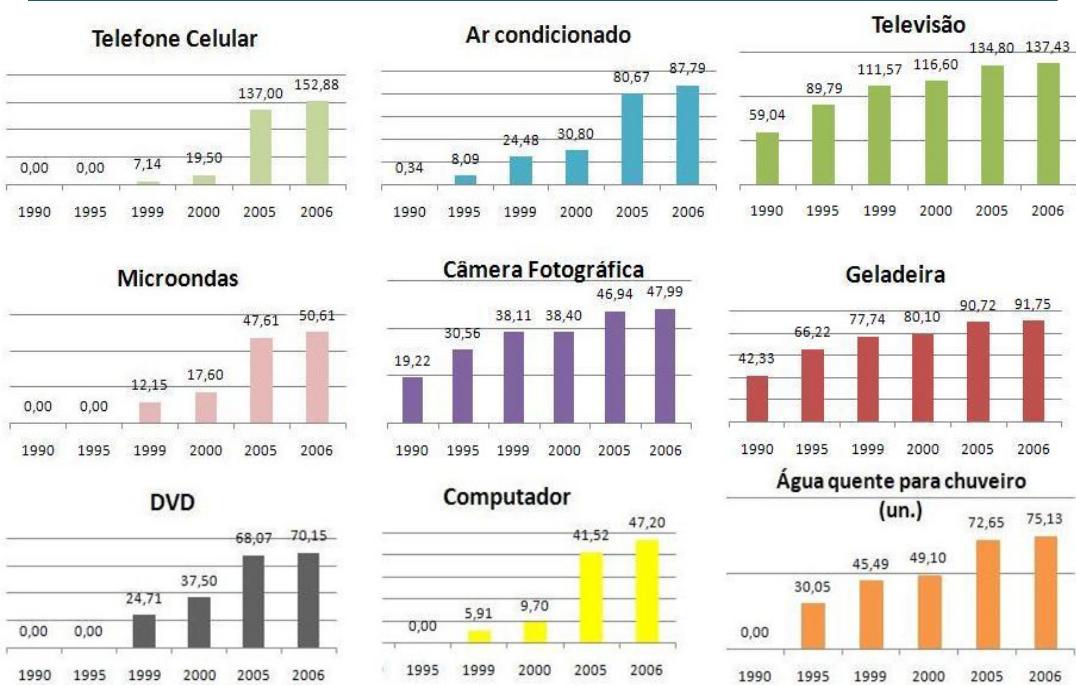


Figura 10 – Consumo de energia nas regiões urbanas.

China - Posse de bens de consumo duráveis a cada 100 casas urbanas





SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Enbrafa
Monitoramento por Satélite

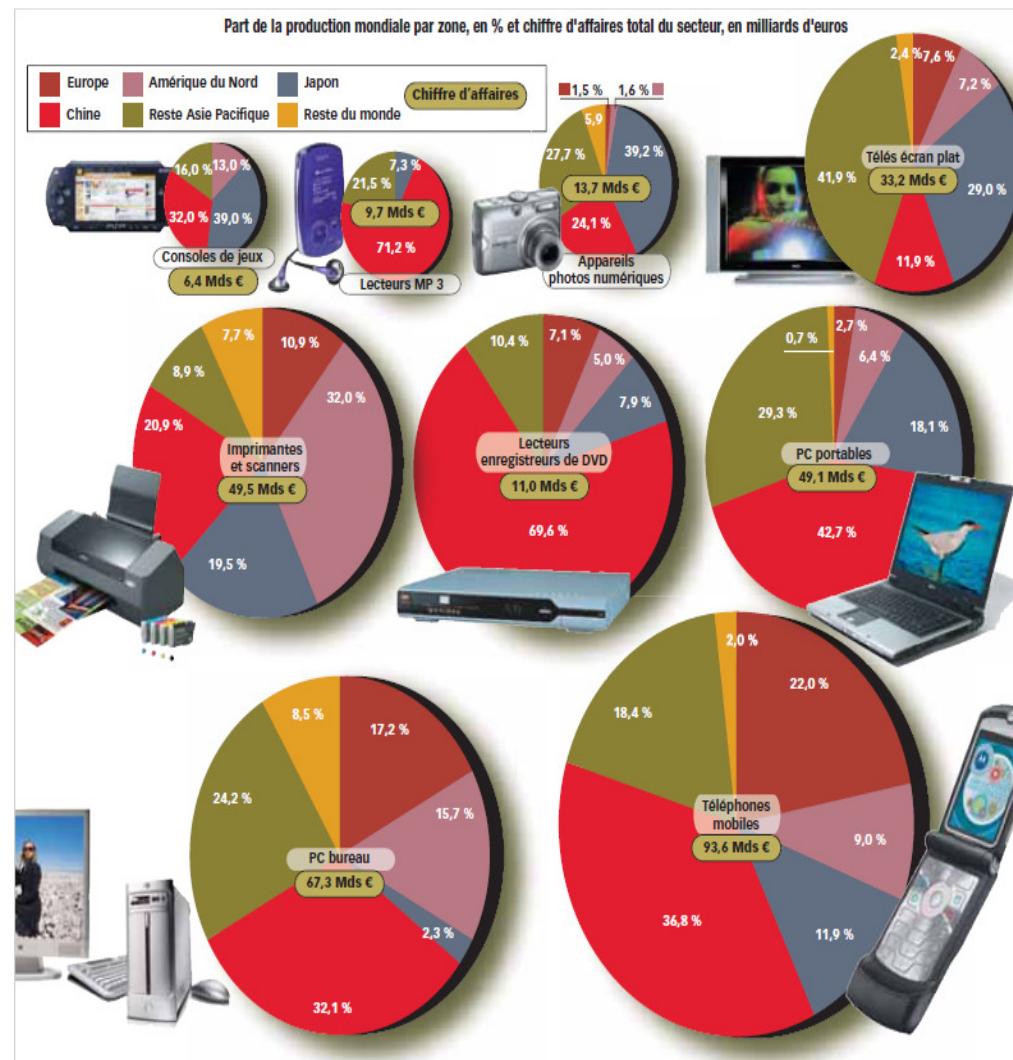


GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SAD
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Figura 11 – Oferta de produtos industrializados chineses.





Para atender à demanda de energia, a RPC se depara com o panorama apresentado nas figuras 12 a 15. Na figura 12 pode ser vista a distribuição das reservas estimadas de petróleo, por continente, em 2008. Na figura 13 são apresentados os dez países mais bem dotados de reservas de combustíveis não renováveis, computadas em 2008. Na figura 14 pode ser vista a distribuição regional de bacias, reservas, produção e consumo de combustíveis não renováveis, computados em 2008. Já a figura 15 apresenta a distribuição de reservas de gás por continente.

As regiões tradicionais de onde a RPC obtém energia são o Oriente Médio e o Cáucaso. A importação do Oriente Médio é realizada por navios, que transitam por estreitos como o de Ormuz, no Golfo Pérsico e, normalmente, Málaca, entre a Indonésia e a Malásia, como mostra a figura 16. O trânsito pela passagem de Serang (seta inferior, na figura) é menos utilizada, por gerar maior consumo de combustível dos navios. A obtenção do óleo proveniente da Ásia Central é realizada por oleodutos/gasodutos, como pode ser observado na figura 17. A instabilidade política das duas regiões parece ter contribuído para que os dirigentes chineses implementassem alternativas. A figura 18 apresenta a distribuição das importações chinesas de petróleo em 2009. Alguns países africanos já aparecem como fornecedores importantes, com destaque para Angola, o segundo maior fornecedor de óleo cru para a RPC.

Figura 12 – Distribuição estimada das reservas de petróleo

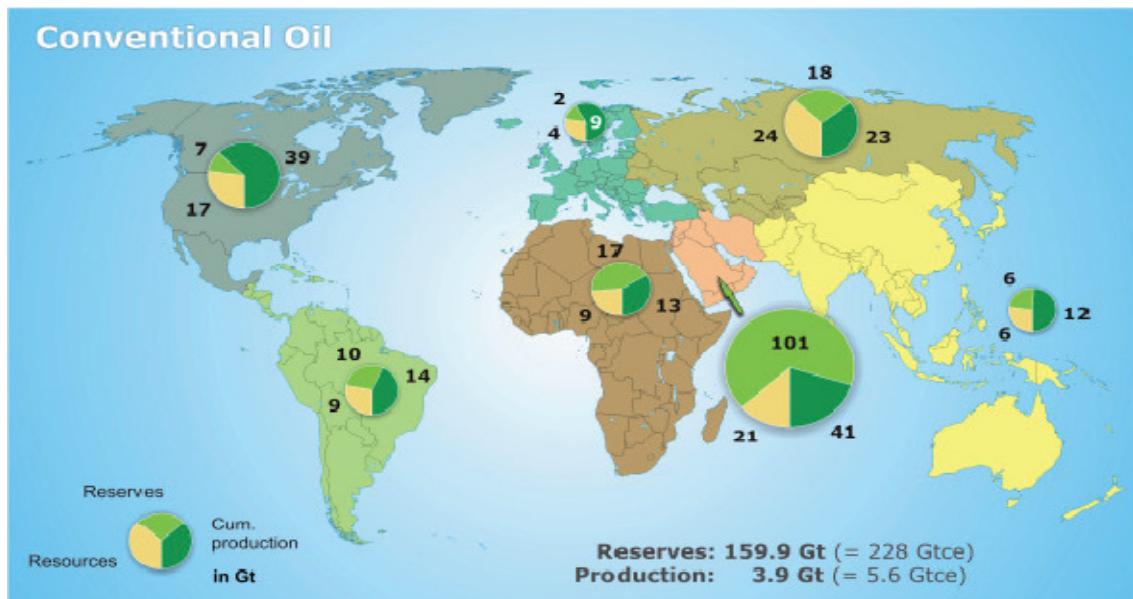
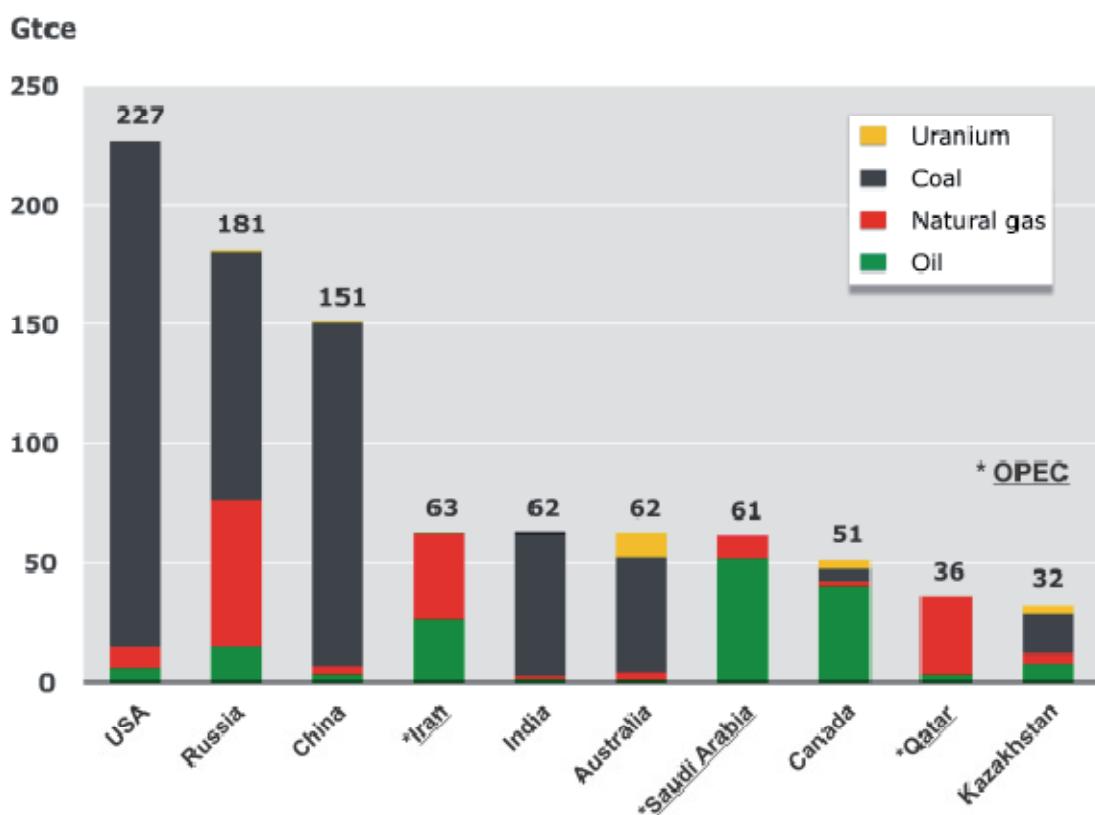


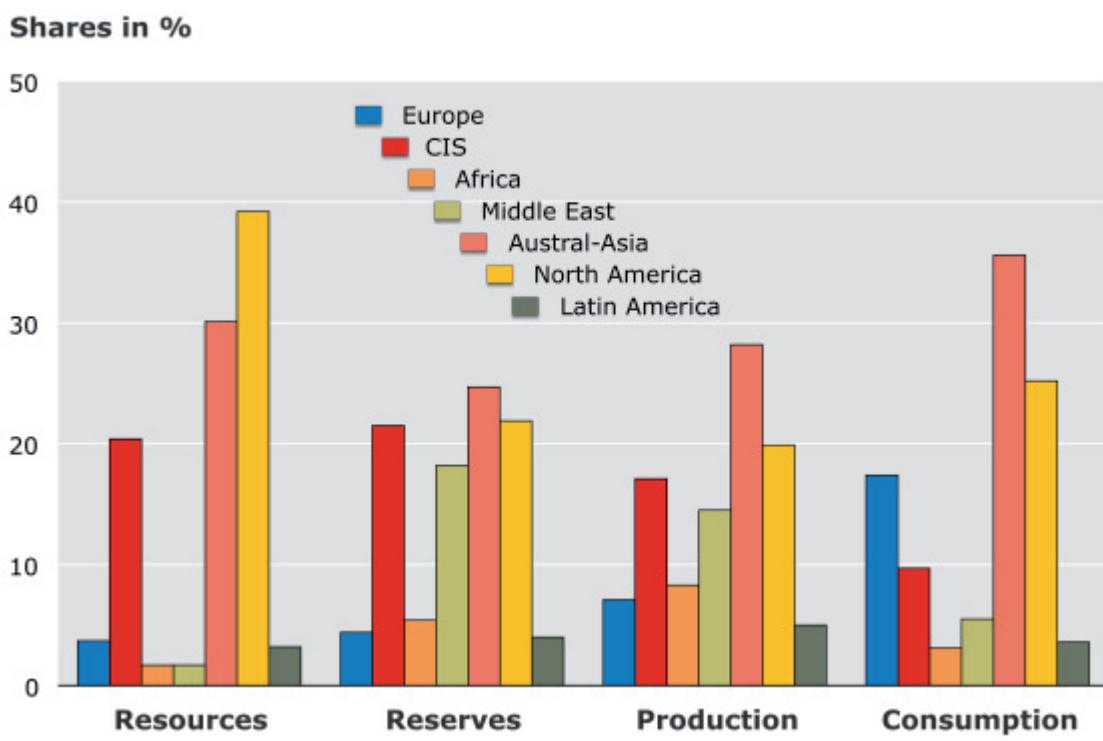


Figura 13 – Maiores reservas de energia não renováveis.



Fonte: BGR. Reserves of Non-Renewable Fuels in the Top Ten Countries in 2008

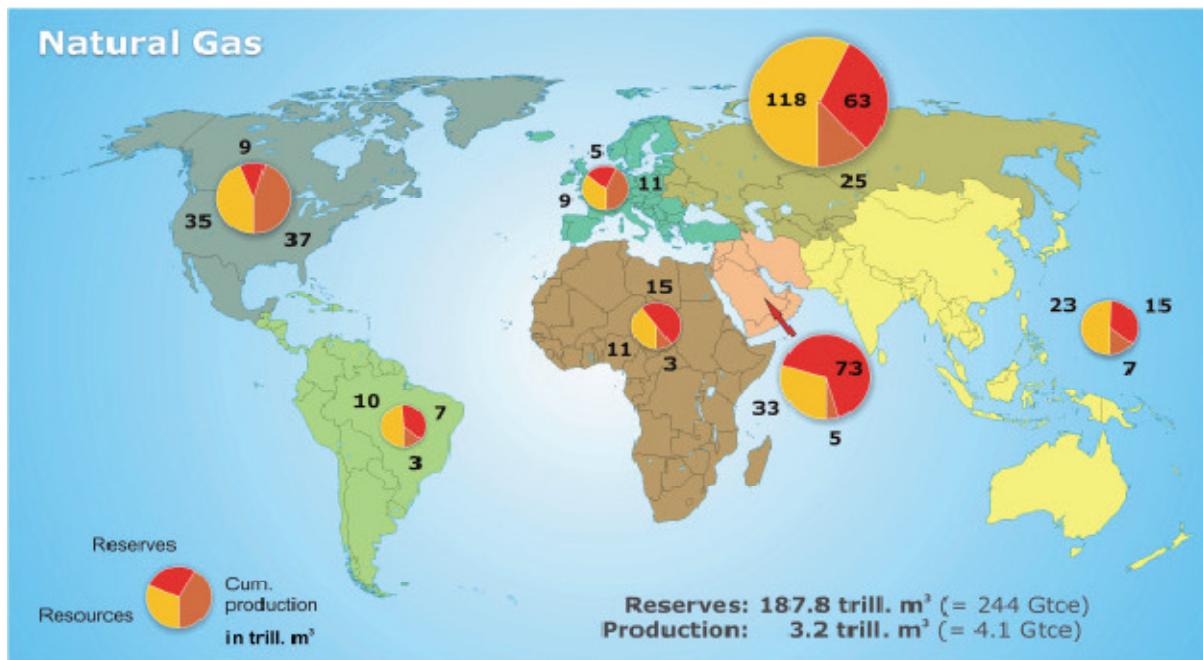
Figura 14 – Distribuição regional de combustíveis não renováveis.



Fonte: BGR,2008.

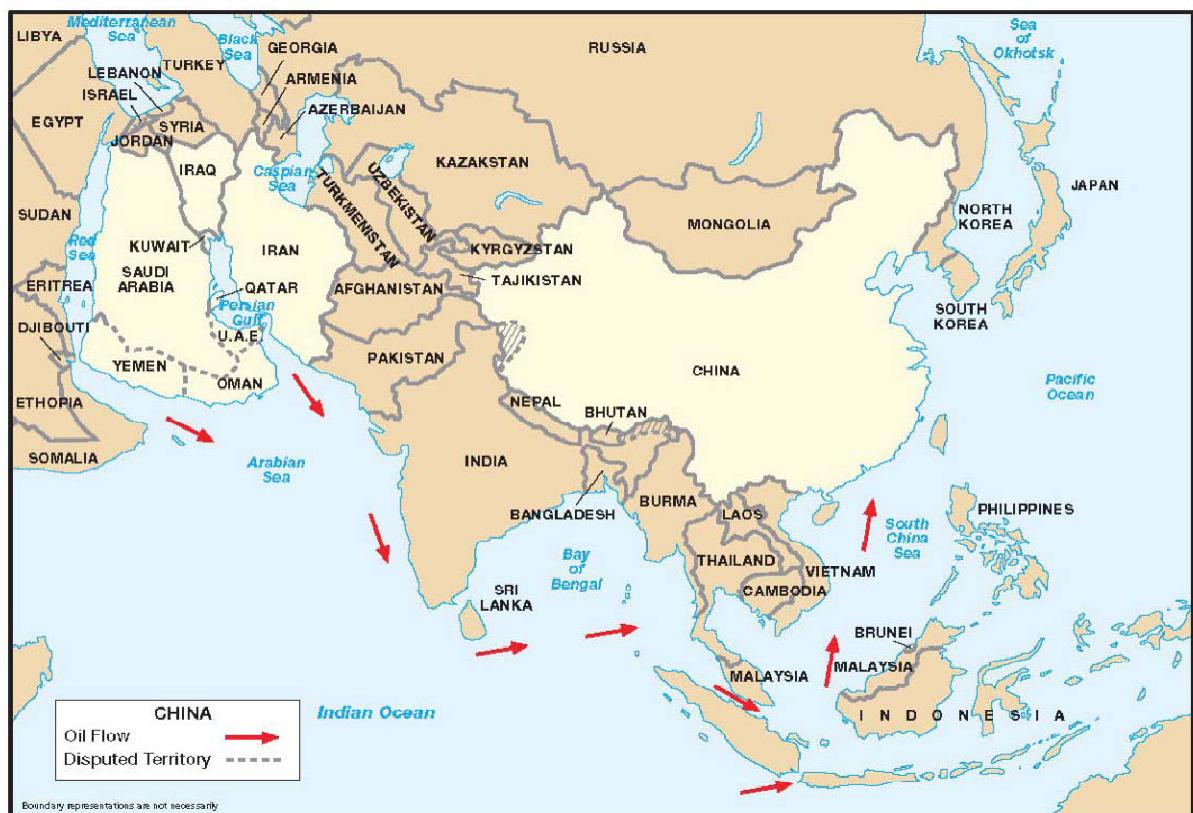


Figura 15 – Distribuição continental das reservas de gás.



Fonte: BGR, 2008.

Figura 16 – Trânsito de petroleiros demandando o Mar do Sul da China.



Fonte: US DoD.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Enbrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



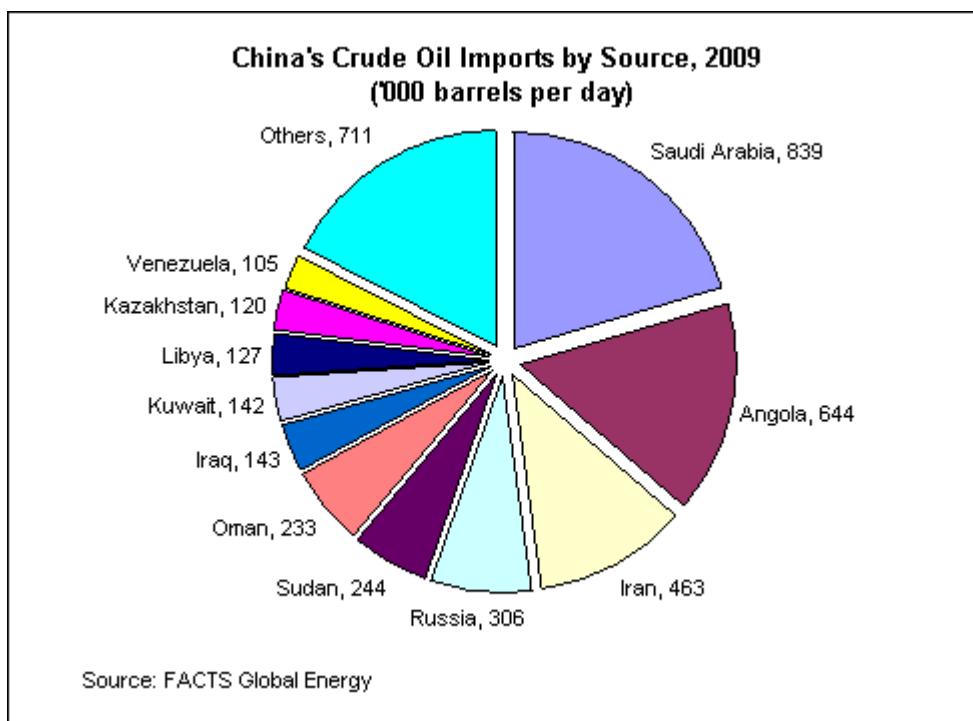
SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Figura 17 – Oleodutos e gasodutos da Ásia Central para a RPC.



PHILIPPE REKACEWICZ

Fonte: Le Monde Diplomatique


Figura 18 – Fontes de fornecimento de petróleo para a RPC.


O BRASIL NA COLEÇÃO DE INTERESSES CHINESES

O jornal O Estado de São Paulo editou um caderno especial de economia, no dia 30 de agosto de 2010, dedicado à China. A manchete noticiava investimentos chineses no Brasil da ordem de U\$ 20 bilhões, dos quais U\$ 10 bilhões seriam destinados à Petroleiro Brasileiro S. A. (Petrobrás), como empréstimo para viabilizar a exploração de petróleo da camada conhecida como pré sal, na parte setentrional da plataforma continental brasileira. A matéria jornalística noticiava também investimentos no setor agropecuário, por meio de aquisição de terras para a produção de alimentos e de bioenergia. Trata-se de um movimento do governo chinês perfeitamente consentâneo com a necessidade de perseguir a exequibilidade de soluções a serem implementadas para o provimento da segurança alimentar e da segurança energética para o país.

Com efeito, o exame das relações de trocas entre o Brasil e a China apresenta um perfil assimétrico no que toca a valor agregado. Pode ser observado nos quadros 1 e 2 abaixo que o conteúdo das nossas importações representa bens manufaturados, ao passo que as nossas exportações para a China são, basicamente, bens primários (2009). O quadro 1 apresenta o intercâmbio bilateral computados em milhões de dólares norte-americanos (fob).



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Quadro 1 intercâmbio bilateral (US\$ milhões, fob)

Brasil	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	2520,4	4533,4	5441,7	6835,0	8402,4	10748,8	16403,0	20190,8	10644,2
Importações	1554,1	2147,8	3710,5	5354,5	7990,4	12619,1	20040,0	15911,1	8759,4
Saldo	966,4	2385,6	1731,3	1480,5	411,9	-1870,2	-3637,0	4279,7	1884,9
Intercâmbio	4074,5	6681,2	9152,2	12189,5	16392,8	23367,9	36443,1	36101,9	19403,6

Fonte: MIDIC; dados de 2010 de janeiro a maio.

Verifica-se no quadro acima que o saldo na balança comercial brasileira nesta relação bilateral alcançou o ápice em 2003, para decair ao déficit mais acentuado em 2008. Os tipos de produtos trocados entre o Brasil e a China são mostrados no quadro a seguir.

Quadro 2: valores em US\$ fob

Exportações brasileiras à China em 2009	20190,8
Principais produtos exportados pelo Brasil	Minério de ferro não aglomerado (31,5%); soja em grãos (31,4%); petróleo (6,5%); pasta de madeira (5,4%); óleo de soja (2%).
Importações brasileiras da China em 2009	15911,1
Principais produtos importados pelo Brasil	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (33,2%); caldeiras e máquinas (20,2%); produtos químicos orgânicos (7,1%); instrumentos e aparelhos de ótica e fotografia (4,6%)

Fonte: MRE.

No quadro acima, podemos notar que o único produto que agrega beneficiamento é o óleo de soja; porém, representa um percentual menor, comparado à exportação do grão. Juntamente com o minério de ferro, a exportação da soja em grão representa 62,9% de toda a pauta brasileira de exportações para a China. Vê-se que a soja em grão representa praticamente 1/3 de toda a exportação para aquele país asiático. Na medida em que a soja entra na cadeia alimentar humana e de animais, percebe-se que a China encontra no Brasil uma parceria importante para que ela possa garantir a segurança alimentar da sua população. Embora a nossa exportação de petróleo seja percentualmente menor e o Brasil não seja, ainda, exportador relevante, a China parece olhar para o Brasil como um futuro parceiro importante; um exemplo é o financiamento oferecido à Petrobrás, como assinalado anteriormente.



Por outro lado, o parque industrial brasileiro tem acorrido ao mercado chinês para adquirir maquinário. As nossas importações da China, mostradas em parte pelo quadro 2, traduzem a afirmação.

Vale observar que os números apresentados pelo quadro 1 aparentam não seguir a tendência da balança comercial da China nesse período, como se observa nas figuras 19 e 20. Com a conhecida crise econômica global de 2008, as exportações chinesas retraíram-se entre 2008 e 2009, acompanhando a tendência mundial; mas, já em 2009, houve uma retomada das trocas que a China realiza com os parceiros ao redor do mundo. Deve-se considerar também as iniciativas governamentais para manter a rate de desenvolvimento interno, aprofundando geograficamente os investimentos em infraestrutura, fato que ajuda a explicar os aspectos das curvas apresentadas na figura 21. Verifica-se que em 2008 a China elevou a velocidade da aplicação de recursos no plano doméstico, de modo a que o aspecto da curva do consumo interno não fosse severamente modificado.

Uma leitura dos comentários contidos no parágrafo acima pode significar o aumento do peso específico da China no comércio exterior brasileiro. Isto pode ser comprovado pelos dados obtidos do quadro 3: no ano de 2009, dobrou a participação chinesa no intercâmbio comercial do Brasil com todos os seus parceiros. Há, pois, crescente interdependência entre o Brasil e a China.

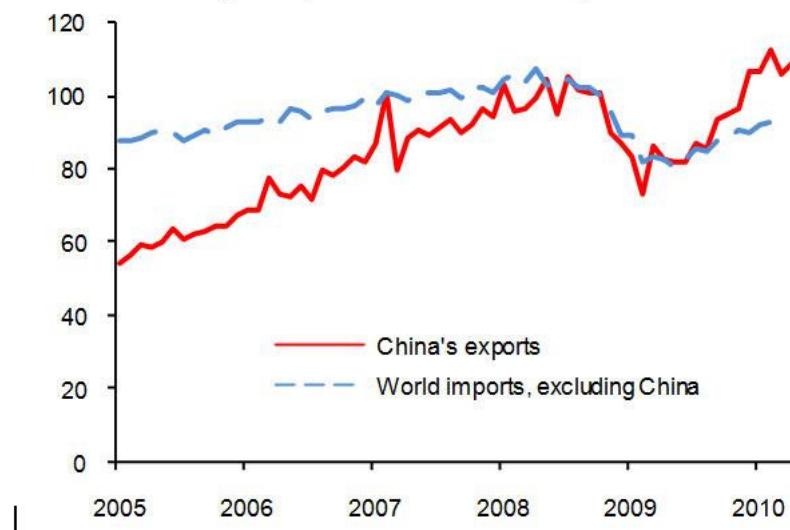
Por fim, há que mencionar a importância que os recursos minerais brasileiros tem obtido junto aos chineses. As exportações de minério de ferro são destaque. A sua importância para o parque industrial chinês se equivale à dos recursos energéticos. Têm crescido os investimentos chineses em aquisições de minas de ferro brasileiras. Os chineses têm investido também nos complexos de escoamento desse produto, em parceria com empresas brasileiras. Estes pontos serão abordados com detalhes no Bloco 3.



Figura 19 – Exportações chinesas X importações mundiais (exceto RPC).

Export volumes have surged amidst a recovering global economy

Index, constant prices (October 2008 = 100, sa)

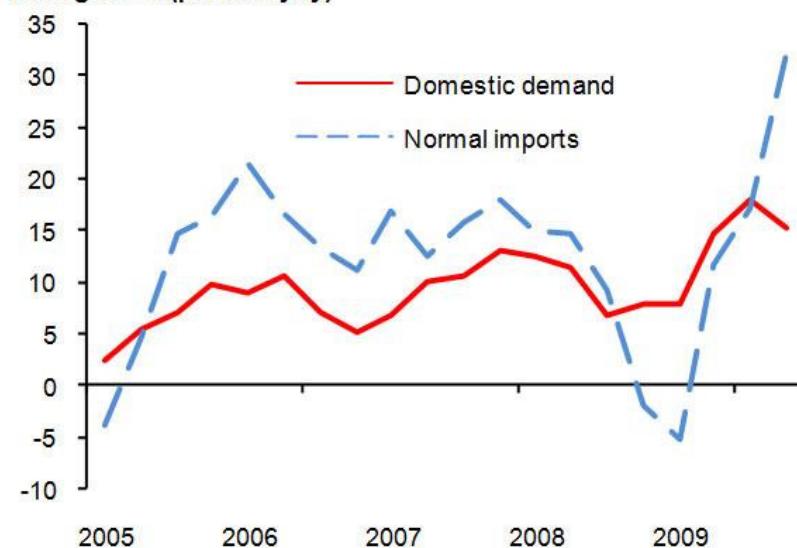


Source: CEIC, Centraal Plan Bureau (NL), WB estimates.

Figura 20 – Investimentos e consumo domésticos chineses em % do PIB.

Normal imports have soared but are bound to slow down

Real growth (percent yoy)

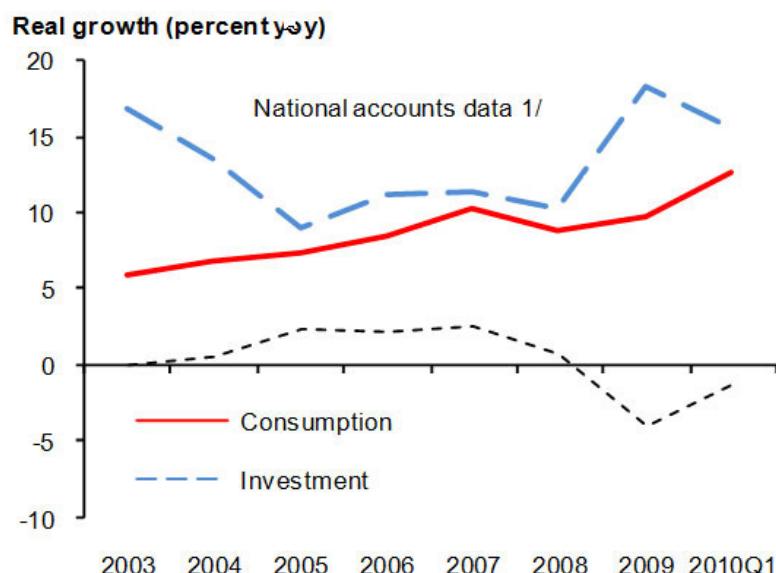


Source: CEIC, World Bank staff estimates.



Figura 21 – Investimentos e consumo domésticos.

Growth becomes more broad based



Source: CEIC, World Bank staff estimates.

1/ Estimates using NBS data on contribution to growth.

Do panorama apresentado neste Tema 1, vale ressaltar uma outra dimensão por meio da qual o Brasil também dialoga com a RPC: o campo da ciência e tecnologia (C&T). São exemplos o conhecido China Brazil Earth Resource Satellite (CBERS) e a inserção da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). No primeiro exemplo, os dois países vêm construindo e lançando satélites de sensoriamento remoto com benefícios conjuntos; trata-se de empreendimento que, parece, vem satisfazendo ambos os parceiros, por meio de centros de excelência governamentais. No caso da EMBRAER, parece haver questões a serem tratadas, na medida em que as encomendas à empresa, com fábrica em Harbin, no norte da Manchúria, estão cessando. Embora seja empresa privada, merece continuar o acompanhamento positivo, pelo governo brasileiro do caso, dado o nível tecnológico envolvido nos produtos que saem da fábrica da empresa na RPC.

Por fim, vale conjecturar sobre possíveis vantagens, para o Brasil, de parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e congênere chinesa. Empresas estatais e privadas chinesas atuam na África, levando tecnologia e pessoal para produzir alimentos naquele continente. A empresa brasileira tem larga experiência e pessoal qualificado; dado que há iniciativas brasileiras em países africanos, inclusive da EMBRAPA, tal parceria poderia representar uma forma positiva para o Brasil inserir-se mais fortemente na África sem desgaste com competição. A presença da EMBRAPA por meio de parceria permitiria arrasto tecnológico de empresas brasileiras de



implementos agrícolas que poderiam atuar nos países africanos. Neste caso, produtos os brasileiros poderiam estar presentes, desde máquinas agrícolas de todo tipo e finalidades, até mesmo utilização de aeronaves utilizadas na agricultura, fabricadas no Brasil e que poderiam ser exportadas para os países parceiros do Brasil. Visualiza-se, assim, uma possibilidade de o Brasil inserir-se indiretamente no mercado chinês com inserção tecnológica nacional, fugindo a um intercâmbio qualitativamente assimétrico com a RPC.

Quadro 3 – Comércio Brasil-RPC (US\$ milhões, fob.).

Comércio Brasil-China	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	6835,0	8402,4	10748,8	16403,0	20190,8
Variação % em relação ano anterior	22,6	22,9	27,9	52,6	23,1
Part. % no total das exp. brasileiras	5,8	6,1	6,7	8,3	13,2
Importações	5354,5	7990,4	12619,1	20040,0	15911,1
Variação % em relação ano anterior	44,3	49,2	58,0	58,8	(-)20,6
Part. % no total das imp. brasileiras	7,3	8,7	10,5	11,6	12,5
Intercâmbio comercial bil.	12189,5	16392,8	23367,9	36443,1	36101,9
Variação % em relação ano anterior	33,3	34,5	42,6	56,0	(-)0,9
Part. % no total do interc. brasileiro	6,3	7,2	8,3	9,8	12,9
Bal. comercial	1480,5	411,9	-1870,2	-3637,0	4279,7

REFERÊNCIAS

FEI-LING, Wang. Reformed Migration Control and New Target People: China's *hukou* system in 2000s. *The China Quarterly*, Cambridge, v. 177, mer. 2004, p. 115-132.



JIANG, Zemin. *Reforma e Construção da China*. Trad. Rádio Internacional da China. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002. Original chinês.

GIPOULUX, François. *A China do Século XXI: uma nova superpotência?* Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. Original francês.

GREEN, Jen. *Countries of the World: China*. Washington: National Geographic, 2006.

MARTI, Michael E. *A China de Deng Xiaoping*. Trad. Antonio Cesar Martins Sapúlveda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng*. Trad. Sergio Duarte. Brasília: UnB, 2000.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: transitions and growth*. Cambridge: MIT Press, 2007. Original inglês.

PACHECO, Paula. No Brasil, investimento chega a U\$ 20 bilhões. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2010. Caderno Economia. Especial, p. H 3.

PAENDL-ZIKA, Veronika. Urban Sprawl in China – Land use changeat the transition from village to town. Disponível em: <http://holcimfoundation.org/Portals/1/docs/F07/WK-Grn/F07-WK-Grn-praendl02.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2010.

POPULATIONAL Statistic: China. Disponível em: <http://www.xist.org>. Acesso em: 9 nov. 2010.

QUOTATIONS from Chairman Mao Tse-tung. Paking: Foreign Language Press, 1966.

SWAINE, Michael D.; TELLIS, Ashley J. *Interpreting China's Grand Strategy: past, present and future*. Washington, DC: Rand, 2000. Original inglês.

US CENSUS International Bureau, International Data: China. Disponível em: <http://www.census.gov/ipc/www/idb/country.php>. Acesso em: 9 nov. 2010.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

TEMA 2:
ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE
CHINA E AMÉRICA LATINA



O MODELO CHINÊS DE DESENVOLVIMENTO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Pesquisadoras:

Aliádne de Paula Damázio Leite

Gabriela Fernandes Feliciano Murua

Marcela Laurito Lopes Gagliardi¹⁴

Orientação das Pesquisas – Coordenação: Equipe CERI - OFTA

Alcides Eduardo Reis Peron¹⁵

Érika Laurinda Amusquivar¹⁶

Patrícia Nogueira Rinaldi¹⁷

¹⁴ Aliádne de Paula Damázio Leite, Gabriela Fernandes Feliciano Murua e Marcela Laurito Lopes Gagliardi são formadas em Relações Internacionais pela FACAMP e pesquisadoras do CERI-OFTA/FACAMP (Observatório de Fenômenos Transnacionais nas Américas do Centro de Estudos de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas).

¹⁵ Alcides Eduardo dos Reis Peron é Mestrando em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e Professor do Curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas e Coordenador do CERI-OFTA/FACAMP.

¹⁶ Érika Laurinda Amusquivar é Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, Professora do Curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas e Coordenadora do CERI-OFTA/FACAMP.

¹⁷ Patrícia Nogueira Rinaldi é Mestre em Ciência Política (com foco em Economia Política Internacional) pela UNICAMP, Professora do Curso de Relações Internacionais da FACAMP e Coordenadora do CERI-OFTA/FACAMP.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	36
CAP. I - A POSIÇÃO LATINO-AMERICANA NA VISÃO CHINESA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	42
<i>Aliádne de Paula Damázio Leite</i>	
<i>Orientação: Alcides Eduardo Reis Peron</i>	
CAP. II - O CRESCIMENTO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL CHINESA: DEPENDÊNCIA GLOBALIZADA	62
<i>Marcela Laurito Lopes Gagliardi</i>	
<i>Orientação: Érika Laurinda Amusquivar</i>	
CAP. III - O FATOR CHINÊS PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: A POSSÍVEL CONCORRÊNCIA NOS SETORES INDUSTRIAIS.....	100
<i>Gabriela Fernandes Feliciano Murua</i>	
<i>Orientação: Patrícia Nogueira Rinaldi</i>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CRESCIMENTO CHINÊS É UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA?	132



INTRODUÇÃO

Os anos noventa foram marcados pela intensificação do processo de globalização produtiva e financeira, no qual países em desenvolvimento passaram a atrelar cada vez mais seus projetos de desenvolvimento aos interesses dos grandes grupos econômicos transnacionais. Foi um momento crucial para todos os países, principalmente os em desenvolvimento, repensarem e readequarem seus modelos de desenvolvimento a partir das transformações globais. No que diz respeito aos territórios estudados neste artigo – China e América Latina – o modo como estes se inseriram internacionalmente e a vinculação desta inserção com seus projetos de desenvolvimentos foram completamente distintos, o que determinam também suas trajetórias distintas no século XXI.

A América Latina adotou um modelo baseado na “racionalização produtiva com desintegração vertical e aumento do conteúdo importado” (IOS, 2008: 05), e seus países adotaram, de forma geral, duas estratégias: uma que buscou ou a intensificação das exportações em setores primários intensivos em recursos naturais; e outra que visou à atração de empresas transnacionais de características maquiladoras, que se refere à montagem de produtos manufaturados com baixo valor agregado gerado no país, quando não as duas estratégias simultaneamente (REDLAT, 2010:11). Assim, os investimentos externos diretos (IED) direcionados à América Latina em geral não estão vinculados a uma pauta de exportação de produtos com maior valor agregado, ou que visam uma transferência do conhecimento tecnológico às empresas nacionais, fator limitante ao processo de industrialização de um país (REDLAT, 2010:13). Nesse sentido, a reestruturação produtiva da região a partir dessas estratégias resultou, em graus variados, em um relativo abandono de um projeto industrial e em um retrocesso dos processos industriais em países que já encaminhavam tal projeto.

Já o modelo escolhido pela China transformou esse país na segunda maior economia do mundo, posição que se consolidou no ano de 2009, com uma taxa de crescimento do PIB de 9% (CIA WORLD FACTBOOK, 2010). Os elementos de sua estratégia de desenvolvimento estão fundamentados em elevadas taxas de investimento e de gastos públicos, expansão do mercado interno, superávits primários e uma moeda moderadamente desvalorizada e a imposição de controles frente às liberalizações (IOS, 2008: 05). O país também contou com a atração de IED, porém, as empresas transnacionais estão em parcerias com empresas estatais e sofrem uma série de limitações por parte do governo chinês a fim de que grande parte dos benefícios provindos fique retido no país. Com essa estratégia, a China direcionou os investimentos para a formação bruta de capital fixo, internalizando os processos tecnológicos industriais, e assim, conseguiu diversificar e internalizar sua estrutura produtiva.

A partir de então, a China promoveu um movimento de *go global*, isto é, de internacionalização de sua economia e de sua inserção internacional política. A posição internacional da China pode ser como um ator que disporia de um duplo pólo global. Um pólo é o de grande exportador e receptor de IED: a modificação da estrutura de produção chinesa conseguiu fazer com que suas empresas pudessem adentrar a concorrência das grandes empresas transnacionais dos países desenvolvidos, a partir do momento em que a China passou a produzir bens manufaturados



de alta e media tecnologia e bens de capital a preços competitivos. Ao mesmo tempo, tempo a abertura permitiu a privatização de pequenas empresas e acordos especiais com as grandes, o que incentivou fluxos de IDE dos países desenvolvidos – sob um plano industrial gerido pelo Estado – para o país.

O segundo pólo é o de grande importador de tecnologia, bens intermediários, insumos, energia e matérias primas: o rápido crescimento chinês proporcionou um aumento da demanda por produtos de alta tecnologia para fomentar o parque industrial nacional, de modo a incentivar a importação de bens de capital dos países desenvolvidos. Além disso, criou uma relação de complementaridade com os países em torno do Leste Asiático, de modo que esses países fornecem para a China bens intermediários, peças e insumos industrializados para sua produção. Por fim, o crescimento chinês demanda recursos energéticos e minerais para potencializar sua indústria, e alimentos para sustentar internamente sua população e garantir a disponibilidade mão de obra para a indústria.

O crescimento econômico permitiu também que a China galgasse posições mais proeminentes na política internacional. Analistas já preveem que a China é uma candidata cumprir um papel mais relevante no cenário político internacional nos próximos anos, relacionado não apenas à sua importância econômica, mas também à sua liderança na concretização de uma ordem multipolar e menos desigual no que se refere ao peso das potências no jogo internacional. Se a China terá poder para tornar a ordem internacional mais multipolar e menos assimétrica é uma questão em aberto, porém, é inegável o fato de a expansão do poder político internacional chinês – como uma somatória de seu poder econômico, militar e cultural – está trazendo novos interesses e regras para o jogo, principalmente no âmbito das instituições internacionais. Assim, a China, nos últimos dez anos, se tornou um problematizador de todas as questões internacionais mais relevantes, como economia, segurança e defesa, questões ambientais, dentre outras.

Assim, o objetivo desse artigo é o de observar e problematizar o movimento de aproximação da China com a América Latina a partir dos efeitos da internacionalização econômica chinesa e de sua maior preponderância nos fóruns políticos internacionais. As perguntas que guiam esta investigação são as seguintes: Da perspectiva da China, como seu modelo de desenvolvimento pode afetar e definir a inserção internacional dos países latino-americanos nesse século XXI? E da perspectiva dos países latino-americanos, quais são as políticas e estratégias que eles estão elaborando frente a essa inserção chinesa, ou melhor, como os países latino-americanos visam se atrelar à dinâmica chinesa?

Elementos contraditórios podem ser observados a partir dessas duas questões. Por um lado, a maior participação chinesa nos fóruns multilaterais representou uma janela de oportunidade para os países em desenvolvimento, como é o caso do próprio Brasil. Permitiu também a possibilidade que a América Latina pudesse diversificar suas relações internacionais, na maioria das vezes voltada exclusivamente para os Estados Unidos. Em termos econômicos, a China representa um importante mercado consumidor para os produtos energéticos, minerais e agrícolas da América Latina, e a partir da segunda metade dessa primeira década do século XXI, a demanda chinesa foi



fundamental para que os países latino-americanos pudessem apresentar uma conta corrente superavitária, permitindo inclusive um acúmulo de reservas internacionais por parte desses países. Ademais, a China se apresenta como um potencial fornecedor de IED, principalmente em infraestrutura, para os países latino-americanos exportadores como forma de garantir e baratear o fornecimento de tais produtos.

Ao mesmo tempo, a China pode provocar uma especialização produtiva e da pauta comercial latino-americana em produtos de baixo valor agregado, questionando se o boom da demanda chinesa por produtos primários promove, de fato, uma possibilidade de desenvolvimento ao longo prazo, ou se está situado na lógica de especialização nas vantagens comparativas. Além disso, a China pode se desponhar como um potencial competidor dos países latino-americanos com relativas estruturas industriais, pois produz bens com baixa, media e alta tecnologia a custos reduzidos, podendo tomar alguns mercados de produtos industrializados latino-americanos.

Frente a essas indagações, o artigo está articulado para analisar três variáveis: a posição latino-americana na política externa chinesa; a demanda chinesa por produtos energéticos, minerais e agrícolas; e a possível concorrência chinesa em produtos industriais tanto nos mercados internos dos países latino-americanos quanto nos mercados para os quais esses países exportam prioritariamente.

Assim, a Seção 1, intitulada “A posição latino-americana na visão chinesa de Relações Internacionais” visa responder as seguintes questões: em primeiro lugar, como a China tem influenciado o mundo em termos políticos, como um reflexo de seu modelo de inserção internacional? E depois, como a América Latina está inserida na estrutura da política externa chinesa? Essa articulação pode favorecer uma maior participação dos países latino-americanos no cenário internacional? Destacado o contexto geral das relações internacionais entre China e América Latina, a seção tem como objetivo atentar que essas relações, embora se destaquem os aspectos econômicos, são sustentadas, da perspectiva chinesa, por bases políticas muito claras, elemento político esse pouco atentado pelos analistas internacionais. Sendo assim, visa-se elucidar em que moldes políticos acontecem estas relações e quais os impactos políticos que compõe esta nova configuração das relações internacionais entre China e América Latina. Está evidente que a China tem um projeto político e econômico que norteia todas as suas ações internacionais em função de seu desenvolvimento nacional. Por sua vez, a seção questiona se a América Latina, em seu conjunto ou individualmente, estaria preparada para lidar com as vantagens e os custos que a política externa chinesa traz para a região.

Para responder tais indagações, nessa seção primeiramente será mapeada a política externa da China para a América Latina, por meio da abordagem das diretrizes conceituais e estratégicas dessa política. Particularmente, será feita uma sondagem nas estruturas das políticas internas chinesas, uma vez que o modo de organização social interno reflete a postura chinesa no cenário internacional. Depois, será realizada uma abordagem interpretativa das implicações dessa aproximação para ambos os lados. E, por último, serão destacadas nas considerações parciais, uma breve consideração final, ainda parcial, da representação chinesa na América Latina, ponderando os



aspectos políticos desta relação e demonstrando que tal aproximação, por conta dos seus efeitos, deve ser pensada para além das relações comerciais. Destarte, até o presente momento, as aproximações entre China-América Latina tem apresentado uma relação com tendências assimétricas, com base no atendimento às necessidades chinesas e fortalecido pela restritiva pauta de exportação latino-americana somado a inexistência de um projeto de desenvolvimento de longo prazo na região.

Já na segunda seção, intitulada “O crescimento e a inserção internacional chinesa: dependência globalizada”, apresenta as seguintes perguntas norteadoras: quais são os impactos positivos e negativos da estratégia chinesa de aquisição de recursos energéticos, minerais e agrícolas? Essa demanda chinesa pode causar uma especialização produtiva da pauta exportadora dos países latino-americanos nesses produtos? Destacando o movimento de *go-global (ou going out)* chinês e da constante necessidade de recursos naturais, a seção aponta para o fato de que as relações entre China e América Latina estão se aprofundando principalmente devido ao crescimento da demanda por matérias-primas para as indústrias chinesas e de alimentos para a população. Em outras palavras, pode-se dizer que a aproximação chinesa da América Latina tem o sentido de corrigir os desequilíbrios externos da economia chinesa (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007). Ao mesmo tempo, o aumento da demanda por recursos naturais impactou, a curto prazo, de forma positiva na América Latina, atuando inclusive anticiclicamente nas economias da região, puxando a partir da metade do século XXI, um período de crescimento e estabilidade. Por outro lado, no longo prazo especula-se que a busca por atender a demanda chinesa pode resultar em uma especialização nestes setores, o que pode ter impactos negativos para o desenvolvimento desses países, tanto no que tange à indústria quanto à instabilidade econômica em depender da exportação de produtos que possuem uma tendência estrutural para a oscilação de preços.

Para analisar essas questões, a seção tem como partida a análise das bases estruturais que determinam o modelo de crescimento chinês, particularmente a partir da década de 1990, explicando porque a demanda por esses recursos é tão proeminente. Em seguida, será realizado o mapeamento das relações sino-latino-americanas a partir de países selecionados, a saber, Brasil, Chile, Argentina e Venezuela, de acordo com a questão da segurança energética e alimentar chinesa e com a demanda de matérias primas para a indústria. Esse mapeamento será feito pela análise da pauta de exportações desses países para a China em três recursos específicos: energéticos, minerais e alimentos. Ademais, serão mapeados os IED chineses na região que se destinam não apenas à criação de infraestrutura para o escoamento desses produtos, mas também investimentos produtivos e na extração de recursos realizados nos países latino-americanos pelas próprias empresas chinesas. A compra de terras para o cultivo de grãos e outros gêneros agrícolas pode ser elencada nesse caso. Finalmente, a seção apresenta como considerações parciais a preocupação de que os benefícios a curto prazo dessas exportações latino-americanas pode comprometer o desenvolvimento dos países a longo prazo, na medida em que os incentivos para a produção de commodities podem desviar investimentos de setores industriais caso se busque uma especialização nesses produtos para atender a demanda chinesa.



Finalmente, a Seção 3, intitulada “O Fator Chinês para o Desenvolvimento Latino-Americano: A Possível Concorrência nos Setores Industriais” está estruturada a partir das seguintes questões: a entrada vertiginosa das importações chinesas pode afetar os setores industriais dos países latino-americanos? Ademais, o fato de a China ter se tornado um grande exportador global pode minimizar a concorrência das exportações latino-americanas de produtos industrializados de maior valor agregado em mercados importantes para os países da região? A preocupação dessa seção é analisar como o movimento da entrada dos produtos chineses no mundo todo pode colocar novos constrangimentos para a industrialização latino-americana. A despeito do argumento de que as relações entre China e América Latina são de complementaridade, já que as estruturas econômicas são distintas (uma especializada em produtos industriais de média e alta tecnologia, e outra, baseada na exportação de recursos naturais, ou de bens industrializados provenientes de recursos naturais), para os países latino-americanos que conseguiram algum avanço industrial é importante analisar se não há um deslocamento dos produtos nacionais por produtos chineses.

Assim, a seção se inicia com uma análise da diferença entre os modelos latino-americanos e chinês de inserção internacional, dando ênfase na particularidade de alguns países que conseguiram constituir relativo avanço industrial. Dentre os principais estão o México e o Brasil, de modo que a seção se debruça sobre esses dois estudos de caso, analisando duas variáveis: a possibilidade de concorrência no mercado interno e a possibilidade de deslocamento dos produtos industriais latino-americanos em terceiros mercados. Em seguida, se passa para a análise do México, enfatizando primeiramente o peso dos déficits comerciais desse país com a China; e depois, destaca-se o modo como o México também foi bastante afetado pela concorrência chinesa no setor maquila de manufaturas intensivas em baixa e média tecnologia, perdendo posição em relação ao seu principal mercado exportador, os Estados Unidos. Já no caso do Brasil, busca-se demonstrar que o movimento da concorrência chinesa ainda não é tão nítido no mercado interno, embora haja um crescimento não irrelevante das importações oriundas da China. Além disso, no caso do Brasil se analisa a concorrência com o país asiático em terceiros mercados, principalmente naqueles mais estratégicos para o Brasil, a saber: MERCOSUL, ALADI e Estados Unidos, apresentando quais produtos nacionais foram deslocados pela China. Por fim, a seção faz uma avaliação dos mecanismos desses países para evitar a presente ou futura concorrência chinesa, mecanismos esses mais voltados para a imposição de políticas antidumping do que de políticas de promoção do fortalecimento industrial.

Como conclusões parciais, o artigo visa colocar algumas ponderações a partir da seguinte questão: o crescimento chinês é uma alternativa para o desenvolvimento da América Latina? A proposição é de que a inserção internacional chinesa consiste em uma janela de oportunidade para os países latino-americanos, porém, essa oportunidade está permeada por contradições que exigem um claro posicionamento dos países latino-americanos em termos de estratégias para o desenvolvimento. A conclusão pondera sobre como atender à demanda chinesa é importante na medida em que vincular-se ao crescimento chinês gera movimentos de crescimento também para os países latino-americanos, enquanto simultaneamente é necessário que se tenha clareza dos custos oriundos de um crescimento exclusivamente atrelado a essa demanda, que pode resultar em uma



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



SAI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

especialização negativa das economias caso não se tenham estratégias que transformem essas vantagens de curto prazo em vantagens estruturalmente duradouras que possam promover um desenvolvimento e uma inserção internacional mais autônoma para os países da região, especialmente para o Brasil.



CAP. I - A POSIÇÃO LATINO-AMERICANA NA VISÃO CHINESA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Aliádne de Paula Damázio Leite

Coordenação: Professora Érika Laurinda Amusquivar

INTRODUÇÃO: A POSIÇÃO LATINO-AMERICANA NA VISÃO CHINESA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nos últimos anos a China tem ampliado, consideravelmente, suas relações econômicas e diplomáticas com o mundo. Essa nova tendência tem sido resultado da política de “internacionalização” chinesa, conhecida *go global policy*, desenvolvida a partir dos anos 1990, através da qual o governo tem buscado estimular o envio de recursos chineses, tanto públicos quanto privados, ao exterior. Da mesma forma, o governo também busca encorajar investimentos no exterior pelas empresas chinesas como forma de corrigir os desequilíbrios externos da economia chinesa. Neste sentido, foram criados incentivos específicos para fomentar o envio de capital chinês ao exterior, bem como removidas as restrições relacionadas ao volume de recursos que poderia ser investido no exterior. Contudo, por trás das relações e comerciais que a China tem desempenhado internacionalmente, há uma estratégia política, fundamental para compreendermos o movimento do país asiático no sistema internacional.

A política externa chinesa constitui-se como principal mecanismo e estratégia para aproximação com os outros Estados no globo, tendo como objetivo principal o estabelecimento de negociações comerciais baseado na importação e exportação de produtos essenciais para o seu desenvolvimento. Além disso, do lado das negociações políticas, há um grande interesse chinês de que países que ainda não reconhecem diplomaticamente a República Popular da China como uma única China, passem a reconhecê-la como tal. Para isso, a China tem buscado se aproximar dos países por meio das relações econômicas, as quais acabam escondendo as relações políticas que estão no núcleo da internacionalização da economia chinesa, fornecendo toda a dinâmica necessária para a atuação da China no cenário internacional.

Paralelo a esta política de internacionalização, internamente, o governo determinou setores os quais o setor público daria subsídios para que fossem realizados investimentos no exterior: essa escolha foi feita baseada nos setores que poderiam gerar os resultados mais benéficos à China, do ponto de vista estratégico, auxiliando na supressão dos gargalos que têm sido imposto ao desenvolvimento econômico chinês. Esta política é, em termos práticos, uma resposta do governo às



fraquezas chinesas, principalmente no que diz respeito à geração de energia e à aquisição de recursos naturais: a China passou a buscar no exterior os recursos que não possuía ou que eram insuficientes em seu território. Destarte, o investimento externo chinês tem tido o papel de garantir o acesso às fontes de recursos naturais espalhadas pelo mundo de modo que a China possa completar seu ciclo de desenvolvimento econômico.

É neste contexto que ocorre o incremento das relações entre América Latina e China: o foco do gigante asiático tem sido energia e alimentos, dois setores nos quais os países latino-americanos possuem destaque. O investimento chinês na América Latina tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, tanto sob a forma de investimento direto como sob a forma de transações comerciais¹⁸. Um exemplo disso é o fato da China ter se tornado, em 2009, o principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos (MDIC, 2009). Cabe ressaltar, inclusive, que a economia brasileira tem sido um dos principais destinos dos capitais chineses, juntamente com o México e Venezuela (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007). O interesse pelo Brasil reside no fato de ser a maior economia da região, além de possuir importantes reservas de petróleo e minerais. Além desses três, a China também mantém relações político-econômicas com outros países da região como o Chile, a Bolívia, o Peru, e a Argentina, também são países ricos em matérias-primas estratégicas como minerais e grandes produtores mundiais de produtos agropecuários.

Os investimentos chineses na região tem se concentrado, portanto, no desenvolvimento de projetos de exploração de recursos naturais e energéticos, tanto através de alianças a partir do governo chinês como a partir de empresas chinesas. A contrapartida desses investimentos é frequentemente pelo envio de volumes consideráveis dos bens explorados pelos projetos para a China. Ademais, a China também tem se preocupado em investir no desenvolvimento de infra-estrutura na América Latina: esse foco é fruto das condições precárias da infra-estrutura regional que acabam encarecendo o transporte e a exploração dos recursos naturais (ELLIS, 2009).

Outra estratégia de inserção da China na América Latina tem sido a participação da potência chinesa em diversas organizações regionais, como a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Esta é uma das medidas relacionadas à diplomacia chinesa: do ponto de vista político, a preocupação chinesa tem sido obter o apoio dos países latino-americanos nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), em troca do apoio chinês à região. Além disso, o reconhecimento diplomático de Taiwan tem sido um dos fatores decisivos para a aproximação diplomática da China com outros países. No caso da América Latina, essa aproximação é estratégica, dado que as relações comerciais se intensificaram nos últimos anos.

Destacado este contexto geral entre as relações sino-latino-americanas, a presente seção tem como objetivo maior ampliar o escopo da análise das relações entre esses atores como puramente comerciais ao analisar as bases políticas que sustentam tais relações bem como compreender os motivos e os condicionantes que permeiam essas políticas. O movimento atual

18 Sobre Investimento chinês na América Latina, abordaremos mais detalhadamente na seção II deste artigo.



indica que as relações econômicas sobressaem às relações políticas em termos de importância para o desenvolvimento pleno da China. Não obstante, as relações políticas e diplomáticas tem se mostrado decisivas para a interação estratégica entre essas duas regiões que, por vezes, se torna um fator decisivo nos critérios de aproximação comercial. Prova disso, por exemplo, é a grande preocupação da China em conseguir reverter o reconhecimento de Taiwan no entorno internacional, sobretudo na região latina, uma vez que esse critério pode comprometer os grandes interesses da China como a compra de recursos naturais e energéticos. A grande maioria dos países que consideram Taiwan um representante político está localizada na América Central; em contrapartida, os interesses da América Latina também ficam comprometidos, dado à restrição da diversificação de parceiros comerciais e diplomáticos.

Dessa forma, faz-se necessário compreender o caráter político desta relação de modo que a América Latina possa formular uma política externa estratégica para conduzir tal relação, podendo assim, alcançar uma relação mais simétrica ao menos em termos políticos. Isto posto, o buscarmos elucidar em que moldes acontecem estas relações e quais os impactos políticos que compõe esta nova configuração das relações internacionais entre China e América Latina. Está evidente que a China tem um projeto político e econômico que norteia todas as suas ações, isto é, para os chineses está claro seu plano de desenvolvimento nacional, eles sabem de onde estão partindo e para onde querem chegar. E a América Latina, em seu conjunto ou individualmente, estaria preparada para delinear uma política específica para a China? Saberia dimensionar qual é o seu papel na epopéia chinesa?

Para responder tal questão, primeiramente, mapearemos a política externa da China para a América Latina, buscando evidenciar o tipo de relação que vem sendo desdobrada, bem como observar por quais vias essa aproximação ocorre. Ademais, realizar-se-á uma sondagem nas estruturas das políticas internas chinesas, uma vez que o modo de organização social interno reflete a postura chinesa no cenário internacional. No segundo momento, a abordagem será composta por uma análise de caráter interpretativo, destacando a importância e as implicações políticas dessa aproximação para ambos os lados. E, por último uma breve consideração parcial da representação chinesa na América Latina, ponderando os aspectos políticos desta relação e demonstrando que tal aproximação, por conta dos seus efeitos, deve ser pensada para além das relações comerciais.

AS ESTRATÉGIAS DIPLOMÁTICAS: A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA DA AMÉRICA LATINA

Concomitante às transformações econômicas ocorridas na China no final da década de 1970, a diplomacia e a política externa chinesa igualmente passaram por alterações fundamentais de modo a dar suporte a esta nova proposta de desenvolvimento interno do governo chinês qual se pautava no processo de internacionalização. Este modelo de desenvolvimento fez com que a China empreendesse uma forte política baseada em vínculos bilaterais com todo o globo.



Esse modelo de política externa, contudo, somente se consolidou a partir dos anos 90, período em que a China revela sua diplomacia de “grande estratégia” de potência amigável. A “grande estratégia” se pauta na busca por um cenário internacional de paz e de estabilidade de maneira que o governo chinês preserve sua integridade territorial, soberania e independência. Dessa forma, vale afirmar que todo o esforço direcionado ao desenvolvimento interno da China, impulsionou o governo a afrouxar sua política externa que, cada vez mais, se mostra sob um viés prático e eficaz. Nesse sentido, para entender a política externa estratégica da China para a América Latina, devemos inquirir sobre sua política interna, sendo os princípios dessa política doméstica “transferida” à política externa.

A política interna da China atual

A importância de compreendermos a política interna da China encontra-se no fato dela estar intimamente relacionada com a política externa. A exportação do modo de organização social chinês faz parte de uma estratégia que compõe a política externa da China. Isto porque a China possui um projeto maior de desenvolvimento nacional qual engloba tanto sua política interna como a externa. Além disso, entender como os chineses estão organizados socialmente permite compreender a lógica com que atua no sistema internacional e como sua política externa é aplicada.

Observando o crescimento e o desenvolvimento que a China tem logrado nas duas últimas décadas, é possível afirmar que a política chinesa, baseada nas interpretações confucionistas, tem apresentado um desenvolvimento, porém, um tipo distinto do ocidente, com características originais. Os traços marcantes que diferenciam o desenvolvimento da China do desenvolvimento ocidental abrangem as seguintes considerações: a importância dada à estrutura harmônica de sociedade, caracterizando relações de longo prazo e vínculos pessoais, características que permitem estruturas empresariais personalizadas, com caráter menos contratual do que as relações que existem no Ocidente. Outra característica deste desenvolvimento é a tradição prioritária da educação nesta sociedade, sobretudo o esforço de direcionar os estudos para os setores de tecnologia e ciência. (PINTO, 2000: 33).

Os princípios que regem a política chinesa é uma simbiose entre três correntes de pensamento consideradas heranças políticas do Império, são elas: o confucionismo, o legismo, e, o taoísmo. Ainda que estas correntes não sejam consideradas filosofias para organizações políticas, o comportamento político desde a China Imperial à China atual foi baseado nessas concepções. Isso ocorre porque essas linhas de pensamento caracterizaram-se como valores e costumes para a população chinesa, constituindo-se como filosofias de vida que acabaram transbordando para o campo da política. Ainda que o taoísmo¹⁹ e o legismo²⁰ apareçam como outras filosofias presente

19 Precisamente, “o taoísmo não se trata de propriamente de uma filosofia política. Tem origem em comportamentos políticos particulares”. Seu principal pilar é que a harmonia e os equilíbrios sociais são naturais, tendo o homem de submeter-se à natureza ou ao Tao, princípio imanente da espontaneidade cósmica, isto é, as leis naturais devem governar a sociedade produzindo um “conceito de não agir”. (CABESTAN, 1994: 5)



na estrutura social chinesa é o confucionismo que prevalece como a corrente que mais influencia a política interna e externa da China.

O confucionismo, ao exaltar a capacidade de mudanças e aperfeiçoamento do homem e ser uma referência de normas de comportamento, contém características próprias que podem facilitar a compreensão da maneira como a China está atuando no Sistema Internacional, sobretudo nas forças que vem conduzindo o seu desenvolvimento econômico. Segundo uma das interpretações dos neoconfucionistas²¹ sobre o papel do confucionismo no desenvolvimento da Ásia Oriental, sobretudo a China, é que estes acreditam que o confucionismo tem desenvolvido um relevante papel na modernização destes países. *“Alguns professores chegam a afirmar que estaria em formação uma ‘democracia confucionista’, a influenciar todo um ‘jeito asiático’”* (PINTO, 2000: 32).

O confucionismo é considerado uma corrente filosófica que emergiu dos escritos de Confúcio (551-479 AC), dando origem ao confucionismo. O confucionismo é um conjunto de regras morais e obrigações sociais, como esclarece o filósofo e sinólogo Léon Vandermeesch

Acrescentar que o corpo canônico do confucionismo não contém nenhum fundamento teológico, não tem nada de uma fé, e que a tradição chinesa vê nele essencialmente uma compilação de princípios políticos-morais com o objetivo de elevar o homem, a sociedade e o mundo, sempre a um estado de melhor harmonia. (VANDERMEESCH, 1991 apud PINTO, 2000: 29)

Confúcio preocupado em restaurar a antiga ordem moral e política, em que deveria haver o cumprimento da lei acima de todas as coisas, mas sempre tendo como objetivo final a preservação da harmonia social.

O pensamento confucionista de uma China unificada esclarece uma visão além da harmonia social, a de uma sociedade nos moldes de hierarquia, uma vez que o filósofo afirmava que somente o homem honesto, que buscava atender o interesse coletivo deveria estar acima para poder orientar os homens “vulgares”, quais estavam interessados em satisfazer interesses individuais. Para Confúcio, a benevolência constituía-se como conceito chave desta filosofia, pois é condição básica de uma relação harmoniosa entre superior e subordinado, evidenciando o pensamento de sociedade hierárquica. (CABESTAN, 1994: 3)

Certamente, a influência da ênfase confucionista, reflete grandes impactos na estrutura nacional, sobretudo no campo do desenvolvimento. Para tanto, a estabilidade interna deve constituir-se como uma das maiores preocupações para a China, de modo que os chineses buscam por elementos que favoreçam o equilíbrio e por elementos que podem ser encontrados nas práticas culturais e crenças.

20 Contrário a filosofia confucionista, o legismo é uma “Escola de leis que buscou resolver por métodos violentos e repressivos, por meio da lei, os graves problemas da China” no período dos Reinos Combatentes. Seu principal objetivo é “enriquecer o Estado e reforçar as forças armadas”, isto é, um modo de organização social com tendências quase totalitárias. O Modelo legista, contudo, possibilitou a reunificação da China através do predomínio de um só Rei. (CABESTAN, 1994: 4)

21 Como os professores Wu Teh Yao, do Instituto de Filosofia da Ásia Oriental, de Cingapura e Tu Wei-ming, de Harward



Do lado da política externa chinesa, de um modo amplo, o pensamento confucionista é aplicado com a mesma lógica. O progresso das relações externas é inseparável da situação política de estabilidade e unidade verificada no interior do país. Em vários documentos emitidos pelo governo chinês sobre os princípios norteadores de sua política externa, os pontos que mais se destacam estão ligados aos moldes em que as relações entre os países devem acontecer de maneiras harmoniosas, amistosas e buscando sempre a promoção da paz. (MRE - RPC, 2005).

A política exterior é uma continuação da política interna, uma vez que a política exterior chinesa visa, por um lado, buscar e assegurar um ambiente pacífico para a própria construção econômica com vistas à concretização seu principal objetivo: desenvolvimento da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia e o reconhecimento político da República Popular da China por todos os Estados nacionais; por outro lado, a política exterior chinesa visa à salvaguarda da paz e da segurança mundial.

Para o governo da China, o princípio das relações harmoniosas para sua política estrangeira é uma fonte de promoção internacional da paz, de tal forma a permitir a legitimidade dos interesses externos chineses. Além disso, a China, para se desenvolver, acredita que um cenário internacional pacífico é um elemento central para alcançar tal desenvolvimento. Neste sentido, a ascensão pacífica chinesa no sistema internacional, baseada na filosofia confucionista de relações harmônicas, constitui-se como uma estratégia de política externa de modo que possa construir relações pacíficas e, então, lograr seu objetivo supremo de desenvolvimento nacional.

Com a abertura política e econômica de 1979 e com a política estratégica de *go global* a partir dos anos 1990, a China tem obtido grandes êxitos nas suas relações internacionais, tornando-se cada vez mais atuante na dinâmica das duas esferas internacionais, fazendo com que a situação de isolamento definitivamente se findasse. Neste contexto de grandes transições, o país passa a buscar por novos mercados e novos fornecedores com o objetivo último de alcançar seu desenvolvimento interno. É, portanto, nesta configuração, que a América Latina torna-se uma região estratégica para a China, qual passa a estreitar relações políticas e econômicas com os países latinos.

Mediante esta nova empreitada da China de buscar por novos fornecedores de matérias-primas e recursos naturais, uma necessidade emerge: delinear qual a melhor política externa para estabelecer relações econômicas principalmente com os países latinos. Para tanto, a China vai se apoiar na retórica da Cooperação Sul-Sul, isto é, de que esta relação é uma parceria simétrica entre países em desenvolvimento, de modo a beneficiar-se mutuamente. Contudo, os chineses reconhecem que, no futuro, as relações devem ultrapassar a esfera econômica, e que precisará expandir sua geopolítica para regiões como América Latina, África e Oriente Médio, regiões ricas em recursos a fim de garantir o abastecimento da China para, então, avançar com seu crescimento. (LIMIN, 2010: 13)

A seção que segue tratará de destacar quais as características da política externa chinesa para a América Latina, buscando evidenciar quais os objetivos que norteiam as políticas da China.



A Política Externa chinesa para a América Latina

As relações diplomáticas entre a República Popular da China e América Latina podem ser entendidas como resultante de um exercício histórico de diplomacia bilateral e multilateral. Embora as conversações sino-latino-americanas historicamente preexistentes, estas se estreitaram após o fim da Guerra Fria, ampliando as agendas para o campo político, econômico e cultural. Isto porque, um novo cenário internacional foi contemplado no início da década de 1990, permitindo que as relações sino-latino-americanas assumissem um perfil distinto, imposto pela globalização econômica. Vale dizer que houve a ampliação do processo de desregulamentação e reestruturação no papel do Estado que agora passa a propor um atrativo leque de incentivos para captação de recursos externos sob a forma de Investimento Direto Externo (IED) ao mesmo tempo em que visa expandir seu comércio exterior. (CESARÍN, 2006: 3)

Do lado dos países latino-americanos, os principais tópicos desta agenda foram a ampliação política, econômica, cultural, porém sob a égide Consenso de Washington. Do lado dos chineses, também houve abertura econômica, ampliando suas relações comerciais e políticas, porém, este movimento aconteceu sobre o aprofundamento dos conflitos com Taiwan. Sendo assim, ambos os fatores - Consenso de Washington pela América Latina e enfrentamento com Taiwan pela China – marcam a aproximação entre ambos os atores, uma vez que as duas economias contaram com uma abertura política e econômica, permitindo, assim, a aproximação da região latina com os chineses. Ademais, com a abertura política dos países latinos houve a aproximação de alguns desses países com Taiwan, despertando um especial interesse político dos chineses nesta parte do continente americano.

Entretanto, um possível limite para esta aproximação econômica e política entre o país asiático e a América Latina pode residir no fato de que a região Latina é uma zona de maior proximidade com os Estados Unidos. Contudo, a relação chinesa com os países latinos não busca desafiar abertamente os Estados Unidos, mesmo porque a China busca seguir o axioma herdado por Deng Xiaoping²², de nunca assumir a liderança (“never taking the lead”), mas buscar por uma ordem multipolar e superar a ordem unilateral estabelecida no pós Guerra Fria, mas a presença chinesa na região objetiva “ocupar os vazios deixados por esta potência [Estados Unidos] em regiões como África e América Latina por meio do fortalecimento dos interesses econômicos chineses”. (REDLAT, 2009: 39).

Nesse sentido de consecução de uma ordem multipolar e ocupação de espaços deixados pelos Estados Unidos, a China tem desenvolvido uma política econômica que se caracteriza como alternativa aos ditames neoliberais do Consenso de Washington. Denominada como Consenso de Pequim – termo criado pelo norte americano Joshua Cooper Ramo – representa uma retórica de que o modelo de desenvolvimento econômico cunhado pela China seja passível de adaptação aos países em desenvolvimento, principalmente países da América Latina e Rússia, quais provaram que o

²² A partir de 1978, Deng Xiaoping foi o principal articulador da desmaioização, das reformas e da abertura para o estrangeiro e impôs pouco a pouco suas idéias ao Partido Comunista chinês, a “idéia da edificação do socialismo com colaboração chinesa”, ou seja, idéias que atendiam às necessidades reformistas. (CABESTAN, 1994:10)



modelo neoliberal não foi capaz de engendrar um desenvolvimento efetivo em suas estruturas (RAMO, 2004).

Do modelo chinês, três teoremas básicos podem ser retidos:

- 1) a China vem-se beneficiando de investimentos em alta tecnologia, inovação e educação, formas de aumentar a produtividade total dos fatores da economia (mesmo quando fracassam, as tentativas são vistas como positivas);
- 2) as taxas elevadas de crescimento não bastam, e o governo busca agora o desenvolvimento equilibrado (sustentabilidade & igualdade), ou seja, uma expansão sustentada com maior igualdade na distribuição dos ganhos (a desigualdade é um risco para a estabilidade social);
- 3) o poder emergente da China é alicerçado no exemplo de seu próprio modelo, na força de seu sistema econômico e na defesa rígida da soberania nacional (teoria da autodeterminação). (FRAGA, 2005)

A aproximação do modelo chinês é, na verdade, uma tentativa de substituir o antigo modelo para esse que se autodenomina "milagroso" e sem ser unilateral.

Contudo, nenhum outro país poderá repetir a experiência chinesa, com ressalvas a certos aspectos, como os investimentos em inovação tecnológica, são altamente atraentes para outros países. Em outras palavras, a experiência chinesa reflete uma criação de uma política estratégica própria de desenvolvimento, partindo das suas próprias condições e potencialidades, sem se pautar em um modelo exógeno. Suas principais características de desenvolvimento estão baseadas em um Estado fortemente atuante e um planejamento de longo prazo. Para a América Latina, portanto, não se trata de copiar o modelo chinês, mas incorporar algumas premissas gerais às estratégias de desenvolvimento, como já dito, forte investimentos em bens de capitais.

Tais lacunas deixadas pelos Estados Unidos na região e o avanço chinês se explicam em virtude do isolacionismo dos americanos, que nesta ultima década estava estreitamente envolvido com uma política externa de combate ao terrorismo e por uma perspectiva unilateral no sistema internacional liderada pelo governo George W. Bush. Além disso, não podemos descartar a fracassada relação do Consenso de Washington com a região somada à emergência de diversos governos latinos não alinhados as políticas e a economia de norte-americana.

Portanto, no que se refere à política externa chinesa, verifica-se a ocorrência de dois movimentos que se completam. Primeiro, alcançar o objetivo de alterar a ordem unilateral por meio da presença chinesa em outras regiões do globo; em segundo, estabelecer parcerias em regiões estratégicas para favorecer o seu crescimento e desenvolvimento interno. Sobre esta última afirmação, cabe destacar que as características adotadas pela China na aplicação de sua política externa se diferenciam em cada região do globo, de acordo com seus interesses internos. Como já destacado, duas das principais regiões que interessa a China (América Latina/ Caribe e África) recebem políticas externas com bases de negociações diferentes. Na América Latina as estratégias se dão com bases em acordos bilaterais e basicamente as relações se concentram em interesses



econômicos, ainda que temas multinacionais componham a agenda chinesa para esta região²³. Ao passo que na África as negociações são realizadas para além das relações bilaterais e da esfera estritamente econômica, qual transborda também para o campo geopolítico.

Esta diferenciação entre política externa chinesa para África e América Latina pode ser explicada. O comprometimento político da China para com a América Latina fica apenas no discurso porque os Estados Unidos constitui-se como principal fator limitante, implicando à China mais cautelas nas negociações em termos de política externa. Ademais, a China se arrisca mais nos acordos econômicos por conta dos países latinos já estarem imersos na estrutura de organização social promovida pelo Estado, pelo capital nacional e internacional. Já na África, este modo de organização social ainda não está consolidado plenamente, permitindo que a China consiga atuar mais livremente em termos econômicos e em termos de geopolítica, estabelecendo uma relação mais “equilibrada” na diplomacia chinesa para a África. Em suma, o principal contraponto nas relações China – América Latina e China – África é que a primeira, ainda que em bases assimétricas, aparece como uma região mais competitiva ao passo que os países africanos têm contemplado estas relações com a idéia de desenvolvimento nacional, porém, com a ressalva de serem ações colonizadoras. (REDLAT, 2009: 40)

Baseado na estrutura de relações bilaterais, os objetivos da diplomacia chinesa para os latinos, pode ser destacado como uma adaptação da “grande estratégia” da diplomacia chinesa, porém, considerando as características regionais. Dentre os pressupostos das políticas chinesas para América Latina, são três os principais objetivos que norteiam as suas estratégias:

1. Complementaridade dos interesses políticos como regiões em desenvolvimento que compõem o sistema internacional;
2. A importância da América Latina como fornecedora de matérias-primas e recursos naturais;
3. A construção de um “capital político” por meio do reconhecimento global da República Popular da China como nação. (CESARÍN, 2006: 4)

Com relação à complementaridade de interesses políticos, na concepção tradicional chinesa das relações entre os Estados, os países latino-americanos conformam uma grande parcela dos países em desenvolvimento, promovendo alianças e vínculos com outros países por meio da cooperação sul-sul. O país asiático, segundo suas concepções de política externa, acredita que a cooperação sul-sul é um tipo de relação que privilegia o benefício mútuo entre os países em desenvolvimento, de modo que ambos os países obtenham vantagens.

No tocante à América Latina ser vista como um grande reservatório de matérias-primas - principalmente alimentos - e de recursos naturais, neste aspecto, a China verifica uma complementaridade econômica em que a América Latina seja uma grande exportadora de

23 A China tem uma presença ativa, ainda que seja como observadora, em organismos internacionais regionais como a CEPAL, o BID, na ALADI e na OEA, além de participar da Comissão de diálogo MERCOSUL – China e da cooperação com a Comunidade Andina. (REDLAT, 2009:40)



commodities ao passo que a China seja uma grande importadora de tais produtos. Com isso, a China consegue sustentar suas altas taxas de crescimento bem como atender sua demanda interna.

Quanto à importância que o capital político da América Latina representa no impasse entre China e Taiwan, a região latina desempenha uma posição importante, pois abriga onze dos vinte e três países que reconhecem diplomaticamente Taiwan²⁴, destacando o aspecto mais assintomático da relação sino-latino-americano. Desta forma, a China busca, por meios econômicos, influenciar os países que reconhecem Taiwan como um país legítimo de modo a forçar uma futura reunificação e o reconhecimento da China como economia de mercado. Um exemplo recente foi a inversão da posição da Costa Rica qual outrora estabelecia laços diplomáticos com Taiwan, mas mediante a oferta chinesa de receber US\$ 300 milhões pelos seus títulos de dívida pública, passou a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com República Popular da China. (BOWLEY, 2008).

Contudo, mediante as estratégias econômicas chinesas, Taiwan tem buscado reforçar os laços diplomáticos com os países latinos se utilizando igualmente de recursos econômicos, como se pode observar no quadro abaixo.

Tabela 1. Países da América Latina que mantêm laços diplomáticos com Taiwan

Países	Principais Acordos
El Salvador	Tratado de Livre Comércio (2007).
Guatemala	Tratado de Livre Comércio (2005).
Haiti	Recebe doações anuais a mais de 50 anos.
Honduras	Tratado de Livre Comércio (2007).
Nicarágua	Tratado de Livre Comércio (2006).
Panamá	Tratado de Livre Comércio (2003).
Paraguai	Doações para área da educação, habitação, agricultura.
República Dominicana	Parcerias na área da educação (2010).
Santa Lúcia	Cooperação na área da agricultura, educação e assistência médica (2007). Cooperação tecnológica (2008).
São Cristóvão e Névis	Cooperação na área da educação, agricultura, desenvolvimento comunitário, e intercâmbios culturais (2008).
São Vicente e Granadinas	Acordo de Cooperação Econômica – ECF (2010). Acordo de Proteção de Investimentos (2009).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SICE.

²⁴ Os onze países que reconhecem politicamente Taiwan: El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão & Nevis, São Vicente & Granadinas



Sobretudo no caso do Haiti e Paraguai, esta política taiwanesa fica mais evidente. No caso do Haiti, desde que as Nações Unidas (ONU) estabeleceram tropas no país, a China tem vetado algumas ações da ONU pelo fato do Haiti possuir laços diplomáticos com Taiwan, caracterizando uma tentativa de reverter a posição do Haiti. Porém, nos últimos meses, a China é que inverteu suas estratégias, pois tem realizado doações para ajudar o país, estabelecendo a “política do talão de cheques”. (STOCHERO, 2007). No caso do Paraguai, o fato que mais repercutiu foi a declaração do presidente Fernando Lugo que, ao assumir o governo, declarou que iria fazer uma política externa independente e ressaltou o interesse em se aproximar da China, pouco depois da declaração, Taiwan, em nome dos 51 anos de reconhecimento diplomático entre ambos países, enviou um milhões de dólares ao Paraguai para realização de projetos na área da educação, habitação e desenvolvimento agrícola, fazendo com que Lugo não rompesse os laços entre as eles.

Fica evidente, portanto, que a América Latina constitui-se como um território estratégico para o desenvolvimento chinês qual também engloba o seu reconhecimento global como economia de mercado e o país com quem deve estabelecer laços diplomáticos em detrimento a Taiwan. Contudo, do lado dos países latino-americanos, o que também se verifica é que tal relação parece beneficiar muito mais um país do que o conjunto total dos países latino-americanos. Assim, para compreender tal movimento, é imprescindível demonstrar de que forma essas relações impactam a região latina, bem como elucidar em quais moldes essas relações acontecem, iniciando com a política externa da América Latina para a China.

A política externa latino-americana para China

A China tem representado para América Latina, ao menos em termos aparente e em um curto prazo, uma grande oportunidade de crescimento econômico baseado em exportações de recursos naturais e *commodities*. Neste sentido, os países latinos têm buscado amplamente efetivar parcerias com a potência chinesa de modo galgar benefícios e fortalecer sua economia. Isto tem se tornado uma estratégia para atrair os investimentos chineses, no entanto, destas estratégias podemos derivar que os países latino-americanos estão baseados em uma política externa passível e frágil qual se delineia, primeiro, baseado nos interesses dos chineses. Ou seja, se constitui a partir da necessidade do país asiático e não é definida segundo uma política externa mais pragmática, assim como a China tem se comportado no cenário internacional em termo de política externa.

É fato que os interesses chineses têm convergido com os interesses da grande parte dos países latinos, contudo, o que se questiona é que muitas vezes tais países não têm a percepção de que China também se constitui como grande parte interessada em adquirir os produtos ofertados, o que permitiria a eles obter vantagens econômicas para além das exportações de produtos primários como, por exemplo, criar parcerias de modo que haja a transferência de tecnologia, auxiliando os países no desenvolvimento industrial, qual verdadeiramente é capaz de proporcionar uma inserção no sistema capitalista.



Outra implicação que resulta da busca dos países latinos para atrair os investimentos chineses, além da passividade política, é que este movimento cria uma tendência de concorrência interna entre os países latino-americanos, sobretudo os do cone sul e México por se tratar de países que já possuem uma estrutura mais consolidada, que pode oferecer mais vantagens aos chineses. Para ilustrar este argumento, segue abaixo os tipos de acordos que alguns desses países firmaram com a China e quais as suas respectivas expectativas com relação a estas parcerias, qual tem como resultado, em última instância a concorrência entre os países da América Latina.

Tabela 2. Tipos de acordos que os países latino-americanos mantém com a China e Expectativas nas parcerias com a China

Países	Tipos de Acordo	Expectativas cada país
Argentina	Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de comércio e inversão (2004).	Aumento das exportações para a China e de investimentos chineses.
Brasil	Plano de ação conjunta (2009/2010).	Diversificação das exportações brasileiras, aumento dos investimentos chineses e atuação conjunta em fóruns multilaterais.
Chile	Tratado de Livre Comércio (2006).	Aumento das exportações para a China e de investimentos chineses.
Colômbia	Acordo de proteção e promoção recíproca de investimentos (2008).	Atração de investimentos chineses para o país.
Equador	Memorando de entendimento sobre cooperação econômica e acordo de cooperação no setor de hidrocarbonetos (2009).	Atração de investimentos chineses no setor de petróleo e infra-estrutura.
México	Grupo Bilateral de Alto Nível (2004) e acordo de proteção e promoção recíproca de investimentos (2008).	Uso generalizado de mecanismos de antidumping e tentativa de atração de investimentos.
Peru	Tratado de Livre Comércio (2009).	Aumento das exportações para a China e de investimentos chineses.
Uruguai	Convênio de proteção e promoção recíproca de investimentos (1997). Acordo na área sanitária (2002 e 2003).	Possibilidade de ampliação da oferta exportadora de produtos primários e de atração de empresas para fornecimento ao MERCOSUL.

Fonte: RedLat, 2009

Nota-se que as expectativas dos países são o de sempre viabilizar acordos de modo a atrair os investimentos chineses, reforçando a idéia de que a política externa dos países latinos com relação à China é passiva, o que demonstra certa fragilidade em termos de poder de negociação.



Essa tendência de concorrência interna engendra um movimento que acaba por dispersar a possibilidade de realizar uma ação coordenada dos países latinos para a China. Não se indaga as possibilidades de América Latina negociar como se fosse um bloco econômico ou de uma integração entre os países, mas pensar, especificamente para os investimentos chineses, as potencialidades de uma ação conjunta e uma política externa mais alinhada a um propósito único, de também se beneficiar pautado no desenvolvimento e não somente no crescimento econômico.

Apesar das diferentes características dos países latinos, quais têm impossibilitado uma integração efetiva entre eles, muitos aspectos convergem, como é o interesse dos chineses nesses países para viabilizar investimentos que priorize as exportações de produtos primários dos países latino-americanos. É neste sentido que, se houver mais convergências de uma política externa latino-americana, esta traria mais benefícios ao conjunto, além de tornar a relação política e econômica entre a China e os países latinos mais simétrica.

Os países da América Latina têm mostrado carência na criação de uma estratégia de política externa para a China, de modo a tentar reverter sua posição inerte diante a China. No caso do Brasil, foi confirmado pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que disse termos falta de uma estratégia mais clara para lidar com a China, *“precisamos dar uma forma importante ao relacionamento com a China. Não desenvolvemos um conceito pleno de como vai ser nossa relação com a China (...) não deu tempo. Precisamos pensar mais profundamente nisso”* (MELLO, 2010).

Neste sentido, ficamos a mercê das imposições chinesas de aceitar os investimentos segundo seu direcionamento, que está evidente: investimentos e empréstimos concedidos para construção de infra-estruturas para o escoamento das commodities, como tem acontecido na Argentina, em que o governo chinês concedeu um empréstimo de US\$ 8,5 bilhões para a Argentina reconstruir sua malha ferroviária. A Venezuela lidera o ranking com US\$ 28 bilhões de créditos chineses, sinalizando a necessidade da China em garantir fornecimento de petróleo, necessidade qual também fez com que o país asiático disponibilizasse uma linha de crédito de US\$ 10 bilhões a brasileira Petrobrás. Ao todo, nos últimos 18 meses, a China já depositou na América Latina, cerca de US\$ 58 bilhões, montante que se divide entre as categorias de financiamentos, comércio e investimentos. (LANDIM, 2010)

Estas estratégias da China qual visa garantir o fornecimento de matérias-primas, são possíveis de se contemplar em quase toda a totalidade dos países da América do Sul e México, revelando a passividade dos países latino-americanos bem como a carência de políticas externas bem fundamentadas para que estes se relacionem com a China de forma mais consciente e pragmática.

RELAÇÕES ENTRE CHINA-AMÉRICA LATINA: COMPLEMENTARIDADE OU ASSIMETRIA?

Apesar da retórica chinesa em ver a América Latina como um parceiro igualitário no sentido político e econômico, as constatações indicam um outro tipo de relação que não aquela pautada na



cooperação entre países categorizados sul, tal como os chineses alegam e os países latinos, sem critérios, parecem absorver a retórica chinesa. A China, da maneira como tem despontado no cenário internacional tem profundas diferenças dos países latinos, ainda que ambos sejam considerados países sul. De fato, há fragmentações dentro desta categoria. Portanto, é preciso ressaltar que embora a China e os países latinos estejam classificados como iguais, há variáveis importantes como o crescimento econômico, desenvolvimento tecnológico, e o papel político e econômico no sistema internacional, que configuraram um status diferenciado à China fazendo com que tenha determinados ganhos sobre os demais “parceiros”.

Uma relação de interdependência assimétrica?

As relações estabelecidas entre a China e os países latino-americanos têm como base o princípio da Cooperação Sul-Sul, isto é, cooperação entre países intermediários que possuem três, ou pelo menos uma, das seguintes fatores: capacidades materiais, uma medida de autopercepção e o reconhecimento dos outros Estados, em especial das grandes potências. (LIMA, 2005:24).

A diplomacia chinesa, como já abordada neste artigo, se aproxima dos princípios que regem a cooperação sul-sul, isto é, da China como nação amiga, a qual visa o benefício mutuo dos países que se relacionam de modo a promover e ampliar a cooperação entre os países e, assim, juntos, se desenvolverem. Essa diplomacia é estratégica para China no sentido de que, de um lado, acaba aproximando os países latino-americanos como uma alternativa às amplas relações com os estados Unidos; e, do outro, a China sabe aproveitar um momento de vácuo político dos norte-americanos na região, que a partir dos anos 2000, mais precisamente após 2001 - período de maior ampliação das relações políticas e econômicas chinesas para a região latina - voltou sua política externa à contenção e combate ao terrorismo transnacional. É dessa maneira que a China aproveita o espaço “cedido” pelos americanos.

Esta relação entre os governos chineses e latinos tem seu ponto forte na esfera comercial. O quadro econômico avança muito, porém, o campo político não avança para além das declarações diplomáticas. Esta predominância econômica explica-se pelo pragmatismo da diplomacia chinesa, contudo, para atingir o seu principal objetivo - o desenvolvimento interno – o campo da economia tem que andar paralelamente ao campo da política, sobretudo sua política externa, e neste sentido a política externa chinesa se volta totalmente para atender interesses internos e não é sua prioridade cooperar para o desenvolvimento dos outros países.

Em seus argumentos, a China utiliza e o conceito ocidental de interdependência complexa para legitimar sua aproximação com os países da América Latina, afirmado que a partir das relações comerciais ambos os lados serão beneficiados. Parte dessa afirmação é considerável na medida em que a China é um mercado potencial para a importação de produtos latinos, o que faz aumentar as exportações da região. Contudo, a região latina também se constitui como grandes compradores de produtos chineses. A assimetria desta relação está divida em dois grandes pontos: a quantidade de produtos chineses importadas é maior do que a China importa da região latina; e, além disso, essa



qualidade também pode se referir à própria estratégia das negociações que configura uma assimetria no sentido de que a pauta importadora chinesa comprehende basicamente o setor primário, com baixo valor agregado, ao passo que as importações latinas de produtos chineses contemplam os setores de alta tecnologia e, portanto, de alto valor agregado.

Dessa forma, a cooperação sul-sul pauta a relação entre China e América Latina, não obstante, trata-se de uma relação em que os países latino-americanos precisam delinear uma política incisiva para seu próprio desenvolvimento, em outras palavras, não depender da exportação de seus produtos majoritariamente de baixo valor agregado (ao se comparar com a pauta da balança comercial entre outras regiões como Estados Unidos e Europa) para a China, um grande comprador mundial no qual precisa de grandes fornecedores para manter e completar seu ciclo de desenvolvimento. Desse modo, as políticas da China que são traçadas para manter relações com outros países do mundo de modo a contemplar um desenvolvimento (e não apenas crescimento) podem ser claramente observadas; já no caso da América Latina essas políticas não são visivelmente definidas. Conseqüentemente, o cotejo entre tais políticas pode gerar uma espécie de interdependência assimétrica, uma vez que a aproximação de ambos os atores visa atender seus respectivos interesses, mas a margem de manobra para atender tais interesses é que se modifica. Em outras palavras, ambos os atores não estão no mesmo patamar de influência para conquistar tais interesses, muito menos os ganhos provenientes dessa relação.

Do lado da política, a grande assimetria entre China e América Latina, se encontra, do lado dos países latinos, a falta de uma política externa específica para as características chinesas. Em contrapartida, o governo chinês tem um projeto bem elaborado e a partir dele é que as políticas externas vão se delineando, ou seja, a China tem uma política externa muito bem definida para a América Latina, contrário ao que podemos perceber nos países latinos.

A China designa à América Latina não mais que um papel secundário de fornecedor de matérias-primas, de recursos energéticos, e capital político. Ademais, a América Latina faz parte de uma estratégia global chinesa preocupada em construir seu desenvolvimento nacional, construir sua supremacia na Ásia e confrontar com os Estados Unidos em distintas partes do globo. (CESARÍN, 2006:5)

As implicações políticas aos países latino-americanos.

Até então abordamos as relações entre China e América Latina de modo a compreender os moldes em que esta aproximação política e econômica está pautada. Esta seção tratará de destacar as implicações políticas que emergem destas relações. Ademais, de maneira a proporcionar maior visibilidade dos argumentos aqui apresentados, especificamente, destacaremos como estudo de caso, as implicações desta relação para a questão do desenvolvimento e soberania nacional ao Brasil, sendo temas que compõem a sua agenda de segurança nacional. Da mesma forma, abordar-se-á como a questão do desenvolvimento nacional chinês versa intimamente com a questão da sua segurança nacional, explicitando que suas relações com o Brasil e os demais países latinos fazem



parte da sua política de segurança nacional. Cabe ressaltar que neste tópico não será discutido o que é desenvolvimento nacional para o Brasil e para a China, mas apenas pontuar que as políticas de segurança nacional sofrem implicações a partir do estreitamento de relações entre Brasil e China, e demonstrar por quais vias essa implicações ocorrem.

Desde a “segunda abertura econômica” chinesa, década de 1990, o grande objetivo do governo chinês foi o de promover o seu desenvolvimento nacional. Para tanto, tal questão passou a ser cunhada como elemento central na política de segurança nacional do país; vale dizer que proporcionar o crescimento econômico, a elevação da qualidade de vida dos seus cidadãos, e a diminuição da pobreza e da desigualdade, são aspectos vistos pela China como questões que assegura à sua nação como uma unidade nacional, bem como impõe limites a determinados impactos que poderiam de alguma forma, ameaçar o desenvolvimento do Estado chinês e a sua soberania.

É, portanto, a partir de tal objetivo, que a China passa a estreitar relações com a América Latina, pois para se desenvolver a China demandava um volume enorme de recursos naturais que viabilizasse suas políticas desenvolvimentistas, sendo duas delas, e as principais: o de fortalecer suas empresas nacionais de maneira que pudessem concorrer internacionalmente, e atrair investimentos diretos internos de outros países. É neste contexto que as relações políticas entre o país asiático e os países latino-americanos acontecem, contudo, percebe-se que esta aproximação tem um viés mais econômico que político, porém, não devemos descartar as relações políticas, ainda que a China tenha se comportado de forma mais pragmática quanto às questões políticas, vários interesses políticos estão em jogo, como o apoio da América Latina em fóruns multilaterais e o não reconhecimento de Taiwan.

Relações China-Brasil: implicações políticas e econômicas

No caso do Brasil, as implicações políticas que se delinearam a partir da aproximação chinesa foram basicamente sobre dois aspectos: também sobre a questão do desenvolvimento nacional, e o aspecto da soberania. Estes dois fatores, além de ser variáveis que constitui um mesmo movimento, estão relacionados entre si, ao passo que as implicações de ambos os fatores alteram-se mutuamente, isto é, as consequências que afetam a soberania nacional têm desdobramento também sobre o desenvolvimento do Brasil.

Neste sentido, vale ressaltar dois principais exemplos originados da relação Brasil – China quais engendram implicações políticas à nação brasileira: a compra de empresas nacionais e aquisições de terras brasileiras²⁵, ambos os temas estritamente ligados ao desenvolvimento e soberania nacional. No que tange a estes dois temas, a compra de empresas e de terras tende a enfraquecer o poder do Estado enquanto instituição soberana. Nos moldes como foi constituído o

25 Os casos de compra de empresas brasileiras e aquisições de terras por parte dos chineses serão mais bem descritos na seção seguinte. A relevância de adiantarmos ambos os temas nesta parte é apenas para fins de ilustração ao nosso estudo de caso do Brasil, demonstrando as consequências para o desenvolvimento e soberania do Estado brasileiro.



conceito de soberania na construção do Estado Moderno após a Revolução Francesa, a compra de terras brasileiras pela China sinaliza um movimento de violação da soberania do Brasil, visto que tal conceito, como concebido pelo Estado Moderno, estava basicamente pautado em assegurar território e povo. A esse respeito, o Estado brasileiro estabeleceu a proibição de compra de terras brasileiras por estrangeiros (EFE, 2010) de modo a minimizar esta possível ameaça à soberania do Brasil.

Assim como aquisições de terras poderiam ameaça a soberania do Estado brasileiro, do lado da compra de empresas brasileiras por empresas estatais chinesas, também existe o enfraquecimento da soberania nacional. (MAISONNAVE, 2010). Há ainda outro agravante, ambas as aquisições são realizadas por empresas chinesas estatais, ou seja, é o próprio Estado chinês ameaçando a segurança nacional brasileira, não é uma relação que se restringe a ações isoladas entre agentes privados dos dois lados, mas envolve questões entre atores privados brasileiros e a República da China, podendo configurar uma relação complexa entre Brasil e China.

Tal movimento pode ser explicitado por uma interpretação do conceito de soberania mais condizente com a configuração sistêmica atual. Considerar o conceito de soberania nacional tal como estabelecida na construção nos tempos de formação do Estado Moderno, no atual contexto, é insuficiente. Compreender o conceito de soberania contemporaneamente é exceder questões territoriais, de povos, e de fronteiras, é perceber um movimento mais sutil, de que as correlações de forças e ameaças à soberania nacional estão para além das compras terras, estão ligadas a esfera e interesses econômicos e políticos particulares. A violação da soberania, agora, também acontece por meio de relações contratuais e convenções, por meios de mecanismos que não são aparentes, de confronto indireto.

Sendo assim, as implicações políticas que ameaçam a soberania nacional acaba refletindo na segurança nacional e por consequencia no desenvolvimento do Brasil. Um país que assegura sua nação está menos vulnerável a ações externas, sendo mais autônomos, tem a capacidade de criar mecanismos políticos e econômicos e alcançar o desenvolvimento nacional.

Em síntese, as implicações políticas manifestam-se, no caso do Brasil, e também para os outros países latino-americanos, como algo negativo no sentido que as consequências políticas convergem para o enfraquecimento do Estado e, portanto, comprometendo o desenvolvimento nacional. Este movimento não pode ser visualizado na China, que conta com um Estado atuante na busca pelo desenvolvimento do país, um Estado com um projeto definido, de longo prazo, mas que notoriamente vem galgando invejáveis resultados.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

De todas as análises e implicações que se observa ao longo desta seção, a conclusão é que a presença chinesa na região demonstra as fragilidades latino-americanas em matéria de coordenação política. Constatase que há insuficientes esforços para descobrir os futuros contornos de uma relação que é capaz de trazer fortalecimento político e econômico à região se baseado em



uma atuação conjunta, mas que, se não for analisada, também pode vir a impedir o desenvolvimento econômico na região.

A América Latina demonstra carência na constituição de uma política externa consistente para a China e não possui um projeto definido que seja capaz de beneficiar a região como um todo, o que destoa muito quando comparado a posição chinesa quanto a uma política externa para a América Latina. Diferentemente, a China constrói seus projetos baseados em projeções de longo prazo, principalmente quando se trata de um projeto de desenvolvimento nacional, ao passo que a América Latina demonstra ausência de uma estratégia de integração regional que poderia lograr certos prestígios com relação à capacidade de negociação entre América Latina – como uma unidade em relação à preservação de seus interesses – e a China. Porém, na realidade, o que se constata é que essa capacidade tem limitações visto que as relações acontecem por meio de acordos bilaterais, o que promove relações pautadas em parâmetros chineses, e ainda, caracterizando a já escassa política externa latino-americana para os chineses como também políticas passivas.

A sobreposição ou a imposição de tais parâmetros à América Latina é explicada pelo fato dos países latinos terem uma pauta limitada de exportação, produzindo uma relação de desigualdade e também de retração da margem de manobra dos países latinos, por não vincular iniciativas de cooperação e acordos regionais, mas estabelecerem negociações bilaterais, diminuindo as chances de negociação dos países latinos.

Em resumo, até o presente momento, as aproximações entre China e América Latina, apresentam uma relação com tendências assimétricas, com base no atendimento às necessidades chinesas e fortalecidas pela restringida pauta de exportação latino-americana somada a inexistência de um projeto de desenvolvimento de longo prazo na região.

REFERÊNCIAS

BOWLEY, Graham. *Cash Helped China Win Costa Rica's Recognition*. Publicado em: Set. 2008 por TheNew York Times. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/09/13/world/asia/13costa.html?_r=1>

CABESTAN, Jean Pierre. *Le Système Politique de la Chine Populaire*. Paris: Press Universitaire de France, 1994.

CESARÍN, Sergio M. *Taller Internacional de Debate – China y América Latina, Ejes para el Debate*. Buenos Aires: FES/Nueva Sociedad. Setembro de 2006.

ELLIS, Evan R. *China in Latin America tha whats and wherefores*, Lynne Rienner publishers, Londres, 2009



FRAGA, Érica. *A China, agora, dita as regras.* Publicado por: Valor. Disponível em <http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=1909>

FREEMAN, Duncan; JENKINS, Rhys; HOLSLAG, Jonathan. *China's resource and energy policy in Latin America.* Report for the Development Committee of the European Parliament. Vrije Univerteit Brussel. Bruxelas, 2007.

GOVERNO limita venda de terras a estrangeiros. EFE Publicado em: Ago. 2010 às 18h28 por Uol - Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2010/08/24/governo-limita-venda-de-terras-a-estrangeiros.jhtm>>

MELLO, Patrícia Campos. "Celso Amorim: 'Precisamos repensar nossa relação com a China'." Publicado em: Nov. 2010 por Estadão. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,celso-amorim-precisamos-repensar-nossa-relacao-com-a-china,646239,0.htm>>

FREEMAN, Duncan; JENKINS, Rhys; HOLSLAG, Jonathan. *China's resource and energy policy in Latin America.* Report for the Development Committee of the European Parliament. Vrije Univerteit Brussel. Bruxelas, 2007.

LANDIM, Raquel. *China empresta US\$ 50 bi para a América Latina.* Publicado em: Jun. 2010 por Estadão. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,china-empresta-us-50-bi-para-a-america-latina,23887,0.htm>>

LIMIN, Lin. *World Geopolitics and China's Choices.* Publicado em: Mar. 2010. Disponível em: <http://www.cicir.ac.cn/resource/xdgjgx_en/WORLD%20GEOPOLITICS%20AND%20CHINA.PDF>

MAISONNAVE, Fabiano. *China compra empresas de energia no Brasil por R\$ 3 bilhões.* Publicado em: Mai. 2010 às 06h01 por Veja. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/china-compra-empresas-de-energia-no-brasil-por-r-3-bilhoes>

MINISTÉRIO das Relações Exteriores da República Popular da China. *Peace, Development and Cooperation --Banner for China's Diplomacy in the New Era.* Publicado em: Ago. 2005. Disponível em <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t208032.htm>>

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Ajustes na balança comercial 2009 colocam China como principal parceiro comercial do Brasil.* Publicado em: Jul. 2010. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9560>>

PINTO, Paulo Antônio Pereira. *Aspectos políticos e culturais das relações da China com o sudeste Asiático.* In A China e o Sudeste Asiático. Porto Alegre: UFRGS, 2000, Cap. I.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



RAMO, Joshua Cooper. *The Beijing Consensus*. The Foreign Policy Centre. Londres. 2004

REDLAT. *As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência Assimétrica?* Publicado em: 2009. Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/portal/images/stories/publicacoes/chinaxal_por.pdf>

SICE – Foreign Trade Information System. *Trade Agreements by Country*. Disponível em <<http://www.sice.oas.org/>>

STOCHERO, Tahiane. *Haiti é trunfo em luta por influência no cenário mundial*. Publicada em: Mai. 2007 por Defesanet. Disponível em <http://www.defesanet.com.br/zz/vii_cont_2.htm>



CAP. II - O CRESCIMENTO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL CHINESA: DEPENDÊNCIA GLOBALIZADA

Marcela Laurito Lopes Gagliardi (marcelalaurito@gmail.com)

Orientação: Professor Alcides Eduardo dos Reis Peron

INTRODUÇÃO

A China se tornou a segunda maior economia do mundo em 2009, apresentando uma taxa de crescimento do PIB de 9% nos anos seguintes à crise de 2008 (CIA WORLD FACTBOOK, 2010) ao mesmo tempo em que tem buscado aumentar as relações comerciais com a América Latina com o objetivo de sustentar o seu crescimento (CEPAL, 2009). É neste sentido que a análise do crescimento chinês e o movimento de aproximação com a América Latina se tornam relevantes para compreender os rumos para a região nesse primeiro decênio do século XXI.

Destarte, explanaremos os ciclos de crescimento chinês a partir das reformas de 1978, o movimento de *go global*²⁶ que se constituiu nos anos 90, e a perspectiva atual de aproximação com os países latino-americanos, de modo a compreender como os padrões de relacionamento observados entre a China e os países da Ásia se reproduzem numa esfera global, e a partir de então, analisar a posição da América Latina ocuparia nas relações sino-latino-americanas. Portanto, buscaremos apresentar as bases estruturais que permitiram a evolução dos ciclos de crescimento chineses, como a importância das reformas de 1978, e o contexto externo do final dos anos 90, que propiciou a alavancagem do crescimento chinês em meio à crise asiática. Em um segundo momento, consideraremos a participação da China como um duplo pólo regional, o papel que ela possuí na Ásia, e em seguida, observar a ampliação desse movimento em âmbito global, considerando os impactos para determinados países da América Latina. Finalmente, partiremos para o mapeamento das relações sino-latino-americanas a partir de países selecionados de acordo com a questão da segurança energética e alimentar e com a demanda de matérias primas para a indústria, com foco em recursos minerais e matérias primas em geral.

²⁶ Movimento de internacionalização da economia, quando a China passa a investir em outros países.



O MODELO DE CRESCIMENTO CHINÊS 1949-1990

Os ciclos de crescimento chineses a partir de 1949 são influenciados pelos investimentos das empresas estatais, principalmente em capital fixo, e por restrições externas, que causavam desequilíbrios setoriais e no balanço de pagamentos (MEDEIROS, 2006). Além disso, o principal limite ao crescimento econômico liderado pelos investimentos públicos era o ritmo do aumento da produção de bens de consumo, principalmente os alimentos. Isso se configurava como um problema, por conta do nível de renda da população chinesa e seu tamanho, uma vez que um aumento nos investimentos que gerasse mais renda consequentemente estimularia a demanda por alimentos, e demais bens para a subsistência. Entretanto, tal aumento poderia não ser capaz de influenciar o aumento proporcional na produção, o que se traduziria em uma pressão inflacionária e consequentemente a uma redução dos investimentos e do crescimento (MEDEIROS, 2006).

É neste sentido que as reformas de Deng Xiaoping, implementadas em 1979, serviram de base ao crescimento, corrigindo esses gargalos estruturais que outrora restringiam e retardavam o crescimento econômico. Tais reformas são conhecidas como “programa das quatro modernizações” e pretendiam atingir a agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e técnica, juntamente com a reforma cultural (SERRA, 1997). A reforma da agricultura foi a primeira a ser realizada, uma vez que, em 1978, 70% da população era camponesa, e a questão dos alimentos era uma barreira ao crescimento e, (DIAS, 2004). Além disso, tal reforma permitiu um grau de produtividade elevado de modo que a tensão presente na relação entre crescimento e oferta de alimentos foi aliviada. Deste modo, as reformas iniciaram um movimento no sentido de superar o principal obstáculo das economias em desenvolvimento, pois se caracterizam como fatores-chave para a formação e consolidação de uma base industrial diversificada e controlada pelo Estado (DIAS, 2004). Outro ponto que foi abordado pelas reformas foi a necessária abertura econômica, uma vez que a expansão da demanda não seria atendida apenas com a produção interna (MEDEIROS, 2009), além disso, busca-se modernizar a indústria a partir da atração de investimentos diretos externos (IDE) de maneira planejada pelo Estado (DIAS, 2004). Assim,

Essas reformas buscavam a combinação entre agressiva estratégia exportadora, atração de investimentos diretos estrangeiros nas zonas liberadas e forte intervenção do Estado. A ação Estatal concentrou-se no estímulo à agricultura familiar, em maciços investimentos em infra-estrutura e na utilização das empresas públicas como “âncora” para a constituição de grandes conglomerados industriais. Tudo isso foi acompanhado de uma cuidadosa transição do sistema de preços da antiga economia de comando para a “nova” economia de mercado (BELLUZZO, 2009).

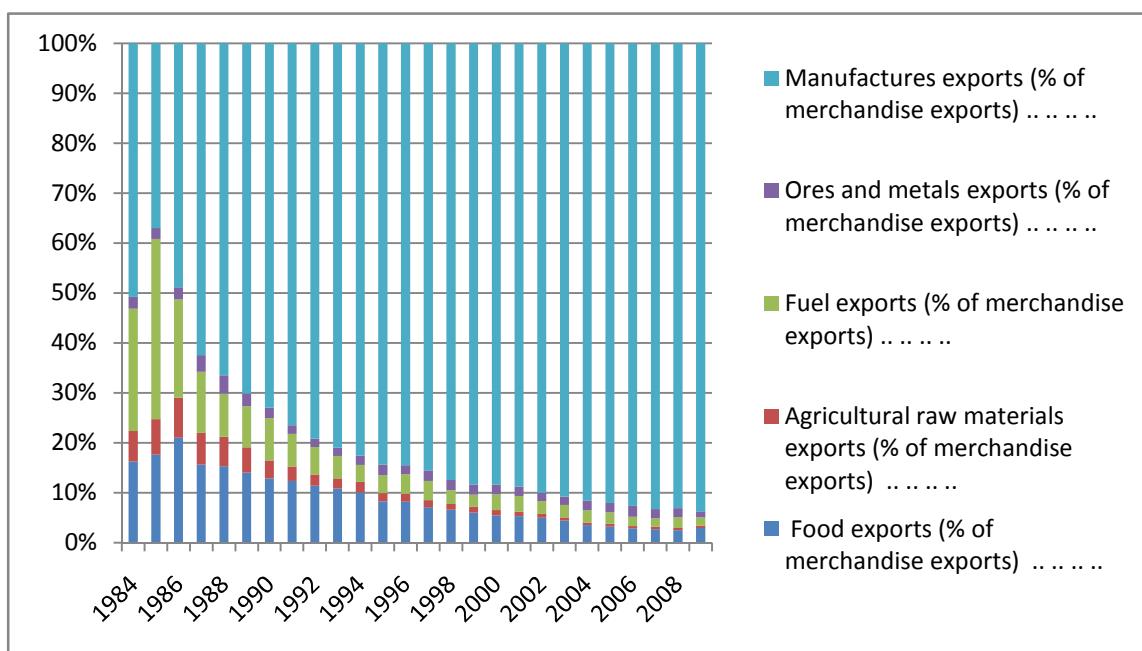
Nesse sentido, o crescimento do PIB pode ser utilizado para ilustrar as consequências das reformas, sendo importante ressaltar que desde 1978 o PIB chinês tem crescido a taxas médias de 10% ao ano, além disso, antes da crise econômica de 2008 o PIB crescia a taxas superiores a 11% (ELLIS, 2009).

É a abertura econômica que ocorre nos anos 80 que passa a ser fundamental para o processo de industrialização, uma vez que a pauta de exportação do país era essencialmente composta por produtos primários que eram demandados também internamente. Deste modo, a China busca substituir suas exportações e incentivar a industrialização, tornando-se um dos maiores



importadores de produtos primários mundiais de modo a garantir um fluxo contínuo de matéria-prima para as indústrias e bens de consumo - principalmente alimentos - para a população (MEDEIROS, 2006). A pauta de exportação chinesa durante os anos 80 era composta principalmente por produtos intensivos em mão-de-obra e de baixo valor unitário (ver Gráfico 1), e o crescimento ainda era ligado aos investimentos públicos. Assim, pode-se considerar que os investimentos públicos das empresas estatais continuaram com sua função de "liderar o crescimento e o processo de mudança estrutural" (Idem), pois será a partir do crescimento das empresas estatais que o processo de industrialização irá se acelerar (Ibidem). Ou seja, o processo de substituição das exportações permitiu que houvesse matéria-prima para a indústria a preços competitivos, ao mesmo tempo em que os investimentos estatais nas indústrias aceleraram o crescimento destas, destarte, percebe-se que a presença do Estado foi de extrema importância para o processo de industrialização da China, juntamente com um plano de desenvolvimento nacional.

Gráfico 1: Composição das exportações chinesas em % (1984-2009)



Fonte: World development indicators TWB database, gráfico próprio baseada na tabela.

Os anos 90 e a formação e consolidação do duplo pólo regional

Assim, nos anos 90, Deng Xiaoping propõe uma aceleração do crescimento que produziu um excesso de demanda ao mesmo tempo em que há um aumento das exportações devido à desvalorização cambial²⁷ que levaram a uma pressão inflacionária²⁸, uma vez que a grande demanda

²⁷ Durante os anos 90 e 00 o câmbio chinês bateu recordes de desvalorização. Entre 1989 e 1990 o valor do yuane caiu 9,6%, cotado a 5,220 dólares; em 1994 o valor já era de 8,446 dólares (HISTORICAL EXCHANGE RATES REGIMES OF ASIAN COUNTRIES-CHINA, S/D).



não é atendida pela produção interna já que os bens nacionais são exportados. Para tentar conter tal pressão inflacionária há, paralelamente, um aumento das importações para tentar atender a demanda, o que gerou desequilíbrios na balança de transações correntes, e consequentemente uma desaceleração dos investimentos (MEDEIROS, 2006). Entretanto, durante os anos 90 ocorre a chamada crise asiática, a região que havia se beneficiado durante a Guerra Fria de investimentos americanos e possuiu um grau de liberdade econômica que possibilitou²⁹ seu crescimento, passou por uma crise financeira quando os Estados Unidos da América (EUA) optaram por desvalorizar o dólar. Tal atitude provocou uma valorização da moeda japonesa e uma desvalorização dos ativos em dólar³⁰. Com isto, em um primeiro momento, ocorre o deslocamento da indústria japonesa para outros países da região onde era mais barato produzir e eram “apoiado[s] na capacidade de financiamento [de investimento] de seus bancos, que tentavam compensar as perdas em que incorreram os ativos denominados em dólar (BELLUZZO, 2009)” a partir da possibilidade de ganhos na esfera produtiva com a internacionalização da produção.

Entretanto, durante os anos 90 as moedas asiáticas se mantêm desvalorizadas em relação ao dólar, de modo que se criou uma incerteza na região que levou a uma redução nos fluxos de capital direcionados a tais países como, por exemplo, investimentos e crédito. Com isso, as economias asiáticas não conseguiram defender o valor de suas moedas. Assim, ocorreram desvalorizações e a crise financeira contagiou a esfera produtiva, uma vez que o Japão, motor do crescimento regional, reduz o investimento nos tigres asiáticos, tal período ficou conhecido como a crise asiática de 1997. Na China, ocorre uma pequena redução do crescimento do PIB por conta da crise, entretanto, o governo chinês opta por voltar a investir, em um movimento anticíclico, aumenta a oferta de crédito aos bancos públicos juntamente com as empresas estatais que também reinvestem. Assim, inicia-se outro ciclo expansivo na China, liderado por esses atores (MEDEIROS, 2006).

Além disso, em 1997 inicia-se o *Zouchuque*, ou *going out*, um movimento voltado para atender a demanda por recursos estratégicos nesse novo processo de crescimento. Há uma crescente necessidade de petróleo e alimentos, principalmente ao considerar-se que durante a década de 90 as áreas agriculturáveis para produção de alimentos competem com a crescente urbanização, a industrialização³¹ e o crescimento populacional (ELLIS, 2009). Ademais, é necessário apontar que o governo chinês opta por uma estratégia industrial que selecionou empresas nacionais em setores estratégicos para competir com as grandes empresas multinacionais nos mercados interno e mundial.

Essa estratégia visava manter as grandes empresas públicas estratégicas e privatizar a empresas menores de forma a reduzir gargalos regionais na infra-estrutura e, ao mesmo tempo, diversificar as exportações através de tecnologia e investimentos. Criaram-se zonas de

²⁸ A taxa de inflação chinesa atingiu, em 94, 24,1% (BACKGROUNDER: CHINA'S INFLATION INDICES SINCE REFORM AND OPENING-UP IN 1978, 2010).

²⁹ O crescimento econômico da Ásia era uma forma de conter os avanços comunistas na região, por isso, a região tinha facilidade de obter financiamento e as políticas econômicas não eram limitadas por organismos internacionais.

³⁰ O processo ficou conhecido como *endaka*.

³¹ De 1978 a 2000 o crescimento médio da indústria chinesa foi de 11,9% (WEN, 2002).



desenvolvimento tecnológico que passaram a receber investimentos do governo de modo a desenvolver parques industriais, inclusive especializados em alta tecnologia (MEDEIROS, 2006). Tal programa de desenvolvimento resultou em uma nova onda de investimentos - privados³² e estatais; em um deslocamento das exportações chinesas na direção de produtos com maior conteúdo tecnológico e em uma expansão para as áreas menos desenvolvidas da China (Idem).

Neste sentido, vale ressaltar que a China controla a sua economia a partir da oferta de crédito e da manutenção de um câmbio desvalorizado, protegendo relativamente a economia (VIEIRA, 2005), selecionando as empresas e fortalecendo-as para a competição externa (MEDEIROS, 2006). Ademais, a China é um Estado que controla as variáveis macroeconômicas essenciais, realizando políticas monetárias e fiscais, e, por exemplo, se utilizando dos bancos estatais para controlar a expansão de crédito.

As empresas Estatais, por outro lado, passam por um processo de busca por rentabilidade, na qual o Estado, apesar de evitar privatizações, passa a submetê-las a uma lógica de competição semelhante a das empresas privadas. Criou-se um órgão responsável por gerir as empresas estatais e torná-las “empresas globais competitivas” (TREVISAN, 2004), para tal, muitas empresas passam por um processo de fusão com outras empresas estatais. Ademais: “(...) A política chinesa de atração de transacionais favorece o modelo de *joint ventures* com empresas nacionais” (REDLAT S/D). Assim, a China consegue atrair tecnologia e promover o fortalecimento da indústria nacional a partir de uma seleção das empresas mais competitivas e incentivos dos departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

É a partir dessa mudança estrutural na pauta de exportação e importação chinesa que se pode considerar que o país passa a agir como um ‘duplo pólo’ regional (MEDEIROS, 2006). O primeiro elemento que compõe esse pólo diz respeito às exportações e ao IDE. No que concerne às exportações, a China, com a estratégia governamental de atração de tecnologia, manutenção dos investimentos e proteção de setores estratégicos, permite que os produtos se tornem competitivos no mercado externo e assim ganhar novos mercados. Não obstante, com a nova articulação da China, esta passa a competir com tais países da Ásia –grandes exportadores de bens industrializados, tanto de baixa quanto de média e alta tecnologia para mercados como os EUA, Europa e América Latina – uma vez que há um aumento das exportações chinesas para mercados que tradicionalmente compravam dos tigres asiáticos. Um exemplo são as exportações chinesas para os Estados Unidos da América (EUA), que cresceram 50% enquanto que as japonesas e do leste asiático para o mesmo mercado se reduziram nos anos de 2000 e 2003 (MEDEIROS, 2006).

Ao mesmo tempo, a China passa a atrair os investimentos diretos externos (IDE) que eram destinados aos outros países asiáticos, uma vez que, com o processo de abertura econômica, ocorrem privatizações e possibilidade de *joint ventures*, por exemplo. Destarte, a China passa a atrair os IDE e as exportações dos países da região a tal ponto que o desvio provocado poderia lesionar os países.

³² “Só em Xangai, mais de 40 multinacionais, (...), estabeleceram centros de P&D regionais ou globais (STORY, 2004: 359 apud MEDEIROS,2006:388)”



Todavia, a China apresenta um aumento da demanda cada vez maior de importações dos países asiáticos, sendo esse o principal elemento constitutivo de um segundo pólo. Isto ocorre na medida em que há um aumento da demanda por produtos primários, como matéria-prima para a indústria chinesa, no caso dos países exportadores de commodities, e de bens de capital fixo, no caso do Japão e da Coréia (MEDEIROS, 2006). Desse modo, pode-se dizer que, associado ao crescimento da produção de bens primários na China, há uma necessidade de “importação de insumos, partes e componentes e bens de capital (MEDEIROS, 2006)” que envolve os países produtores de tais bens e de matérias-primas para a indústria na região. Assim, tal atuação como duplo pólo regional poderia significar em uma compensação das perdas, uma vez que, se por um lado a China passa a exportar para os mercados anteriormente atendidos pelos outros países asiáticos e a receber investimentos que incentivem a produção nacional, por outro ela passa a demandar os bens que outrora eram demandados pelos mercados que ela ocupa atualmente. Ademais, o ritmo de crescimento chinês permite que o crescimento das exportações asiáticas seja superior ao observado nas relações comerciais com os EUA, por exemplo. Entretanto, apesar da China ter criado uma relação de relativa “complementaridade vertical” (MEDEIROS, 2001) com os países asiáticos, tal padrão está em “contínua e (...) acelerada mudança” (Idem), que pode ser prejudicial a longo prazo aos países asiáticos.

No entanto, deve-se considerar que este efeito atinge os países de forma diferenciada, uma vez que há uma diferenciação no complexo produtivo dos países asiáticos (MEDEIROS, 2006). A Coréia e o Japão, por exemplo, têm um parque industrial desenvolvido, de modo que podem exportar bens de capital e ainda investir diretamente para a China; ao mesmo tempo, países que não tenham um complexo industrial consolidado, como Vietnã, Malásia e Tailândia, exportam bens manufaturados de baixa tecnologia, e importam bens de alta complexidade tecnológica.

Não obstante, os fluxos de investimentos dedicados ao mercado interno não significam deslocamento de investimentos para países da ASEAN, pois são investimentos que só existem para atender o mercado chinês (MEDEIROS, 2006). Isto ocorre, pois como mencionado, o crescimento chinês já foi solapado pela imensa demanda interna não atendida, assim, o Estado passa a realizar esforços no sentido de expandir a produção de alimentos, e bens de consumo. Por isso, tais investimentos seriam direcionados para o consumo interno da China, e não para exportações, sem, assim, ameaçar as exportações dos países membros da ASEAN.

Outro ponto que deve ser discutido é que a estrutura do comércio entre a China e a Ásia (especificamente Japão, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Macau) se relacionada aos fluxos de IDE e a produção compartilhada, não obstante, pode nos apontar que estes movimentos evidenciam a decisão das grandes corporações de “consolidar na China a base manufatureira mundial de bens eletrônicos de consumo (MEDEIROS, 2006)”. A relação entre a China e os países membros da ASEAN, por outro lado, tem um aspecto de maior competição do que o da produção compartilhada. Assim, quando se considera a relação entre China e Ásia deve-se levar em conta também os produtos comercializados, haja vista que as exportações chinesas têm um efeito negativo sobre os países que se especializaram em bens de consumo intensivos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo,



há uma relação de complementaridade entre as economias especializadas na produção de bens de capitais, como Japão e Coréia do Sul (MEDEIROS, 2006). Ou seja, favorece os produtores de bens de capital e commodities, mas desloca os especializados em bens de consumo. Entretanto, deve-se considerar que o comércio entre Ásia e Pacífico e China têm perdido importância, uma vez que as relações comerciais entre China e América Latina e Caribe têm crescido a um ritmo mais acelerado (Tabela 1).

Tabela 1: China: Índices de Crescimento de Comércio Por Parceiros 1995-2009

Taxas de crescimento por parceiros regionais 1995-2009 (taxas médias anuais)				
Exportações				
Parceiros comerciais	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2009
América Latina e Caribe	32,2	17,8	26,8	26,1
Ásia e Pacífico	26,5	9,3	20,3	11,6
EUA	36,7	16,1	25,6	10,2
EU	26,3	15	28,8	14,9
Outros	8,6	7,1	26,6	14,3
Mundo	19,1	10,9	25	13,4
Importações				
	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2009
América Latina e Caribe	14,5	12,7	37,6	22,8
Ásia e Pacífico	32,4	12,2	23,9	07,1
EUA	19,7	6,8	16,8	10,2
EU	18,2	7,6	18,8	14,4
Outros	11,2	13,4	26,8	14,5
Mundo	19,9	11,3	24	11,7

FONTE: CEPAL, 2009. Tabela adaptada



Nota-se, ao analisar a tabela que, desde o início dos anos 2000, a Ásia já não é a parceira que mais cresce como fornecedora de produtos para a China, posição que desde 1995 pertence à América Latina e Caribe, assim, pode-se considerar que o papel de duplo pólo regional pode não ser uma posição imutável (CEPAL, 2009). Destarte, o papel de compensar os desvios de comércio provocados pela China pode diminuir ao passo em que outras relações comerciais se tornem mais favoráveis. Em outras palavras, a China pode optar por reduzir as importações asiáticas, e passar a importar tais bens de outra região, como por exemplo, da América Latina, em outro momento. Assim, a China não atuaria mais como segundo pólo, mas permaneceria atuando no primeiro. Isto poderia significar que os países do leste asiático que exportam para a China poderiam perder tal mercado. Neste sentido, a competitividade da chinesa poderia lesar os países da região, uma vez que estes não exportariam mais para terceiros mercados dominados pela China e nem para ela. Além disso, uma das características do modelo de duplo pólo regional que se difere do modelo de “gansos voadores” é que a China compete com os países mais atrasados da região, pois produz bens de alta, média e baixa tecnologia (MEDEIROS, 2006). Tal característica virtualmente impede a entrada de novos concorrentes na região, pois o aporte de capital e as condições de trabalho necessárias para competir com as indústrias chinesas dificilmente poderiam ser alcançados.

A CHINA COMO DUPLO PÓLO GLOBAL

Ao considerarmos a China como um duplo pólo global pode-se fazer a seguinte análise a partir dos países desenvolvidos: o rápido crescimento chinês proporcionou um aumento da demanda por produtos de alta tecnologia para fomentar o parque industrial nacional, de modo a incentivar a importação de bens de capital dos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo a abertura permitiu a privatização de pequenas empresas e acordos especiais com as grandes, o que incentivou fluxos de IDE dos países desenvolvidos –sob um plano industrial gerido pelo Estado- para o país³³. Ademais, a China passou a fornecer produtos manufaturados a preços competitivos, de modo a se tornar um fornecedor competitivo para os países de centro num primeiro momento³⁴. Não obstante, a modificação da estrutura de produção chinesa pode significar um novo concorrente para as empresas transnacionais dos países de centro a partir do momento em que a China passe a produzir bens de alta e media tecnologia e bens de capital. Neste sentido, pode-se citar a relação comercial entre a China e os EUA.

O Gráfico 2 ilustra as exportações americanas da China e os principais produtos comercializados, e o Gráfico 3 representa as importações americanas. A Tabela 2 mostra o balanço comercial dos EUA com a China. A partir dos gráficos e da tabela é possível compreender que as exportações americanas ainda têm um conteúdo tecnológico (18% de um total de aproximadamente 69,5 bilhões de dólares), não obstante, o volume de importações com conteúdo tecnológico é mais representativa do que as importações (34,9% de um volume de aproximadamente US\$ 300 bilhões).

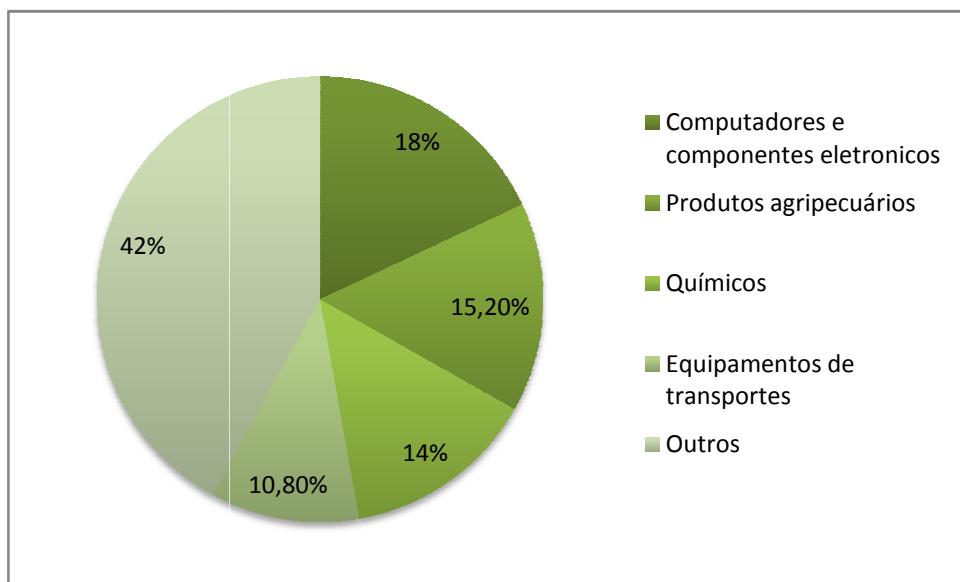
³³ No primeiro semestre de 2007, o IDE na China cresceu 12% (FABRICA DE CONTEUDOS, 2007).

³⁴ Em um segundo momento esse movimento se expandirá para a América Latina.



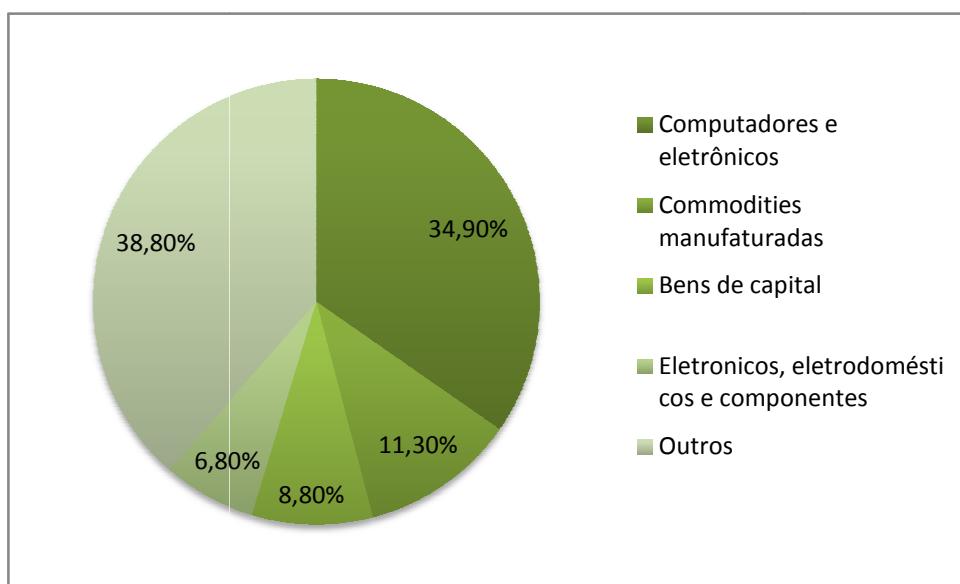
Além disso, os EUA também exportam quantidades significativas de produtos primários para a China, 15,2% de todas as exportações para o país são de bens agriculturáveis. Deste modo, pode-se perceber que o aspecto de duplo pólo realizado pela China afeta, também, os países desenvolvidos, mesmo que de maneira diferenciada do que os em desenvolvimento.

Gráfico 2: Exportações Americanas para a China, 2009



Fonte: TRADE STATISTICS, Elaboração Própria

Gráfico 3: Importações Americanas da China, 2009



Fonte: Trade Statistics, Elaboração Própria



Tabela 2: Balanço Comercial Estados Unidos-China 2009

Balanço Comercial EUA-China 2009	Valor
Computador e produtos eletrônicos	-90.825.508.862
Commodities manufaturadas	-32.457.066.563
Bens de capital	-26.136.454.596
Equipamentos elétricos, eletrodomésticos e componentes	-18.802.862.563
Outros	168.221.892.584

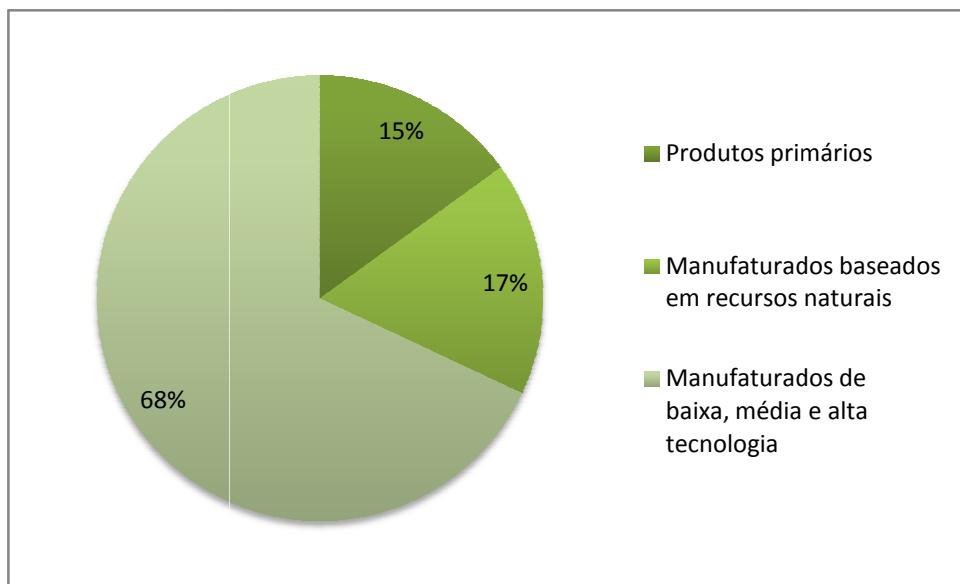
FONTE: TRADE STATISTICS, Tabela adaptada

Por outro lado, a China não atua somente na esfera produtiva, atua como estabilizador para os países desenvolvidos na esfera financeira à medida que se utiliza de poupanças em dólar (como títulos de dívida pública dos EUA) de modo a “financiar o déficit em conta-corrente dos EUA (BELLUZZO, 2009)”. Assim, ao comprar títulos da dívida americana a China passa a atuar como um ente que em ultima instância irá defender o valor de tal moeda no mercado internacional. Neste sentido, para manter o cambio estável (desvalorizado) o país não pode simplesmente orientar suas aplicações por critérios de risco-rentabilidade, pois dependem de certa estabilidade dos EUA para conseguirem financiar os custos da desvalorização da moeda e da manutenção de um câmbio fixo (BELLUZZO, 2009). Um exemplo da atuação da China como mantedor do déficit americano foi a compra de títulos de dívida americana para garantir o valor do dólar no mercado internacional durante a crise de 2008. Todavia, a capacidade chinesa a manter o iuane desvalorizado, acumular reservas, e adquirir títulos de dívida, pode não se manter em longo prazo, uma vez que há possibilidade de insustentabilidade do crescimento chinês (BELLUZZO, 2009).

Quanto aos países em desenvolvimento, a China representa um mercado consumidor para produtos primários e também se apresenta como um grande investidor, principalmente em infra-estrutura para os países exportadores como forma de garantir e baratear o fornecimento de tais produtos. Ao mesmo tempo, é um competidor dos países em desenvolvimento, pois produz bens com baixa, media e alta tecnologia a custos reduzidos, de modo que há uma substituição dos fornecedores para os mercados mundiais. Ao mesmo tempo, cabe questionar se o modelo de crescimento econômico atrelado à exportação de *commodities* implica, de fato, em um desenvolvimento a longo prazo, ou se está situado na lógica de especialização nas vantagens comparativas. O Gráfico 4 mostra a pauta de exportações chinesas para a América Latina.



Gráfico 4: Pauta de Exportação Chinesa para a América Latina (%)



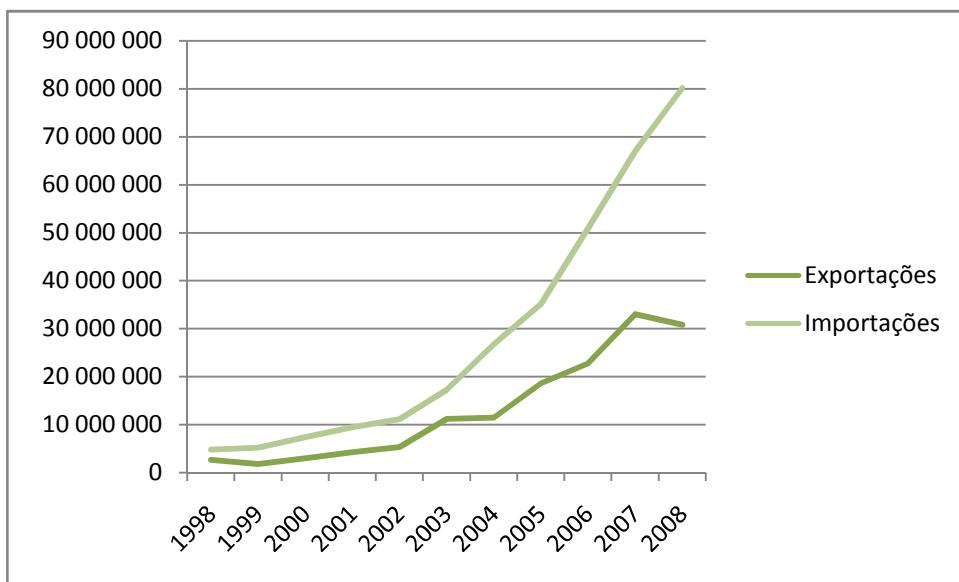
Fonte: CEPAL, Elaboração Própria

Ao analisar o gráfico pode-se perceber que, de fato, as exportações latino-americanas destinadas à China consistem majoritariamente em produtos primários, seguidos pelas manufaturas baseadas em recursos naturais. Outro fator a ser considerado na análise é a questão de que produtos primários ou manufaturas baseadas em recursos naturais têm uma tendência a se desvalorizarem ao longo do tempo.

Ademais, deve-se considerar também a balança comercial, de importação e exportação da América Latina com a China (Gráfico 5), uma vez que há um déficit comercial entre a América Latina e a China. Tal dado é relevante, pois demonstra uma relação desigual entre a América Latina e a China, tanto pela pauta de exportações latino-americanas, como pelos ganhos comerciais advindos da relação, mesmo que o déficit na balança comercial seja mais relevante no caso do México e dos países caribenhos. Ou seja, a pauta de exportação é composta principalmente por bens de baixo valor agregado e o saldo comercial demonstra que as exportações chinesas para a América Latina possuem maior valor agregado do que as exportações latino-americanas para a China, de modo que o saldo comercial é negativo para a América Latina.



Gráfico 5: Exportação, Importação Balança Comercial da América Latina com a China em milhões de dólares 1998-2008



Fonte: CEPAL "Divisão de comércio e integração" 2008-2009

A APROXIMAÇÃO CHINESA DA AMÉRICA LATINA

Nesta sessão pretende-se mapear as exportações latino-americanas para a China, bem como os investimentos externos chineses na região, inclusive a partir da compra de terras. Para tanto será dado maior foco em quatro países, Brasil, Chile, Argentina e Venezuela, o que nos permitirá compreender a ligação entre os elementos expostos na primeira parte e a realidade e perspectivas para a América Latina, focado em três recursos específicos, energéticos, minerais e alimentos. Ademais, a exposição buscará provar que a demanda da China por recursos naturais poderá resultar a longo prazo em uma especialização nestes setores³⁵, uma vez que tais setores atraem investimento a partir de perspectivas de crescimento econômico. Não obstante, estes setores podem acabar por possuir mais capital estrangeiro do que nacional o que pode minar os ganhos de comércio advindos das exportações de produtos primários relacionados a tais setores. Além disso, a estratégia chinesa de utilizar-se de suas indústrias para realizar políticas de Estado pode se configurar como uma ameaça aos interesses nacionais dos países da América Latina.

A industrialização chinesa estimulou no país o aumento da demanda por recursos minerais, as reformas de 1979 incentivaram os investimentos em indústrias intensivas em trabalho, que são menos intensivos em demanda de energia, ao mesmo tempo em que as reservas de recursos naturais domésticas eram majoritariamente suficientes para atender a demanda nacional (WYK, Barry Van, 2010). Não obstante, em meados dos anos 90, a oferta nacional de recursos minerais passa a

³⁵ Os gráficos 6,7,8,9 apresentam a pauta de exportação do Brasil, Chile, Venezuela e Argentina em 2009, em anexo.

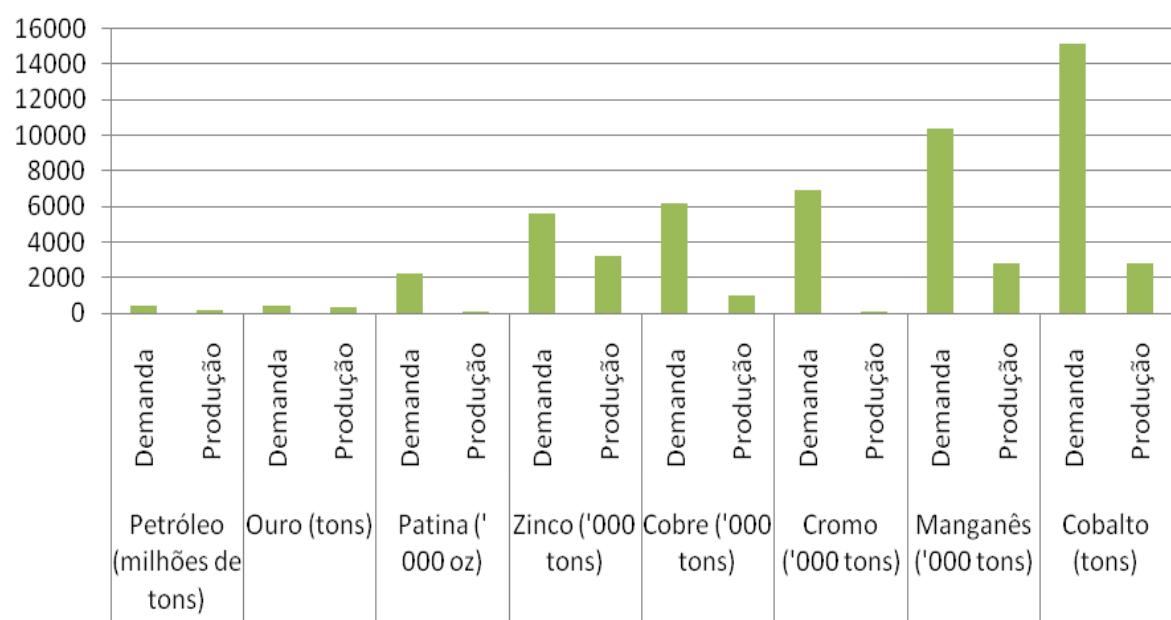


não ser mais suficiente para atender a crescente demanda, uma vez que o processo de industrialização está se consolidando, e inicia-se na China a produção de bens de consumo duráveis. Além disso, alguns recursos domésticos considerados estratégicos para o crescimento chinês eram qualitativamente inferiores e a produção nacional não era capaz de atender a demanda interna, como no caso do cobre, zinco, gás natural, petróleo (Idem) e alimentos (MEDEIROS, 2006).

Neste sentido, é importante ressaltar que em 2008, a China era a principal consumidora de produtos como: carvão, aço, zinco, alumínio, cobre, níquel, estanho e minério de ferro; e a segunda maior consumidora de petróleo e chumbo (WYK, Barry Van, 2010). Ademais, no que diz respeito à demanda por alimentos, é importante ressaltar que: “[h]istoricamente, tendo em vista o tamanho da população chinesa e o seu nível de renda, a principal restrição ao crescimento liderado por investimentos públicos foi o ritmo de expansão da produção de bens de consumo, essencialmente formado pelos alimentos (MEDEIROS,2006).” Destarte, pode-se afirmar que, para obter um crescimento minimamente sustentável, a China necessita de uma oferta estável dos bens mencionados acima.

O descompasso entre oferta e demanda de alguns dos recursos naturais é ilustrado pelo Gráfico 10, que versa sobre a demanda chinesa e a produção de recursos naturais no ano de 2009 (Ibidem).

Gráfico 10: A demanda chinesa e a produção de recursos naturais, 2009



Fonte: WYK, BARRY VAN, 2010, gráfico adaptado

Além disso, o crescimento chinês foi, também, limitado pela pressão inflacionária que surgia quando a oferta de alimentos não era suficiente para atender a demanda nacional (MEDEIROS,



2006). A partir de tais dados, pode-se apontar a inevitabilidade da busca por recursos minerais e energéticos, e ainda entender o movimento chinês em relação à importação de tais recursos.

Durante os anos 2000, o rápido crescimento da economia chinesa impactou também no aumento da demanda por energia e por recursos energéticos, o consumo de energia chinês em 2006 representava 16% da demanda mundial (WYK, Barry Van, 2010). A Tabela 3 apresenta dados sobre o crescimento da produção de tais recursos e os componentes utilizados, de modo a ilustrar a participação do carvão como principal recurso energético produzido no país.

Tabela 3: Produção chinesa de energia total e por componente 1996-2005

Ano	Total de produção de energia	Porcentagem do total por componente (%)			
		Carvão	Petróleo Cru	Gás Natural	Outros
1996	132616,0	75,20.	17,00.	2,00.	5,80.
1997	132410,0	74,10.	17,30.	2,10.	6,50.
1998	124250,0	71,90.	18,50.	2,50.	7,10.
1999	125934,8	72,60.	18,20.	2,70.	6,60.
2000	128977,9	72,00.	18,10.	2,80.	7,20.
2001	137445,4	71,80.	17,00.	2,90.	8,20.
2002	143809,8	72,30.	16,60.	3,00.	8,10.
2003	163841,5	75,10.	14,80.	2,80.	7,30.
2004	187341,2	76,00.	13,40.	2,90.	7,70.
2005	205876,0	76,50.	12,60.	3,20.	7,70.

Fonte: National Bureau of Statistics of China S/D, tabela adaptada

A Tabela 4 demonstra o peso do carvão como principal recurso energético da matriz energética chinesa, não obstante, o gás natural e outras formas de obtenção de energia, como a hidroelétricas, tem tido uma participação maior.



Tabela 4: Consumo chinês de energia total e por componente 1996-2006

Ano	Consumo total de energia	Porcentagem do total do consumo de energia (%)			
		Carvão	Petróleo cru	Gás natural	Outros
1996	138948,0	74,70.	18,00.	1,80.	5,50.
1997	137798,0	71,70.	20,40.	1,70.	6,20.
1998	132214,0	69,60.	21,50.	2,20.	6,70.
1999	133831,0	69,10.	22,60.	2,10.	6,20.
2000	138552,6	67,80.	23,20.	2,40.	6,70.
2001	143199,2	66,70.	22,90.	2,60.	7,90.
2002	151797,3	66,30.	23,40.	2,60.	7,70.
2003	174990,3	68,40.	22,20.	2,60.	6,80.
2004	203226,7	68,00.	22,30.	2,60.	7,10.
2005	224682,0	69,10.	21,00.	2,80.	7,10.
2006	246270,0	69,40.	20,40.	3,00.	7,20.

Fonte: National Bureau of Statistics of China, S/D, tabela adaptada

O aumento da demanda por tais recursos se deu a partir da intensificação do processo de urbanização, mas principalmente pelo crescimento industrial e a mudança na estrutura industrial, que passou a contar com indústrias pesadas. Um destaque é a indústria de aço chinesa, que apresenta crescimento a partir de 2000. A produção de aço bruto cresceu durante a década de 2000, 18,3%, enquanto que a produção mundial cresceu apenas 4,3% no mesmo período, transformando a China, em 2010, o principal produtor de aço do mundo e o maior exportador de produtos em aço. O país é responsável por 50% da produção de aço do mundo e 90% disso é para o consumo interno, neste sentido, apesar de possuir a maior produção de aço, a demanda de tal bem é tão grande que a produção nacional não é suficiente para supri-la (WYK, Barry Van, 2010 a).

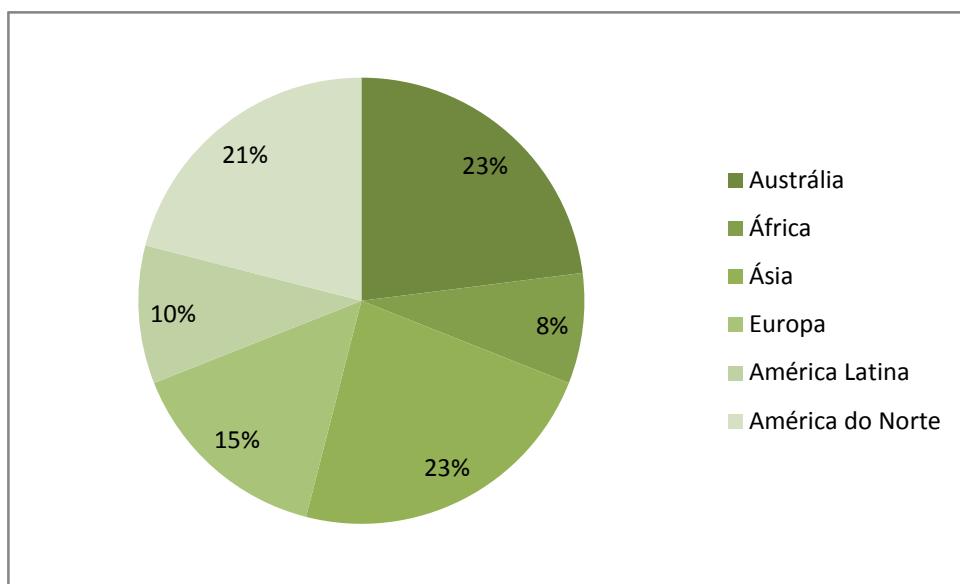
A transformação na indústria chinesa e sua expansão fizeram com que a demanda por energia, recursos energéticos e minerais aumentassem. De 1998 a 2008 o consumo por petróleo dobrou, o de cobre e ferro triplicou e o de alumínio quadruplicou (Idem). Ademais, entre 2000 e 2008



a China representava dois terços de todo aumento da demanda por alumínio e aço e foi responsável por todo o aumento da demanda mundial por cobre e níquel.

Neste sentido, considerando as características apresentadas do modelo de desenvolvimento chinês orientado pela participação ativa do Estado através, principalmente, da utilização das empresas estatais como ferramentas, pode-se apontar que o movimento *going out* da economia contou com o apoio das corporações estatais. Neste sentido, pode-se apontar que em 1993 a empresa estatal *China's National Petroleum Corporation* (CNPC) começou a investir no Peru, no mesmo ano em que a demanda por petróleo no país superou a produção nacional. Em 2010 os investimentos chineses em petróleo e mineração estão presentes em todos os países com suspeita ou comprovação de reservas de petróleo e/ou minérios, como fica claro no gráfico 11 que expõe este movimento de internacionalização das empresas chinesas no mundo, considerando as fusões e aquisições por regiões.

Gráfico 11: Acordos anunciados e iniciados pela China de Fusões e aquisições por numero de negócios e local de 2006-2009 (total de 216)



Fonte: WYK, Barry Van, 2010, elaboração própria

Será a partir desse movimento de *go-global* (ou *going out*) chinês e da constante necessidade de recursos naturais que as relações com a América irão se aprofundar, tornando a América Latina um pólo de atração dos investimentos externos diretos chineses (BATEMAN BEIJING AXIS KM & RESEARCH UNIT, 2010). Ao mesmo tempo, o aumento da demanda por recursos naturais irá impactar positivamente sobre a região, a qual se encontrava sob efeito de uma severa crise do modelo de crescimento neoliberal, fruto das crises de dívida, e dos processos de controle inflacionário e crises econômicas sistêmicas respectivamente nos anos 80 e 90. Assim, o *Boom* econômico da China e sua aproximação com a América Latina acabaram por atuar anticiclicamente



nas economias latino-americanas no inicio do século XXI, iniciando um novo processo de crescimento econômico, com destaque para o Brasil.

Tal recuperação foi estimulada pelo aumento das exportações de recursos naturais e alimentos para a China. No primeiro semestre de 2010 o total de comércio da relação entre China e América Latina foi de 68,8 bilhões de dólares, um aumento substancial de 60% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que os maiores parceiros econômicos latino-americanos são o Brasil, o México e o Chile (Idem). Além disso, 4% de todas as exportações chinesas foram destinadas à América Latina, um crescimento de 69% em relação ao mesmo período no ano anterior. Ao mesmo tempo em que as importações representam 6% do total de importações chinesas, um crescimento de 53% (Ibidem). O Brasil é o principal parceiro econômico na região, seguido pelo México, Chile, Argentina e em sétimo lugar a Venezuela³⁶.

Ademais, o Brasil ainda se encontra em uma posição superavitária de 5,7 bilhões de dólares com a China, assim como o Chile e a Venezuela, que representam um superávit de 5,3 e 1,7 bilhões, respectivamente. Não obstante, o México e a Argentina fecharam sua balança comercial com um déficit de 4,88 bilhões e 583 milhões, respectivamente (Ibidem). Neste sentido, é importante acrescentar também que Brasil, Chile, Argentina e Venezuela são os principais exportadores latino-americanos para a China, mas apesar disso, a maioria dos países da América Latina se encontra em uma posição deficitária em relação à China, principalmente por conta das importações latino-americanas de bens de capital. (CUÑAT, 2009).

Assim, faz-se necessário discriminar os principais produtos que esses países exportam para a China; o Brasil em geral possui minérios, oleaginosas e combustíveis minerais como seu principal componente de exportações; o Chile tem sua pauta de exportações composta principalmente por cobre processado, minérios e pastas de madeira (Ibidem). Observa-se um aumento nas exportações desses produtos a partir do crescimento da demanda por matérias-primas para as indústrias chinesas e de alimentos para a população. Assim, pode-se afirmar que a aproximação chinesa da América Latina tem o sentido de corrigir os desequilíbrios externos da economia chinesa (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007).

Não obstante, é vital questionar os reais benefícios advindos do aumento das exportações de recursos naturais e alimentos para a China, uma vez que os incentivos para investimentos nestes setores juntamente com o aumento de importações de produtos de alta, média e baixa tecnologia da China podem significar em longo prazo uma especialização regressiva. Ou seja, os incentivos para a produção de *commodities* podem desviar investimentos de setores industriais, ao mesmo tempo, o aumento das importações de bens industrializados chineses podem significar um aumento da concorrência nos setores industriais que, a longo prazo, pode significar a falência de indústrias nacionais. Assim, os países latino-americanos iriam caminhar para um processo de desindustrialização e especialização em *commodities*.

³⁶ Os gráficos 12, 13, 14 e 15 ilustram os cinco principais parceiros econômicos do Brasil, Chile, Venezuela e Argentina, em anexo.



Para atender a demanda e os interesses chineses na região, no primeiro semestre de 2010 a América Latina se tornou o principal receptor de IED chinês no mundo, sendo o Brasil, México e Venezuela os principais receptores de tais investimentos, destinados principalmente aos setores relacionados com a exploração de recursos naturais (BATEMAN BEIJING AXIS KM & RESEARCH UNIT, 2010). Além disso, os fluxos de capital da China para a América Latina caracterizam-se, principalmente, pela concessão de financiamento, entretanto, tais financiamentos pressupõem que os insumos, incluindo, bens de capital fixo e mão-de-obra, venham da China (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007).

Tais fluxos de IED estão direcionados para os setores de infra-estrutura ligados à diminuição de custo e aumento da produção, e busca por uma continuidade do fornecimento, como por exemplo, a construção de um gasoduto pela Sinopec que visa conectar o norte ao sul do Brasil de modo a facilitar a oferta de energia para os produtores de ferro. (ELLIS, 2009). Nesse sentido, é importante acrescentar que a região é um dos três maiores fornecedores de energia para a China, assim, muitos dos investimentos têm o sentido de diminuir a vulnerabilidade do país frente às variações dos preços do petróleo, uma vez que o país se tornou o maior consumidor de energia do mundo. Outros exemplos no setor de recursos minerais são a criação de *joint ventures* entre a empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e as chinesas Shanghai Baosteel Group Corporation e Aluminium Corporation of China para a exploração de aço no Maranhão e bauxita para produção de alumínio, respectivamente (BARBOSA & MENDES, 2006).

Ademais, os IED na América Latina não se focam apenas na obtenção de recursos naturais, de fato os investimentos em infra-estrutura estão relacionados à produção e extração dos recursos. Entre 2002 e 2007 o setor de obtenção de recursos naturais recebeu o equivalente a 18.585 milhões de dólares de IED chinês, em segundo lugar vinha o setor de infra-estrutura, com 7.535 milhões de dólares (LUM, et all, 2009). Nesse sentido, a maior parte dos investimentos chineses na América Latina é financiada pelo governo e, entre 2002 e 2007, representaram 24.389 milhões de dólares, enquanto que os empréstimos para a região somaram, no mesmo período a quantia de 1.950 milhões (LUM et all, 2009). A tabela 5 ilustra os fluxos de IED chinês por país e para a região:

A Venezuela recebeu, entre 2002-2007, 16,4 bilhões de dólares, sendo que os investimentos foram a principal forma de financiamento. Os IED se focaram em infraestrutura (principalmente ferrovias), telecomunicações, mineração, agricultura e energia. Já o Chile recebeu, no mesmo período, 0,5 bilhão de dólares, com predomínio de investimentos (LUM et all, 2009).

Por sua vez, o Brasil recebeu 8,2 bilhões de dólares da China em investimentos e empréstimos, os quais foram direcionados, principalmente, para construção de infra-estrutura - como portos e ferrovias – e para a obtenção de aço (LUM et all, 2009). Entretanto, é importante observar que, no Brasil, há paralelamente a esse movimento de IED fluxos de capital para infra-estrutura, um fluxo de IED na compra de empresas de mineração e terras, tanto para obtenção de recursos energético e minerais, quanto para a produção de alimentos.



TABELA 5: Fluxos de IED da China para a América Latina

	2005 (em US\$ 10.000)	2006 (em US\$ 10.000)
Argentina	12,9	5,3
Brasil	24,9	15,6
Chile	2,7	3,1
Venezuela	37	53,3
América Latina	146,74	197

Tabela adaptada, CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2007

Assim, pode-se perceber que os fluxos de capital exercem uma dupla função, se por um lado atuam na redução dos custos de produção, quando criam uma infra-estrutura que reduza os custos de transporte também tem o sentido de garantir o acesso aos recursos, como no caso das compras de terras.

Ademais, a questão das compras de terras pode se tornar ainda mais relevante se considerarmos que as empresas chinesas não representam apenas o interesse do capital, mas também, os interesses do Estado chinês. Além disso, a compra de terras pode servir à políticas de um Estado estrangeiro dentro do Brasil.

Nas sessões seguintes examinaremos os setores de recursos energéticos no Brasil e na Venezuela, recursos minerais, no Brasil e no Chile e alimentos, no Brasil e na Argentina. Em cada sessão apontaremos as características de cada setor no país selecionado juntamente com os fluxos de IED.

A ESPECIALIZAÇÃO EM EXPORTAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS

Para atender a demanda crescente por recursos energéticos, a China têm feito um movimento de aproximação com a América Latina, uma vez que o país se tornou a maior consumidora mundial de energia e, portanto, passa a buscar fornecedores de tal produto, ademais, a segurança energética passa a se tornar uma questão estratégica para o governo chinês (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007). Não obstante, o país ainda importa uma quantidade relativamente baixa de seu consumo de energia se comparado com outros países, mas a porcentagem de importação tem apresentado um crescimento considerável. Na América Latina, a Venezuela e o Brasil são os dois principais exportadores de petróleo para a China, respectivamente. Entretanto, ainda representam pouco se comparado ao total de importação de petróleo chinesa, mas o país é um parceiro econômico importante do ponto de vista dos países latino-americanos. Ou seja, apesar de o



Brasil representar 1% das importações de petróleo chinesa, a China representa 13% de toda a exportação do produto para o Brasil (Idem).

Assim, o Brasil se torna um país estratégico, principalmente a partir dos acordos que surgiram com a descoberta da camada pré-sal na costa brasileira (ELLIS, 2009). Entretanto, esses acordos para compra de petróleo não são a única relação entre as empresas chinesas e as brasileiras, em 2008 a China ofereceu empréstimos para investir em tecnologia para exploração das novas jazidas, uma quantia de 10 bilhões de dólares, maior do que o total de empréstimos oferecidos à Venezuela nos últimos dois anos (Idem).

Além disso, as relações China-Brasil têm sido privilegiadas uma vez que as exportações de petróleo poderão aumentar uma vez que se inicie a exploração das jazidas recém-descobertas, a empresa brasileira Petrobrás tem uma boa reputação e opera em um país politicamente estável, com estruturas jurídicas consideráveis, ao passo em que a Venezuela e o Equador não oferecem tanta segurança na exportação. Neste sentido, é importante ressaltar que a busca da China por fornecedores de petróleo é uma questão de segurança energética, e, portanto, uma questão essencial para o país (ELLIS, 2009).

Por outro lado, a parceria é prejudicada pelos altos custos de logística do transporte de petróleo do Brasil para a China, e pelo aumento do consumo interno do produto. Isto ocorre, pois a maior parte da produção é transportada via rodovias até o porto de Santos, para ser então enviada para a China, ademais, a opção do transporte rodoviário impacta, também, no consumo interno de petróleo. Destarte, investimentos têm sido feitos para diminuir os custos de transporte e incentivar o uso de outras fontes de energia, ou seja, como uma forma de garantir o acesso as fontes de recursos naturais a preços cada vez mais baixos (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007). Isto ocorre uma vez que para os chineses o mercado não garantirá, necessariamente, o acesso aos recursos, de modo que o Estado deve fazer esse movimento de forma a assegurar o fornecimento, ao mesmo tempo, os preços devem ser competitivos, pois caso o contrário, o país pode ser prejudicado por ter que arcar com custos elevados.

Um exemplo seria a construção de uma ferrovia que ligaria Manaus no Brasil ao porto de Manta no Equador, de modo a escoar a produção com menos custo. Ademais, tal projeto incentivaria o desenvolvimento do interior brasileiro, uma vez que a partir da iniciativa de criação da Zona Franca de Manaus haveria uma busca pelo desenvolvimento industrial da cidade. Neste sentido, o corredor baratearia os custos de matérias primas e componentes vindo da Ásia e a exportação dos produtos finais para o continente (ELLIS, 2009).

Outro exemplo seria o investimento no fornecimento de energia para a produção de ferro, tal investimento buscaria incentivar o uso de gás natural como gerador de energia para a indústria, o que poderia significar uma mudança na matriz energética brasileira, pois esta poderia se tornar mais apoiada no gás natural do que no petróleo, aumentando a possibilidade de exportação do produto, em 2008 este investimento foi de US\$ 239 milhões de dólares para a construção da primeira parte do projeto (ELLIS, 2009).



Além do petróleo, a parceria entre os países na questão energética poderia se desenvolver no que concerne aos bicompostíveis, uma vez que a China é um dos países onde a produção de etanol tem crescido rapidamente, ademais, alguns autores consideram que o governo chinês tem demonstrado o interesse na utilização do etanol, uma vez que a questão energética é crucial para o desenvolvimento do país e pode se tornar uma maneira de aumentar a eficiência energética, no entanto, os países ainda não possuem acordos assinados neste sentido (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007).

A Venezuela, outro grande fornecedor de petróleo na América Latina, está em processo de exploração de novas reservas. A descoberta de tais jazidas pode significar que o país possuirá as maiores reservas mundiais de petróleo, ultrapassando a Arábia Saudita (Idem). Ao mesmo tempo, a Venezuela se tornou uma alternativa viável ao Canadá, uma vez que este realizou parcerias com os EUA para a exploração da jazida de Alberta, fazendo com que a China buscasse outros fornecedores para sua crescente demanda.

A presença chinesa na região remete aos anos 90 e a abertura do setor petroleiro a investimentos externos. Os chineses permaneceram no país mesmo após a eleição de Hugo Chaves, e aceitaram as novas divisões de lucros e ações, enquanto que a maioria dos outros investidores abandonou o país, com isso, as empresas chinesas como a SINOPEC podem ter preferência na exploração das reservas, pois têm aceitado os novos acordos propostos pelo governo venezuelano de participação acionária. Neste sentido, a presença chinesa é também uma alternativa para a Venezuela das exportações aos EUA, pois a gigantesca demanda asiática seria uma alternativa à diminuição da demanda americana (Idem).

Não obstante, os acordos desconsideram que a capacidade venezuelana de cumpri-los é limitada, uma vez que eles são baseados em uma oferta que a Venezuela pode não ser capaz de cumprir, o que pode significar, em longo prazo, uma escolha entre quebrar os acordos com os EUA ou com a China (Idem). Tal fato poderia ocorrer uma vez que apesar de em 2008 os EUA serem o maior importador do petróleo venezuelano, o país tem optado por diversificar seus compradores. Ao mesmo tempo, apesar de, em 2008, os EUA importarem 1,19 milhões de barris/dia, enquanto que a China importava 120 mil barris/dia (EIA OIL), no mesmo ano ocorreu uma diminuição das exportações para os EUA de 1,28 milhões para 1,13 milhões de barris por dia nos primeiros meses, enquanto que as exportações para a China aumentaram.

Ademais, o aumento na produção dependerá de estruturas que possibilitem a exploração que ainda não foram construídas e de investimentos para o escoamento da produção (ELLIS, 2009). Neste sentido, pode-se apontar que, na Venezuela os altos gastos com transporte de petróleo contribuíram para que o foco dos investimentos fosse em infra-estrutura, como a construção de canais de transporte que permitam o escoamento da produção através dos portos colombianos (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007). Outro ponto que dificulta o cumprimento dos contratos é a questão do refino do petróleo, pois para refino dos bens extraídos das novas jazidas as refinarias necessitarão de modificações na estrutura atual, o que requer um montante significativo de investimentos que geralmente impedem a realização dos planos. Neste sentido, a China financiará a



construção de novas refinarias que seriam de capital misto, 60% chinês, 40% da PDVSA, entretanto, caso a PDVSA não possua o capital suficiente, a China financiará, caso pudesse ter uma maior participação nas ações (ELLIS, 2009).

Nesse sentido, o Brasil e a Venezuela tinham um acordo de construção de uma refinaria em Pernambuco onde seriam refinados os produtos venezuelanos e brasileiros, entretanto, como a PDVSA não teve condições de financiar metade do projeto e o Brasil passou a contar com a exploração do petróleo do pré-sal, a refinaria será usada para processar o produto brasileiro (Idem). Portanto, os investimentos chineses na região teriam um impacto considerável, pois permitiriam o escoamento da produção e o refino.

Entretanto, apesar da China buscar aumentar as importações de recursos energéticos da América Latina, a infra-estrutura doméstica precária se constitui um empecilho para o aumento das importações, pois eleva o custo de transporte e, portanto, do produto final. Ademais, a capacidade limitada de investimento que as empresas nacionais têm para efetuar o refino no continente também se constitui num empecilho.

É neste sentido que o IDE chinês no setor energético passa a ter um papel importante no incentivo para o aumento das exportações desses recursos, pela redução do custo. Ademais, o IED tem um segundo objetivo de garantir o acesso das empresas chinesas a tais recursos. Neste sentido³⁷, a SINOPEC firmou acordos com a Petróleo Brasileiro SA (PBR) equivalentes a 239 milhões de dólares para exploração de gás natural. Na Venezuela, a CNPC fechou acordos de *joint venture* com a PDVSA e com o projeto de desenvolvimento da bacia de Orinoco equivalentes a aproximadamente 17,038 bilhões de dólares. Esses IED garantem o acesso das empresas citadas às reservas de petróleo e gás natural de maneira a permitir uma continuidade na exploração dos recursos e no fornecimento para os países (BATEMAN BEIJING AXIS KM & RESEARCH UNIT, 2010).

Ainda, é importante ressaltar que os fluxos de IED chinês têm a característica de manter ligações fortes com o país de origem, de modo que o IED traz consigo um vínculo com o Estado chinês. Ou seja, os IED não representam somente os interesses das empresas privadas em obter lucros fornecendo os recursos energéticos para o mercado, mas também representam uma política do governo chinês de garantir o acesso a esses recursos como parte de sua política de crescimento (LUM et all, 2009).

A Exportação de Recursos Minerais, oportunidade ou especialização?

Apesar de possuir reservas de minerais, a China vem apresentando uma crescente necessidade de importar tais recursos uma vez que a produção nacional não é capaz de suprir a

³⁷ Ademais, no Brasil “a estatal Sinochem comprou 40% do campo de petróleo Peregrino, controlado pela norueguesa Statoil, por US\$ 3,07 bilhões. No dia 1.º de outubro, a espanhola Repsol anunciou aporte de US\$ 7,1 bilhões da Sinopec em suas operações no Brasil, no que é até agora o maior investimento chinês no país. (“INVESTIMENTOS”,2010)”



demandas industriais crescentes. O país é atualmente o maior exportador de minério de ferro, manganês, chumbo, cromo e o segundo maior importador de minério de cobre. É no sentido de atender uma demanda crescente que o interesse da China na América Latina pode ser vislumbrado, uma vez que o Brasil é o maior exportador de minério de ferro e o Chile e o Peru de minério de cobre, ademais, a região é uma fonte muito mais relevante na exportação de minérios do que de recursos energéticos (FREEMAN, JENKINS, HOLSLAG, 2007). Entretanto, o movimento chinês vem sendo observado com cautela por alguns setores dos países latino-americanos. Isso ocorre, pois há questões de debate constitucional sobre a posse das minas e terras. Ao mesmo tempo, há também uma preocupação em como administrar parcerias entre as empresas chinesas e latino-americanas para garantir ganhos a longo prazo para os países da América Latina.

O interesse chinês no Chile e o movimento que o país fez no sentido de garantir tais interesses descrevem o perfil de atuação na América Latina e evidenciam a busca por ganhar ou melhorar o acesso aos recursos naturais. Tal movimento demonstra que a busca por recursos pode significar a emergência de uma parceria entre a região e a China e uma nova ligação conectando as regiões. Alguns dos projetos neste sentido remetem à criação de linhas de trem que ligariam o Brasil aos portos andinos, no Chile, Peru e Equador, um exemplo seria a criação de uma linha que ligasse Manaus, no norte do Brasil, ao porto de Manta, no Equador. Entretanto, as relações entre Chile e China, assim como outros países na região, têm enfrentado algumas tensões. A compra de direitos sobre os metais e minerais em minas chilenas, por exemplo, se torna uma questão controversa, pois estes são considerados patrimônio nacional (ELLIS, 2009).

Não obstante, as exportações de cobre representam 83% de todas as exportações chilenas para a China (primeiro semestre de 2007) e em 2005, 30 a 35% de todas as exportações de cobre chilenas eram destinadas a China (idem). Assim, pode-se observar que apesar de considerarem que os minérios e as minas são patrimônios nacionais, os chilenos não podem bloquear o movimento da China, uma vez que dependem em grande parte de suas importações, já que em 2008 o cobre representava, sozinho, 52% de todas as exportações (CEPAL, PEREIRA, M et all 2009). Ao mesmo tempo a China também depende dos recursos minerais para alimentar sua indústria crescente.

Ademais, o Chile é um parceiro estratégico para a China na medida em que é através dele que os produtos chineses conseguem penetrar mais facilmente no MERCOSUL, uma vez que, o Chile tem um acordo de livre-comércio com a China. Ao mesmo tempo, o país é essencial no escoamento da produção latino-americana, principalmente do cone-sul para a Ásia (ELLIS, 2009).

A expansão da indústria chinesa demanda também minérios de ferro e aço, produtos que são exportados pelo Brasil, que é o maior exportador de minério de ferro do mundo, e em 2005 era o terceiro maior exportador para a China, a expansão da comercialização de tal produto foi um fator crucial para o aumento das exportações brasileiras para a China (ELLIS, 2009). A China ofereceu empréstimos para investimento nos setores e parceria com empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e Gerdau (ELLIS, 2009). Investimentos chineses também vêm no sentido de processar os minérios de ferro, por exemplo, o que incentivaria a exportação de produtos com maior valor agregado (BATEMAN BEIJING AXIS KM & RESEARCH UNIT, 2010).



Além disso, os investimentos chineses em infra-estrutura buscam reduzir os custos de transporte e criar novas alternativas para geração de energia necessária para a produção (ELLIS, 2009) como no caso da construção de um gasoduto para garantir oferta de energia para os produtores de ferro de modo a assegurar a produção, a primeira parte do investimento significou, em 2008, um montante de 239 milhões de dólares (ELLIS, 2009).

Outro ponto é a compra de terras no Brasil ligadas a extração de recursos minerais (NCPA, 2010), já que “[o] Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) avalia que os chineses já detêm 1,5% das reservas brasileiras de ferro (JUNIOR, 2010)”. As empresas chinesas se relacionam com as grandes empresas do setor através de *joint ventures* e empréstimos em plantas específicas, entretanto, têm comprado médias e pequenas empresas que possuem concessões para explorar jazidas³⁸. Não obstante, há uma proposta de emenda à constituição que propõe a criação de uma agência que regule a concessão de exploração de recursos minerais (JUNIOR, 2010). A compra de jazidas através da compra das pequenas e médias empresas que tem o direito de explorá-las e a criação de *joint ventures* com grandes empresas pode significar a redução do poder dos fornecedores de estabelecer o preço dos minérios, de modo a diminuir a concorrência no mercado mundial. Neste sentido, é importante considerar que o setor de mineração é concentrado em grandes empresas, como a CVRD, que irá explorar também minas de carvão e alumínio no Brasil a partir de uma parceria com as empresas chinesas Chalco, Yongcheng, Baosteel, Yankuang (para exploração de carvão) e ABC Refinery – para a exploração e produção de alumínio (CARNIER, 2004).

Desse modo pode-se perceber que a China depende de uma oferta crescente de recursos minerais e, consequentemente, as relações com o Brasil e o Chile, grandes exportadores de alguns desses recursos, se tornam fundamentais para garantir tal crescimento. Os investimentos chineses para tais países vêm no sentido de diminuir os custos do produto e, no caso brasileiro, modificar a matriz do consumo energético ligado à produção. Ao mesmo tempo, no Brasil, a China também tem investido no sentido de compra de terras e empresas para mineração, que pode implicar a longo prazo em uma diminuição da participação nacional no setor. Isto poderia ocorrer principalmente se considerarmos que neste setor os investimentos necessários para expandir a produção são elevados, de modo que as pequenas e médias empresas precisariam de financiamento para realizar suas operações (CARNIER, 2004).

A ESPECIALIZAÇÃO EM EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS E A SOBERANIA

A China não é capaz de produzir a quantidade de grãos necessária para suprir à demanda nacional, por conta do desenvolvimento urbano³⁹ e consequente redução da área agrícola, de modo

³⁸ Ademais: “No caso da mineração, a China desembolsou no começo do ano US\$ 1,2 bilhão pela Itamina. Os chineses também investiram US\$ 390 milhões na compra da Sul America Metais, do grupo Votorantim, e US\$ 400 milhões na aquisição de participação minoritária na MMX, mineradora do grupo de Eike Batista (“INVESTIMENTOS...”, 2010).”

³⁹ Em 2002, 39% da população chinesa vivia em áreas urbanas, entretanto, apesar de o número parecer pouco expressivo “a China, que se urbaniza numa velocidade sem precedentes na história humana, somou mais moradores urbanos na década de 1980 do que a Europa inteira (incluindo a Rússia) em todo século XIX (DAVIS, apud OURIKUES; ANDRADE, 2010).”



que o país não é mais auto-suficiente na produção de grãos para a população. Assim, a questão da segurança alimentar e da baixa oferta de alimentos se torna crucial para manter certa estabilidade dos preços e não gerar uma pressão inflacionária que poderia minar o crescimento do país. Além disso, tem ocorrido um declínio de terras aráveis no país (HORNBY, 2008), juntamente com a queda dos estoques de suprimentos estratégicos emergenciais de modo que, o país passou a importar tais produtos (“MILHO:...”, 2010).

Neste sentido, vale ressaltar que o Brasil e a Argentina são grandes produtores de grãos e bens agropecuários. Ademais, a soja, um dos principais produtos de origem agrícola importado pelos chineses pode ser utilizado para consumo humano, ou utilizado para produção de ração animal, neste sentido, a modificação da dieta chinesa e o aumento da demanda por carne pode também significar uma aumento da demanda por soja para alimentar a avicultura e a suinocultura (CABRINI & SILVEIRA, S/D).

Os principais produtos agropecuários brasileiros exportados para a China são a soja e derivados de soja, milho e trigo. As exportações têm crescido e em 2006 o aumento foi de 100% em relação há dois anos anteriores, e o país representa sozinho 45% de todas as importações chinesas de soja, mas do que o dobro do que a segunda colocada, a Argentina (ELLIS, 2009).

A importância desses produtos pode ser observada através do movimento chinês de compra de terras no país para o cultivo de soja e extração de madeira nos territórios próximos à Amazônia, outros estados visados são: “Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Pará, Amapá, e parte do Maranhão” (PORTAL CT, 2010).

Em abril [de 2010], a China National Agricultural Development Group Corporation revelou a intenção de comprar terras para produzir soja e milho. Nos primeiros contatos, negociadores da empresa indicaram interesse em terras do Centro-Oeste, especialmente de Goiás (“CHINA...”, 2010).

Outros estados visados para a compra de terra são a Bahia, o Piauí e Tocantins. Na Bahia, a empresa Chongqing Grain Goup anunciou a compra de 100 mil hectares por 300 milhões de dólares em abril de 2010.

O Brasil tem quase 15% das terras no mundo ainda não exploradas para a agricultura e deve ser um dos alvos de investidores internacionais nos próximos anos. O Banco mundial fez um levantamento da compra de terras por estrangeiros com o objetivo de produzir alimentos para ofertar em seus países de origem. Dos 46,6 milhões de hectares vendidos, 3,6 milhões de hectares estavam no Brasil (a maior parte é de investidores chineses e árabes) e Argentina. Dos 464 projetos de investimentos identificados no último ano, 21% deles ocorreram já no Brasil e Argentina (“ESTRANGEIROS...”, 2010).

Ademais, a compra de terras por chineses tem um duplo objetivo, o de aumentar a produção para suprir a demanda nacional, e o de baixar os preços da commodity, uma vez que o aumento da produção impactaria na redução de preços do produto (CABRINI & SILVEIRA, S/D).

Uma das tensões que surgem a partir desse movimento de compra de terras no Brasil é:

Negócios desse tipo envolvem o controle de grandes áreas por grupos subordinados à estratégia de uma potência estrangeira. Poderão agir segundo interesses comerciais, como outros investidores, mas poderão seguir uma lógica de Estado - e esse Estado não será o brasileiro (“CHINA...”, 2010).



Ou seja, a tensão que surge a partir do movimento chinês de compra de terras no país gera a questão de que as empresas chinesas, em sua maioria estatais, ou com pelo menos uma parcela de capital estatal, poderiam atuar privilegiando os objetivos do Estado chinês no Brasil. Assim, tal movimento traz a tona uma preocupação nacional com a soberania brasileira nos locais onde haja presença chinesa, uma vez que os interesses do Estado chinês podem não se assemelhar aos interesses do Estado brasileiro. É neste sentido que a aprovação de leis⁴⁰ que regulamentem a compra de terras no país se torna ainda mais relevante.

Além da agricultura, a China têm se mostrado interessada nas exportações de carne brasileiras, principalmente após uma contenda comercial entre EUA (segundo maior exportador de frangos) e China, de modo que os chineses não consideram mais os EUA como fornecedores preferenciais. O Brasil é o maior exportador mundial de frango e pode se tornar um importante fornecedor do produto, uma vez que a produção chinesa não é suficiente para atender a demanda interna do produto (CABRINI, S/D).

Um dos obstáculos para o escoamento da produção é a infra-estrutura de transporte precária, de modo que a China também investe no sentido de melhorar a infra-estrutura para reduzir o preço dos produtos, uma vez que o custo de transporte da soja até os portos brasileiros é quatro vezes maior do que nos EUA (ELLIS, 2009).

A Argentina produz soja, girassóis, trigo, milho, gado e outros produtos agropecuários, ao mesmo tempo, o país tem uma população relativamente pequena, de modo que sua produção pode ser exportada. Apesar das exportações de soja argentinas serem a metade do que as brasileiras, o país exporta 23% de todas as importações chinesas de soja e aproximadamente 87% de todas as exportações argentinas para a China envolvem a soja ou derivados (idem). As exportações de carne para a China, por outro lado, foram limitadas, tanto por possuir uma demanda interna considerável e por priorizar as exportações para a Europa quanto pelas questões fitossanitárias (Ibidem).

Assim, o aumento das exportações latino-americanas de alimentos para a China foi incentivado pela necessidade que o país tem de prover uma quantidade mínima de produtos para a sua população de forma a não ocorrer pressões inflacionárias. Ao mesmo tempo, os IDE chineses vem no sentido de reduzir o custo dos produtos e garantir sua oferta, o que a longo prazo, pode significar menos ganhos proporcionais para os países exportadores. Desse modo, os IDE também se direcionam na compra de terras, inclusive em estados que abrangem a Amazônia legal, fato que tem gerado debates sobre a soberania nacional e que culminaram na aprovação de uma legislação específica para a compra de terras por estrangeiros.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os ciclos de crescimento chineses eram incentivados pela participação estatal e limitados

⁴⁰ Alguns exemplos são a Lei 6.634/79 pressupõe a autorização do Conselho de Defesa Nacional (CND) para compra de terras próximas às fronteiras por estrangeiros enquanto que a Lei 5.709/71 regulamenta a compra de terras por estrangeiros em geral (HAHN, 2008).



por desequilíbrios externos. Assim, com as reformas de 1979, inicia-se um esforço nacional para incentivo ao investimento e para a resolução dos gargalos estruturais que fragilizavam a economia. A reforma na agricultura permitiu um crescimento da produção que possibilitou a diminuição de pressões inflacionárias resultantes do aumento do nível da renda e consequente aumento da demanda por tais bens. A abertura econômica vinha suprir as necessidades de consumo internas que não podiam ser satisfeitas apenas com a produção doméstica. A partir das reformas e dos investimentos durante os anos 80, a pauta de exportação foi se modificando de modo que no final da década as manufaturas compunham 70% das exportações.

Durante os anos 90 o crescimento chinês volta a ser impulsionado por investimentos estatais, que são seguidos por investimentos privados. Para atender à demanda criada a partir do novo processo de crescimento, inicia-se o processo de *go global*, quando a China passa a competir nos mercados internacionais a partir de uma estratégia estatal de seleção das empresas e proteção dos setores estratégicos. Ademais, são criadas zonas tecnológicas, e inicia-se um novo ciclo de investimentos estimulando a exportação de produtos com um maior grau tecnológico.

A partir desse momento a China passa a atuar como duplo pólo regional. O primeiro pólo se refere ao ganho de competitividade das empresas chinesas que passam a exportar para mercados outrora dominados por produtos de outros países da Ásia. Ademais, com sua política de atração de investimentos, os fluxos de IED que outrora eram enviados para outros países da região passam a fluir para a China. Ou seja, como primeiro pólo, a China atrai os investimentos e desvia o comércio dos outros países da região. Entretanto, por vivenciar um crescimento tão significativo o país passa a atuar em um segundo pólo, aumentando a importação desses países que tiveram seu comércio desviado em terceiros mercados.

É possível, então, auferir que as relações entre os países asiáticos com a China têm crescido a um ritmo mais lento do que as relações da China com a América Latina, por exemplo. Tal fato pode significar, a longo prazo, que a China pode deixar de atuar no segundo pólo, o que poderia trazer problemas econômicos para os outros países asiáticos.

Não obstante a China passa a atuar como um dinamizador global a partir de sua característica de duplo pólo. Neste sentido, para os países desenvolvidos ela serve principalmente como um sustentáculo dos déficits comerciais norte-americanos, possibilitando que sua moeda se mantenha desvalorizada e que o dólar não apresente uma perda brusca de valor. Ao mesmo tempo, atua como consumidora e fornecedora para os países periféricos.

É neste sentido que analisamos as relações entre China e América Latina, uma vez que esse primeiro passa a consumir os recursos naturais importados dos países latino-americanos, exportando produtos tecnológicos para a região. Entretanto, produtos primários tendem a ter seu valor deteriorado ao longo do tempo, de modo que uma especialização nesses recursos poderia significar que a longo prazo os ganhos do comércio iriam diminuir.

Destarte, países como o Brasil, Chile, Venezuela e Argentina são considerados parceiros estratégicos na busca por recursos minerais e primários, em geral. Ademais, é importante ressaltar



que ao passo que o crescimento chinês foi limitado por pressões inflacionárias advindas da insuficiência de oferta de produtos como alimentos, o Estado chinês precisa garantir uma oferta suficiente para que o seu crescimento seja mantido.

Assim, o movimento chinês em relação ao Chile e ao Brasil vêm no sentido de uma política estatal para garantir o acesso aos recursos, inclusive através de IED e de compras de terra e diminuir os custos dos produtos com investimentos em infra-estrutura. Entretanto, as relações comerciais têm gerado tensões em ambos os países, principalmente no que tange a questão de segurança e interesse nacional, uma vez que em ambos os países a China têm adquirido minas para a exploração.

Os recursos energéticos, por sua vez, se tornaram uma questão relevante para a China uma vez que esta se tornou a maior consumidora de energia do mundo. Neste sentido, a descoberta do pré-sal se tornou um ponto chave nas relações entre China e Brasil, uma vez que há possibilidades do país aumentar suas exportações do produto. A parceria é prejudicada pela inadequação da infra-estrutura do país para fornecer os recursos com maior estabilidade e menores custos. Assim, o IED chinês também comporta a criação de refinarias, exploração e transporte de petróleo e de gás natural. Os acordos com a Venezuela podem trazer outras complicações, uma vez que o país não tem capacidade para cumprir os contratos com a China e com os EUA simultaneamente.

Na questão dos alimentos, a relação entre o Brasil e a China foi prejudicada a partir da oposição brasileira à compra de terras por empresas chinesas para a produção de alimentos. A oposição gerou a criação de uma lei que controla a compra de terras por estrangeiros no país.

REFERÊNCIAS

BACKGROUNDER: China's Inflation Indices since Reform and Opening-Up In 1978, 2010 disponível em: <http://www.gov.cn/english/2010-02/27/content_1543659.htm> Acessado em setembro de 2010.

BATEMAN BEIJING AXIS KM & RESEARCH UNIT *Regional Focus China–Latin America in The China Analyst*, 2010. Disponível em: <http://www.thebeijingaxis.com/upload_files/download/newsletter/TheChinaAnalyst_Aug2010.pdf> Acessado em outubro de 2010.

BELLUZZO, Luiz G. "Notas sobre a crise da Ásia", Capítulo 9" e "Capítulo 10" in *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*, 2009.

CABRINI & SILVEIRA A *China e a produção de soja brasileira* S/D. Disponível em: <http://www.watershed.com.br/pdf/%7B5C5D79B8-0D10-487B-979E-D9A352B5155E%7D_A%20China%20e%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20soja%20brasileira.pdf> Acessado em outubro de 2010.



CABRINI Frango: passaporte par ao pódio chinês? S/D. Disponível em:<http://www.watershed.com.br/pdf/%7B54FA0F3D-35A8-47FC-8242-4A95229B77D5%7D_frango,%20passaporte%20para%20o%20podium%20chin%C3%AAs.pdf> acessado em outubro de 2010

CAO, Cong. China's R&D investment facing dilemma. UPI Asia. 15/09/2009. Disponível em: http://upiasia.com/Economics/2009/09/15/Chinas_rd_investment_facing_dilemma/4598/ Acesso em: 18/11/2010.

CARNIER, T *Mineração em alta atrai investimentos: o setor cresce puxado pela VALE*, julho/setembro de 2004. Disponível em< <http://www.bmfbovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/91/Emfoco.shtml> > acessado em novembro de 2010.

CEPAL: LA República Popular China Y América Latina Y El Caribe:Hacia Una Relación Estratégica, 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/39082/P39082.xml&xsl=/comercio/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>> acessado em agosto de 2010

_____ : Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2008-2009, SD. Disponível em: <http://www.cepal.org/Comercio/paninsal/Anexo2008_2009/espanol/portada.htm> acessado em outubro de 2010

CEPALSTAT. *Estadísticas e Indicadores Económicos – Sector Externo*, 2010. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idAplicacion=6&idTema=119&idIndicador=88&idioma=e>. Acesso em: 15/11/2010.

CHINA compra terras no Brasil, 2010. *Estadão*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100803/not_imp589697,0.php> acessado em novembro de 2010.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2007 . nº 26 National bureau of statistics of China.

CUÑAT, Javier *CHINA'S RISING OUTWARD INVESTMENT IN RESOURCES- WHAT'S IN IT FOR LATIN AMERICA?* 2009. disponível em: <http://www.thebeijingaxis.com/upload_files/download/Presentations/China%27s%20Rising%20Outward%20Investment%20in%20Resources_10Nov09.pdf> acessado em outubro de 2010

DIAS, M. M. P. G "Evolução Das Reformas Económicas na China" in *A China no séc. XXI: A Evolução do Sistema Bancário e o Futuro das Reformas Económicas*, 2004. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1272/4/%C2%AB%20Reformas%20ec.pdf>> acessado em setembro de 2010



EIA OIL disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/cabs/venezuela/oil.html>> acessado em outubro de 2010.

ELLIS, Evan R. *China in Latin America tha whats and wherefores*, Lynne Rienner publishers, Londres, 2009

ESTRANGEIROS Avançam na aquisição de terras no país, 13 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://farmlandgrab.org/15499>> acessado em setembro de 2010.

FREEMAN, Duncan; JENKINS, Rhys; HOLSLAG, Jonathan. *China's resource and energy policy in Latin America*. Report for the Development Committee of the European Parliament. Vrije Univerteit Brussel. Bruxelas, 2007.

GOVERNO limita venda de terras a estrangeiros. EFE Publicado em: 24.08.2010 às 18h28 por Uol - Economia. Disponível em <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2010/08/24/governo-limita-venda-de-terrás-a-estrangeiros.jhtm>

HAHN, S Para diretor da Stora Enso, compra de terras é regular, junho de 2008. Agência Estado, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,para-diretor-da-stora-enso-compra-de-terrás-e-regular,184023,0.htm>> acessado em março de 2011.

HISTORIAL EXCHANGE RATES REGIMES OF ASIAN COUNTRIES-CHINA, SD disponível em: <http://intl.econ.cuhk.edu.hk/exchange_rate_regime/index.php?cid=8> acessado em setembro de 2010

HORNBY, L China deve importar grãos e sofre escassez de terras aráveis, março de 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/03/05/China_deve_importar_graos_sofre_escassez_de_terras_araveis-426091512.asp> acessado em outubro de 2010

INVESTIMENTOS da China no Brasil serão questionados, 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101030/not_imp631891,0.php> acessado em novembro de 2010.

JUNIOR, J “Capital chinês no setor mineral nacional preocupa Arnaldo Jardim” 2010. Disponível em: <<http://portal.pps.org.br/portal/showData/179976#>> acessado em outubro de 2010.

LANDIM, Raquel. *China empresta US\$ 50 bi para a América Latina*. Publicado em: Jun. 2010 por Estadão. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,china-empresta-us-50-bi-para-a-america-latina,23887,0.htm>>

LIMIN, Lin. *World Geopolitics and China's Choices*. Publicado em: Mar. 2010. Disponível em: <http://www.cicir.ac.cn/resource/xdgjgx_en/WORLD%20GEOPOLITICS%20AND%20CHINA.PDF>



LUM et all *China's foreign AID activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia* in CRS REPORT for Congress, 2009. Disponível em:<http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fas.org%2Fsgp%2Fcrs%2Frow%2FR40361.pdf&ei=5MTaTO-PB8H98Aa8r-X3CQ&usg=AFQjCNE_BRnSdvrPW7nqSHrASo00vIUTNA> acessado em outubro de 2010.

MEDEIROS, Carlos A. de *A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática* in Rev. Econ. Polit. vol.26 no.3 São Paulo July/Sept. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000300004&script=sci_arttext> acessado em agosto de 2010

_____ *A economia política do desenvolvimento recente da China* in Rev. Econ. Polit. vol.26 no.3 São Paulo July/Sept de 1999.

_____ *A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia* in Economia e Sociedade, Campinas dezembro de 2001.

MELLO, Patrícia Campos. "Celso Amorim: 'Precisamos repensar nossa relação com a China'." Publicado em Nov. 2010 por Estadão. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,celso-amorim-precisamos-repensar-nossa-relacao-com-a-china,646239,0.htm>>

MILHO: segundo especialistas importações chinesas podem surpreender mercado, outubro de 2010. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?tit=milho_segundo_especialistas,_importacoes_chinesas_podem_surpreender_mercado&id=44897> acessado em outubro de 2010

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA *Total Production of Energy and Its Composition in China*, SD disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2007/html/G0701E.HTM>> acessado em outubro de 2010

_____ *Total Consumption of Energy and Its Composition in China*, SD disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2007/html/G0702E.HTM>> acessado em outubro de 2010.

REDLAT (Rede Latino-Americana de Pesquisa em Empresas Multinacionais) (Org.). *As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência Assimétrica?* Instituto Observatório Social. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=4381&Itemid=89> Acesso em:18/11/2010/

SERRA, A.M de Almeida *China as reformas econômicas da era pos-mao* in Revista da Administração Pública de Macau, nº 36,Julho/1997, pgs 449-495.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



SICE – Foreign Trade Information System. *Trade Agreements by Country*. Disponível em <<http://www.sice.oas.org/>>

THE WORLD BANK DATABASE World Development Indicators China, SD. Disponível em : <<http://data.worldbank.org/country/China>> acessado em novembro de 2010.

TRADE STATISTICS disponível em: <<http://tse.export.gov/TSE/ChartDisplay.aspx>> acessado em agosto de 2010.

TREVISAN, C *China ainda tem 159 mil empresas estatais*, 2004. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/China-ainda-tem-159-mil-empresas-estatais/1287>> acessado em outubro de 2010.

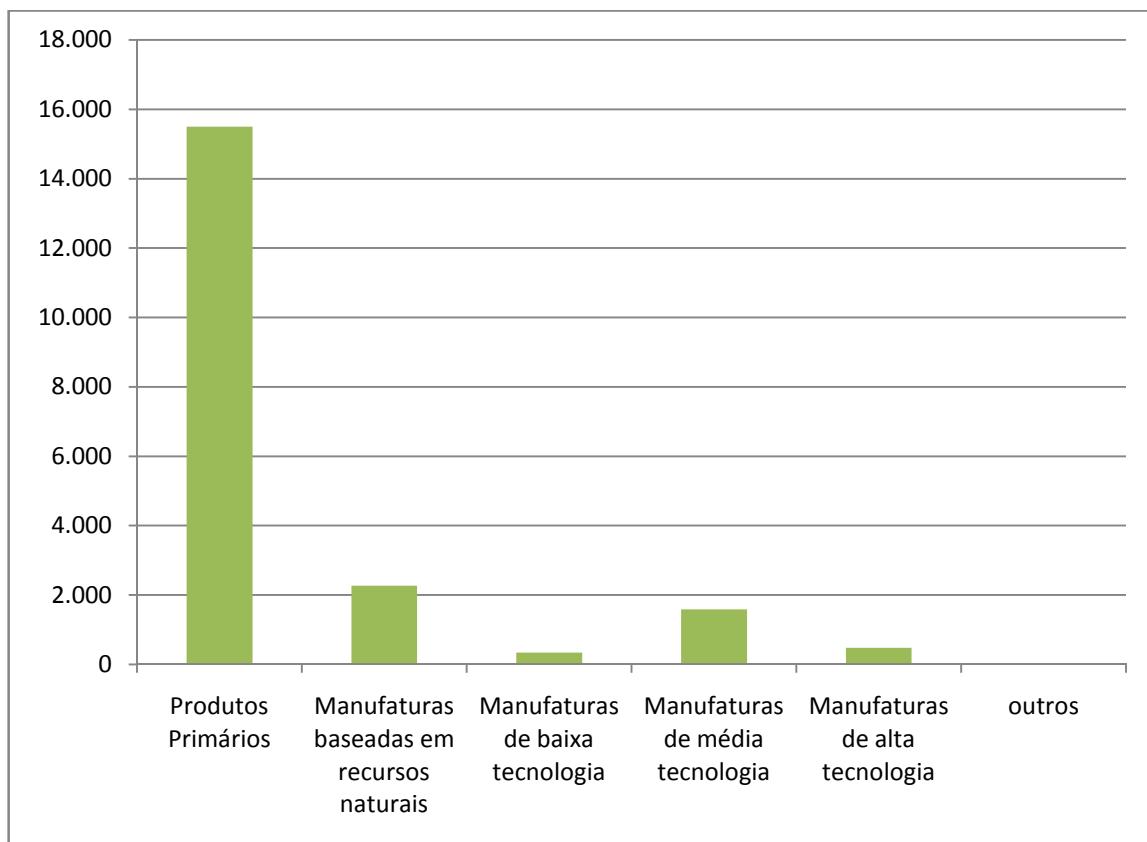
WEN, Mei Competition ownership diversification and industrial growth in China, 2002. Disponível em: <<http://www.bm.ust.hk/~ced/Mei%20WEN.pdf>> acessado em setembro de 2010

WYK, Barry Van, *The China Factor: Supplying China's Phenomenal Demand for Natural Resources*, in The China Analyst, 2010. Disponível em: <http://www.thebeijingaxis.com/upload_files/download/newsletter/TheChinaAnalyst_Aug2010.pdf> acessado em outubro de 2010.



ANEXOS

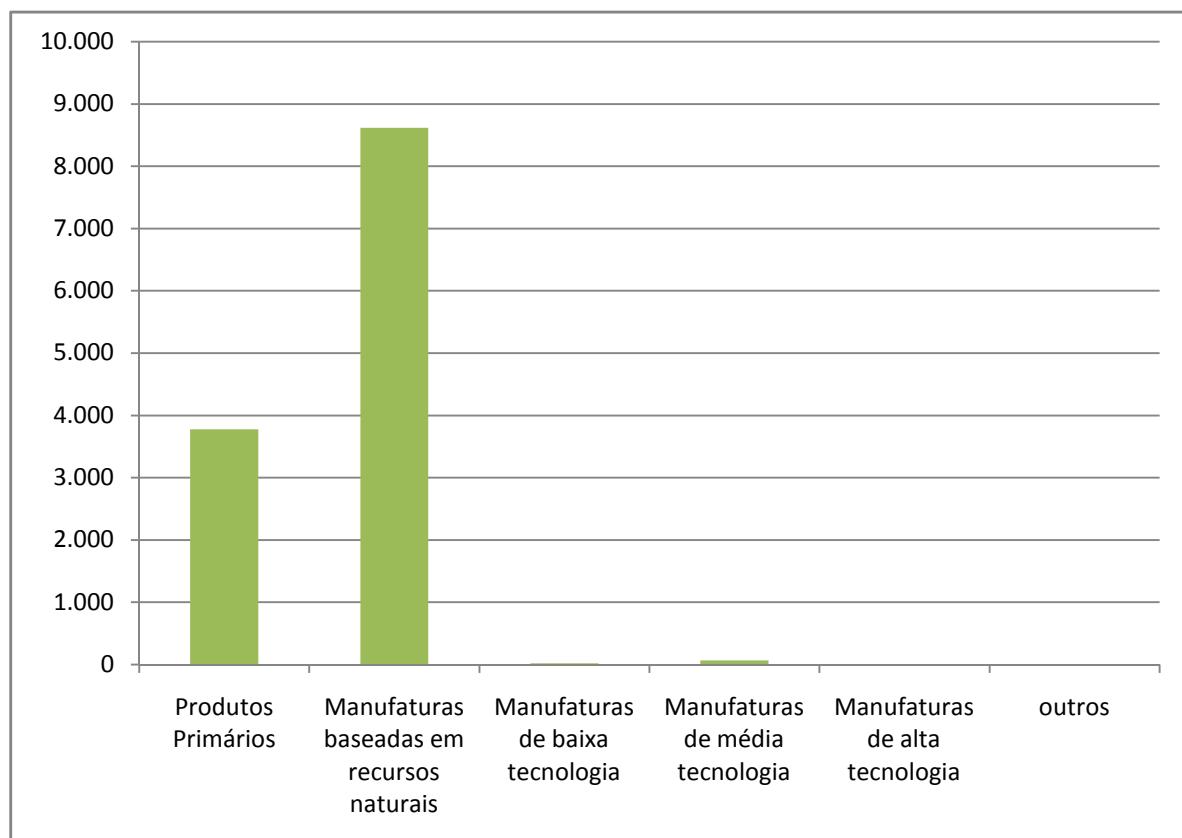
Gráfico 6: Exportações brasileiras de bens por categorias de produto para a China (2009) em milhões de US\$.



Fonte: CEPAL, 2008



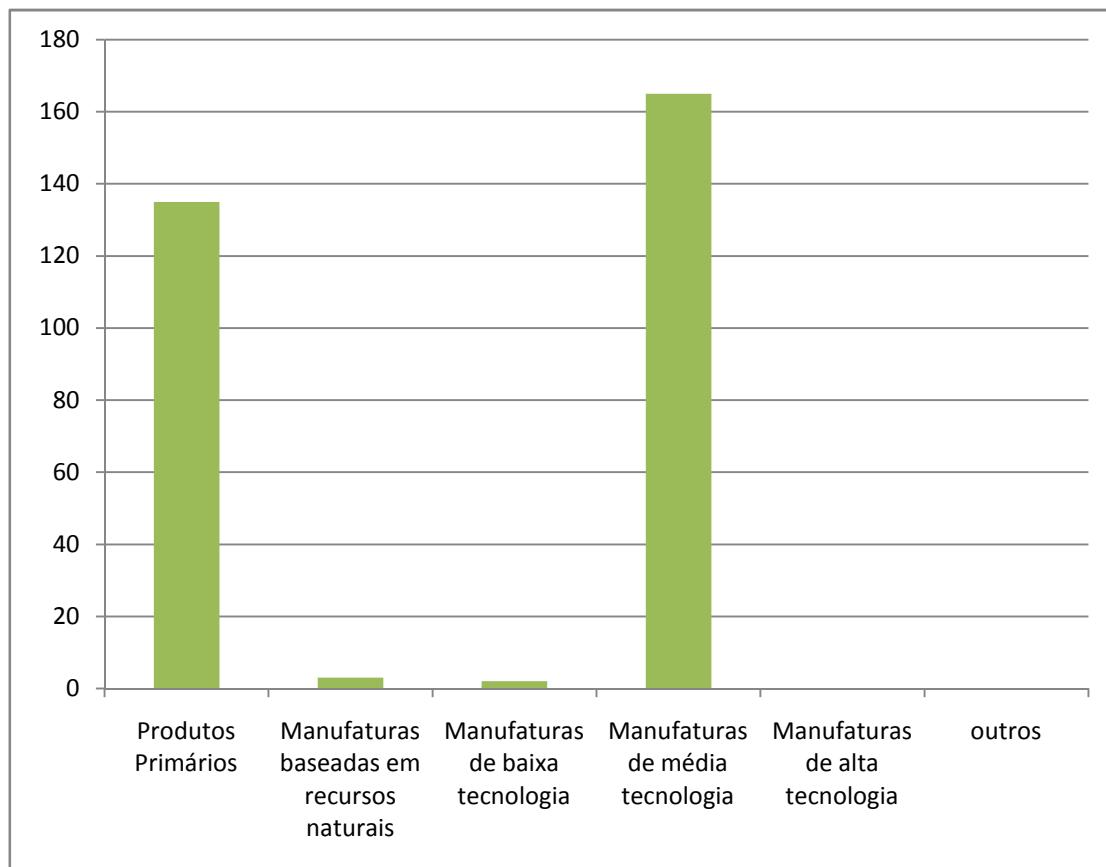
Gráfico 7: Exportações chilenas de bens por categorias de produto para a China (2009) em milhões de US\$.



Fonte: CEPAL, 2008



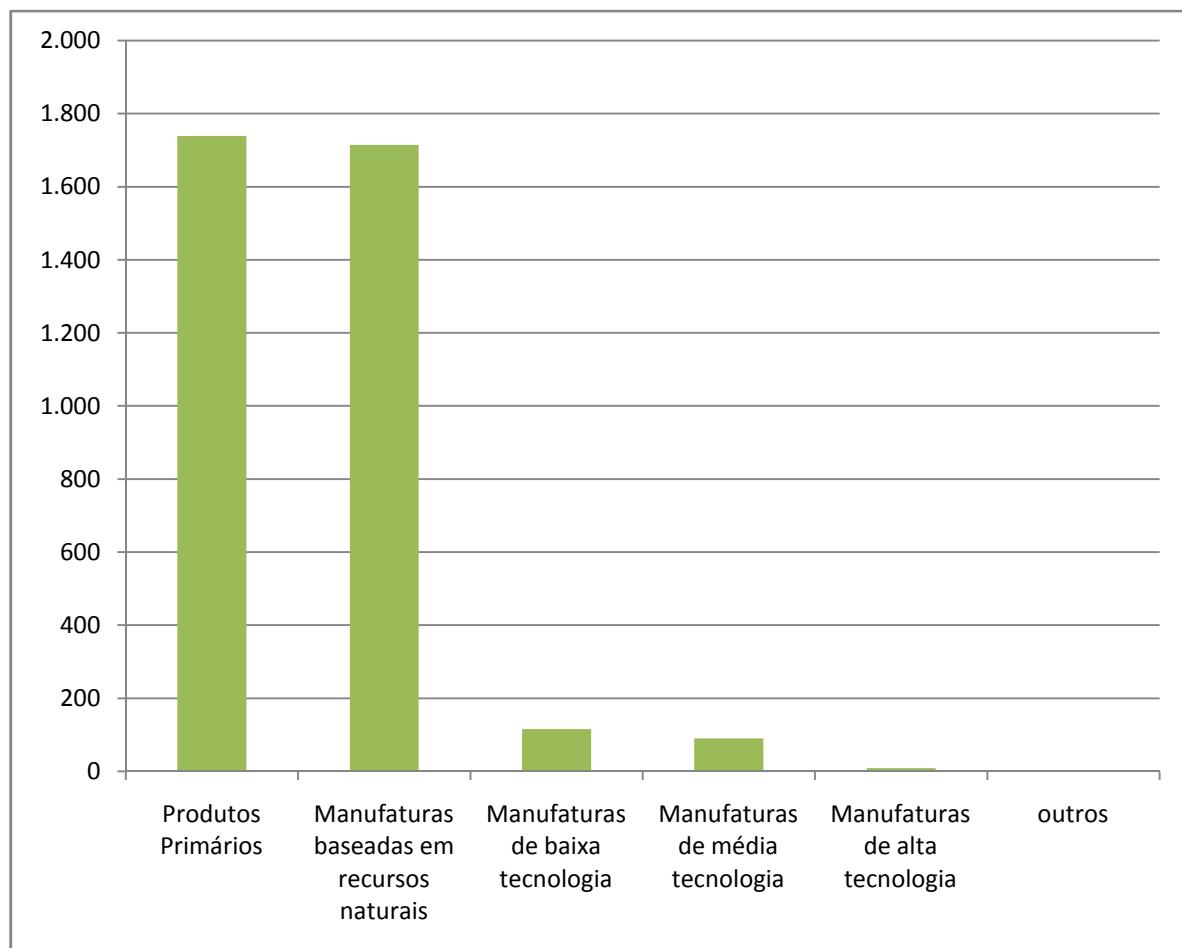
Gráfico 8: Exportações venezuelanas de bens por categorias de produto para a China (2009) em milhões de US\$.



Fonte: CEPAL, 2008



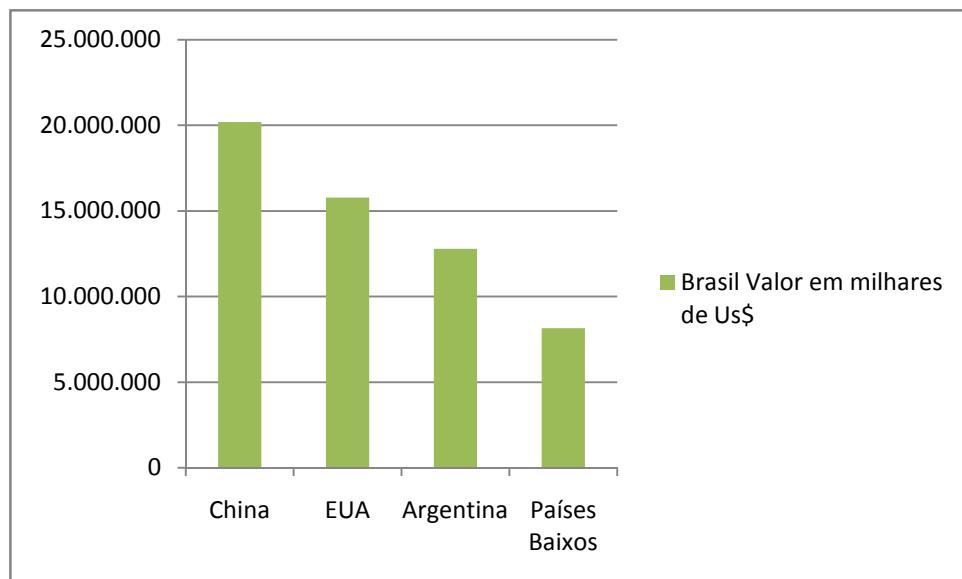
Gráfico 9: Exportações argentinas de bens por categorias de produto para a China (2009) em milhões de US\$.



Fonte: CEPAL, 2008

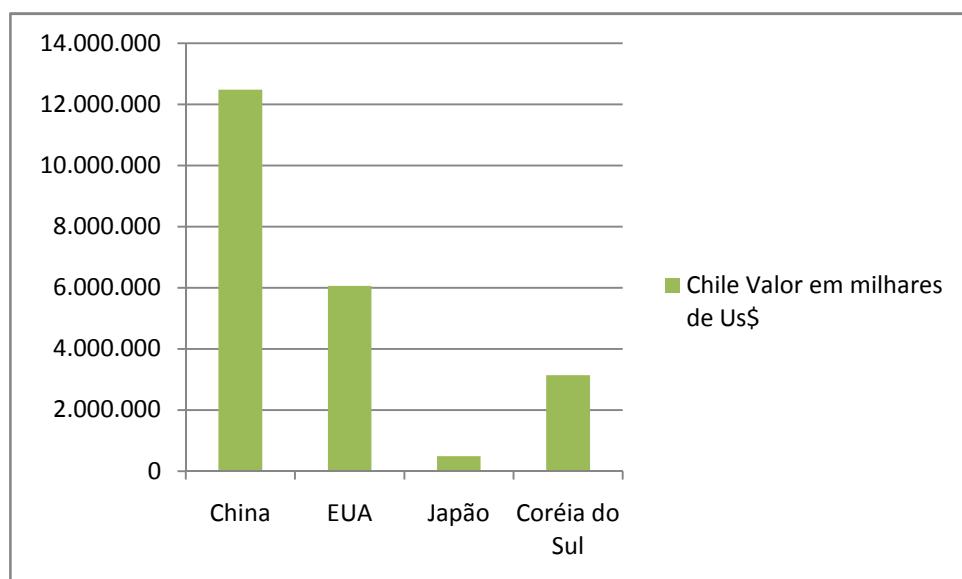


Gráfico 12: Principais parceiros econômicos do Brasil em milhares de US\$ (2009)



Fonte: CEPAL, 2009

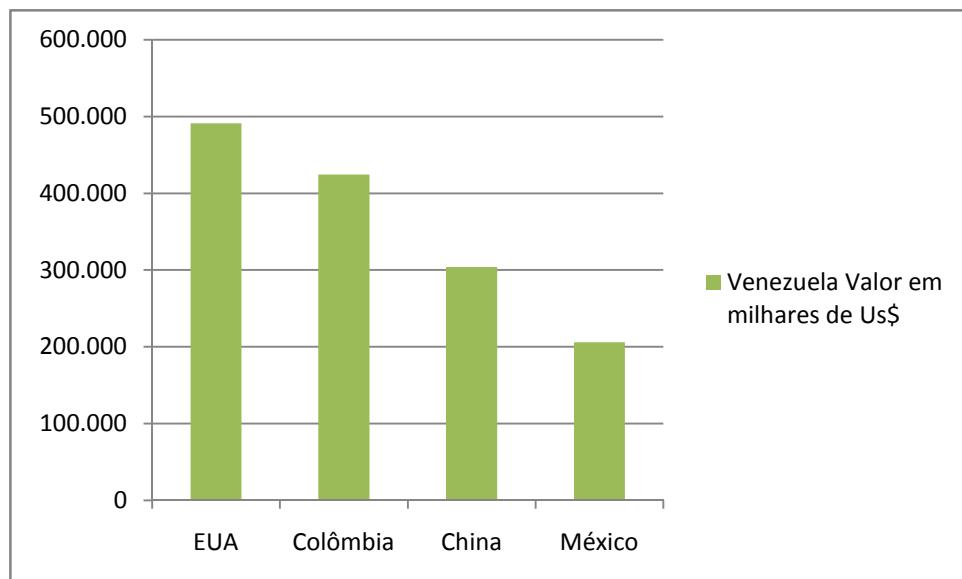
Gráfico 13: Principais parceiros econômicos do Chile em milhares de US\$ (2009)



Fonte: CEPAL, 2008

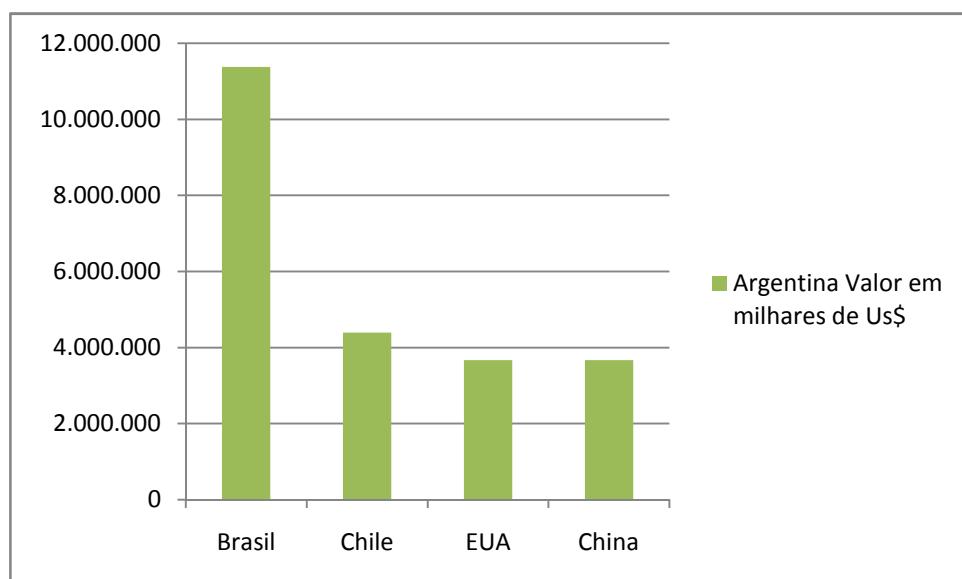


Gráfico 14: Principais parceiros econômicos da Venezuela em milhares de US\$ (2009)



Fonte: CEPAL, 2008

Gráfico 15: Principais parceiros econômicos da Argentina em milhares de US\$ (2009)



Fonte: CEPAL, 2008



Cap. III - O FATOR CHINÊS PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: A POSSÍVEL CONCORRÊNCIA NOS SETORES INDUSTRIAIS

Gabriela Fernandes Feliciano Murua (gabymurua@gmail.com)

Orientação: Professora Patrícia Nogueira Rinaldi

INTRODUÇÃO: INTERPRETAÇÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO CHINÊS PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Os anos noventa foram marcados pela intensificação do processo de globalização produtiva e financeira, no qual países em desenvolvimento passaram a atrelar cada vez mais seus projetos de desenvolvimento aos interesses dos grandes grupos econômicos transnacionais (Cf. GONÇALVES, 1999). Nesse contexto, no que diz respeito aos territórios estudados neste artigo – China e América Latina – o modo como estes se inseriram internacionalmente e a vincularam esta inserção aos seus projetos de desenvolvimentos foi distinto, implicando em suas peculiares trajetórias no século XXI.

O modelo latino-americano adotado a partir da década de 1990 foi marcado por uma “racionalização produtiva com desintegração vertical e aumento do conteúdo importado” (IOS, 2008: 05). Observou-se uma estratégia que buscou: ou a intensificação das exportações em setores primários intensivos em recursos naturais; ou a atração de empresas transnacionais de características maquiladoras, que se referem à montagem de produtos manufaturados com baixo valor agregado gerado no país; quando não as duas estratégias simultaneamente (REDLAT, 2010:11). No segundo caso especificamente, percebe-se que os investimentos externos diretos (IED) direcionados à América Latina não estão vinculados à uma pauta de exportação de produtos com maior valor agregado, pelo contrário, dão sinais de um direcionamento à exportação de baixo valor agregado ou a investimentos que não visam uma transferência do conhecimento tecnológico às empresas nacionais, fator limitante ao processo de industrialização de um país (REDLAT, 2010:13). Nesse sentido, a reestruturação produtiva da América Latina nesse período resultou no relativo abandono do projeto desenvolvimentista e no retrocesso das estruturas industriais em países que já encaminhavam tal projeto.



Trajetória distinta é verificada em relação à China. Historicamente, o país estava totalmente voltado às questões internas até o final da década de 1970, e somente em 1979, por meio de reformas políticas, econômicas e culturais, o país adentrou as relações internacionais ocidentais de forma mais proeminente. A consolidação de sua posição no sistema internacional só aconteceu de fato na década de 1990, quando são maturados os elementos da estratégia chinesa, fundamentada em elevadas taxas de investimento e de gastos públicos, expansão do mercado interno, superávits primários, uma moeda moderadamente desvalorizada e a imposição de controles frente às liberalizações (IOS, 2008: 05). O país também contou com a atração de IED, porém, as empresas transnacionais estão em parcerias com empresas estatais e sofrem uma série de limitações por parte do governo chinês a fim de que grande parte dos benefícios provindos dessas empresas fique retido no país. Com essa estratégia, a China direcionou os investimentos para a formação bruta de capital fixo, internalizando os processos tecnológicos industriais, e assim, conseguiu diversificar e internalizar sua estrutura produtiva.

O sucesso da estratégia chinesa é comprovado pelo alto dinamismo econômico do país, de modo que entre 1990-2002, a China cresceu 10 vezes a mais que o continente latino-americano. Também obteve um crescimento do PIB *per capita* em torno de 8,8% a.a, enquanto a América Latina alcançou um crescimento de apenas 0,9% a.a. Esse direcionamento garantiu também uma inserção internacional mais proeminente da China, que se verifica a partir das alterações em sua pauta de exportação. Os produtos manufaturados passam a integrar 93% das exportações do país, sendo 44% destes compostos por média e alta tecnologia (REDLAT, 2010:11). Além disso, em 2006 a China passou a compor quase 10% das exportações mundiais de manufaturados ao passo que o continente latino-americano como um todo contou com apenas 4% no mesmo período (REDLAT, 2010:11).

Dada essa proeminência, o papel chinês tem se tornado determinante para compreender as possibilidades de desenvolvimento e de inserção internacional dos países em desenvolvimento, embora os reais impactos do modelo de crescimento chinês para a América Latina ainda sejam obscuros. É fato que os países da região, assim como o mundo, tenham se beneficiado do “boom chinês”, seja por meio das elevações das exportações, pela entrada massiva de produtos chineses (dando maior diversificação e acessibilidade aos produtos manufaturados, graças aos baixos preços), ou ainda pelos IED provenientes da China. Porém, ainda não são nítidas, para a maioria desses países, as consequências que surgirão desta ascensão.

Em geral, os analistas elucidam respostas para as possíveis consequências aos países latino-americanos por meio de duas interpretações. A mais predominante, no presente momento, é a das vantagens comparativas. Alega-se que alguns países da região possuem estruturas produtivas de certo modo distintas se comparadas às do país asiático e por isso, seriam países com intercâmbios complementares. Em outras palavras, são países que pouco concorrerem com a China em terceiros mercados e não possuem uma planta produtiva desenvolvida, como é o caso do Chile e do Peru (REDLAT, 2010: 24). Entretanto, deve-se ressaltar que esta complementaridade não necessariamente resulta em relações comerciais igualitárias, isto é, há uma assimetria nos termos de troca, de modo que o país chinês exportaria produtos de maior valor agregado, enquanto que os



países da América Latina se restringiriam a exportar produtos de baixo valor agregado. Correspondem a esta interpretação países latino-americanos que possuem como principal componente de suas exportações as *commodities* agrícolas e energéticas.

Por outro lado, fatores como um parque industrial semiconsolidado e exportações de produtos com certo valor agregado para determinadas regiões do mundo indicam que as relações econômicas de alguns países latino-americanos com a China podem levar a um acirramento da concorrência em setores industriais, afetando também terceiros mercados nos quais esses países possuem uma relativa inserção de seus produtos manufaturados. Associada a essa concorrência nos setores industriais, poderia haver também uma especialização da pauta comercial em produtos primários, o que promoveria uma regressão industrial, na medida em que certos setores industriais latino-americanos não conseguiram enfrentar adequadamente essa possível concorrência chinesa internamente e em terceiros mercados. Esse pode ser o caso do México e do Brasil, dois países que conseguiram minimamente, durante a segunda metade do século XX, realizar um desenvolvimento industrial baseado no modelo de substituição de importações e possuem estruturas produtivas que podem ser afetadas pela concorrência chinesa.

Observa-se então que a China polariza os países latino-americanos entre aqueles que desenvolveram um projeto industrial e os que não desenvolveram (ou possuem uma estrutura produtiva industrial mínima). Assim, esses últimos países apresentam uma clara especialização das exportações em produtos primários de baixo valor agregado, enquanto os primeiros atingiram algum grau de industrialização, embora não tenham conseguido consolidar plenamente tal processo. De qualquer forma, esse grau de industrialização pode resultar em uma relação concorrencial com a China em determinados segmentos, tanto no que diz respeito ao mercado interno destes países quanto no que se refere à concorrência em terceiros mercados.

Frente a essa problemática, o presente capítulo se restringirá a discutir as consequências em torno da segunda interpretação, buscando compreender se de fato o crescimento chinês promove uma tendência de elevação da concorrência frente a certos países latino-americanos, particularmente no que diz respeito aos seus mercados internos (isto é, mercados importantes para os setores industriais nacionais ou internacionais que ali se encontram) e à terceiros mercados (isto é, mercados de exportação importantes para esses países). A partir dessa análise, buscar-se-á avaliar a possibilidade de uma regressão industrial em países latino-americanos como o México e o Brasil em virtude da possível concorrência chinesa.

A CONCORRÊNCIA ENTRE CHINA E MÉXICO: O DESLOCAMENTO DAS MAQUILAS E PERDAS NO MERCADO ESTADUNIDENSE

Os anos sessenta foram marcados pelo início de uma “reestruturação produtiva e comercial em escala mundial” (VALENCIA, 2004: 143) que teve nas indústrias maquiladoras de exportação (IME) sua maior expressão no que diz respeito à inserção dependente do México nesta nova configuração produtiva do sistema internacional (VALENCIA, 2004: 143). De acordo com o Instituto



Nacional de Estadística e Geografía do México (INEGI), a *maquila* “es el proceso industrial o de servicio destinado a la transformación, elaboración o reparación de mercancías de procedencia extranjera, temporalmente importadas para su posterior exportación,...” (INEGI, 2002 *apud* VALENCIA, 2004: 142). A maioria destas indústrias são empresas transnacionais procedentes de países desenvolvidos e que se fixaram no México a partir de 1965 graças às políticas de incentivos realizadas pelo governo mexicano, centradas basicamente na isenção de impostos para as IME, liberdade cambial, importações livres de tarifas alfandegárias, bem como a disponibilidade de mão de obra barata muitas vezes sem direitos trabalhistas e impedida legalmente de realizar contestações frente às condições de trabalho verificadas nessas empresas (VALENCIA, 2004: 143).

As IME possuem três características marcantes: a primeira diz respeito à desvinculação destas com a estrutura produtiva nacional, isto é, as IME geram poucos efeitos multiplicadores à economia mexicana. Isso fica especialmente claro em relação ao uso dos insumos, que são em maior parte estrangeiros, restando às indústrias nacionais pouquíssimos insumos a serem produzidos: sabe-se que em 30 anos, os insumos nacionais representaram apenas 2% daqueles utilizados por essas empresas, o que demonstra a desvinculação destas indústrias com um projeto de desenvolvimento industrial mexicano. A segunda característica refere-se à crescente dependência do capital estrangeiro, que se acentua, sobretudo, com relação aos Estados Unidos, já que este último é o maior país com empresas *maquilas* no México, refletindo os termos de abertura comercial e financeira estabelecidos pelo Nafta (*North American Free Trade Agreement*), acordo de livre comércio firmado entre Estados Unidos, Canadá e México em 1994. Finalmente a terceira característica consiste na deterioração das relações sociais mexicanas, em virtude da exploração da mão de obra, que é descriminada e segregada, além de não possuir direitos trabalhistas, o que permite às empresas pagar salários baixíssimos e realizar cortes e demissões sem aviso prévio (VALENCIA, 2004: 149-50; 155; 156).

Enquanto as IME são consideradas como as responsáveis pela continuação de processo industrial dos Estados Unidos, do Japão e do Sudeste Asiático, é possível dizer que também foram fundamentais para o aprofundamento do processo de “anti-industrialização” do próprio México. Ao mesmo tempo, a opção mexicana de internalizar tais empresas em detrimento de um projeto industrial nacional permitiu ao país que, mesmo sem um parque industrial consolidado, pudesse exportar produtos de certo valor agregado, colocando-o no patamar de país semi-industrializado. Nesse contexto, esta seção buscará analisar os possíveis impactos gerados nas IME e em suas exportações face a crescente presença chinesa no país desde os anos 2000 (período no qual Vicent Fox iniciou seu mandato como presidente do México), bem como analisar quais serão as consequências desta maior aproximação econômica entre os países.

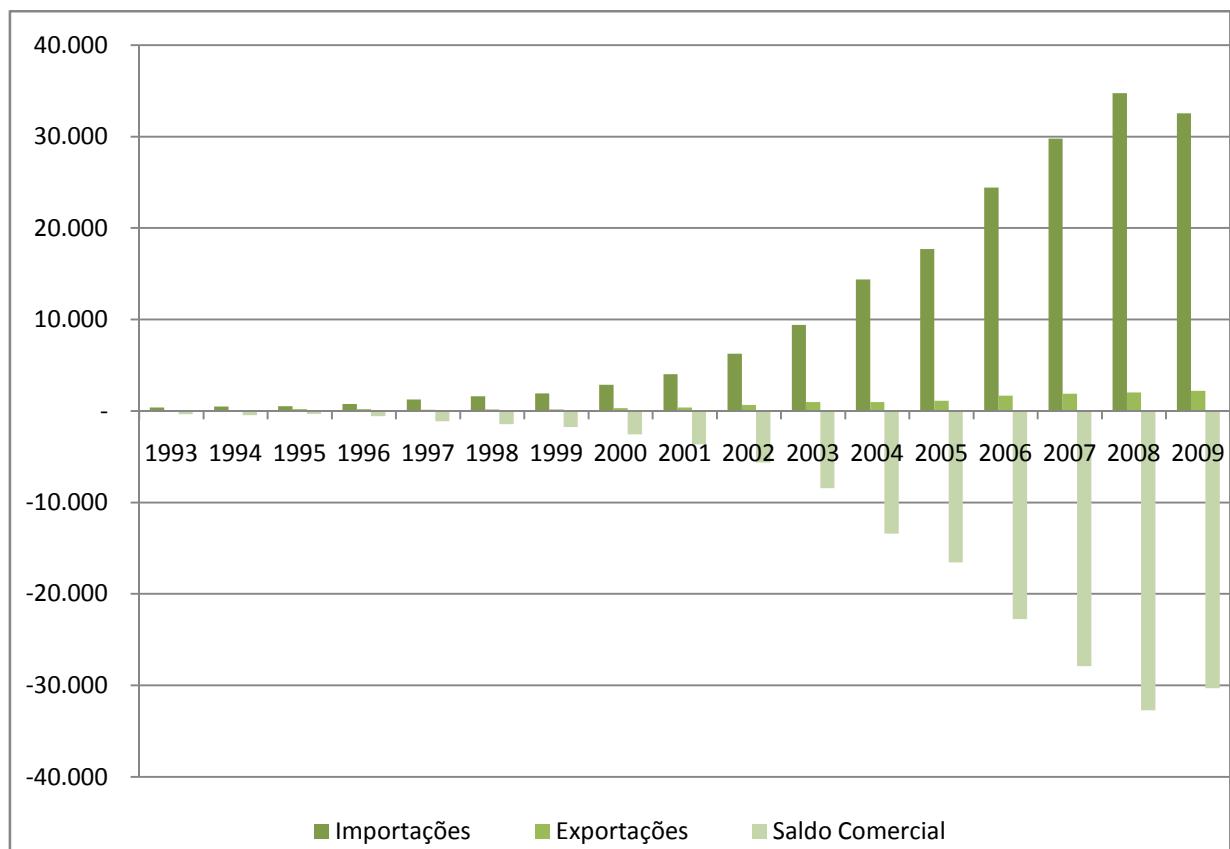
Se em 2000 a China encontrava-se na 25^a posição no que se refere ao destino de exportações mexicanas e na 5^a posição em origem de importações mexicanas, no ano de 2008 esses números saltaram para 6^º e 3^º respectivamente (REDLAT, 2010: 22). Esse movimento tornou a China o segundo maior parceiro comercial do México, tornando a balança comercial desse último país excessivamente deficitária (CORNEJO, 2008: 01), isto é, há uma entrada maciça de produtos



chineses no México sem que para isso ocorra uma contrapartida menos assimétrica de exportação de produtos mexicanos para o mercado chinês (JASSO, 2004: 12), como pode ser observado no Gráfico 1 a seguir.

O déficit comercial apresenta uma trajetória progressivamente crescente: em 2000, estava em torno de US\$ 2.569,20 milhões, porém atingiu em 2009 quase US\$ 31 milhões. Esse quadro tem gerado consequências drásticas ao país em três aspectos: contribui para o solapamento das já frágeis indústrias nacionais; repercute em uma competição com a China em terceiros mercados, em virtude da entrada de produtos chineses com preços bem inferiores aos mexicanos; e em virtude dos baixos custos de mão de obra chineses, estimula a saída de empresas *maquilas* que estão em território mexicano buscando vantagens competitivas atreladas aos baixos custos do trabalho (JASSO, 2004: 12).

Gráfico 1: Balança comercial México-China (em US\$ milhões)



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados da SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO, 2010 b.

Essas três consequências problemáticas oriundas da inserção internacional chinesa ganharam contornos mais críticos no momento da entrada deste país na Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreu apenas no final de 2001, após longos 15 anos de negociações. O México foi o último país a iniciar os acordos bilaterais com a China e se mostrou muito resistente à entrada deste último na OMC (GARCÍA, 2009: 400). Essa resistência refletia a posição internacional



mexicana no ano de 2000, já que era o único país latino-americano que possuía 80% de suas exportações pautadas em produtos manufaturados⁴¹; além disso, era o único país com acordos mais amplos de livre comércio com os Estados Unidos, o que permitia destinar 85% de suas exportações para este território. De modo que não havia nenhum outro país na América Latina que seria tão prejudicado com a entrada chinesa na OMC, uma vez que ao adentrar na organização, se tornaria concorrente do México tanto nos setores manufaturados, base das exportações, quanto no mercado estadunidense, já que este é o maior mercado consumidor do mundo e o maior mercado mexicano (GARCÍA, 2009: 400). Tendo em vista tal concorrência, é necessário avaliar com maiores detalhes como a inserção internacional chinesa influenciou o México em relação aos impactos no mercado interno e na perda de terceiros mercados nessa primeira década do século XXI.

A concorrência interna e a ampliação das fragilidades do setor *maquila*

A relação sino-mexicana, ao contrário da relação chinesa com outros países latino-americanos, não pode ser definida apenas como uma relação complementar assimétrica (na qual ocorrem trocas comerciais de produtos primários por produtos manufaturados). Apesar de haver exportações primárias do México para a China, como cobre e minerais (REDLAT, 2010: 23), estas não são predominantes: assim como as importações chinesas ao México são, sobretudo, compostas por produtos industriais, as exportações mexicanas ao país também estão presentes neste setor, como demonstra o Gráfico 2:

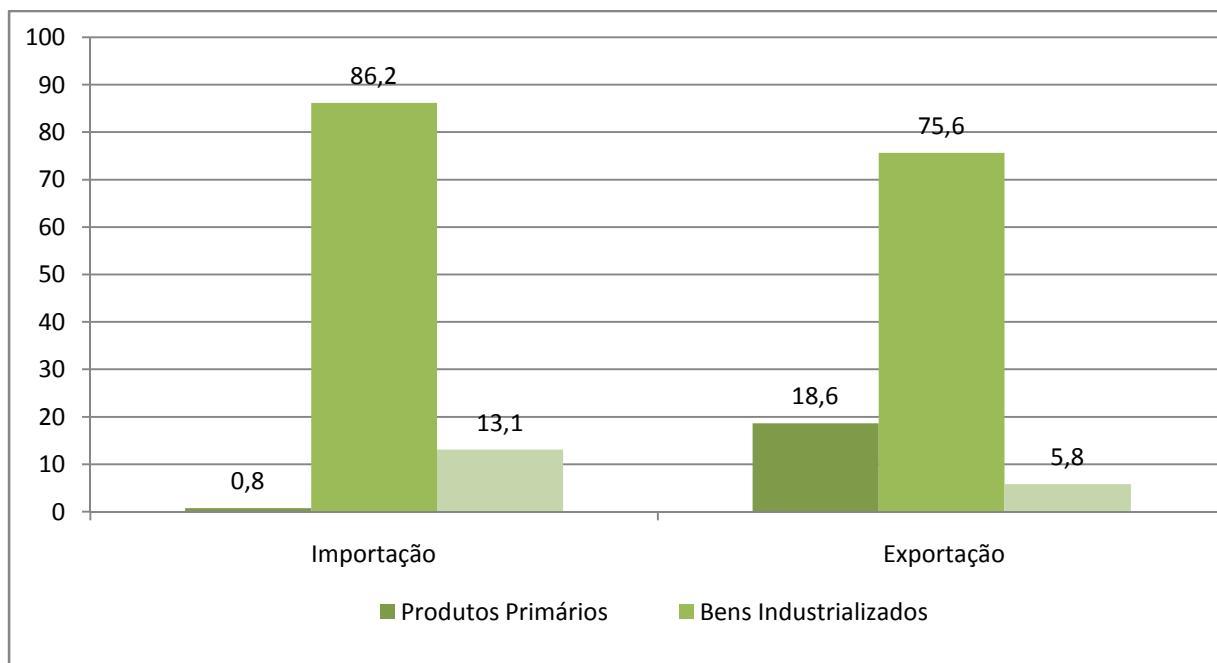
É devido a essa possível semelhança nas estruturas produtivas dos dois países que alguns setores industriais sentiram fortemente a entrada chinesa nos mercados mexicanos. Dentre eles, estão os setores intensivos em mão de obra que se encontram sob a forma de *maquilas*, como têxtil, de brinquedos e materiais esportivos, vestidos e calçados, dentre outros (JASSO, 2004: 14). A China destaca-se como o primeiro exportador de brinquedos para o México e o segundo em móveis e manufaturas de couro (JASSO, 2004: 15). No setor de eletroeletrônicos, as exportações chinesas ao México só perdem para os Estados Unidos, que é o principal fornecedor. Ademais, verificou-se no fechamento de empresas *maquilas* no México, em grande parte devido à entrada da China na OMC: entre 2000 e 2003 houve uma diminuição de 730 empresas, o que promoveu uma queda de 229.127 empregos no país, sendo que 35% destas foram direcionadas à China e 10% à América Central e Caribe (CORNEJO, 2008: 346). O Gráfico 3 a seguir demonstra esta queda generalizada no número de empresas *maquilas*⁴²:

⁴¹ Embora seja necessário ressaltar que esses produtos são em geral oriundos das *maquilas*, portanto, apresentam baixo valor agregado gerado no próprio país.

⁴² Há ainda as exportações direcionadas às *maquilas* mexicanas nos setores têxteis e de calçados que contam também com transações não contabilizadas, isto é, que ocorrem por meio de contrabando, de forma que, além prejudicar o mercado nacional, essa transação não é contabilizada nas contas oficiais, promovendo uma distorção dos reais impactos dessa presença chinesa (JASSO, 2004: 15).

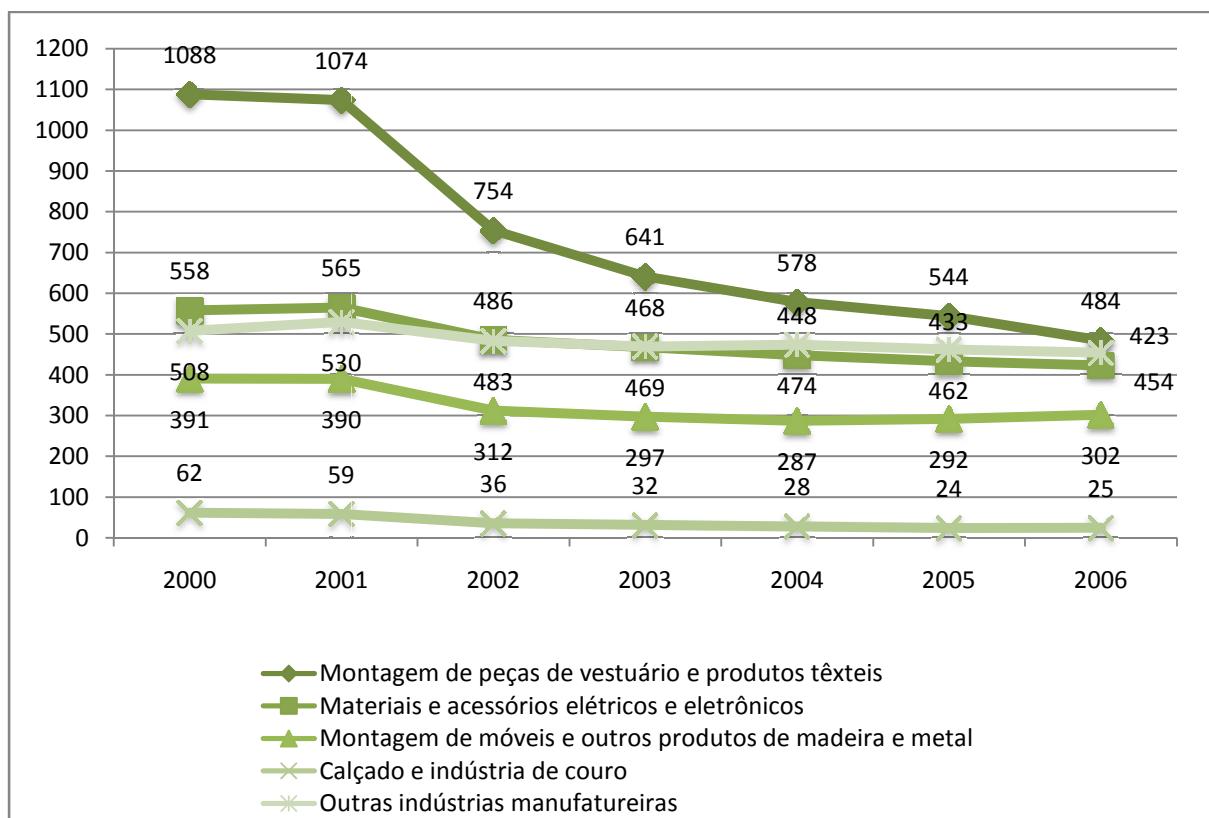


Gráfico 2: Transações comerciais entre México e China (em porcentagem)



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de CEPALSTAT, 2010.

Gráfico 3: Número de empresas maquilas no México



FONTE: Elaboração Própria a partir dos dados de INEGI, 2007.



A respeito dos IED chineses direcionados ao México, em 2006, apenas 1,2 % do total correspondia a investimentos chineses, compondo um montante em torno de US\$ 93,4 milhões, um valor reduzido se comparado ao peso dos IED americanos nesse país, mas concentrados, sobretudo, no comércio e na indústria manufatureira. Até 2005 havia um direcionamento dos fluxos ao setor de indústrias manufatureiras, sobretudo, nos anos 2000, 2003, 2004 e 2005, elegendo segmentos que destinam suas exportações aos Estados Unidos (CORNEJO, 2008: 343). Já a partir de 2006 houve um direcionamento destes fluxos ao comércio de produtos alimentícios, bebidas e tabaco e comércio automotivo de rodas. É possível analisar o montante de IED chineses no México por setores na Tabela 1:

Tabela 1: Distribuição setorial de empresas com IED providos da China (em US\$ milhões)

Setores	Anos									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Minério e extração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,7
Indústrias Manufatureiras, incluindo maquilas	9,1	0,5	-4,3	4,7	7	12	1,6	4,1	1	3,1
Construção	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0,4	0
Comércio	1,6	1,8	1,3	2,2	1,5	2,7	16,9	4	-1,5	22,8
Transporte e Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0,4	0
Serviços Financeiros	0	0	0,8	8,4	3,1	-1	1,3	0,1	0	0
Outros Serviços	0	0,1	0,5	10,1	0,3	0,2	0,3	0,2	-0,6	0

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de SECRETARÍA DE ECONOMIA, 2010 a.

A elevada concorrência interna, provinda da entrada de produtos e do IED chineses (principalmente em relação às indústrias maquilas) repercutiu em ações de *antidumping* como forma de amenizar os impactos negativos na frágil indústria mexicana. Essas políticas foram destinadas a apenas três capítulos elencados pela OMC, a saber: os setores de máquinas e equipamentos; de vestimenta; e o têxtil. Cabe salientar que o acordo entre a China e o México realizado na OMC a fim de estabelecerem um período para que as tarifas compensatórias mexicanas fossem eliminadas se extinguiu em 11 de dezembro de 2007. Mas dadas as alegações por parte do governo mexicano de que, por um lado, este período não foi suficiente para que alguns setores conseguissem se tornar



competitivos, e por outro, que a China estaria realizando *dumping*, fez com que este período fosse prorrogado para 11 de dezembro de 2011.

Entretanto, as proteções realizadas ou foram insuficientes ou repercutiram de forma tímida nas relações entre a China e o México, não diminuindo a assimetria entre os produtos chineses e os produtos nacionais, além de ser uma política de curto prazo, dada a pressão constante da China (amparada pela OMC) para que tais cotas compensatórias sejam eliminadas (GARCÍA, 2009: 401-405). Logo, as políticas de protecionismo não parecem ser suficientes para resolver o problema da crescente concorrência entre o México e a China, impondo ajustes drásticos à economia do primeiro país à medida que não possui nenhuma estratégia mais sólida de desenvolvimento industrial interno, valendo-se apenas das IME, que por sua vez não estão internalizadas. Neste sentido, os impactos da presença chinesa no país não se dão apenas na concorrência provinda com a entrada de produtos a baixo custo, mas no deslocamento das IME, que estão migrando para a China em busca de condições de acumulação mais favoráveis (CORNEJO, 2008: 340).

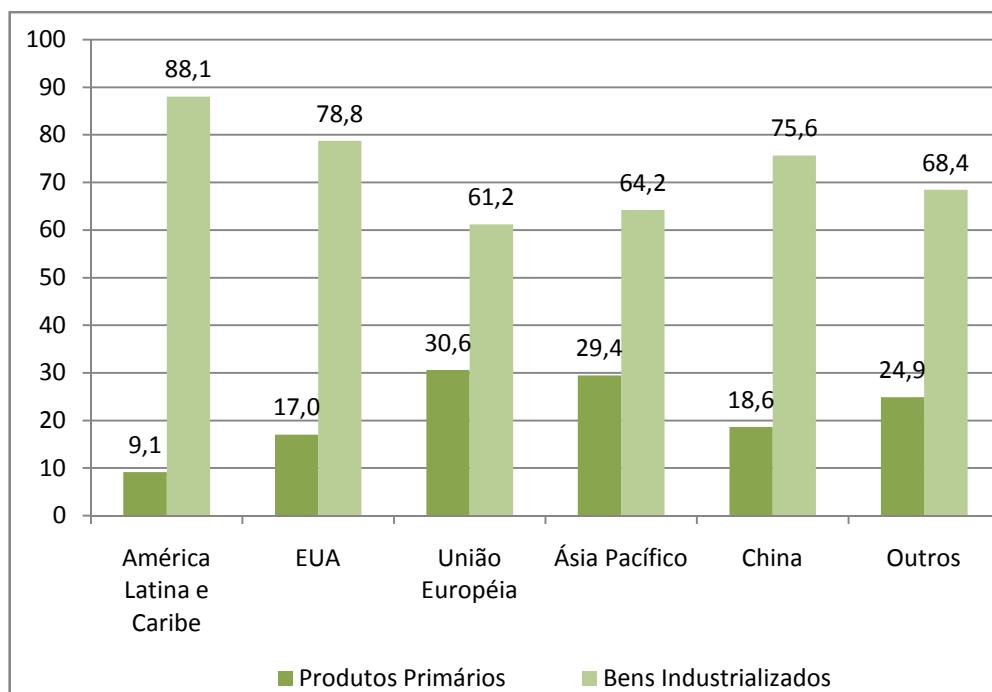
A concorrência em terceiros mercados e as perdas nas exportações para os Estados Unidos

“O desafio que a China representa nos aspectos comerciais se deriva provavelmente do fato de os dois países coincidirem na oferta internacional como plataformas de produção e transformação e cujos setores industriais mais importantes se assemelham” (GARCÍA apud JASSO, 204: 15).

Como demonstrado na seção anterior, as exportações mexicanas são compostas, sobretudo, de produtos manufaturados, reservando aos produtos primários uma parcela bem inferior, e em todos os principais mercados das exportações mexicanas, observa-se que predomina a exportação de produtos industrializados que compõem certo valor agregado, baseados em média tecnologia, como se observa no Gráfico 4 a seguir. A maior parte desses produtos são fabricados pelas empresas *maquilas*, que em geral são empresas transnacionais estadunidenses, e produzem no México justamente visando exportar para seu próprio mercado: como se nota no Gráfico 5, 78% das exportações para os Estados Unidos são de produtos industrializados, e de acordo com o Gráfico 6, 37,1% desse valor corresponde a produtos de média tecnologia. Assim, no que se refere à concorrência em terceiros mercados entre China e México, esta é centrada principalmente na disputa pelo mercado dos Estados Unidos.

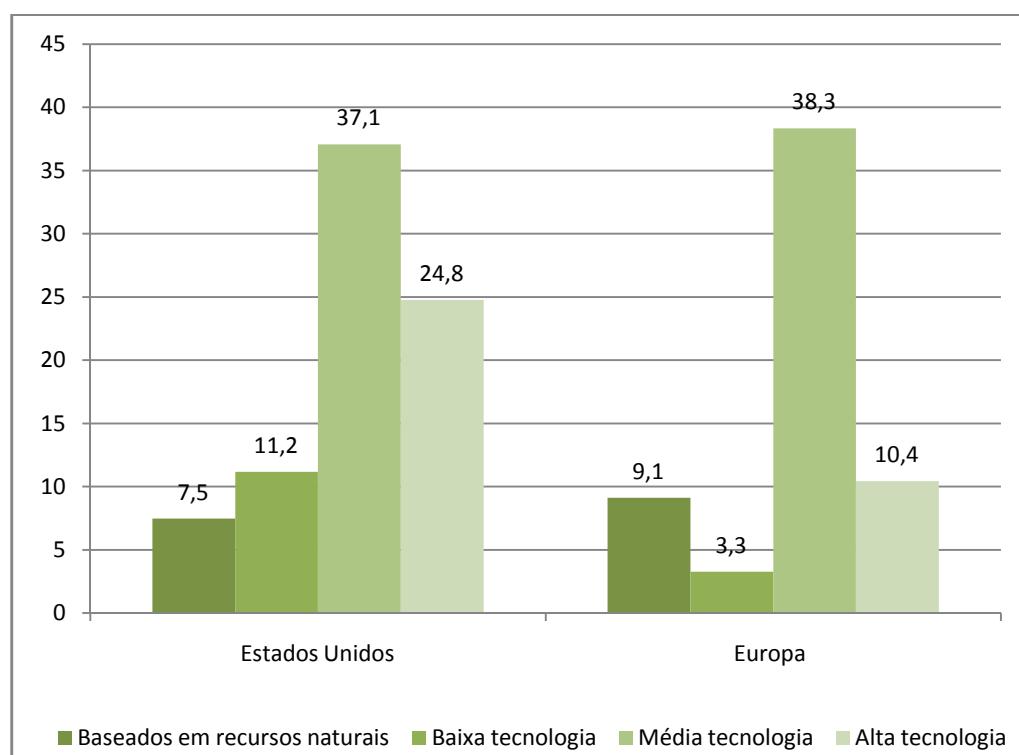


Gráfico 4: Exportações mexicanas de produtos primários e bens industrializados para regiões selecionadas (em porcentagem, 2007)



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de CEPALSTAT, 2010.

Gráfico 5: Tipo de tecnologia empregada nas exportações mexicanas de produtos industrializados para Estados Unidos e Europa (em porcentagem, 2007)

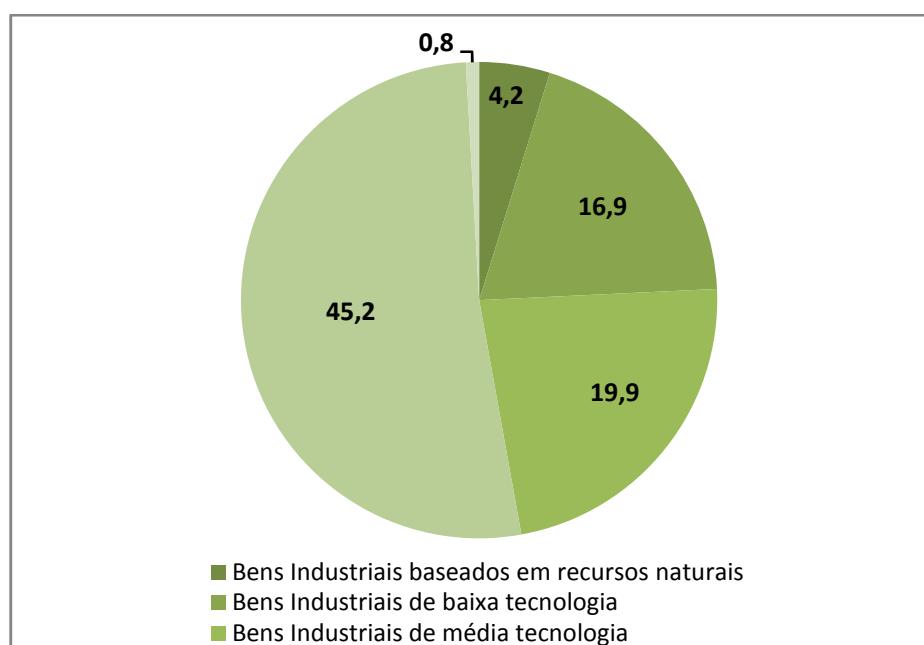


FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de CEPALSTAT, 2010.



É possível notar ainda que as importações mexicanas provindas da China também se concentram em produtos industrializados, com destaque àquelas de média (19,9 %) e alta tecnologia (45,2%), conforme o Gráfico 6 abaixo. Os dados apresentados demonstram que existe talvez a configuração de estruturas produtivas semelhantes, baseadas na exportação de bens industrializados de tecnologia média (embora a China tenha maior destaque em setores de alta tecnologia) e não de recursos naturais e energéticos. A existência de estruturas industriais em ambos os países – e principalmente, pelo fato da estrutura mexicana ser muitíssimo mais vulnerável – pode vir a gerar uma competição internacional entre estes países no que se refere aos mercados de exportação.

Gráfico 6: Importação mexicana de produtos chineses (em porcentagem, 2007)



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de CEPALSTAT, 2010.

Esta competição é mais nítida nas relações comerciais de ambos os países com os Estados Unidos. Desde os anos 2000 percebe-se uma queda nas exportações mexicanas destinadas a esse país. Em 1999, por exemplo, as importações chegaram a US\$ 1.097.205,00 milhões, enquanto que em 2000 este número decaiu para US\$ 135.926,3 milhões, voltando a crescer apenas em 2003, sem, no entanto, retornar aos índices anteriores. A Tabela 2 a seguir apresenta os dados referentes às relações comerciais entre os Estados Unidos e o México:



Tabela 2: Relações comerciais do México com os Estados Unidos (em US\$ milhões)

Ano	Exportação	Importação	Balanço (-)
1995	\$ 462.921,00	\$ 621.004,00	\$ (158.083,00)
1996	\$ 567.916,00	\$ 742.972,00	\$ (175.056,00)
1997	\$ 713.885,00	\$ 859.376,00	\$ (145.491,00)
1998	\$ 787.726,00	\$ 946.290,00	\$ (158.564,00)
1999	\$ 869.089,00	\$ 1.097.205,00	\$ (228.116,00)
2000	\$ 111.349,0	\$ 135.926,3	\$ (24.577,30)
2001	\$ 101.296,5	\$ 131.337,9	\$ (30.041,40)
2002	\$ 97.470,1	\$ 134.616,0	\$ (37.145,90)
2003	\$ 97.411,8	\$ 138.060,0	\$ (40.648,20)
2004	\$ 110.731,3	\$ 155.901,5	\$ (45.170,20)
2005	\$ 120.247,6	\$ 170.108,6	\$ (49.861,00)
2006	\$ 133.721,7	\$ 198.253,2	\$ (64.531,40)
2007	\$ 135.918,1	\$ 210.714,0	\$ (74.795,80)
2008	\$ 151.220,1	\$ 215.941,6	\$ (64.721,60)
2009	\$ 128.892,1	\$ 176.654,4	\$ (47.762,20)
2010*	\$ 118.608,5	\$ 168.881,8	\$ (50.273,30)

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de CENSUS BOUREAU, 2010.

* Os dados de 2010 referem-se até o mês de setembro.

No mesmo período observa-se um aumento crescente das importações estadunidenses provenientes da China, de modo que em 2003 foram exportados para os Estados Unidos quase US\$ 153.000 milhões, contra US\$ 138.000 milhões exportados pelo México. Com isso, pode-se observar um deslocamento do México para a segunda posição de maior exportador para os Estados Unidos, gerando uma crise inesperada na manufatura mexicana (CORNEJO, 2008: 334). A trajetória comercial entre Estados Unidos e China pode ser verificada na Tabela 3 a seguir. É possível asseverar que o crescimento das exportações chinesas com destino aos Estados Unidos esteja intrinsecamente relacionado às quedas das exportações mexicanas, uma vez que se observou perda de mercados mexicanos para os chineses em áreas como equipamentos científicos, móveis, computadores, automóveis, equipamentos de transporte, máquinas e manufaturas diversas (CORNEJO, 2008: 345; JASSO, 2004: 15-16)



Tabela 3: Comércio dos Estados Unidos com a China (em milhões de dólares)

Ano	Exportação	Importação	Balanço
1995	\$ 11.753,70	\$ 45.543,20	\$ (33.789,50)
1996	\$ 11.992,60	\$ 51.512,80	\$ (39.520,20)
1997	\$ 12.862,20	\$ 62.557,70	\$ (49.695,50)
1998	\$ 14.241,20	\$ 71.168,60	\$ (56.927,40)
1999	\$ 13.111,10	\$ 81.788,20	\$ (68.677,10)
2000	\$ 16.185,2	\$ 100.018,2	\$ (83.833,0)
2001	\$ 19.182,3	\$ 102.278,4	\$ (83.096,1)
2002	\$ 22.127,7	\$ 125.192,6	\$ (103.064,9)
2003	\$ 28.367,9	\$ 152.436,1	\$ (124.068,2)
2004	\$ 34.427,8	\$ 196.682,0	\$ (162.254,3)
2005	\$ 41.192,0	\$ 243.470,1	\$ (202.278,1)
2006	\$ 53.673,0	\$ 287.774,4	\$ (234.101,3)
2007	\$ 62.936,9	\$ 321.442,9	\$ (258.506,0)
2008	\$ 69.732,8	\$ 337.772,6	\$ (268.039,8)
2009	\$ 69.496,7	\$ 296.373,9	\$ (226.877,2)
2010*	\$ 62.972,8	\$ 264.205,9	\$ (201.233,1)

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de CENSUS BUREAU, 2010.

* 2010 refere-se até o mês de setembro.

Por fim, percebe-se que as características chinesas de baixos custos de produção, a disponibilidade de mão de obra barata (atreladas particularmente à baixa proteção das condições de trabalho na China), e o estímulo crescente à internalização da estrutura produtiva industrial, permitem que este país concorra pelos mercados de exportação mexicana. Isso se agrava ainda com o tipo de modelo econômico adotado pelo México, baseado nas indústrias *maquilas*, que apresentam grandes limitações para promover o fortalecimento do setor industrial doméstico: as *maquilas* são empresas com pouco comprometimento ao território mexicano, podendo ser transferidas rapidamente conforme são encontrados espaços mais vantajosos em termos de custos de produção. Assim, a falta de políticas industriais e de desenvolvimento por parte do governo pode vir a causar danos gravíssimos a já frágil indústria do país mediante a inserção internacional chinesa.



A CONCORRÊNCIA ENTRE CHINA E BRASIL: O AUMENTO DO DÉFICIT COMERCIAL E O POSSÍVEL DESLOCAMENTO DE PRODUTOS BRASILEIROS EM TERCEIROS MERCADOS

O Brasil foi o único país latino-americano em que o processo de industrialização conseguiu atingir níveis mais avançados, e a despeito das reformas que desarticularam a estrutura produtiva nacional, essa conseguiu relativamente perdurar até o século XXI, embora com grandes dificuldades e desafios, que se destacam ainda mais a partir da ascensão chinesa. As primeiras tentativas de se constituir um parque industrial brasileiro ocorreram no contexto do pós-guerra, dada a queda drástica das transações econômicas entre os países subdesenvolvidos e os países desenvolvidos. Por meio do modelo de substituição de importações, entre 1950 e 1970 o Brasil buscou completar sua industrialização pesada, tentando superar os gargalos existentes e garantir ao país maior autonomia em suas decisões internas e posicionamentos externos (VERSIANI; SUZIGAN, 1990). Para tanto, o Estado buscou de certa forma guiar o processo industrial, contando tanto com a entrada de investimentos externos diretos quanto investindo fortemente em setores de base como a siderurgia, química, hidrelétrica, dentre outros setores determinantes para a consolidação da indústria brasileira. Porém, as décadas de 1970 e 1980 são marcadas por intensas mudanças globais, que revertem as bases do ciclo expansivo do pós-guerra, levando o Brasil, assim como os demais países latino-americanos, a uma crise conhecida como crise da dívida. Essa crise indicou o fim do projeto de industrialização pesada uma vez que as medidas de saída para a crise, a partir da década de 1990, foram marcadas por reformas de caráter neoliberal.

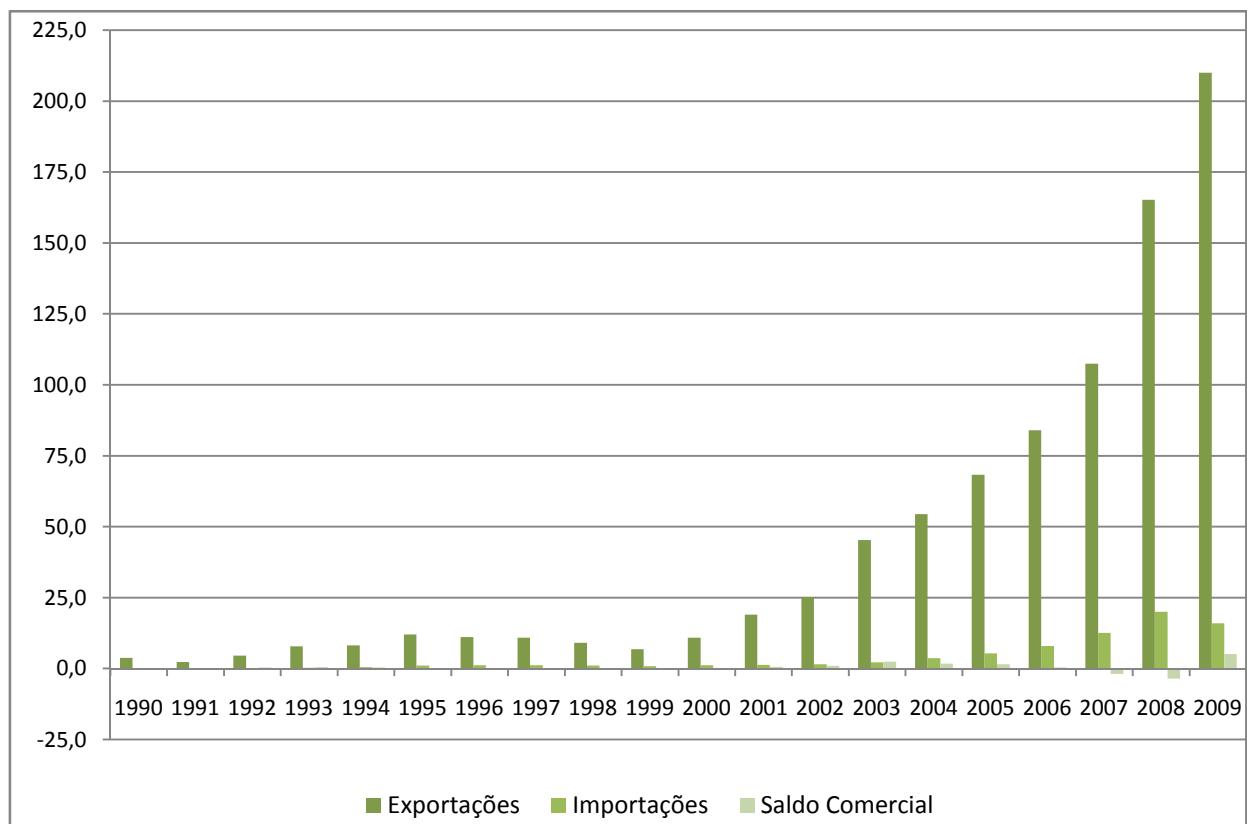
Dentre as principais transformações oriundas dessas reformas pode-se mencionar, por um lado, a privatização de várias empresas estatais, que foram adquiridas em grande parte por empresas transnacionais; e por outro, a abertura da economia nacional, seja no âmbito financeiro seja na internalização das empresas transnacionais. Essas mudanças resultaram na desarticulação e no desadensamento dos elos da cadeia produtiva industrial nacional, gerando inclusive certa estagnação no desenvolvimento industrial do Brasil. Por outro lado, esta nova estrutura produtiva ancorada nas empresas transnacionais permitiu ao país, dada à pré-existência de uma consolidação industrial, incentivar a internacionalização das empresas nacionais, sobretudo àquelas relacionadas direta ou indiretamente ao setor primário, da agroindústria ou da exploração de recursos minerais e energéticos. Os mercados visados para internacionalização centraram-se na região latino-americana, que recebeu 46,23% das empresas brasileiras internacionalizadas no ano de 2008 (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2009:8).

A partir dessas breves considerações sobre as mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro, cabe a esta seção compreender os impactos da ascensão chinesa tanto no que diz respeito às indústrias nacionais no território brasileiro, isto é, em relação à possível concorrência provinda da entrada de produtos e empresas chinesas em território brasileiro, como, ainda, os possíveis efeitos gerados pela possibilidade de concorrência entre as empresas brasileiras e chinesas em terceiros mercados.



Assim como no caso mexicano, houve uma elevação da presença chinesa na economia brasileira: se em 2000 a China ocupava a 12^a posição como destino das exportações brasileiras e a 11^a posição em origens das importações, em 2008 o país saltou para a 1^a e 2^a posição das exportações e importações brasileiras, respectivamente (REDLAT, 2010: 22). No que diz respeito aos saltos positivos e negativos desta relação para o Brasil, elencam-se dois períodos de análise. O primeiro refere-se aos anos de 1990 até 2003, nos quais se observou, como se apresenta no Gráfico 7 a seguir, um aumento substancial das exportações brasileiras à China, enquanto que as importações, apesar de crescentes, não resultaram em elevações proporcionais às exportações. Já o segundo período compreende os anos de 2004 a 2008, nos quais se percebe a inversão desta relação entre exportações e importações: enquanto as importações atingiram 833% de crescimento, as exportações se restringiram aos 262%. O ano 2008 é um marco nessas relações, pois, ao mesmo tempo em que registraram transações no montante de quase US\$ 40 bilhões de dólares, esse foi o ano em que o déficit brasileiro chegou a quase US\$ 3,6 bilhões de dólares (BARBOSA, 2009: 12). Em 2009, porém, observa-se um retorno do superávit brasileiro, possivelmente representado pela recuperação da crise internacional e pela retomada da valorização das *commodities*.

Gráfico 7: Balança comercial Brasil-China (em US\$ bilhões)



FONTE: Elaboração Própria a partir dos dados de MDIC, 2010.



Tabela 4: Taxa de Crescimento das Exportações e Importações Brasileiras por Região/País (em porcentagem, 2000-2008)

País/Região	Exportação	Importação
China	1411	1540
EUA	108	99
União Europeia	202	149
ALADI	234	135
Ásia	301	267
Outros	494	350
Total	259	210

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de SECEX/MDIC apud BARBOSA, 2009: 22.

Ainda cabe ressaltar que o crescimento das trocas comerciais entre a China e o Brasil atingiu uma evolução muito maior se comparada ao intercâmbio brasileiro com outros países e regiões do mundo: as exportações, por exemplo, elevaram-se 1411% no período de 2000 a 2008, enquanto as importações cresceram 1540% no mesmo período, conforme pode ser visto na Tabela 4. É a partir desta elevação constante da presença chinesa no Brasil que serão analisados os seus possíveis impactos de concorrência tanto nos setores industriais brasileiros quanto em terceiros mercados nos quais predominam suas exportações.

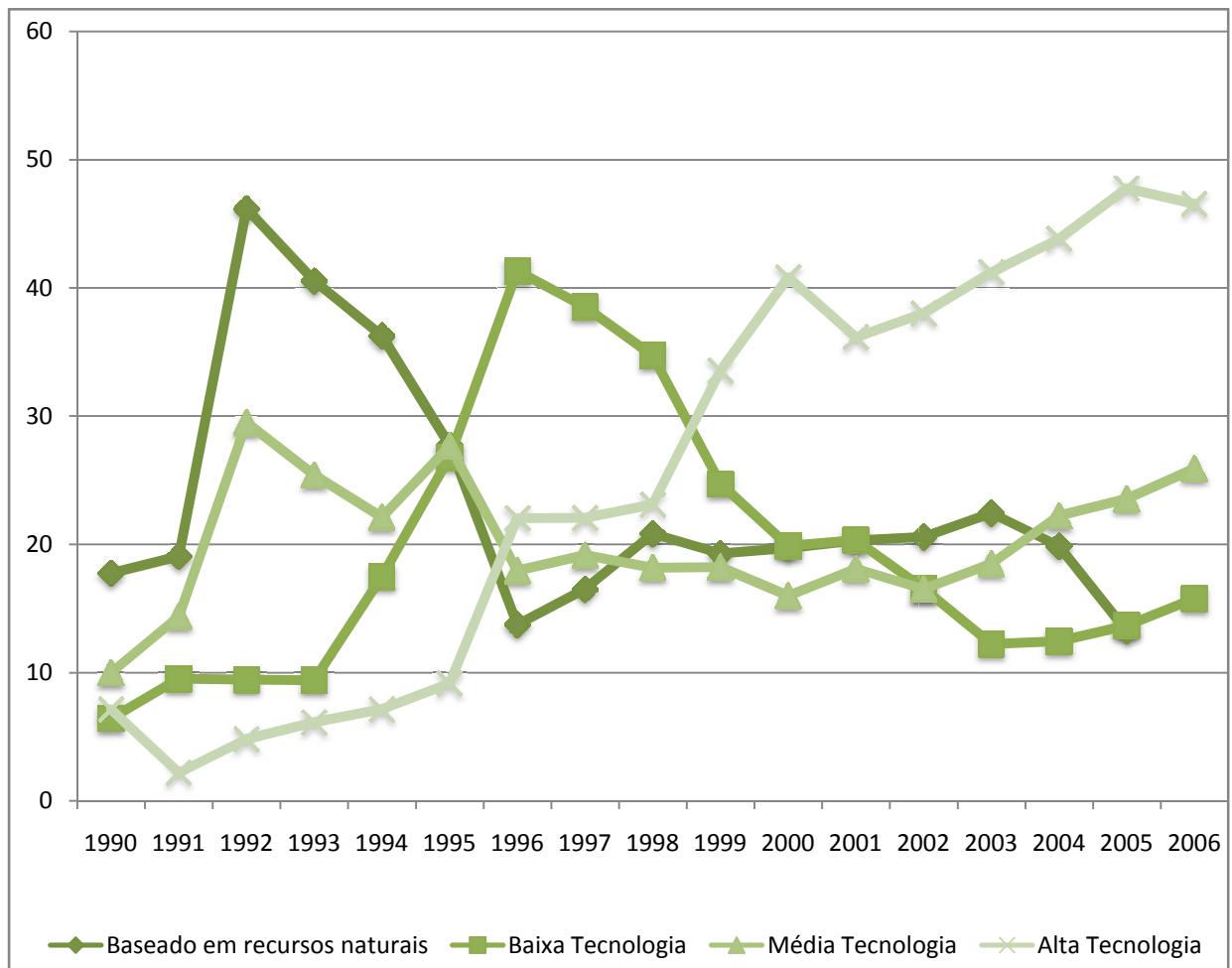
A concorrência interna e o aumento do déficit comercial brasileiro com a China

Desde 1993 as importações brasileiras oriundas da China centram-se em produtos industriais. Um dos anos mais importantes que revelam essa tendência é o de 2006, no qual a porcentagem de produtos industrializados importados pelo Brasil chegou a 98,5% do total de importações provenientes da China. Ademais, conforme indica o Gráfico 8 a seguir, se os produtos industrializados importados até 1995 eram compostos basicamente por produtos industriais baseados em recursos naturais, de 1995 até 1998 observou-se uma queda nestes produtos e a ascensão de produtos de baixa tecnologia. Sendo apenas a partir de 2000 que se observa um crescimento significativo da importação dos produtos industrializados de alta tecnologia e um crescimento relativo dos produtos industrializados de média tecnologia. No ano de 2006, já se percebe uma predominância de produtos de média e alta tecnologia, situação essa que traz importantes consequências tanto ao parque industrial quanto à uma maior consolidação chinesa no mercado interno do Brasil.



A partir dessa tendência na pauta de importações brasileiras em relação à China, deve-se analisar seus impactos em determinados setores industriais no que se refere à própria capacidade da indústria nacional nesses mercados ocupados pela China, dando ênfase em dois setores específicos: os intensivos em mão de obra e os intensivos em tecnologia.

Gráfico 8: Importações brasileiras de produtos industrializados oriundos da China (em porcentagem)



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de CEPALSTAT, 2010.

Por sua vez, cabe como ressalva que esta ampliação da presença chinesa em setores de média e alta tecnologia, resultando em maiores déficits brasileiros com este país, não significa necessariamente um deslocamento de empresas nacionais: pode representar também uma transferência de fornecedores, isto é, a substituição de empresas estrangeiras de outras partes do mundo por empresas chinesas (IOS, 2008: 20). Por outro lado, observa-se que certos setores nacionais, como têxtil, calçados e em certa medida, brinquedos, vem sendo afetados pela entrada dos produtos chineses, o que torna a questão da possível concorrência chinesa ainda mais controversa para o Brasil.



A partir desse quadro, serão analisados nesta seção sete setores, sendo quatro deles pertencentes às atividades intensivas em mão de obra (têxtil; vestuário; calçados e brinquedos) e três deles concernentes às atividades intensivas em tecnologia (químicos; máquinas e eletroeletrônicos). Elegem-se tais setores já que, dentre os intensivos em mão de obra, além de se observar o aumento da participação de produtos chineses, registrou-se um crescimento das importações em 300% entre 1998 e 2006. Em contrapartida, enquanto os setores intensivos em mão de obra representam apenas 9,8 % das importações totais do Brasil, os intensivos em tecnologia passam a ser de extrema importância, pois além de representarem quase 64% das importações totais, estas se elevaram em 1.000% no mesmo período (IOS, 2008: 15). Essa trajetória pode ser visualizada na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Importações brasileiras oriundas da China e do mundo por setores (em US\$ milhões) e Evolução da participação chinesa nas importações brasileiras por setores (em porcentagem)

Setores	2000			2003			2005		
	China	Mundo	%	China	Mundo	%	China	Mundo	%
Químico	104	3.844	2,71	210	3.804	5,51	392	5.358	7,32
Têxtil	24	1.045	2,29	139	782	17,73	318	1.138	27,92
Vestuário	87	141	61,82	78	100	78,28	201	227	88,58
Calçados	13	49	26,76	23	54	43,28	63	122	51,22
Máquinas	209	9.023	2,31	235	7.788	3,02	673	11.620	5,79
Eletros	275	9.131	3,01	628	6.771	9,27	1.564	10.469	15
Brinquedos	42	104	40,85	27	53	51,43	53	129	41,43
Total	1224	55.839	2,19	2.143	48.282	4,44	4.827	73.600	6,53

FONTE: COMTRADE/ONU apud IOS, 2008: 15.



Tabela 6: Evolução da Distribuição das Importações Brasileiras de Produtos Têxteis 1 (em porcentagem)*

Países	1997	2000	2003	2007
China	1,3	0,9	17,8	28,7
EUA	16,2	16,1	8,4	6,7
União Europeia	12,8	10,2	9	8,6
LDCLAC**	26,8	24,3	9,6	5,8
LDCEAP*** (exceto China)	6,6	9,1	15,7	18,2
Outros	36,4	39,5	39,5	32
Mundo	100	100	100	100

FONTE: COMTRADE/ONU apud BARBOSA, 2009: 25.

*Dados referentes ao capítulo 54 - Filamentos sintéticos ou artificiais.

**Least Developed Countries Latin America and the Caribbean.

***Least Developed Countries Asian and the Pacific.

Tabela 7: Evolução da Distribuição das Importações Brasileiras de Produtos Têxteis 2 (em porcentagem)*

Países	1997	2000	2003	2007
China	2,1	0,4	4,1	82,2
EUA	3,4	4,1	1,4	0,3
União Europeia	6,1	7,1	21,9	3,1
LDCLAC**	10,2	6,4	14	1,3
LDCEAP*** (exceto China)	0,6	3,2	1,3	1,1
Outros	77,5	78,8	57,3	12
Mundo	100	100	100	100

FONTE: COMTRADE/ONU apud BARBOSA, 2009: 25.

*Dados referentes ao capítulo 60 – Tecidos de malha.

**Least Developed Countries Latin America and the Caribbean.

***Least Developed Countries Asian and the Pacific.

No que diz respeito aos setores intensivos em mão de obra, as possíveis explicações e os impactos provindos dos déficits entre o Brasil e a China diferem em cada caso. No setor têxtil, por



exemplo, os crescentes déficits, que atingiram em 2006 a cifra de US\$ -332 milhões, podem ser considerados pouco impactantes, à medida que este setor, além representar o começo da cadeia produtiva, ainda conta com a baixa produtividade dos produtores nacionais no que diz respeito a produtos de fibras sintéticas (IOS, 2008: 17).

No setor de vestuário, percebem-se altos déficits comerciais a partir de 2003, atingindo em 2006 um valor negativo de US\$ -184 milhões, conforme pode ser observado na Tabela 8 a seguir. Essa trajetória difere da década anterior, quando as relações comerciais com o resto do mundo promoveram superávits, alcançando os US\$ 200 milhões de dólares. Porém, em 2004 começa a haver uma reversão desse padrão, que pode ter ocorrido pela valorização do real ou/é a substituição do Brasil pela China em outros mercados, já que neste mesmo ano houve o fim do acordo da OMC para regulação do setor têxtil (IOS, 2008:18).

Já os déficits no setor de calçados, apesar de representarem apenas 5%, podem ser explicados pelas mesmas razões da trajetória do setor de vestuário (IOS, 2008: 15-17). Ademais, em ambos os setores a presença chinesa já se mostrava expressiva desde 1997, chegando em 2007 a representar 58% das importações brasileiras, revelando a possível fragilidade das indústrias nacionais nesses setores em relação à concorrência chinesa (BARBOSA, 2009: 26).

Tabela 8: Evolução da Distribuição das Importações Brasileiras de Produtos da Indústria do Vestuário (em porcentagem)*

Países	1997	2000	2003	2007
China	37	22,6	42,5	58,2
EUA	6,6	4,9	1,9	0,8
União Europeia	6,3	22,3	23,7	10,4
LDCLAC	29,1	21,7	6,4	5
LDCEAP (except China)	2,7	6,3	5,3	4,2
Outros	18,3	22,2	20,3	21,4
Mundo	100	100	100	100

FONTE: COMTRADE/ONU apud BARBOSA, 2009: 26.

*Dados referentes ao capítulo 62 - Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.

**Least Developed Countries Latin America and the Caribbean.

***Least Developed Countries Asian and the Pacific.

Nos setores de alta tecnologia (químicos, máquinas e eletroeletrônicos) existe uma semelhança explicativa para os déficits gerados nas relações entre Brasil e China: elas resultam ou da substituição de fornecedores ou do deslocamento de produtos nacionais. No primeiro caso, muitas



vezes a substituição entre fornecedores ocorre na troca de filiais das multinacionais presentes no Brasil. No segundo caso, a substituição de produtos nacionais por produtos chineses, se dá, sobretudo, pela baixa participação de empresas nacionais nestes setores, ou ainda pela baixa competitividade das empresas nacionais frente às multinacionais (IOS, 2008: 20). Contudo, se os déficits brasileiros com a China por um lado explicam a ampliação da dependência brasileira frente a uma elevação de produtos chineses no mercado nacional, por outro não comprovam de fato uma concorrência direta para as indústrias nacionais, visto que em alguns setores a presença de empresas nacionais é muito baixa.

Com o propósito de analisar, então, uma possível pressão chinesa no mercado interno, serão utilizados os cálculos referentes ao coeficiente de penetração das importações totais e chinesas por setor entre 1999 e 2005⁴³, para se compreender o quanto da oferta interna é provinda por produtos chineses (IOS, 2008: 26), conforme indica a Tabela 9 a seguir:

*Tabela 9: Coeficientes de penetração das importações totais e chinesas para setores selecionados, Brasil - 1999 a 2005 (em porcentagem)**

Ano	Indústria de Transformação		Calçados		Têxtil		Vestuário	
	Total	China	Total	China	Total	China	Total	China
1999	-	-	6,9	1,02	5,95	0,19	1,96	0,38
2000	9,07	0,23	8,17	1,1	6,15	0,2	1	0,22
2001	9,74	0,26	9,21	1,25	5,3	0,37	1,34	0,44
2002	8,69	0,3	7,86	1,8	5,05	0,52	1,23	0,37
2003	8,74	0,42	12,52	3,2	5,74	1,01	1,61	0,5
2004	9,19	0,63	17,38	5,35	5,85	1,25	2,06	0,76
2005	9,35	0,84	23,7	10,35	5,99	1,59	2,88	1,13

⁴³ De acordo com o estudo do IOS (Instituto Observatório Social), quatro questões devem ser pontuadas a respeito da análise dos coeficientes de penetração das importações: “Em primeiro lugar, como já enfatizamos em outras partes deste texto, o dado setorial oculta uma grande diferença entre os segmentos, havendo aqueles que são mais ou menos afetados. Segundo, os dados podem estar subestimados, já que vários produtos chineses ingressaram no país por meio de triangulação com outros países, especialmente no caso dos produtos falsificados. Terceiro, utiliza-se aqui a base de dados da Funcex, cuja delimitação setorial não coincide exatamente com aquela que utilizamos até o presente momento. E, finalmente, os coeficientes de importação tanto gerais quanto da China – ainda que estes mais do que os primeiros – devem ter crescido de forma relevante depois de 2005.” (IOS, 2008:26).



**SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI**



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Cont.	Elementos Químicos		Máquina e Tratores		Equipamentos Eletrônicos	
Ano	Total	China	Total	China	Total	China
1999	18,91	0,55	23,41	0,21	43,83	1,52
2000	18,39	0,83	18,27	0,18	49,6	2,15
2001	20,07	0,88	20,44	0,29	54,36	2,08
2002	19,43	1,07	17,83	0,21	48,14	3,95
2003	18,42	1,32	15,91	0,25	50,35	6,11
2004	21,5	1,7	14,16	0,41	47,23	7,99
2005	19,45	1,87	14,9	0,61	49,19	11,01

FONTE: SECEX/IBGE/FUNCEX apud IOS, 2008: 26.

*Os valores de produção foram considerados em dólares constantes de 2004.

Em relação aos setores têxteis e vestuário, apesar dos coeficientes de penetração total de chinês se mostrarem relativamente baixos, passam a ser de importância elevada vista a grandeza destes setores no mercado internacional, permitindo então perceber que embora baixa, esta penetração adentra um mercado muito extenso, como o brasileiro (IOS, 2008: 27). Já em relação aos setores de calçados e eletroeletrônicos, a penetração de importações chinesas chegaram a 10,35% e 11,01%, respectivamente, mediante uma penetração total de 23,7% e 49,9%. Isso demonstra que a penetração chinesa é muito expressiva no setor de calçados e moderada no setor de eletroeletrônicos. Por fim, os produtos de maior valor agregado, presentes em setores como o químico, de máquinas e de equipamentos, demonstraram aumento comedido se comparado ao do setor de eletroeletrônicos, embora não se possa negar a tendência a uma constância nestas elevações (IOS, 2008: 27).

Dentre os setores destacados, percebe-se que todos presenciaram um crescimento da presença chinesa. Contudo, esses indicadores e tendências ainda não são suficientes para confirmar o argumento de que se impõe um processo de desindustrialização brasileira devido exclusiva e necessariamente à entrada de produtos chineses no país em setores industriais. Cabe, porém, alertar que se houver uma tendência mais expressiva nesse crescimento, o Brasil pode não estar preparado para reverter tal situação já que suas políticas atuais a fim de minimizar a possível concorrência no mercado interno estão centradas em ações protecionistas divididas em três grupos: políticas de *antidumping*; medidas compensatórias, realizadas a fim de proteger a indústria nacional de produtos que tenham sido subsidiados pela China; e as salvaguardas, destinadas aos setores protegidos pela China com o objetivo de protegê-los da concorrência externa (NEGRI, 2005: 85). Como exemplo de ações brasileiras para proteger o mercado interno da concorrência chinesa, pode-se destacar que das 69 políticas de *antidumping* realizadas pelo Brasil, 30 delas são destinadas aos produtos



chineses (LIMA, 2010). Em 2005, por sua vez, foi aprovada uma salvaguarda ao setor de calçados contra as importações chinesas (JULIBONI, 2005). E das 53 medidas comerciais realizadas pelo Brasil até novembro de 2004, 13 era destinadas ao país asiático (NEGRI, 2005: 86).

A vitória da presidente Dilma Rousseff em 2011 colocou na agenda brasileira uma maior preocupação em relação à China, embora até o momento as políticas destinadas à esse país não apresentou sinais de mudanças. Pelo contrário, nas reuniões semanais realizadas no Palácio do Planalto, a fim de se discutir a competitividade brasileira no comércio internacional, a tendência é a de políticas de curto prazo, como aumento das tarifas para a entrada de produtos chineses ao Brasil, maior rigidez na fiscalização e mais processos *antidumping* contra o país (WINTER; ELLSWORTH, 2011). Ademais, no começo de abril de 2011, a pedido de empresários nacionais, a presidente visitará o país asiático com o intuito de diminuir a disparidade causada pela entrada de produtos chineses no Brasil (GIRALDI, 2011).

A despeito dessas medidas passadas, tais políticas protecionistas não são permanentes e por vezes nem são suficientes para proteger de fato a indústria interna. Como afirmou o próprio embaixador chinês no Brasil, Qiu Xiaoqi, não basta ao país criticar a entrada maciça de produtos chineses se não houver um esforço brasileiro de melhorar a sua indústria nacional, ampliando assim sua competitividade (ANTUNES, 2011). Portanto, parece evidente que sem uma estratégia de longo prazo que vise não apenas a proteção, mas também o desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional o Brasil não conseguirá blindar-se frente à ascensão chinesa, sendo possível que a indústria venha a sofrer drásticos malefícios no médio e longo prazo (IOS, 2008: 27).

A concorrência em terceiro mercados e o deslocamento dos produtos brasileiros pela China

As consequências das atuais relações entre China- Brasil não tem gerado preocupações apenas quanto à possibilidade de elevação da concorrência no mercado interno. Impactos mais claros podem ser vistos em relação à possível concorrência gerada em terceiros mercados. Os mercados de exportação afetados não se referem apenas àqueles dos países desenvolvidos, como dos Estados Unidos e da União Européia, mas principalmente nota-se tal deslocamento nos mercados dos países latino-americanos, considerados fundamentais para a inserção internacional do Brasil. Em outras palavras, é possível que a China esteja substituindo o Brasil em mercados de sua região, na qual se concentra suas exportações de produtos de maior valor agregado.

Na América Norte e na Europa Ocidental, entre 1995 e 2008, os ganhos dos chineses foram muito mais expressivos se comparados as ganhos brasileiros, ao passo que o primeiro deslocou 409 produtos na primeira região e 399 na segunda, enquanto que o Brasil deslocou apenas 83 e 88 produtos chineses, respectivamente. No NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) os deslocamentos são mais drásticos: enquanto o Brasil possuía, em 2006, apenas 1,3% das exportações do bloco, a China atingia os 20% no mesmo período (BARBOSA, 2009:22).



No MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), apesar de as exportações brasileiras, em 2006, serem mais elevadas se comparadas às chinesas – correspondendo a 32,5% exportado pelo Brasil contra 13,2% pela China – o crescimento chinês não pode ser considerado irrelevante (BARBOSA, 2009:12). Isso porque, entre 1995 e 2008, observou-se que com relação aos produtos destinados ao bloco, o Brasil ganhou em 297 produtos em relação a China, enquanto este último deslocou 349 produtos brasileiros (BAUMANN *et.al.* 2010: 45).

Na ALADI (Associação Latino-americana de Integração)⁴⁴ tem se observado também a forte presença chinesa, que em 2006 chegou a ultrapassar o Brasil em exportações para a região. Isso se deve primeiramente pela semelhança entre os produtos brasileiros e chineses destinados a este bloco e também pela maior diversidade de produtos chineses no mercado.

Em países específicos da América Latina, estudos demonstram que a China é responsável por 29% das perdas brasileiras no Chile, 14% das perdas no México e 11% das perdas na Argentina (BARBOSA, 2009:22), sendo que no total de ganhos e perdas por produtos, o Brasil ganhou na região em 207 produtos enquanto que a China ganhou em 497 produtos (BAUMANN *et.al.*, 2010: 45). Apenas a América Central foi a única região na qual o Brasil deslocou mais produtos que a China, e ainda com uma margem apertada: 159 produtos deslocados pelo Brasil e 140 deslocados pela China. O Gráfico 9 e a Tabela 10 a seguir demonstram o deslocamento que a China vem trazendo aos mercados de exportação brasileiros:

Tabela 10: Número de produtos com ganhos e perdas de mercados - Brasil e China (1995-2008)

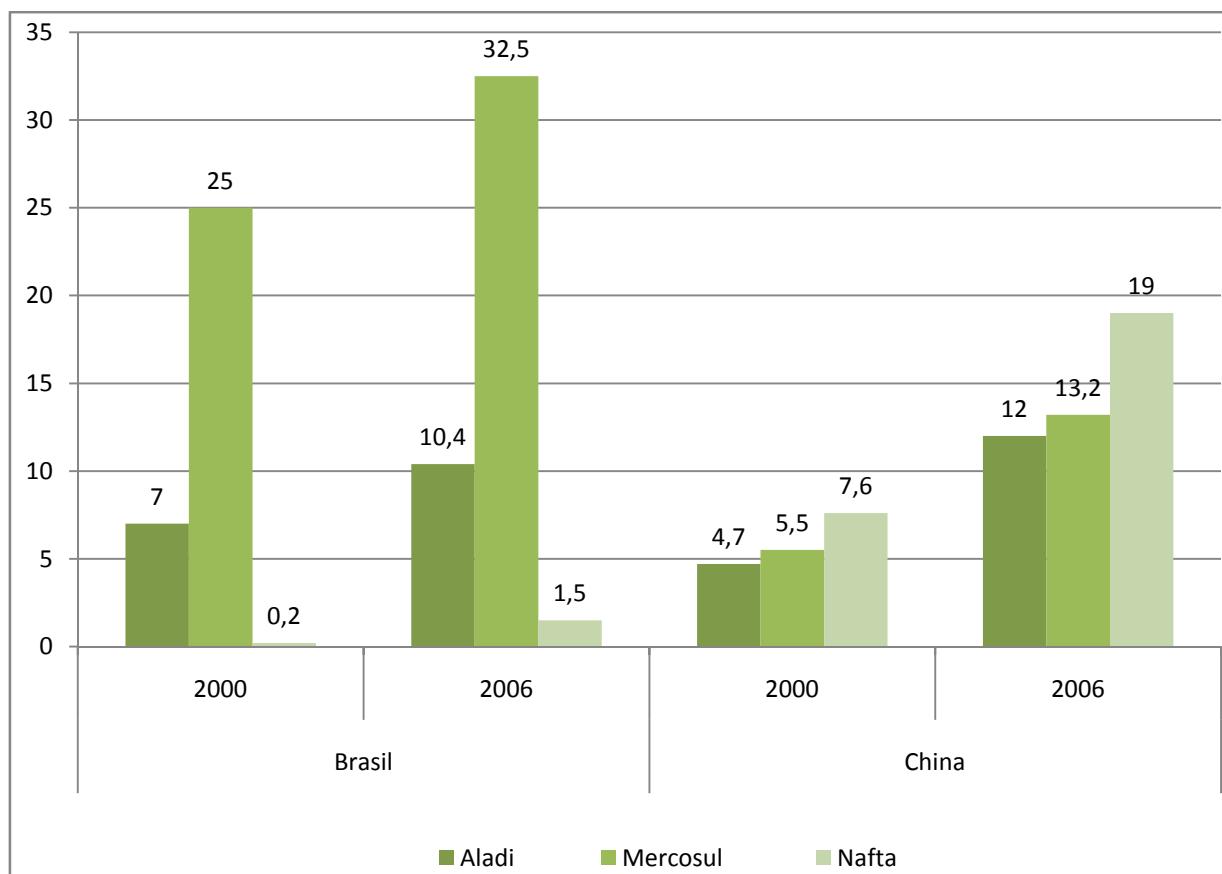
Mercados/Concorrentes	Brasil	China
Estados Unidos	93	365
Europa Ocidental	83	409
América Latina	207	497
América do Sul	287	424
MERCOSUL	297	349
América Central	159	140
América do Norte	88	399

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de COMTRADE/ONU apud BAUMANN *et.al.*, 2010: 45.

⁴⁴ A ALADI é formada pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (ALADI, 2010).



Gráfico 9: Participação do Brasil e da China no total de importações da ALADI, do MERCOSUL e do NAFTA (2000 e 2006, em porcentagem*)



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de BARBOSA 2009:22.

*Estimativas.

A concorrência presente no mercado estadunidense deve ser analisada com maior detalhe, na medida em que houve tanto produtos com ganhos brasileiros quanto àqueles em que este país obteve significativas perdas para os produtos chineses. No período entre 2002 e 2006, as vendas brasileiras destinadas ao mundo exprimiram uma elevação média de 22,85%, sendo que 12,31% desse valor correspondiam aos Estados Unidos. Entretanto, os ganhos brasileiros entre 2000 e 2006 no mercado estadunidense registraram um aumento de apenas 0,28%, enquanto a China praticamente dobrou seus ganhos no mesmo período, apresentando um valor de 12,5% (FIESP, 2007: 06). Em valores, entre 2005-2006 houve um ganho brasileiro de US\$ 137 milhões, as perdas resultaram em US\$ 1,06 bilhões de dólares, promovendo um déficit ao Brasil de US\$ 923 milhões de dólares (FIESP 2007: 09).

Dentre as principais perdas brasileiras totais no mercado estadunidense, elas integram, sobretudo, os setores de aeronaves e aparelhos espaciais e ferro fundido, ferro e aço. Juntos, eles registraram 40,5% do total de perdas brasileiras. Ainda se destacam nessas perdas os setores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (10,9%); veículos automóveis e tratores (6,3%); e calçados (6,1%) (FIESP 2007: 07). Por sua vez, os setores que mais foram deslocados pela ascensão chinesa



nos Estados Unidos foram os industriais: o setor de máquinas e aparelhos elétricos e o setor de calçados registraram um deslocamento de, respectivamente, 22% e 8% do total de exportação destinadas aos Estados Unidos. Cabe ainda mencionar os setores de móveis, têxteis e obras de ferro fundido, que apesar de não representarem uma grande porcentagem nas exportações destinadas aos Estados Unidos, acabaram sendo muito deslocados pela China: a porcentagem de deslocamento residiu em 16,3%, 21,1% e 5,6%, respectivamente.

Já ganhos brasileiros se centram em três principais setores: etanol (42,8%); combustíveis e minerais (20%); e papel e cartão (2,7%), que apesar de ter deslocado apenas 2,7%, foi aquele que mais deslocou em ganhos por dólares (US\$ 43,3 milhões) (FIESP 2007: 8-9). Pode-se citar também o setor de leite e laticínio, no qual o Brasil deslocou 9% das exportações chinesas destinadas aos Estados Unidos e o setor de peles (exceto couro), no qual houve um deslocamento de 6,5%; (FIESP 2007: 10). Os dados específicos desse deslocamento por setores podem ser observados na Tabela 11 a seguir:

Tabela 11: Deslocamento de mercado do Brasil pela China e comparação com as exportações totais

SH	Descrição	Exportação Total do Setor em 2005 (US\$ bilhões)	Deslocamento brasileiro pela China (US\$ bilhões)	Participação %
85	Máquinas, aparelhos elétricos	1,4	-305,5	22,3%
64	Calçados e artefatos semelhantes	1	-81,8	8,0%
72	Ferro fundido, ferro e aço	2,5	-80,2	3,2%
84	Máquinas e instrumentos mecânicos	2,5	-78,3	3,1%
94	Móveis	0,5	-74,8	16,3%
44	Madeira, carvão vegetal	1,6	-66,8	4,3%
63	Artefatos têxteis confeccionados	0,2	-50,2	21,1%
73	Obras de ferro fundido	0,3	-49,9	15,6%
76	Alumínio e suas obras	0,5	-43,5	8,5%
87	Automóveis	1,3	-34,2	2,6%
	Demais	12,4	-194,9	0,8%
	TOTAL	24,3	-1.060,10	4,0%

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de FIESP, 2007:10.



Percebe-se, portanto, que além de o deslocamento brasileiro sobre produtos chineses residir em produtos concentrados no setor de recursos naturais (enquanto que o deslocamento chinês se dá em setores mais diversificados), estes possuem menor valor agregado se comparado ao deslocamento chinês frente aos produtos brasileiros. Prova dessa diferença entre os ganhos chineses e brasileiros é que os seis produtos nos quais o Brasil deslocou a China (totalizando US\$ 100,6 milhões) referem-se a apenas 1/3 do valor dos produtos em que a China deslocou o Brasil (US\$ 300,6 milhões) (FIESP, 2007:18). Nesse sentido, a ascensão chinesa vem promovendo um amplo deslocamento de produtos brasileiros industriais, não apenas em países desenvolvidos como os Estados Unidos, mas particularmente em blocos regionais como o MERCOSUL e a ALADI, que correspondem a mercados fundamentais para a estratégia brasileira de inserção internacional. Cabe, portanto, ao Brasil se ater às transformações no cenário internacional após a inserção chinesa e buscar estratégias políticas para que não continuem elevando-se os deslocamentos de seus produtos devido à presença chinesa nos terceiros mercados.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir da análise proposta nesse capítulo é possível constatar que de fato que há uma tendência do crescimento da concorrência chinesa em determinados produtos industriais para a América Latina, e que esta tendência pode a vir gerar malefícios para as indústrias daqueles países latino-americanos que venham a possuir uma estrutura industrial semiconsolidada.

Nesse sentido, os prováveis malefícios gerados ao nosso primeiro estudo de caso – México – são mais nítidos, já que os déficits comerciais do país com a China se mostram constantes e cada vez mais elevados. Ademais, é possível que o impacto tenha sido maior neste país uma vez que 80% de suas exportações em 2000 centravam-se em produtos manufaturados, que têm sofrido enormes pressões dos produtos chineses. Sem contar ainda a concorrência em terceiros mercados, nos quais o México perdeu seu maior parceiro econômico para a China, a saber, os Estados Unidos, o que pode ter gerado a saída das empresas *maquilas* para outros territórios mais atrativos, como a própria China. Pode-se dizer que tais eventos têm colocado maiores pressões sobre a estrutura das já frágeis indústrias mexicanas articuladas sob o modelo das *maquilas*. Em outras palavras, a desarticulação produtiva ampliada por esse modelo torna o México despreparado para reagir à entrada dos produtos chineses, o que pode apontar para a ocorrência de um processo ainda maior de desindustrialização no país.

No Brasil, este movimento de concorrência ainda não é tão nítido no que diz respeito aos produtos chineses no mercado interno, uma vez que a presença dos produtos chineses nos setores têxtil, vestuário e calçados no momento estão afetando apenas relativamente as atividades dessas indústrias. Entretanto, o crescimento da presença chinesa no mercado interno desde meados de 1990 não é irrelevante e deve ser levada em conta para que haja uma preparação tanto do governo quanto do setor privado brasileiro frente a este problema. Já na concorrência em terceiros mercados, esta já pode ser visualizada em alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos, onde o



Brasil observou parte de suas exportações industriais serem deslocadas pela China. Em outros mercados de grande presença das exportações brasileiras, como o MERCOSUL, não há um deslocamento tão claro. No entanto, caso a tendência ao crescimento chinês persista e o Brasil não realize políticas estratégicas para fortalecer suas empresas nos mercados internacionais, é possível que a situação venha a ser irreversível.

Frente a essas considerações, é fundamental ressaltar que é necessário evitar dois tipos de argumentos: em primeiro lugar, de que a competitividade chinesa é proveniente exclusivamente de políticas desleais, como a exploração do trabalho ou da elaboração de produtos de baixa qualidade; e em segundo lugar, que a fragilidade dos setores industriais latino-americanos tem como causa exclusiva a concorrência chinesa. Esses argumentos se enfraquecem na medida em que já está claro que a China promoveu uma estratégia de inserção internacional diferenciada da latino-americana, o que repercute no fortalecimento de sua estrutura industrial *vis-à-vis* o desmantelamento dessa mesma estrutura na América Latina, que se baseou nas diretrizes do Consenso de Washington. Em oposição a esse “consenso”, o modelo industrial chinês levou em conta suas especificidades e construiu políticas visando a transformação de sua estrutura produtiva e tecnológica (que avança progressivamente para setores mais sofisticados), da redução de custos e até mesmo de uma melhoria (mesmo que por enquanto baixa) das condições nacionais de trabalho.

Em termos das políticas que os países latino-americanos com parques industriais semiconsolidados podem articular frente à concorrência chinesa, como é o caso do Brasil e do México, deve-se levar em consideração que as políticas de *antidumping* são apenas paliativas, justamente por não serem *ad eternas*. A própria entrada chinesa na OMC em 2001 demonstra que tais políticas não são insuficientes sozinhas, pois rapidamente a China vem adentrando novos mercados sem necessariamente utilizar mecanismos de *dumping*. Dessa forma, a reversão deste processo e da possibilidade de uma desindustrialização deve vir da construção de políticas nacionais, em ambos os países, que permitam a estes ampliarem sua capacidade produtiva, restabelecerem os elos entre cadeias produtivas e melhorarem a competitividade de suas empresas, o que exige, em última instância, em uma reavaliação do modelo de desenvolvimento de ambos os países.

REFERÊNCIAS

ALADI (Associação Latino-americana de Integração). *Países Miembros*. Acerca de ALADI, 2010. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitec.nsf/VSITIOWEB/paises_miembros>. Acesso em: 16/11/2010.

ANTUNES, Claudia. “China rejeita crítica a câmbio e diz que Brasil deve ser mais competitivo”. *Jornal Folha de São Paulo*, 22.mar.2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/892586-china-rejeita-critica-a-cambio-e-diz-que-brasil-deve-ser-mais-competitivo.shtml>>. Acesso em: 29/03/2011.



BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Oportunidades e ameaças colocadas pela ascensão global da China para os trabalhadores latino-americanos*. Redlat, 2009. Disponível em: <http://www.redlat.net/documentos/redlat_china_baixa.pdf>. Acesso em: 18/11/2010.

BAUMANN, Renato; ARAUJO, Raquel; FERREIRA, Jhonatan. “As relações comerciais do Brasil com os demais BRICS”. In: BAUMANN, Renato (org). *O Brasil e os demais BRICs - Comércio e Política*. Brasília: CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) Escritório do Brasil/ IPEA (Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada), 2010.

CENSUS BUREAU. *Trade in Goods (Imports, Exports and Trade Balance)*. United State Government, 2010. Disponível em: <<http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c2010.html#1995>>. Acesso em: 18/11/2010.

CEPALSTAT. *Estadísticas e Indicadores Econômicos – Sector Externo*, 2010. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2010. Disponível em:<<http://websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idAplicacion=6&idTema=119&idIndicador=886&idioma=e>>. Acesso em: 15/11/2010.

COMTRADE/ONU *apud* BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Oportunidades e ameaças colocadas pela ascensão global da China para os trabalhadores latino-americanos*. Redlat, 2009. Disponível em: <http://www.redlat.net/documentos/redlat_china_baixa.pdf>. Acesso em: 18/11/2010.

COMTRADE/ONU *apud* BAUMANN, Renato; ARAUJO, Raquel; FERREIRA, Jhonatan. “As relações comerciais do Brasil com os demais BRICS”. In: BAUMANN, Renato (org). *O Brasil e os demais BRICs - Comércio e Política*. Brasília: CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) Escritório do Brasil/ IPEA (Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada), 2010.

COMTRADE/ONU *apud* IOS (Instituto Observatório Social) (Org.). *A Economia Brasileira pós-Ascensão Chinesa: Análise Setorial do Padrão de Comércio, dos Impactos sobre o Emprego e das Novas Estratégias Empresariais*. Relatório de Pesquisa II. Instituto de Observatório Social. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.os.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/An%C3%A1lise%20Especifica%20-%20Relacoes%20China-Brasil.pdf>. Acesso em: 18/11/2010.

CORNEJO, Romer. “México y China: Diplomacia Competencia Económica y Percepciones”. *Foro internacional* v. 48, no. 1-2 (191-192), jun. 2008. Disponível em: <http://biblioteca.colmex.mx/revistas/xserver/find-doc.php?num_reg=10&doc_number=000570945&set_no=008792&set_entry=1&no_records=39&busqueda=>>. Acesso em: 18/11/2010.

FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). *A Ascensão Chinesa e os Prejuízos às Exportações Brasileiras para os Estados Unidos*. FIESP São Paulo, 2007. Disponível em:



<[http://www.fiesp.com.br/derex/arquivos/competi%C3%A7%C3%A3o%20brasil-china%20nos%20estados%20unidos%20\(final\).pdf](http://www.fiesp.com.br/derex/arquivos/competi%C3%A7%C3%A3o%20brasil-china%20nos%20estados%20unidos%20(final).pdf)>. Acesso em: 18/11/2010

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking Transnacionais Brasileiras*: investimentos no exterior crescem, apesar da crise mundial. Fundação Dom Cabral, 2009. Disponível em <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/Ranking_Transnacionais_Brasileiras_agosto09.pdf>. Acesso em: 17/09/2010.

GARCÍA, Auturo Oropeza. “El vencimiento de la cuotas compensatorias: um reto para la relación China- México”. In: GARCÍA, A. O. (org). *China-Latinoamérica: una visión sobre el nuevo papel de China en la región*. Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, 2009. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/invest/directorio/autor.htm?p=hectora>>. Acesso em: 19/11/2010.

GIRALDI, Renata. “Na China, Dilma tentará atenuar desequilíbrio causado pela entrada de produtos do país no Brasil”. *OperaMundi Uol*. 18.fev.2011. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/noticias_ver.php?idConteudo=9760>. Acesso em: 29/03/2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Capital financeiro e poder econômico. *Teoria de Debate*, São Paulo, n.41, p.01-06, maio, junho, julho 1999. Disponível em: <http://www.nesfi.ufsc.br/uploads/arquivos/1151512037_cap_fin.pdf>. Acesso em: 22 out. 2010.

INEGI (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFIA). *Guía de conceptos, uso e interpretación de La estadística sobre la fuerza laboral en México*. Governo do México, 2002 apud VALENCIA, Adrián Sotelo. *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo. Maquiladoras y telecomunicaciones*. Universidad Obrera de México, Escuela Nacional para Trabajadores. México: Plaza y Valdés, 2004. Disponível em: <<http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Crisis%20del%20neoliberalismo%20y%20desindustrializacion.pdf>>. Acesso em: 02/03/2011.

INEGI (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFIA). *Industria Maquiladora de Exportación*. Governo do México, 2007. Disponível em: <http://www.inegi.gob.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/continuas/economicas/maquiladora/ime/ime.pdf>. Acesso em: 15/11/2010.

IOS (Instituto Observatório Social) (Org.). *A Economia Brasileira pós-Ascensão Chinesa: Análise Setorial do Padrão de Comércio, dos Impactos sobre o Emprego e das Novas Estratégias Empresariais*. Relatório de Pesquisa II. Instituto de Observatório Social. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.os.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/An%C3%A1lise%20Especifica%20-%20Relacoes%20China-Brasil.pdf>. Acesso em: 18/11/2010.



JASSO, Valentina Valdez. *¿Quién teme a China? Un análisis de los resultados de la Encuesta de opinión Pública México y el mundo*. Centro De Investigación Y Docencia Económicas. México, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.cide.edu/>>. Acesso em: 18/11/2010.

JULIBONI, Marcio. "Salvaguardas contra a China são solução parcial, diz Sindifranca". *Revista Exame* 07.10.2005 Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/n0079322>>. Acesso em: 07 out. 2005.

LIMA, Adilson Nunes de. "A lei antielisão e o direito antidumping". *Solução Aduaneira Consultoria em Comércio Exterior*. 05. Nov.2010. Disponível em: <<http://www.sacomex.com.br/site/defesa-comercial/101-a-lei-antielisao-e-o-direito-antidumping>>. Acesso em: 29/03/2011.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Intercâmbio comercial brasileiro: países e blocos econômicos*. Governo do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sítio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: 15/11/2010.

NEGRI, Fernanda de. *A técnica concorrência chinesa no mercado brasileiro: possíveis impactos da concessão, para a China, do status de economia de mercado*. Ipea, n.68 , p.85-90, mar. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_68I.pdf>. Acesso em: 02/03/2011.

REDLAT (Rede Latino-Americana de Pesquisa em Empresas Multinacionais) (Org.). *As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência Assimétrica?* Publicação Especial, Instituto Observatório Social. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=4381&Itemid=89>>. Acesso em: 18/11/2010.

SECEX/IBGE/FUNCEX apud IOS (Instituto Observatório Social) (Org.). *A Economia Brasileira pós-Ascensão Chinesa: Análise Setorial do Padrão de Comércio, dos Impactos sobre o Emprego e das Novas Estratégias Empresariais*. Relatório de Pesquisa II. Instituto de Observatório Social. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.os.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/An%C3%A1lise%20Especifica%20-20Relacoes%20China-Brasil.pdf>. Acesso em: 18/11/2010.

SECEX/MDIC (Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) apud BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Oportunidades e ameaças colocadas pela ascensão global da China para os trabalhadores latino-americanos*. Redlat, 2009. Disponível em: <http://www.redlat.net/documentos/redlat_china_baixa.pdf>. Acesso em: 18/11/2010.

SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO. *Dirección General de Inversión Extranjera*. Gobierno de México, 2010 a. Disponível em: <http://www.economia.gob.mx/swb/es/economia/p_Direccion_General_Inversion_Extranjera>. Acesso em: 18/11/2010.



SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO. *Estadísticas de Comercio Internacional*. Gobierno de México, 2010 b. Disponível em: <http://www.economia.gob.mx/swb/es/economia/p_Direccion_General_Inversion_Extranjera>. Acesso em: 18/11/2010.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo. Maquiladoras y telecomunicaciones*. Universidad Obrera de México, Escula Nacional para Trabajadores. México: Plaza y Valdés, 2004. Disponível em: <<http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Crisis%20del%20neoliberalismo%20y%20desindustrializacion.pdf>>. Acesso em: 02/03/2011.

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. *O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral*. Texto preparado para o X Congresso Internacional de História Econômica. Bélgica, 1990. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/face/eco/textos/industrializacao.pdf>>. Acesso em: 02/03/2011.

WINTER,Brian; ELLSWORTH, Brian. "Análise: Jovem "casamento" Brasil-China está estremecido". *Notícias Uol*, 03.fev.2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/02/03/analise-jovem-casamento-brasil-china-esta-estremecido.jhtm>>. Acesso em: 29/03/2011



CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CRESCIMENTO CHINÊS É UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA-LATINA?

No limiar do século XXI apresenta-se uma nova estrutura e ordenamento globais que, de certa forma, têm determinado um novo modelo de inserção dos países em desenvolvimento. Essa nova ordem produtiva global tem na China o seu centro dinamizador, ao qual nos referimos como sendo um “duplo pólo” global, atraindo investimentos e importações de todo o mundo ao passo que se posiciona como o principal país exportador de bens manufaturados. Entretanto, destacar alguns pontos *fulcrais* desse novo ordenamento político e produtivo apresentado pela China é essencial para promover uma interpretação acerca do tipo de “oportunidade” que seria gerada nesse novo século para o desenvolvimento dos países imersos em uma condição periférica.

Com o controle estratégico do câmbio e dos bancos, a partir da segunda metade dos anos 90, a China consegue erigir um modelo autêntico de inserção econômica global, que fortalece o capital produtivo no país, facilitando o crédito e protegendo a concorrência interna, ao mesmo tempo em que estimula as exportações a partir da desvalorização do Yuan. Além dessas medidas, diversas outras de semelhante importância têm permitido a internacionalização de suas empresas de modo competitivo, como por exemplo, o aumento do gasto público em P&D – o qual atingiu em 2008 a cifra de US\$ 65 bilhões (CAO, 2009) – que tem alterado a característica dos produtos exportados, atribuindo-lhes maior valor e capital tecnológico.

Certamente, toda essa pujança e participação no mercado global foram potencializadas pelo ingresso da China na OMC em 2001, o que lhe permitiu o pleno aproveitamento das regras comerciais liberais que goza uma economia de mercado. É notável, entretanto, a adaptabilidade dessas regras liberais aos objetivos estratégicos chineses: a redução tarifária, a rigidez do direito comercial, que possibilitou a estabilidade dos fluxos de capital, dentre outros fatores, elevaram em menos de 10 anos a China ao posto de principal parceiro comercial dos EUA, da União Européia, da maioria dos países asiáticos, do Brasil, e de vários países latino americanos, uma façanha que demonstra o atrelamento do mundo à dinâmica de crescimento e desenvolvimento da economia chinesa.

Esse fato, no entanto, elucida uma questão de suma importância para a compreensão da nova ordem política produtiva que se constrói internacionalmente: o crescimento e desenvolvimento econômico chinês pode, de alguma forma, comprometer a inserção internacional e o crescimento dos países em desenvolvimento?

A emulação de uma possível resposta a essa pergunta perpassa pela compreensão de que a China é enquadrada em uma categoria de países emergentes, ou em desenvolvimento, na qual a Rússia, a Índia e o Brasil também fazem parte, a essa categoria atribuiu-se o nome de BRICs. Há um consenso de que esse grupo de países estaria em condições econômicas semelhantes e, portanto, possuiriam demandas bastante similares, bem como igual importância mundial, assumindo um papel de destaque na formulação desse novo ordenamento econômico global. Em verdade, esse é um consenso que muito interessa a China e ao ordenamento produtivo que ela representa, uma vez que



essas demais economias pertencentes aos BRICs passam a sustentar o crescimento econômico chinês.

Ao assumir a posição de maior exportador mundial de bens manufaturados, a China apresentou uma média de crescimento econômico da ordem de 10% nos últimos 10 anos, o que lhe impôs uma dificuldade em manter o seu ritmo de crescimento de forma autônoma por conta de gargalos estruturais como energia e matérias-primas para a produção e alimentos, em virtude do aumento do salário e do consumo interno. Essa situação somente seria superada a partir da formação de uma cadeia de fornecedores em âmbito global para essas necessidades a baixos custos e com uma oferta estável.

É nesse sentido, de complementar a sua economia em virtuoso crescimento, que nos últimos anos a China vem determinando o modo como os países latino-americanos têm se inserido nessa nova divisão produtiva internacional. O que nos foi apresentado nesse trabalho é que, em sua grande maioria, esses países caracterizam-se como fornecedores de produtos de origem primária, orientados para a manutenção da segurança energética, produtiva e alimentar chinesa. Desenvolve-se, portanto, um tipo interdependência assimétrica, na qual a China depende dos recursos mundiais, e os demais países dependem do crescimento chinês para sustentar as suas exportações e suas políticas econômicas de crescimento.

Todavia, apesar do crescimento econômico vislumbrado na última década, provocado pelo aumento das exportações para a China, os países latino-americanos têm sido confrontados por um significante influxo de investimentos chineses, principalmente em setores de infra-estrutura, de extração mineral, até mesmo em compra de terras agriculturáveis. Esse movimento, em certa medida, tem gerado opiniões adversas acerca dos benefícios do crescimento chinês para os países em desenvolvimento, ao se considerar que esse investimento chinês pode provocar.

De fato, não se pode negar que o IED chinês de certa forma gera benefícios econômicos e um efeito modernizante nos setores em que se direciona, entretanto, conforme observado no trabalho, muitos desses investimentos tem como alvo setores que contribuiriam, em um segundo momento, para a estabilidade da oferta dos produtos demandados no país. Esse é o caso dos investimentos chineses em infra-estruturas críticas na América do Sul, que teriam como objetivo a redução dos custos relativos ao transporte. Outro tipo de investimento chinês que tem se observado seriam as constantes compras de porções de terras em regiões agriculturáveis, principalmente no Brasil. Assim o que se observa é um tipo de investimento que beneficia apenas alguns setores, pelo menos os interessantes para a segurança chinesa – energética, alimentar ou produtiva – e em outros casos, tende a competir diretamente com os produtos aqui produzidos, assumindo, portanto, um caráter perverso.

Essa indagação quanto aos benefícios do crescimento chinês e seu modelo de divisão produtiva global para os países em desenvolvimento se fundamenta na medida em que a China figura como um grande demandante de recursos dos países latino-americanos, levando a uma sensação de crescimento econômico estável a esses países. O problema é que essas exportações são compostas prioritariamente por commodities de baixo valor agregado e que apresentam reduzido efeito



multiplicador da renda nacional. Além disso, a China concebe os países latino-americanos como mercados potenciais para seu produtos, em sua maioria bens intermediários e bens de consumo não duráveis. Isso se problematiza ao observarmos que muitos desses mesmos produtos competem diretamente com os de origem latino-americana, tanto em mercados nacionais, como internacionais, levando às empresas desses países em desenvolvimento perderem mercados relevantes, como por exemplo, o norte-americano. Isso ocorre principalmente em países que já possuem alguma estrutura industrial relevante, como é o caso do México e do Brasil, se intensificando processos de fusão e aquisição, promovendo uma desnacionalização do parque industrial; no caso do México as "maquilas" saem do controle estadunidense e passam para as mãos dos chineses; e no que tange os demais países latino-americanos cuja estrutura industrial pouco desenvolveu-se, há apenas a intensificação do fornecimento de *commodities*.

Assim, a conformação de um ordenamento produtivo global que articula a América Latina como principal fornecedor de commodities da China pouco possibilita a construção de um modelo de inserção internacional coerente para as economias em desenvolvimento. Na verdade, não se constrói um modelo de inserção pelo simples fato de não haver se desenvolvido uma política externa específica da América Latina para a China, e portanto, a ordem proposta pela China pode resultar no resgate pleno do modelo agrário-exportador que esteve na base da formação econômica desses países. A partir de então, estimular o retorno e aprofundamento de problemas relacionados com esse modo produtivo, como a dificuldade de acumulação de capital, de geração de emprego, e de renda. Nesse sentido, a concorrência interna e externa com os produtos chineses, como nos casos do Brasil e do México, pode promover uma regressão do modelo industrializante consolidado durante o período desenvolvimentista, o que ameaça a manutenção do já incipiente parque industrial conformado na América Latina.

Em suma, se observado atentamente, diferentemente do período conhecido como "os anos dourados" no período posterior à Segunda Guerra Mundial – em que se vislumbrou um crescimento econômico a partir da condução de processos de industrialização, embora sem excluir a plena participação de capital estrangeiro para tanto – o atual momento proporcionado pelo crescimento chinês pouco guarda referências com esse período anterior. É dizer que, no pós-guerra houve uma maior oportunidade de o desenvolvimento econômico e industrial – impulsionada pela expansão do capital dos países centrais – do que há agora para os países em desenvolvimento, no qual se desenvolve claramente uma relação de interdependência assimétrica com a China, em que os países latino-americanos dificilmente encontraram possibilidades de superação da condição periférica e de subdesenvolvimento tornando-se, aos poucos, reféns dos capitais e do crescimento chinês.

Por fim, faz-se necessário a compreensão desse momento com maior rigor analítico para a formulação de um diagnóstico coerente acerca das dificuldades de inserção internacional latino-americanas nesse momento. Isso possibilitaria o desenvolvimento de políticas de resistência à imposição desse modelo agrário-exportador, como por exemplo, de fortalecimento industrial, de estímulo à fusões internas, e mesmo de capacitação tecnológica, impedindo a evolução de um quadro de regressão industrial promovido pela competição com a China.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Tema 3:

***ESTUDO DAS RELAÇÕES
ENTRE CHINA E ÁFRICA***



O MODELO CHINÊS DE DESENVOLVIMENTO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES AFRICANOS

Carlos André Dicencia Amos (carlos.amos@gmail.com)

***Rafael Gonçalves de Lima (ra86lima@terra.com.br)*⁴⁵**

Orientação: Professor Cesar Augusto Lambert de Azevedo

SUMÁRIO

Índice de Gráficos	143
Índice de Tabelas	144
Preâmbulo	146
Metodologia	146

Moçambique

1.Relações China e Moçambique.....	148
1.1.Histórico das Relações	148
1.2.Relações Comerciais.....	148
1.3.Investimentos.....	151
2.Relações Brasil e Moçambique	153
2.1.Histórico das Relações	153
2.2.Relações Comerciais.....	153
2.3.Investimentos.....	155
3.Conclusões Parciais	156

África do Sul

1.Relações China e África do Sul	156
--	-----

⁴⁵ Carlos André Dicencia Amos e Rafael Gonçalves de Lima são pesquisadores formados em Relações Internacionais pela FACAMP.



1.1.Histórico das Relações	156
1.2.Relações Comerciais.....	157
1.3.Investimentos.....	160
2.Relações Brasil e África do Sul	161
2.1.Histórico das Relações	161
2.2.Relações Comerciais.....	162
2.3.Investimentos.....	165
3.Conclusões Parciais	166

Namíbia

1.Relações China e Namíbia	167
1.1.Histórico das Relações	167
1.2.Relações Comerciais.....	168
1.3.Investimentos.....	170
2.Relações Brasil e Namíbia	171
2.1.Histórico das Relações	171
2.2.Relações Comerciais.....	172
3.Conclusões Parciais	174

Angola

1.Relações China e Angola	175
1.1.Histórico das Relações	175
1.2.Relações Comerciais.....	175
1.3.Investimentos.....	177
2.Relações Brasil e Angola	181
2.1.Histórico das Relações	181
2.2.Relações Comerciais.....	181
2.3.Investimentos.....	183
3.Conclusões Parciais	183

República Democrática do Congo

1.Relações China e República Democrática do Congo	184
1.1.Histórico das Relações	184
1.2.Relações Comerciais.....	184
1.3.Investimentos.....	185
2.Relações Brasil e República Democrática do Congo.....	185
2.1.Histórico das Relações	185
2.2.Relações Comerciais.....	186
2.3.Investimentos.....	189
3.Conclusões Parciais	189



República do Congo

1.Relações China e República do Congo	189
1.1.Histórico das Relações	189
1.2.Relações Comerciais.....	189
1.3.Investimentos.....	191
2.Relações Brasil e República do Congo	193
2.1.Histórico das Relações	193
2.2.Relações Comerciais.....	193
2.3.Investimentos.....	196
3.Conclusões Parciais	196

Gabão

1.Relações China e Gabão	197
1.1.Histórico das Relações	197
1.2.Relações Comerciais.....	197
1.3.Investimentos.....	201
2.Relações Brasil e Gabão	201
2.1.Histórico das Relações	201
2.2.Relações Comerciais.....	202
2.3.Investimentos.....	203
3.Conclusões Parciais	203

São Tomé e Príncipe

1.Relações China e São Tomé e Príncipe	203
1.1.Histórico das Relações	203
1.2.Relações Comerciais.....	204
1.3.Investimentos.....	204
2.Relações Brasil e São Tomé e Príncipe	204
2.1.Histórico das Relações	204
2.2.Relações Comerciais.....	205
2.3.Investimentos.....	207
3.Conclusões Parciais	207

Guiné Equatorial

1.Relações China e Guiné Equatorial	208
1.1.Histórico das Relações	208
1.2.Relações Comerciais.....	208
1.3.Investimentos.....	208
2.Relações Brasil e Guiné Equatorial.....	208



2.1.Histórico das Relações	208
2.2.Relações Comerciais.....	209
2.3.Investimentos.....	209
3.Conclusões Parciais	209

Camarões

1.Relações China e Camarões.....	210
1.1.Histórico das Relações	210
1.2.Relações Comerciais.....	210
1.3.Investimentos.....	215
2.Relações Brasil e Camarões	216
2.1.Histórico das Relações	216
2.2.Relações Comerciais.....	217
2.3.Investimentos.....	218
3.Conclusões Parciais	218

Nigéria

1.Relações China e Nigéria	218
1.1.Histórico das Relações	218
1.2.Relações Comerciais.....	220
1.3.Investimentos.....	221
2.Relações Brasil e Nigéria	224
2.1.Histórico das Relações	224
2.2.Relações Comerciais.....	226
2.3.Investimentos.....	228
3.Conclusões Parciais	229

Benin

1.Relações China e Benin	229
1.1.Histórico das Relações	229
1.2.Relações Comerciais.....	230
1.3.Investimentos.....	230
2.Relações Brasil e Benin	231
2.1.Histórico das Relações	231
2.2.Relações Comerciais.....	232
2.3.Investimentos.....	233
3.Conclusões Parciais	233

Togo

1.Relações China e Togo	233
-------------------------------	-----



1.1.Histórico das Relações	233
1.2.Relações Comerciais.....	233
1.3.Investimentos.....	233
2.Relações Brasil e Togo	234
2.1.Histórico das Relações	234
2.2.Relações Comerciais.....	235
2.3.Investimentos.....	236
3.Conclusões Parciais	236

Gana

1.Relações China e Gana	236
1.1.Histórico das Relações	236
1.2.Relações Comerciais.....	238
1.3.Investimentos.....	239
2.Relações Brasil e Gana.....	239
2.1.Histórico das Relações	239
2.2.Relações Comerciais.....	240
2.3.Investimentos.....	241
3.Conclusões Parciais	241

Costa do Marfim

1.Relações China e Costa do Marfim	241
1.1.Histórico das Relações	241
1.2.Relações Comerciais.....	242
1.3.Investimentos.....	243
2.Relações Brasil e Costa do Marfim	244
2.1.Histórico das Relações	244
2.2.Relações Comerciais.....	245
2.3.Investimentos.....	246
3.Conclusões Parciais	246

Libéria

1.Relações China e Libéria	246
1.1.Histórico das Relações	246
1.2.Relações Comerciais.....	247
1.3.Investimentos.....	247
2.Relações Brasil e Libéria.....	248
2.1.Histórico das Relações	248
2.2.Relações Comerciais.....	249
2.3.Investimentos.....	250



3. Conclusões Parciais	251
------------------------------	-----

Serra Leoa

1. Relações China e Serra Leoa	251
1.1. Histórico das Relações	251
1.2. Relações Comerciais.....	251
1.3. Investimentos.....	252
2. Relações Brasil e Serra Leoa	252
2.1. Histórico das Relações	252
2.2. Relações Comerciais.....	253
2.3. Investimentos.....	254
3. Conclusões Parciais	254

Guiné

1. Relações China e Guiné	255
1.1. Histórico das Relações	255
1.2. Relações Comerciais.....	255
1.3. Investimentos.....	255
2. Relações Brasil e Guiné	256
2.1. Histórico das Relações	256
2.2. Relações Comerciais.....	256
2.3. Investimentos.....	257
3. Conclusões Parciais	257

Guiné Bissau

1. Relações China e Guiné Bissau	258
1.1. Histórico das Relações	258
1.2. Relações Comerciais.....	258
1.3. Investimentos.....	258
2. Relações Brasil e Guiné Bissau	260
2.1. Histórico das Relações	260
2.2. Relações Comerciais.....	260
2.3. Investimentos.....	261
3. Conclusões Parciais	262

Senegal

1. Relações China e Senegal	262
1.1. Histórico das Relações	262
1.2. Relações Comerciais.....	262
1.3. Investimentos.....	262



2.Relações Brasil e Senegal	263
2.1.Histórico das Relações	263
2.2.Relações Comerciais	263
2.3.Investimentos	264
3.Conclusões Parciais	264

Gâmbia

1.Relações China e Gâmbia	265
1.1.Histórico das Relações	265
1.2.Relações Comerciais	265
1.3.Investimentos	266
2.Relações Brasil e Gâmbia	266
2.1.Histórico das Relações	266
2.2.Relações Comerciais	267
2.3.Investimentos	267
3.Conclusões Parciais	267

Mauritânia

1.Relações China e Mauritânia	268
1.1.Histórico das Relações	268
1.2.Relações Comerciais	268
1.3.Investimentos	269
2.Relações Brasil e Mauritânia	269
2.1.Histórico das Relações	269
2.2.Relações Comerciais	269
2.3.Investimentos	270
3.Conclusões Parciais	270

Cabo Verde

1.Relações China e São Tomé e Príncipe	271
1.1.Histórico das Relações	271
1.2.Relações Comerciais	271
1.3.Investimentos	272
2.Relações Brasil e Cabo Verde	273
2.1.Histórico das Relações	273
2.2.Relações Comerciais	274
2.3.Investimentos	276
3.Conclusões Parciais	276
Anexos	278
Referências Bibliográficas	288



Índice de Gráficos

Gráfico 1: Comércio Bilateral China-Moçambique, 1995-2008 (US\$ milhões).....	149
Gráfico 2: Composição das importações de Moçambique advindas da China, 1995-2008. (porcentagem/total).....	150
Gráfico 3: Composição das exportações de Moçambique para a China, 1995-2008 (porcentagem/total).....	150
Gráfico 4: Comércio Bilateral África do Sul – China, 1996-2006 (US\$ milhões).....	157
Gráfico 5: Composição das exportações da África do Sul para a China, 2009.....	158
Gráfico 6: Discriminação das importações da África do Sul da China, 2009.....	159
Gráfico 7: Comércio Bilateral Namíbia-China, 1998-2006 (milhões de US\$).....	168
Gráfico 8: Cinco principais produtos exportados para a China, 1998-2006.....	169
Gráfico 9: Cinco principais produtos importados da China, 1998-2006.....	170
Gráfico 10: Exportações angolanas de petróleo por destino, 2009.....	176
Gráfico 11: Evolução do peso do comércio externo da China no Congo	190
Gráfico 12: Principais destinos das exportações de madeira tropical do Congo; em porcentagem.....	191
Gráfico 13: Trocas comerciais entre Gabão e China, 1995-2008.....	198
Gráfico 14: Composição das exportações do Gabão para a China, 1995-2008.....	199
Gráfico 15: Composição das importações do Gabão da China, 1995-2008.....	200
Gráfico 16: Principais parceiros comerciais do Gabão em 2007, em valor.....	200
Gráfico 17: Principais parceiros comerciais do Gabão em 2008, em valor.....	201
Gráfico 18: Composição das exportações de Camarões para a China em 2001.....	211
Gráfico 19: Composição das exportações de Camarões para a China em 2005.....	212
Gráfico 20: Composição das importações camaronesas da China, em 2001.....	213
Gráfico 21: Composição das importações de Camarões advindas China, em 2005.....	214
Gráfico 22: Exportações, Importações e Balança Comercial entre Camarões e China, entre 1999 e 2005; valores em milhões de dólares.....	215
Gráfico 23: Comércio Bilateral Brasil-Camarões, 2005-2009 (US\$ mil).....	217



Índice de Tabelas

Tabela 1: Principais investimentos chineses em Moçambique, 2006-2008.	152
Tabela 2: Comércio Bilateral entre Brasil e Moçambique – US\$ mil	154
Tabela 3: Composição das exportações do Brasil para Moçambique, 2007-2009 (porcentagem/total).	154
Tabela 4: Composição das importações do Brasil advindas da África do Sul, 2008-2009 (US\$ milhões).....	164
Tabela 5: Composição das exportações do Brasil para África do Sul, 2009-2010. (US\$ milhões).....	164
Tabela 6: Investimentos chineses na Namíbia e seus respectivos valores, 2006.....	171
Tabela 7: Comércio Bilateral Brasil-Namíbia (US\$ milhões)	172
Tabela 8: Comércio Bilateral Brasil-Namíbia e seu peso, 2004-2008 (US\$ milhões).	173
Tabela 9: Exportações do Brasil-Angola, 2008-2009 (US\$ milhões).....	183
Tabela 10: Comercial Bilateral entre Brasil e República Democrática do Congo, 2005-2009 (US\$ milhões).....	187
Tabela 11: Composição das exportações do Brasil – República Democrática do Congo, 2007-2009 (US\$ milhões).....	188
Tabela 12: Composição das importações do Brasil – República Democrática do Congo, 2007-2009 (US\$ milhões).....	188
Tabela 13: Evolução das exportações do Congo para a China.....	190
Tabela 14: Principais exportações do Congo para	191
Tabela 15: Estrutura do investimento chinês no Congo, 1995-2005. (US\$ milhões).....	192
Tabela 16: Porcentagem da China nos investimentos públicos do Congo, 2000-2005 (US\$ milhões).	192
Tabela 17: Exportações, Importações e Intercâmbio Comercial entre Brasil e República do Congo (2005-2009).	194
Tabela 18: Exportações, Importações e Intercâmbio Comercial entre Brasil e República do Congo (2005-2009).	195
Tabela 19: Composição das Exportações Brasil – República do Congo, 2009-2010 (US\$ milhões).	196
Tabela 20: Intercâmbio Bilateral entre o Brasil e o Gabão – US\$ Mil.....	202
Tabela 21: Composição das Exportações do Brasil para o Gabão	203
Tabela 22: Comércio Bilateral entre Brasil e São Tomé e Príncipe, 2004-2008 (US\$ mil)	206
Tabela 23: Composição das exportações do Brasil para São Tomé e Príncipe, 2008-2009 (US\$ mil).	207
Tabela 24: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Guiné Equatorial – US\$ mil	209
Tabela 25: Exportações para China (US\$), Exportações para o Mundo (US\$), porcentagem exportada e posição da China.....	211



Tabela 26: Importações da China por Camarões (US\$), Importações do Mundo para Camarões (US\$), porcentagem importada da China e posição da China.	212
Tabela 27: Balança Comercial entre Nigéria e China e peso da China no comércio.....	220
Tabela 28: Principais contratos estabelecidos pela China-Nigéria sobre o petróleo, 2004-2007.	221
Tabela 29: Atos Bilaterais entre Brasil e a Nigéria.....	225
Tabela 30: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Nigéria – Período de 2005 a 2009.....	226
Tabela 31: Composição do Intercâmbio Comercial entre Brasil e Nigéria – Período de 2007 à 2009.	227
Tabela 32: Intercâmbio Bilateral entre Brasil e Benin – US\$ Mil.	232
Tabela 33: Exportações do Brasil para o Bénin, 2009-2010 (US\$ mil).	232
Tabela 34: Exportações do Brasil para o Togo, 2008-2009 (US\$ mil)	236
Tabela 35: Principais projetos desenvolvidos em Gana pela China.	237
Tabela 36 – Comércio de Gana e países selecionados (US\$ milhões).	238
Tabela 37: Exportações da Costa do Marfim para a China, 2001, 2003 e 2006 (US\$ milhões).	242
Tabela 38: Projetos Chineses na Costa do Marfim e suas localidades	243
Tabela 39: Investimento Chinês na Costa do Marfim e seus valores 1996-2006 (US\$ milhões).	244
Tabela 40: Cronologia Recente das Relações Bilaterais entre Brasil e Costa do Marfim.....	244
Tabela 41: Intercâmbio Bilateral entre Brasil e Costa do Marfim – US\$ mil.....	245
Tabela 42: Exportações do Brasil para a Costa do Marfim, 2009-2010 (US\$ mil).	246
Tabela 43: Atos Bilaterais entre o Brasil e a Libéria.	249
Tabela 44: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Libéria, 2002-2010 (US\$ mil).....	249
Tabela 45: Exportações do Brasil para a Libéria, 2009-2010 (US\$ mil).....	250
Tabela 46: Comércio Bilateral entre Brasil e Serra Leoa, 2002-2010 (US\$ mil).	253
Tabela 47: Composição das Exportações do Brasil para Serra Leoa 2008-2009 (US\$ milhões).	254
Tabela 48: Comércio Bilateral Brasil – Guiné, 2002-2009 (US\$ mil).....	257
Tabela 49: Comércio Bilateral entre Brasil e Guiné Bissau, 2008-2009 (US\$ mil).....	261
Tabela 50: Comércio bilateral entre Brasil e Senegal, 2009-2010 (US\$ mil).	264
Tabela 51: Exportações da Gâmbia para a China	265
Tabela 52: Importados da Gâmbia oriundos da China – 2006.	266
Tabela 53: Comércio bilateral entre Brasil e Gâmbia, 2009-2010 (US\$ mil).	267
Tabela 54: Valor do comércio bilateral entre China e Mauritânia.....	268
Tabela 55: Composição das exportações do Brasil para Mauritânia, 2008-2009.	270
Tabela 56: Comércio Bilateral Brasil Mauritânia, 2002-2010 (US\$ milhões).	270
Tabela 57: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Cabo Verde, 2000-2009. (US\$ milhões)	274
Tabela 58: Exportações Brasileiras para Cabo Verde, 2008/2009 (US\$ mil).....	275
Tabela 59: Importações Brasileiras de Cabo Verde – 2008/2009 (US\$ mil)	276



PREÂMBULO

Há vasta literatura referente às relações da China com o continente africano. Pesquisas históricas e descriptivas são encontradas em Snow (1988), Jackson (1999) e Menzies (2006). Especificamente no campo da economia, Alden (2007) apresenta uma possibilidade de compreender as relações sino-africanas de três maneiras:

- a) como parceria no desenvolvimento – compromisso chinês para transmissão de sua experiência de desenvolvimento para os africanos;
- b) como competidor econômico – obtenção de recursos (minérios e energia) no curto prazo;
- c) como colonizador – parte de uma estratégia de longo prazo, com o propósito de superar influências ocidentais presentes no continente.

Alden destaca que a China adota dois modelos de relações com os países africanos, consoante as características desses parceiros:

i - Estados considerados parias, isto é, que experimentem marginalização dentro do sistema internacional, ou democraticamente fracos situação na qual a China procura exercer um papel estabilizador político, ou seja, evitando condenações em foros internacionais, por conta do princípio da auto determinação dos povos e não ingerência em assuntos internos de outros países; e

ii – democracias menos vulneráveis, com economias mais diversificadas, em relação às quais a China procura estabelecer uma relação de dupla face, de parceria estratégica e de ameaçador competidor.

O primeiro caso remete a países como o Sudão, que sofre com tensões sociais internas severas, onde o governo experimenta pressões dos organismos internacionais por desrespeito aos direitos humanos; as sanções contra o Sudão apresentadas à Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) não recebem a adesão da China, cliente do petróleo existente naquele país..

O segundo caso se verifica nos países africanos que dispõem de indústria com mão-de-obra intensiva, como a têxtil, onde a China é um poderoso competidor, como se verifica na África do Sul, por exemplo.

O estudo das relações sino-africanas adotado neste Bloco contemplará cada país africano individualmente nas suas relações com a China. Porém, na medida em que o Brasil tem nos países africanos possibilidade de parcerias, o estudo procura levantar as iniciativas brasileiras existentes atualmente na África.

METODOLOGIA

O estudo contempla os países de língua portuguesa, tanto os insulares quanto os do continente africano, e demais países com litoral atlântico. O limite setentrional foi estabelecido no Trópico de Câncer, de acordo com o critério geográfico do ângulo de inclinação astronômico do território brasileiro, que se projeta entre o Equador e aquele Trópico. O país mais ao norte a ser examinado será, então, a Mauritânia.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



O primeiro país a ser estudado será Moçambique; embora não tenha litoral voltado para o Atlântico Sul, trata-se de Estado pertencente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o qual o Brasil vem estreitando relações ultimamente. É o único a não debruçar-se sobre a parte oceânica de nosso maior interesse. Assim, o segundo país a ser examinado é a África do Sul.

Para cada país examinado haverá três itens: relações China-país; relações Brasil-país; e conclusões parciais, que procurarão possíveis interferências chinesas nas nossas iniciativas e eventuais complementaridades. Referente aos dois primeiros itens, haverá três subitens: histórico das relações, relato breve da construção dos laços entre os atores considerados; relações comerciais, com a apresentação de um panorama de eventuais acordos e interesses envolvidos; e investimentos aplicados no país considerado.

Ao final do Bloco 2 existirá um tópico destinado às Conclusões Finais.



Moçambique

1. Relações China e Moçambique

1.1. Histórico das Relações

Ao contrário do que ocorre com outros países africanos, as relações entre Moçambique e a China são pautadas por muito maior cautela e compromisso em comparação, por exemplo, as relações entre China e Angola. Tal fato se deve à forte influência de organizações não governamentais (ONGs), assim como das instituições de Bretton Woods, a saber, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, sobre as decisões governamentais, especialmente a política macroeconômica. Prova deste argumento é que em 2008, 51% do orçamento do governo, avaliado em US\$ 3.2 bilhões, ou seja, mais de US\$ 1.6 bilhões teve como origem fontes de ajuda externa (ROQUE, 2009, p. 2).

As relações sino-moçambicanas datam de meados da década de 60, antes mesmo do país conseguir sua independência de Portugal no ano de 1975, quando o então partido de resistência à colonização portuguesa, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) recebia ajuda financeira da China para conseguir a liberdade perante sua metrópole, modelo que se estendeu ainda nos anos seguintes à independência. Naquele mesmo ano, em 25 de junho, foram assim estabelecidas as relações formais entre os dois países (CHINESE, 2006).

Os anos 80 presenciaram um leve aprofundamento das relações, com a ajuda chinesa em 1983, quando o país foi tomado por uma profunda onda de fome. O que marcaria, contudo, os próximos 15 anos de história de Moçambique, seria a transição de uma economia então, autodenominada marxista, para outra orientada para o mercado, seguindo à risca os ajustes estruturais previstos pelo Banco Mundial, com as privatizações varrendo as antes empresas estatais. Contudo, o país ainda se manteve no ranking dos mais pobres do mundo, em 172º em relação ao índice de desenvolvimento humano: mais de 70% da população vive com menos de US\$ 2 por dia (ROQUE, 2009, p. 3).

Durante a última década, as relações voltaram a se aprofundar, primeiramente em 2001 com a criação de uma Comissão Conjunta de Comércio e Economia, o que incluía a supressão dos débitos anteriores que Moçambique tinha com a China. Já em 2006, o país recebeu o status oficial de destino turístico pela China, o que foi firmado com a consequente viagem do presidente Hu Jintao em 2007 para aquele país, quando também firmou empréstimos no valor de US\$ 170 milhões para cooperação nas áreas de educação, agricultura, tecnologia, saúde e exploração dos recursos naturais (ROQUE, 2009, p. 3).

Tal aprofundamento das relações se reflete tanto nas transações comerciais, que experimentaram um grande crescimento assim como nos investimentos, ambos tópicos que serão trabalhados nas seguintes seções.

1.2. Relações Comerciais

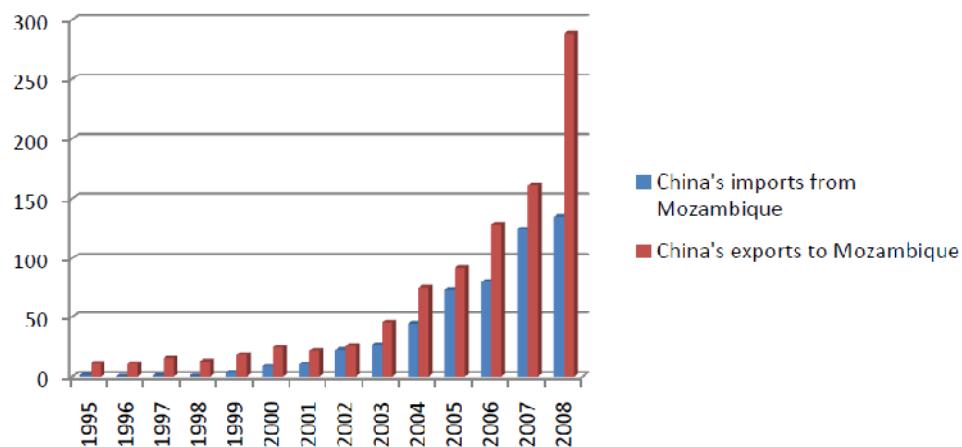
A China é o terceiro maior parceiro comercial de Moçambique, perdendo apenas para Portugal e África do Sul, respectivamente. Para a China, Moçambique representa 5% das importações,



especialmente madeira, e 4.7% das exportações, entre diversos produtos manufaturados (ROQUE, 2009, p. 6).

No gráfico a seguir é possível observar um crescimento notável do comércio bilateral entre Moçambique e China na última década, atingindo o volume de US\$ 442.7 milhões no ano de 2008, 48% apenas em relação ao ano anterior.

Gráfico 1: Comércio Bilateral China-Moçambique, 1995-2008 (US\$ milhões).



Fonte: Jansson, Johanna; Kiala, Carine. Patterns of Chinese investment aid and trade in Mozambique. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. p. 10. Outubro 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/CCS-Mozambique-Briefing-Paper-October-2009.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

Em relação à estrutura das importações de Moçambique advindas da China, esta é dominada por produtos manufaturados, entre eles, veículos e suas partes; aparelhos eletrônicos e outros produtos de aço e ferro, como é possível observar no gráfico a seguir.



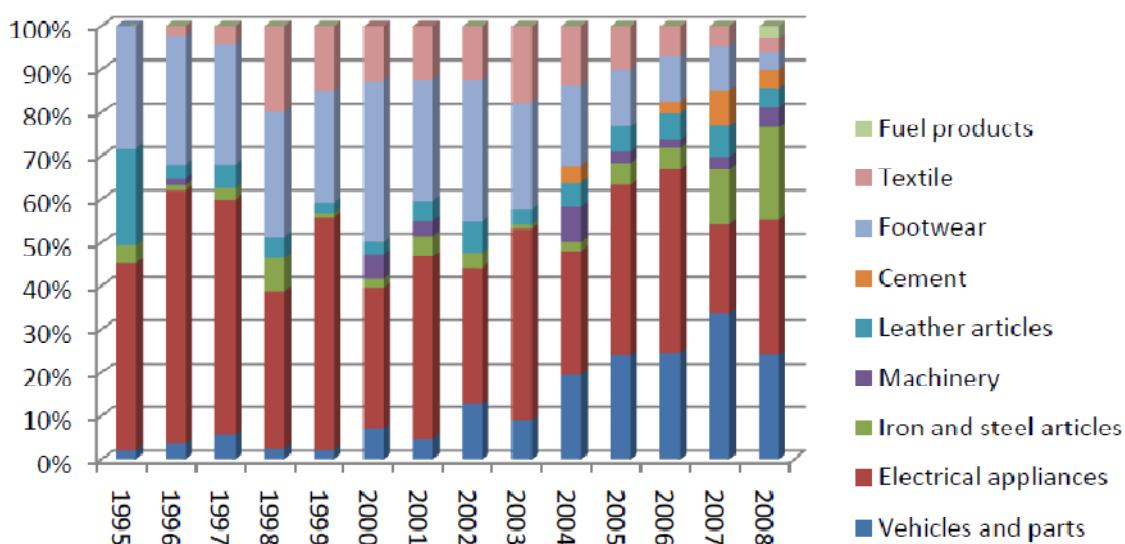
SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



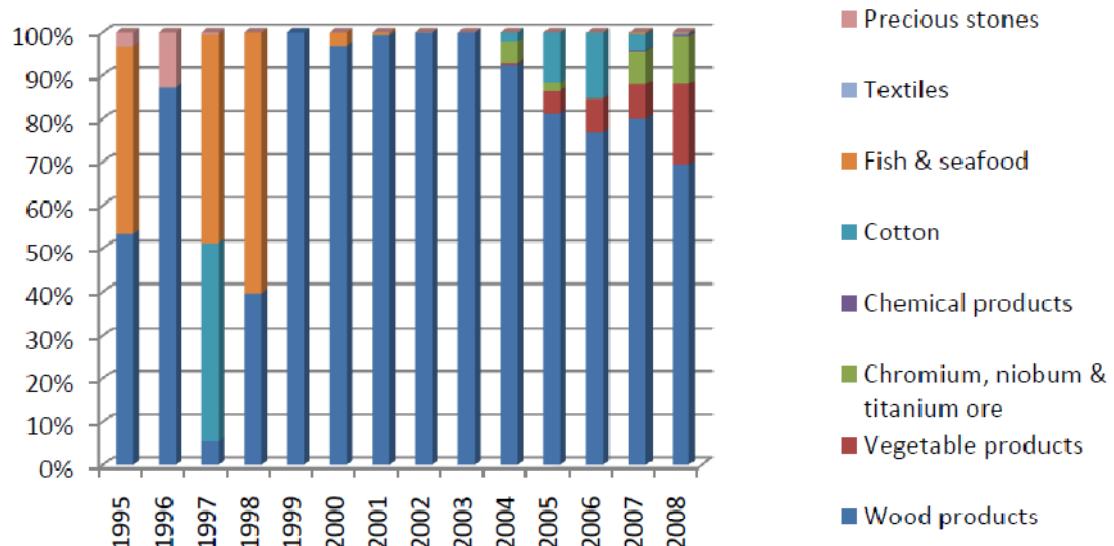
Gráfico 2: Composição das importações de Moçambique advindas da China, 1995-2008.
(porcentagem/total).



Fonte: Jansson, Johanna; Kiala, Carine. Patterns of Chinese investment aid and trade in Mozambique. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. p. 11. Outubro 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/CCS-Mozambique-Briefing-Paper-October-2009.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

Por sua vez, as exportações de Moçambique para a China são compostas maciçamente de produtos do setor madeireiro e ainda durante o final da década de 90 (1995-1998) por pescados e outros frutos do mar.

Gráfico 3: Composição das exportações de Moçambique para a China, 1995-2008
(porcentagem/total).



Fonte: Jansson, Johanna; Kiala, Carine. Patterns of Chinese investment aid and trade in Mozambique. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. p. 11. Outubro 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/CCS-Mozambique-Briefing-Pap>. Acesso em: 20 out. 2010.



Com um potencial de produzir anualmente 500.000 m³ de madeira, atualmente, a China se tornou o mais importante comprador de Moçambique, sendo que, somente no ano de 2006, 94000 m³ de madeira foram exportados para a China. Porém, o país tem sido criticado durante por ambientalistas, ao passo que a manutenção das atuais taxas de extração naquele país tem causado em certas áreas desertificação e erosão do solo.

Ademais, poucas são as empresas chinesas registradas no país que atuam neste setor, pois uma grande quantidade da madeira exportada é feita de forma ilegal: pequenos produtores locais são contatados pelos chineses, que subsidiam US\$ 15.000 por uma licença de produção a esses moçambicanos. Seguida da extração, a madeira é levada até os portos, onde, por meio de pequenos barcos, é transportada até águas mais profundas, onde a madeira é por fim transferida para grandes cargueiros. Seguindo esse processo, os chineses escapam da regulação local, ao passo que agravam ainda mais o processo de devastação ambiental.

Em termos de tarifas de importação, em 2007 a China reduziu a zero as tarifas de 442 produtos Moçambicanos, mas que, no geral, não teve grandes impactos em relação aos produtos já exportados pelo país (JASSON e KIALA, 2009).

1.3. Investimentos

Os investimentos chineses em Moçambique cresceram consideravelmente nos últimos anos, passando de US\$ 10 milhões em 2003 para US\$ 60 milhões em 2007 e US\$ 76.8 milhões já no ano seguinte (JASSON e KIALA, 2009), tornando o país o segundo maior investidor estrangeiro, atrás somente da África do Sul.

Os investimentos chineses em Moçambique são diversos, tendo como principal direção os setores de infraestrutura, geração de energia e agricultura.

Em relação à infraestrutura e a geração de energia, diversas são as empresas de construção chinesas que estão presente no país, como pode ser observado na tabela a seguir:



Tabela 1: Principais investimentos chineses em Moçambique, 2006-2008.

Ano	Empreendedora	Projeto	Valor
2006	China Henan International Cooperation Group (CHICO)	Construção da ponte de Moamba, na província de Maputo.	US\$ 8 milhões
2006	Camargo Corrêa, mas com financiamento do China Exim Bank	Construção de Hidrelétrica de Mphanda Nkuwa.	US\$ 2.3 bilhões
2007	China Henan International Cooperation Group (CHICO)	Construção de Estrada ligando Muxungwe à Inchope, 154 quilometros.	US\$ 3.7 milhões
2008	China Henan International Cooperation Group (CHICO)	Construção de Estrada ligando Chitima à Magoé, 200 quilômetros	-
2008	China Metallurgical Construction Group (MCG)	Reparos e expansão da rede de água de Maputo	US\$ 145 milhões
2009	China Henan International Cooperation Group (CHICO)	Rede de água em Chicamba, provincial de Manica	US\$ 44 milhões

Fonte: Jansson, Johanna; Kiala, Carine. Patterns of Chinese investment aid and trade in Mozambique. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Outubro 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/CCS-Mozambique-Briefing-Paper-October-2009.pdf>

Outro setor de grande destaque e potencialidade em Moçambique é a agricultura, em razão das características físicas do país: estimativa de 36 milhões de hectares de terras cultiváveis; rede de 60 rios e uma grande diversidade de solos e condições climáticas, ao passo que apenas 10% de todas as terras disponíveis são realmente utilizadas (ROQUE, 2009, p. 11), sendo a agricultura familiar é o modelo mais utilizado, o que gera baixa produção devido ao emprego de tecnologias defasadas. Dentro deste contexto, é preciso mapear as localidades mais suscetíveis a cada cultura e qual a viabilidade de cada uma nas regiões escolhidas.

As duas partes confirmaram a intenção de cooperar na produção de arroz em larga-escala, o que seria benéfico para ambas as partes: do lado da China devido à sua grande demanda por este produto, que dobrou nestas últimas duas décadas, chegando a 50 kg/per capita/ano do lado de Moçambique, que poderia melhorar sua tecnologia assim como aumentar suas arrecadações com exportações. Desta forma, a China se comprometeu em investir US\$ 800 milhões em tecnologia, aumentando assim a produção de 100 mil toneladas por ano para 500 mil toneladas nos próximos 5 anos. O objetivo é que, por meio do *Hunan Hybrid Rice Institute*, instituição responsável pela engenharia de um tipo de arroz adaptado ao clima da região, este projeto se concretize.



2. Relações Brasil e Moçambique

2.1. Histórico das Relações

Depois do Haiti, é para Moçambique que o Brasil envia o maior volume de recursos em projetos de cooperação técnica⁴⁶. Muitos deles são voltados para a capacitação de pessoas e instituições em áreas que incluem saúde, educação, agricultura e ciência e tecnologia. O embaixador do Brasil em Maputo, Antonio de Souza e Silva, afirma que muitas das iniciativas brasileiras em Moçambique nasceram como resposta a demandas do próprio governo moçambicano – que, como outros países africanos, vê o Brasil não só como uma potência, mas como uma espécie de "irmão maior".

Outra área marcante da cooperação entre Brasil e Moçambique é a agrícola. No fim de agosto passado, foi assinado o acordo que deu o pontapé inicial no projeto ProSavana. O acordo prevê a transferência pelo Brasil de tecnologia agrícola para ajudar Moçambique a produzir alimentos em sua área de savana.

Na capital Maputo, há amostras brasileiras por todos os lados. A paixão pelo futebol, pelas novelas e a música está presente nas conversas formais e informais. Nas ruas, a presença brasileira pode ser percebida pelas placas nas construções com os nomes de empresas brasileiras responsáveis pelas obras de prédios públicos e privados. No comércio, há lojas de cosméticos e perfumes de uma grande rede brasileira.

No cotidiano dos cerca de 20,3 milhões de moçambicanos, o estilo brasileiro também está presente. As igrejas evangélicas, de origem brasileira, ampliam suas agremiações por Moçambique tanto na capital quanto no interior do país. A influência é estimulada ainda pela transmissão constante de novelas brasileiras. Entre as transmitidas estão *Além do Crime* e *Cidade dos Homens*.

A música brasileira é outra paixão dos moçambicanos. Os ritmos que predominam nas rádios e lojas de venda de CDs são o axé baiano e as canções românticas de Roberto Carlos⁴⁷.

2.2. Relações Comerciais

As relações entre Brasil e Moçambique têm se intensificado a cada ano, e ainda há um enorme potencial para o seu fomento. Segundo informações da embaixada de Moçambique no Brasil⁴⁸, projeções indicam que a corrente de comércio e investimentos entre os dois países aumentará vertiginosamente nos próximos anos. Com crescimento econômico estável por volta de 8% ao ano, Moçambique foi apontado pelo relatório Doing Business como uma das grandes promessas africanas para investimentos, revelando-se um mercado extremamente atraente para o empresariado brasileiro.

⁴⁶ Brasil faz 'diplomacia da generosidade' em Moçambique. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100831_eleicoes_mozambique_ji.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2010.

⁴⁷ Empresários brasileiros são estimulados a investir em Moçambique. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/212389.htm>>. Acesso em 06 nov. 2010.

⁴⁸ Disponível em <<http://www.mozambique.org.br/>>. Acesso em 12 out. 2010.



Apesar disto, os números de comércio exterior entre ambos os países são tímidos. O Brasil não possui qualquer participação no total exportado por Moçambique desde 2006. Entretanto o fluxo de comércio ocorre pela venda de produtos brasileiros àquele país. Moçambique importou do Brasil US\$ 35 milhões em 2006, US\$ 27 milhões em 2007, US\$ 32 milhões em 2008 e US\$ 108 milhões em 2009. Só os produtos industrializados representaram 87,3% das exportações brasileiras para Moçambique em 2009, seguidos pelos básicos, que registram 12,6%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os principais produtos brasileiros vendidos foram aviões, carne de frango (congelada, fresca ou refrigerada), reboques, semirreboques, móveis e suas partes e tratores.

Até julho de 2010, o comércio do Brasil com Moçambique somou US\$ 22 milhões, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Tabela 2: Comércio Bilateral entre Brasil e Moçambique – US\$ mil

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (JAN-MAR)
Intercâmbio	14.945	23.324	28.265	35.228	27.300	32.389	110.240	11.399
Exportações	10.792	23.310	28.245	35.212	27.300	32.387	108.118	10.181
Importações	4.152	14	20	16	0	2	2.122	1.217
Saldo	6.640	23.296	28.225	35.196	27.300	32.385	105.995	8.963

Fonte: MDIC

Tabela 3: Composição das exportações do Brasil para Moçambique, 2007-2009 (porcentagem/total).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MOÇAMBIQUE (US\$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Aeronaves e outros aparelhos aéreos e suas partes	0	0,0%	0	0,0%	65.322	60,4%
Outros aviões/veículos aéreos, peso >15000kg, vazios	0	0,0%	0	0,0%	65.322	60,4%
Carnes e miudezas, comestíveis	7.923	29,0%	9.594	29,6%	13.268	12,3%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelados	6.192	22,7%	7.896	24,4%	11.853	10,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.401	12,5%	1.602	4,9%	5.903	5,5%
Outros reboques e semi-reboques p/transp. de mercadorias	1.283	4,7%	35	0,1%	2.896	2,7%
Outros tratores	1.860	6,8%	1.239	3,8%	2.834	2,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.907	7,0%	2.387	7,4%	5.203	4,8%
Distribuidores automat.papel-moeda, incl.efet.outs.oper.	0	0,0%	251	0,8%	1.184	1,1%
Outros nivelaadores	0	0,0%	0	0,0%	635	0,6%
Máquinas p/ aglomerar/moldar combustíveis mineral sólidos, etc	53	0,2%	32	0,1%	168	0,2%
Bombas para distrib.combustível/lubrif.em posto serviço, etc.	73	0,3%	512	1,6%	143	0,1%
Arados e charruas	38	0,1%	198	0,6%	130	0,1%
Aparelhos manuais p/ projetar, prods p/ combater pragas,etc	110	0,4%	83	0,3%	109	0,1%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	2.308	8,5%	3.102	9,6%	2.602	2,4%
Móveis de madeira para quartos de dormir	604	2,2%	635	2,0%	1.039	1,0%
Outros móveis de madeira	423	1,5%	455	1,4%	704	0,7%
Móveis de madeira para cozinhas	110	0,4%	156	0,5%	413	0,4%
Assentos estofados com armação de madeira	445	1,6%	443	1,4%	156	0,1%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, etc	1.004	3,7%	1.529	4,7%	2.518	2,3%
Produtos cerâmicos	2.195	8,0%	1.710	5,3%	1.912	1,8%
Outros ladrilhos, etc, de cerâmica, vidrados, esmaltados	1.159	4,2%	1.543	4,8%	1.282	1,2%
Outs. tijolos refrat. magnesianos ou de óxido de cromo	902	3,3%	0	0,0%	425	0,4%
Açúcares e produtos de confeitaria	965	3,5%	1.457	4,5%	1.138	1,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc	596	2,2%	901	2,8%	984	0,9%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	391	1,4%	616	1,9%	820	0,8%
Óleos essenciais e resinóides, prod perfumaria,etc	152	0,6%	243	0,8%	809	0,7%
Alumínio e suas obras	176	0,6%	576	1,8%	743	0,7%
Subtotal	21.018	77,0%	23.717	73,2%	101.222	93,6%
Demais Produtos	6.282	23,0%	8.670	26,8%	6.896	6,4%
TOTAL GERAL	27.300	100,0%	32.387	100,0%	108.118	100,0%

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em:

<<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 12 de Out. 2010.



2.3. Investimentos

O Brasil investe em vários setores da economia moçambicana. Dentre eles está a agricultura: Um acordo entre Moçambique, o Brasil e o Japão para o desenvolvimento agrícola de Moçambique está em fase final de negociação. Exigindo um investimento de US\$ 13,4 milhões, a parceria reúne a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica) e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

Designado Pró-Savana, o projeto vai aprofundar a capacidade de pesquisa e transferência de tecnologias para melhorar o corredor de Nacala, área de savana tropical que se estende desde a região central até o norte de Moçambique, que dispõe de um tipo de vegetação muito semelhante à do chamado Cerrado brasileiro.

Do total de US\$ 13,4 milhões a serem aplicados em pouco mais de cinco anos nas atividades do Pró-Savana, US\$ 7,3 milhões serão garantidos pela Jica e US\$ 3,6 milhões pela Agência Brasileira de Cooperação via Ministério das Relações Exteriores.

Outro setor de destaque é o da mineração: a empresa brasileira de mineração Vale vai investir em projetos no continente africano entre US\$ 15 e 20 bilhões nos próximos cinco anos, quase dez vezes mais do que gastou até agora no continente, e Moçambique será um dos destinos prioritários.

Recentemente, a Vale revelou que as estruturas básicas que vão permitir dar início à exploração de carvão em Moatize, Moçambique, estão concluídas em cerca de 75 por cento. A extração de carvão deverá ter início ainda este ano, depois de um investimento de US\$ 1,3 bilhão, e as primeiras exportações em Julho de 2011.

A Vale começou a operar em Moatize em 2004, quando ganhou a licitação para fazer estudos de viabilidade no local, que fica a mais de 1,7 mil quilômetros ao norte da capital moçambicana, Maputo. Em 2007, recebeu a autorização de exploração e no ano seguinte iniciou as obras de implantação da mina.

Paralelamente, o governo de Moçambique e a Vale estão a estudar a possibilidade de utilizar gás metano, libertado durante o processo de extração de carvão mineral, para a produção de energia elétrica.

A Vale está ainda interessada em explorar depósitos de fosfatos na província de Nampula, e deverá iniciar um estudo de viabilidade econômica em 2011, embora a exploração dos depósitos não deva começar antes de 2014.

Este ano, a Vale ultrapassou a petrolífera Petrobras e passou a ser a maior empresa exportadora do Brasil, de acordo com dados divulgados em Brasília pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Além destes e de outros inúmeros investimentos, vale a pena destacar a doação a Moçambique de R\$ 13,6 milhões para a primeira fase de instalação de uma fábrica de medicamentos contra a Aids no



país. Inicialmente, a fábrica vai empacotar antirretrovirais produzidos no Brasil e a produção local está prevista para começar em meados de abril de 2010, sob a supervisão de técnicos brasileiros.

3. Conclusões Parciais

Além do cultivo do arroz, outro importante destaque no setor são os biocombustíveis, que também como o arroz, apresenta clima apropriado para determinadas culturas, como a cana de açúcar, pinhão manso, mamona, palma e coco. A China tem juntado suas forças recentemente com a EMBRAPA, maior instituto de pesquisa tropical do mundo, fornecendo infraestrutura necessária para pesquisas e cultivo, ao passo que a capacidade de produção do país para os biocombustíveis está em girando em torno de 3 milhões de barris de petróleo equivalente assim como 21 milhões de litros de bioetanol⁴⁹.

África do Sul

1. Relações China e África do Sul

1.1. Histórico das Relações

Os primeiros contatos entre China e África do Sul remontam ao início do século XX, quando milhares de trabalhadores chineses migraram para o país para trabalhar nas minas de ouro da região de Witwatersrand, próxima a cidade de Johannesburg. Entre 1904 a 1910 existiam aproximadamente 64 mil chineses em solo sul africano, o que levou a China a estabelecer uma representação oficial na África do Sul de modo a dar apoio aos seus cidadãos (BURKE, 2008, p. 5).

Já após 1949, com a constituição da República Popular da China, as relações entre as partes se tornaram menos amigáveis. A RPC era alinhada com os movimentos anticoloniais, sendo sua participação na conferência de Bandung em 1955 uma confirmação desta posição. Ademais, a AdS não via com bons olhos o alinhamento entre a RPC e o movimento antiapartheid, o que poderia colocar em risco o então governo sul africano. Desta forma, em 1960, as relações entre os dois países foram cortadas, sendo que em 1976, a AdS estabeleceu ligações com Taiwan (BURKE, 2008, p. 6).

A partir de 1994 a RPC iniciou um grande esforço em convencer a AdS a cortar as relações com Taiwan, com base no “Princípio de uma Só China”, o que foi assegurado somente a partir do ano de 1998, quando se realizou assim a troca dos oficiais representantes da China naquele país (DAVIES, 2008, p. 4). O ano de 2008 foi, assim, um grande marco para as relações entre a RPC e a AdS, visto que foi comemorado o décimo aniversário do estabelecimento das relações oficiais entre estas duas partes. Já em 1999, em Fevereiro, o então vice-presidente chinês Hu Jintao visitou o país, seguido em Junho

⁴⁹ Idem.



do mesmo ano quando o então presidente Sul Africano Nelson Mandela foi à Pequim, selando desta forma as relações entre as duas partes (CHINA, 2007).

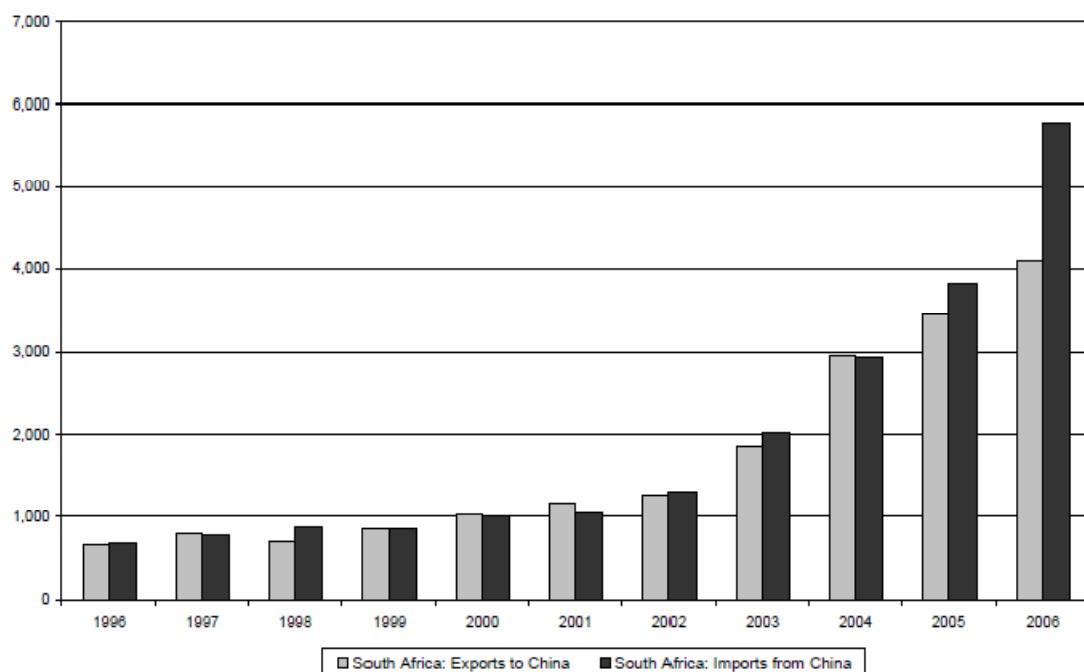
Os primeiros acordos oficiais começaram assim a serem assinados no ano de 2000, quando o então presidente chinês Jing Zemin visitou a AdS à convite do então presidente sul africano Thabo Mbeki. Nessa ocasião, além de acordos comerciais, fiscais e de cooperação⁵⁰, foi assinado o “Pretoria Declaration on the Partnership Between the People's Republic of China and the Republic of South Africa”, o qual, além de reiterar os princípios estabelecidos na Conferência de Bangung em 1955 e de “Uma Só China”, resolveu pela criação de uma comissão binacional com o objetivo de funcionar como um meio diplomático de comunicação e melhor entendimento entre os governos, que deveriam assim se encontrar regularmente à fim de desenvolver as relações sino-sul africanas na base da equidade e benefício mútuo (PRETORIA, 2000). Ademais, um dos principais centros de estudos sul africano sobre a China, na Universidade de Stellenbosch, foi concebido a partir desta comissão binacional (BURKE, 2008, p. 7).

1.2. Relações Comerciais

Tais acordos já foram percebidos em prática na relação comercial logo após seu estabelecimento. No período de 1996 a 2006 ocorreu um grande salto no comércio total, crescendo praticamente dez vezes em apenas dez anos, como é possível observar no gráfico um. Hoje a África do Sul é o segundo principal parceiro comercial da China no continente africano, perdendo apenas para Angola e suas extensas reservas de petróleo (DAVIES, 2008, p. 16). Importante destacar que a África do Sul mantém com a China atualmente um grande déficit em sua balança comercial, mas o mesmo pode ser dito com o resto do mundo.



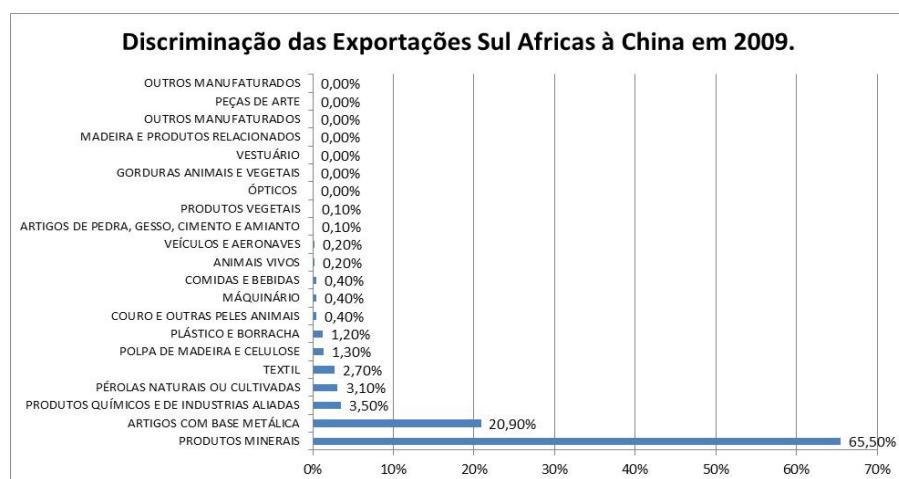
Gráfico 4: Comércio Bilateral África do Sul – China, 1996-2006 (US\$ milhões).



Fonte: BURKE, Christopher et al. "Scoping Study on China's Relations with South Africa". Centre for Chinese Studies - University of Stellenbosch. January 2008. p. 16. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/SouthAfrica.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2010.

Em relação aos produtos exportados e importados entre as duas partes, é possível observar a seguinte estrutura, de acordo com o ano de 2009.

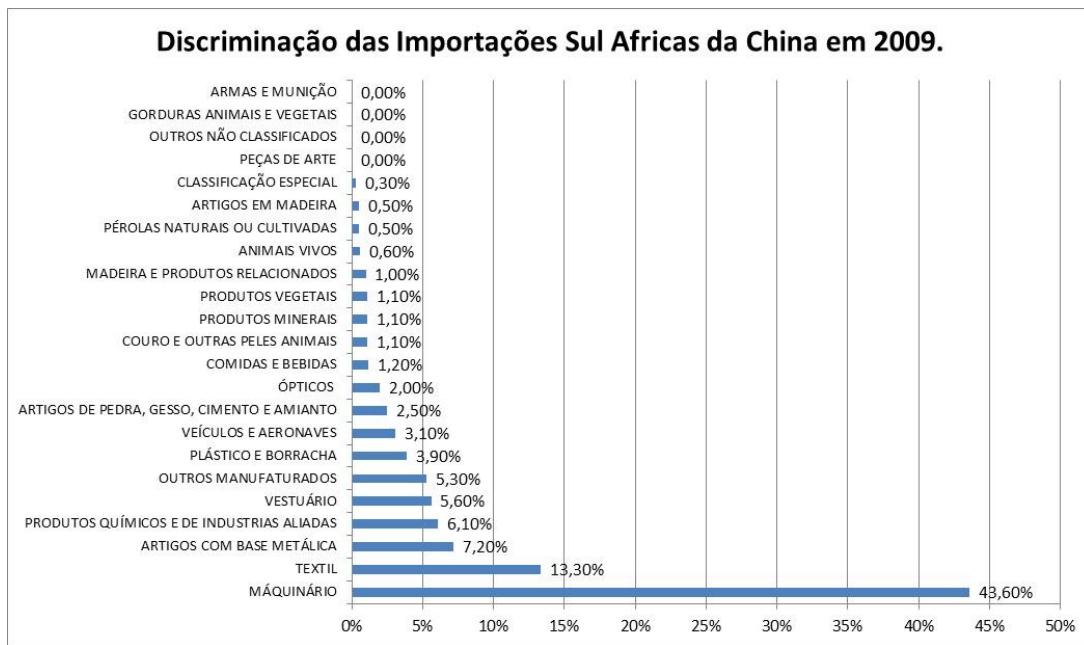
Gráfico 5: Composição das exportações da África do Sul para a China, 2009.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do South African Trade Statistics do Department of Trade and Industry of South Africa. Disponível em: <<http://www.thdti.gov.za/econdb/report/RAS483.html>>. Acesso em: 26 jun.. 2010.



Gráfico 6: Discriminação das importações da África do Sul da China, 2009.



Fonte: Gráfico feito pelos autores com dados do South African Trade Statistics do Department of Trade and Industry of South África. Disponível em: <<http://www.thedti.gov.za/econdb/raport/RAS483.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

Assim, percebe-se que a política comercial chinesa em relação à África do Sul, quando se analisa estes dois gráficos, se resume na obtenção de recursos naturais, em especial produtos minerais como crômio, manganês e zircônio; alguns produtos químicos, celulose e pérolas. Já em relação às exportações, destaca-se maquinário industrial, produtos têxteis, os quais são mais competitivos que os produzidos em solo sul africano, produtos de telecomunicação, como celulares e de infraestrutura⁵¹. Infere-se assim que as exportações sul-africanas são caracterizadas por serem de baixo valor agregado, enquanto as importações não.

Desta forma, muito se tem discutido na África do Sul para que se estabeleçam algumas barreiras que possam impedir o avanço contínuo dos produtos chineses em seu mercado, já que efeitos como o desemprego e fechamento de fábricas já são visíveis, gerando um processo típico de desindustrialização. Segundo autoridades sul-africanas, um dos grandes problemas observados é a desvalorização do Yuan pelo Banco Central Chinês, que é acusado de manter o câmbio em um patamar artificialmente baixo, o que torna os produtos chineses extremamente competitivos em relação aos sul-africanos (PHAKATHI, 2010).

A África do Sul, como membro fundador do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), tem a possibilidade de implementar medidas de salvaguarda, previstas pela OMC. Em junho de 2006, o governo chinês aceitou de forma voluntária

⁵¹ Disponível em <<http://www.thedti.gov.za/econdb/raport/RA6483.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010. O site lista por meio do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias os principais produtos exportados, assim como os importados.



em restringir 31 produtos exportados para a AdS, durante um período de dois anos, passível de ser estendido por mais dois, de forma a facilitar a estruturação da indústria sul africana e enfrentar a competição chinesa (BURKE, 2008, p. 17).

1.3. Investimentos

Atualmente observa-se que a China tem tido êxito na atuação na AdS em três setores específicos, a saber: o bancário, de mineração e bens de consumo e duráveis, como eletrônicos e automóveis.

Em relação ao setor bancário, este representa um grande passo dado pela China na entrada do mercado sul-africano, com especial atenção ao mercado de crédito. Em 2001 a China abriu uma filial do seu China Construction Bank em Johannesburg (CHINA, 2007), mas o principal acordo ocorreu em 2007 quando o maior banco público chinês, o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) comprou 20% das ações do Standard Bank South Africa, um dos principais bancos do país, em uma negociação avaliada em aproximadamente US\$ 5.5 bilhões, representando desta forma um dos maiores fluxos de capital até hoje verificado no país (SOUTH AFRICA.INFO, 2007). A compra de parte do Standard pode ajudar a expandir as ações chinesas na África como um todo, já que o este também opera em outros 16 países no continente além da própria África do Sul (COUNTRY, 2010).

Recentemente o China Construction Bank se aliou ao FirstRand Ltd, segundo maior banco de crédito do país, com o objetivo de garantir o financiamento de projetos de mineração, infraestrutura e manufaturados, o que poderia assim expandir não somente a atuação bancária em si, mas também garantir que os projetos chineses em solo africano se concretizem (BONORCHIS, 2010).

Em relação ao setor de mineração observa-se que a China que busca em manter um fluxo contínuo de fontes energéticas externas, como por exemplo, carvão e outras *commodities* minerais. Neste ponto, a África do Sul dispõe do terminal de carvão de Richard Bay, que neste último ano aumento suas exportações à Índia e a China em detrimento à Europa devido a recente crise financeira mundial, que reduziu consideravelmente o crescimento econômico daquele continente (SETHURAMAN, 2010). Os números justificam exatamente este movimento: durante o ano de 2009 a China comprou 1.38 milhões de toneladas de carvão, comparado a 1.9 milhões de toneladas somente nos primeiros três meses de 2010 (SETHURAMAN, 2010).

Em fevereiro de 2008 foi anunciado, pela empresa SinoSteel, a construção de uma usina de cromo, no valor total de US\$ 440 milhões (BURKE, 2010, p. 8). Isto foi anunciado, uma vez que tal empresa já havia comprado 50% das ações da Samancor Chrome's Tubatse e da Tweefontein, ambas as empresas de mineração de cromo, podendo assim garantir o sucesso do projeto.

Outro projeto importante, que visa aliar o setor de mineração com o boom da construção civil iniciado pela Copa do Mundo de futebol realizada no país em 2010, é a construção de uma planta de cimento com capacidade de produção de 2500 toneladas por dia, com valor estimando em aproximadamente US\$ 217 milhões (CHINA, 2010).



Com relação às manufaturas, primeiramente temos o sucesso dos produtos eletrônicos, em empresas como a Daewoo e Sinoprima atuam no país produzindo televisões, DVD's, Home Theaters, atingindo margens de lucro de aproximadamente 20 a 30%. Outra importante empresa que entrou no mercado sul africano foi A Huawei Technologies, que tem buscado estabelecer uma planta para a produção de seus produtos, essencialmente de telecomunicação, assim como um centro para treinamento de pessoas (BURKE, 2010, p. 9).

Já os automóveis estão presentes com a First Automotive Works (FAW), maior empresa chinesa de veículos pesados, e terceira no mundo. A empresa detinha aproximadamente 25 concessionárias no país, mas tem planos para expandir para 30. Entretanto, a empresa tem enfrentado alguns problemas de aceitação de seus veículos, essencialmente devido as diferenças de mercado entre China e AdS (BURKE, 2010, p. 9).

2. Relações Brasil e África do Sul

2.1. Histórico das Relações

As relações entre Brasil e África do Sul, foram estabelecidas no nível político apenas em 1947/48, quando ocorreu a abertura de uma representação diplomática Sul-Africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória. O *apartheid*, política oficial de segregação racial, ou de “desenvolvimento em separado” impedia, entretanto que as relações entre ambos os países se avultassem substancialmente.

Assim, a decisão tomada com relação à África do Sul em meados da década de 1970, que era calcada num cálculo eminentemente político-estratégico⁵², irá guiar a política externa do Brasil sem substantivas alterações até o final do regime racista branco. Segundo o professor Pio Penna Filho⁵³, Houve, entretanto, com o fim do regime militar brasileiro, manifestações mais contundentes do País perante a África do Sul. Em 1985, início do processo de redemocratização do Brasil, a intensificação da pressão internacional sobre a África do Sul e o recrudescimento interno nesse país contra a

⁵² Em primeiro lugar, tiveram início as relações comerciais que se revelavam com uma série de vantagens para o Brasil, sobretudo em momento histórico decisivo e de necessidade de ampliação do comércio exterior, aspecto fundamental para o processo de industrialização almejado pela nação. Em segundo lugar, ampliava o leque de possibilidades iniciado durante a II Guerra Mundial e marcava uma presença maior na política internacional, principalmente considerando seus aspectos políticos e econômicos, dado que a União Sul-Africana era de longe o mais importante país do continente africano e, especialmente, numa região de peso estratégico no cenário regional e internacional. Em terceiro lugar, ocupava um vazio no campo das relações exteriores do Brasil: algumas áreas do continente africano haviam sido importantíssimas para o Brasil no século XIX e o país estava virtualmente afastado da África desde praticamente o fim do tráfico negreiro na década de 1850. Assim, embora se possa questionar a escolha do país por sua intransigência quanto à política racial (mesmo que naquela época esta não tenha ainda ganhado a dimensão internacional que veio a adquirir, sobretudo após o massacre de Sharpeville, em 1960), inegavelmente o gesto recolocou a África, de algum modo, no campo das relações exteriores do Brasil.

Além do mais é preciso considerar o fato de que Brasil e União Sul-Africana mantinham vínculos consulares de carreira desde 1918, quando o Brasil criou um Consulado de Carreira em Cape Town, muito embora o representante brasileiro só tenha chegado àquela cidade em 1926. Contudo, havia FILHO, Pena Pio: A evolução das relações entre o Brasil e a África do Sul - de 1918 a 2000. Disponível em <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/penna.rtf>. Acesso em 13 out. 2010

⁵³ Profº da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.



maioria negra (por exemplo: estado de emergência, decretado em 1985 pelo governo de P. W. Botha) o governo brasileiro patrocinou um decreto-lei proibindo todas as atividades de intercâmbio cultural e esportivo com a África do Sul, além de reafirmar a proibição de venda e/ou trânsito de armas em território nacional que se destinasse àquele país. Tal atitude nada mais significou do que o coroamento da decisão de esfriar ao máximo o relacionamento entre os dois países e de respeitar o embargo voluntário de venda de armamentos para a África do Sul, decidido ainda na década de 1960 pelas Nações Unidas e referendado pela decisão do Conselho de Segurança, em 1977, de impor o embargo compulsório de venda e fornecimento de armamentos e similares para a África do Sul.

Após 1985, as relações entre Brasil e África do Sul só seriam retomadas num patamar político de mais alto nível com o fim do regime do *apartheid*. Ao ser eliminado o regime segregacionista, principal empecilho para a concretização de relações diplomáticas, econômicas e culturais “normais” entre os dois países, foram dadas as condições minimamente necessárias para o entendimento e as possibilidades de relacionamento entre Brasil e África do Sul.

No início dos anos 1990, o Brasil designou um embaixador para ocupar a chefia na representação brasileira em Pretória além de ter reaberto o consulado brasileiro em Cape Town, gestos que segundo o prof. Pena Pio Filho representaram simbolicamente o reconhecimento por parte do Brasil da nova realidade sul-africana. Da mesma forma, na mesma década foi realizada a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à África do Sul, bem como o Brasil recebeu a visita de Nelson Mandela e Thabo Mbeki, os dois primeiros presidentes negros na história da África do Sul.

O interesse na aproximação entre as duas regiões foi reafirmado em fevereiro de 2000 com a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, à Cidade do Cabo, onde as conversações acerca da integração econômica foram retomadas. Hoje o Brasil é o maior parceiro comercial da África do Sul na América do Sul, com trocas comerciais que aumentaram de US\$ 5 bilhões para US\$ 26 bilhões de 2003 para 2009. Destacam-se atualmente as cooperações na aviação, assim como nas áreas de educação, saúde e energia.

Observa-se, pois, que o interesse na aproximação com a África do Sul mantém-se, sendo este um país que passou a ser considerado uma das prioridades para a política externa brasileira no continente africano na década de 1990.

2.2. Relações Comerciais

Segundo os dados que nos são fornecidos pela Divisão de Informação Comercial (MRE/DPR/DIC), com base em dados do FMI, *Direction of Trade Statistics*, CD May 2009⁵⁴; as exportações da África do Sul para o Brasil representaram 0,8% do seu total geral exportado em 2006; 0,8% em 2007; 0,9% em 2008 e 1,0% em 2009, o que significa US\$ 445 milhões para este último ano. No que tange as importações sul africanas, o Brasil representou, para o mesmo período, respectivamente 2,0%, 1,9%,

⁵⁴Disponível em:

<<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 29 jun. 2010.



1,9% e 2,1%. Os dados mostram ainda que em 2009, o total das importações sul africanas originárias do Brasil somaram apenas US\$ 1,23 bilhão contra US\$ 6,27 bilhões da China no mesmo período.

A pauta de exportações da África do Sul é de certa forma diversificada, porém mais fortemente concentrada em produtos primários. No ano de 2008, por exemplo, o país exportou quase US\$ 13 bilhões em pérolas, pedras preciosas ou semi-preciosas, o que representou 17,1% de suas exportações. Destacam-se também as exportações de ferro fundido, ferro e aço (12,2% do total exportado); veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios (10,0%); minérios, escórias e cinzas (9,8%); combustíveis, óleos e ceras minerais (9,7%); e caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (8,6%).

As importações abrangem principalmente combustíveis, óleos e ceras minerais (22,3% do total importado); caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (15,7%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (9,8%) e veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios (7,4%). Também entram em sua pauta de importação produtos como instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia; plásticos e suas obras e mesmo aeronaves.

Segundo a própria embaixada da África do Sul no Brasil, apesar de a economia sul-africana ser diversificada, a indústria de mineração permanece como o setor principal, respondendo por um terço do PIB do país. O segmento utiliza, aproximadamente, 50% do capital estrangeiro, emprega, diretamente, 12% da força de trabalho e, talvez, um terço indiretamente⁵⁵.

O intercâmbio Brasil-África do Sul tem apresentado um crescimento pouco considerável ao longo dos anos. Em 2005 ele era de US\$ 1,7 Bilhão; em 2006 foi de US\$ 1,9 bilhão; em 2007, US\$ 2,2 bilhões; em 2008, US\$ 2,5 bilhões e em 2009 decresce para os US\$ 1,7 bilhão. O volume de negócios do Brasil com a África do Sul atingiu de janeiro a abril de 2010, um total de US\$ 634 milhões.

Em abril de 2010, durante um encontro com o presidente sul-africano, Jacob Zuma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a criação de mecanismos para ampliar as relações comerciais entre os dois países principalmente após a pequena queda no comércio bilateral ocorrida em 2009 por causa da crise econômica mundial⁵⁶. De janeiro a abril de 2010 a participação da África do Sul no total das exportações brasileiras para a África foi de 18,2%; e 10,5% no total do intercâmbio brasileiro com o continente africano⁵⁷.

Logo, dentro deste intercâmbio comercial, em 2008 e 2009, o Brasil exportou principalmente veículos automóveis, tratores, ciclos; carnes e miudezas, comestíveis; caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e açúcares e produtos de confeitaria. Por sua vez, o Brasil importou principalmente ferro fundido, ferro ou aço; caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos;

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.africadosul.org.br/?pg=comercio>>. Acesso em: em 29 jun. 2010.

⁵⁶ Portal Exame. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/economia/noticias/lula-quer-aumentar-relacoes-comerciais-brasil-africa-sul-549821.html>>. Acesso em 29 jun. 2010.

⁵⁷ Disponível em:

<<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: em 29 jun. 2010.



produtos químicos orgânicos; combustíveis, óleos e ceras minerais e pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas.

Tabela 4: Composição das importações do Brasil advindas da África do Sul, 2008-2009 (US\$ milhões)

Principais grupos de produtos	Valor em 2008 (US\$ milhões)	Porcentagem em relação ao total	2009 (US\$ milhões)	% em relação ao total
Ferro fundido, ferro e aço	37.727	25,5%	44.777	20,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.	26.012	17,6%	29.515	13,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais.	21.323	14,4%	28.681	13,4%
Produtos químicos orgânicos	15.645	10,6%	25.979	12,1%
Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas.	10.924	7,4%	24.517	11,5%
Alumínio e suas obras	3.286	2,2%	17.381	8,1%
Produtos químicos inorgânicos	1.387	0,9%	8.751	4,1%
Plásticos e suas obras	6.770	4,6%	6.828	3,2%
Produtos diversos da indústria química	5.328	3,6%	5.435	2,5%
Minérios, escórias e cinzas	4.581	3,1%	5.139	2,4%
Borracha e suas obras	1.088	0,7%	3.035	1,4%
Subtotal	134.071	90,5%	200.038	93,5%
Demais Produtos	14.002	9,5%	13.926	6,5%
TOTAL GERAL	148.073	100,0%	213.964	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 06/02/2010.

Tabela 5: Composição das exportações do Brasil para África do Sul, 2009-2010. (US\$ milhões)

Produto	2009 (Jan – Abr)	% do total	2010 (Jan-Abr)	% do total
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios.	132.336	30,6%	109.353	26,0%
Carnes e miudezas comestíveis	42.324	9,8%	67.802	16,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.	51.143	11,8%	40.946	9,7%
Cereais	20.703	4,8%	28.582	6,8%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	19.300	4,5%	27.182	6,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos.	32.994	7,6%	16.621	3,9%
Minérios, escórias e	22	0,0%	15.480	3,7%



cinzas.				
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	4.988	1,2%	8.023	1,9%
Açúcares e produtos de confeitoraria	34.734	8,0%	7.298	1,7%
Produtos químicos orgânicos	4.815	1,1%	7.201	1,7%
Plásticos e suas obras	8.213	1,9%	7.103	1,7%
Peles, exceto a peleteria e couros	3.275	0,8%	6.722	1,6%
Ferro fundido, ferro e aço	1.972	0,5%	6.716	1,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	5.574	1,3%	5.983	1,4%
Alumínio e suas obras	160	0,0%	5.947	1,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	4.686	1,1%	5.708	1,4%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais.	19.167	4,4%	4.812	1,1%
Subtotal	386.406	89,3%	371.479	88,3%
Demais Produtos	46.159	10,7%	49.369	11,7%
TOTAL GERAL	432.565	100,0%	420.848	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 06 fev. 2010.

2.3. Investimentos

A África do Sul é um dos territórios naturalmente adequados a investimentos em setores em que empresas brasileiras já são extraordinariamente competitivas, sobretudo casos como os da Petrobras, da Companhia Vale do Rio Doce e do setor de construção. Entretanto, a Vale possui apenas um escritório de pesquisa mineral em Johannesburgo. Há cerca de um ano, a empresa brasileira associou-se à sul-africana African Rainbow Minerals, num negócio de US\$ 81 milhões, para explorar cobre em países vizinhos. A Odebrecht registrou apenas duas obras na África do Sul durante toda a década de 90. As demais grandes empreiteiras brasileiras, presentes em muitos países africanos, estão ausentes da África do Sul.

Apesar disto, empresas brasileiras têm investido em outros setores da economia sul africana.

Segundo a agência de notícias, Agência 21⁵⁸, com o mesmo objetivo - investir na África do Sul de olho no mercado africano - Fabio Janowski, diretor da Marcopolo sul-africana até o ano passado, decidiu empreender no país e, com o sócio Miguel Arrata, ex-executivo da Volvo, criou duas empresas. A BRAF Automotive dedica-se à importação de peças para veículos comerciais, motores e

⁵⁸ ÁFRICA DO SUL - País faz marketing para atrair brasileiros / Marco Antonio de Rezende. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=29334&tipo=noticia>>. Acesso em 20 out. 2010.



partes para chassis e carrocerias. A BRAF Energy Systems, em parceria com a brasileira Poit Energy, aluga geradores, equipamento para aquecimento solar e geração de energia solar para iluminação.

A supracitada gaúcha Marcopolo está presente na África do Sul desde a década de 90, quando começou a exportar ônibus produzidos no Brasil. No ano 2000, em razão do crescimento verificado em muitos países africanos, a empresa estabeleceu uma base na região.

A Copa do Mundo e a consequente visibilidade que o evento despertou foi o que levaram a grife paulista de sapatos Carmen Steffens a abrir uma franquia também em Johannesburgo. “Inauguramos a loja há exatos oito meses, para aproveitar o boom que a Copa provocaria na África do Sul”, afirmou Gabriel Spaniol⁵⁹, diretor de expansão da empresa. Detalhe: Spaniol esperava que a loja fizesse sucesso principalmente junto aos estrangeiros, que aumentaram sua presença no país. Foi um engano. “As consumidoras africanas de classe média tornaram nossa loja uma das mais rentáveis do mundo”, diz o executivo da marca, que está presente em 13 países. Outro setor onde ocorrem investimentos brasileiros no país é o alimentício. Em julho passado, a empresa, nascida da união entre Sadia e Perdigão, abriu em Johannesburgo sua primeira representação. Segundo a Brasil Foods, trata-se do 16º escritório internacional do grupo.

3. Conclusões Parciais

O relacionamento formal do Brasil com a África do Sul é historicamente anterior ao da China com aquele país africano, embora a presença de chineses em trabalho de mineração já se fazia presente desde o início do século XX. Parece, contudo, que a China vem cobrindo o *gap* temporal com competência, porque está presente no sistema bancário comercial sul africano, por meio da oferta de crédito. No relacionamento comercial, a presença chinesa é preponderante na importação de produtos primários, ao passo que exporta para a África do Sul produtos de maior valor agregado.

Do lado brasileiro, no campo comercial, a nossa importação do país africano setentrional tem maior valor comercial, representada por caldeiras e instrumentação de controle, e derivados de indústria química. Depreende-se, assim, que as relações do Brasil com a África do Sul são, qualitativamente, menos assimétricas. Pode-se conjecturar que tal fato não enseja providências de ereção de barreiras contra os produtos brasileiros naquele país, ao contrário do que se verifica nas relações daquele país com a China. Pode-se, aqui, visualizar-se possibilidade de o Brasil assimilar lacunas eventualmente deixadas pelos chineses, por conta de tais barreiras.

⁵⁹ O desembarque das marcas brasileiras. Disponível em: <http://www.istoeedinheiro.com.br/noticias/24934_O+DESEMBARQUE+DAS+MARCAS+BRASILEIRAS>. Acesso em 20 out. 2010.



Namíbia

1. Relações China e Namíbia

1.1. Histórico das Relações

As relações oficiais entre a China e a Namíbia tiveram início em 22 de março de 1990, apenas um dia depois que o país declarou sua independência da África do Sul por meio da Guerra da Independência da Namíbia, constituindo assim naquele ano a República da Namíbia (ODADA, J. E. e KAKUJAHAMATUNDU, 2008, p. 3). O reconhecimento deste novo país demonstra, mais uma vez, que a China sempre manteve uma posição de suporte aos movimentos de libertação colonial no continente africano, reconhecendo de forma imediata os novos governos que surgem.

Durante a década de 90 muitas foram as visitas feitas pelos representantes de ambos os países. Por parte da Namíbia, o presidente Sam Nujoma visitou a China nos anos de 1992, 1996, 1999 e 2000. Já o ex-presidente Jiang Zemin visitou aquele país no ano de 1996 (NAMÍBIA, 2003). Desta forma, a evolução das relações entre os dois países caminham de forma positiva. Exemplo prático disto ocorreu no ano de 2005 e 2007, quando a China primeiramente reconheceu a Namíbia com o status de destino turístico, sendo firmado consequentemente em 2007 com a visita de Hu Jintao ao país.

Ademais, diversos são os projetos os quais a China está engajada no país. Primeiramente temos o *Green Scheme Project*, o qual visa melhorar a condição social e econômica de comunidades rurais por meio do melhoramento da infraestrutura, com a instalação de represas, aquedutos, poços, das plantações; intercâmbio de profissionais para o melhoramento das técnicas de produção e fornecimento de equipamentos e tecnologia acessíveis, o que possibilitaria a produção de máquinas para o mercado interno assim como países vizinhos, como Botswana, Angola, Zâmbia, Zimbábue e Congo (ODADA, J. E. e KAKUJAHAMATUNDU, 2008, p. 6).

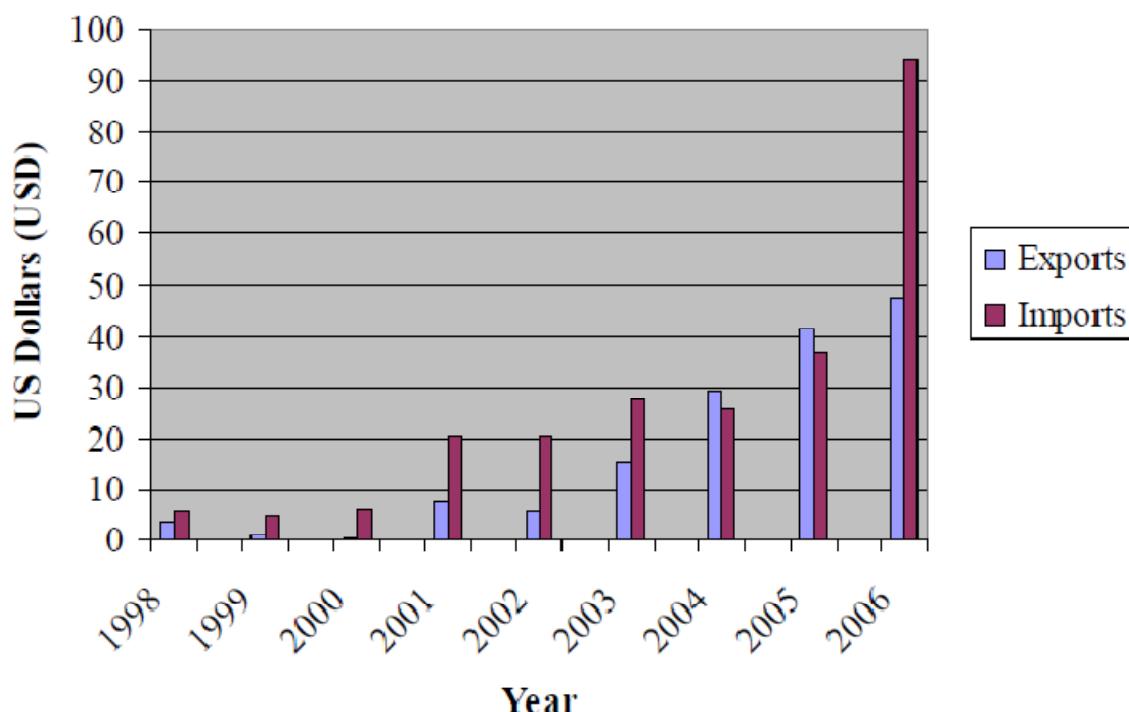
Outro setor de destaque é a educação. A China tem incentivado a Namíbia na melhoria da qualidade da educação do país, especialmente na graduação e pós-graduação da Universidade da Namíbia. Esta ação procura, ao mesmo tempo, melhorar a educação e integrar os setores mais proeminentes da economia do país, que são a agricultura e indústria de extração mineral (ODADA, J. E. e KAKUJAHAMATUNDU, 2008, p. 3). Foram assim criados programas de aquicultura, agricultura, geologia, engenharia de mineração, de petróleo, nuclear, elétrica e eletrônica. Isto resultou no intercâmbio de profissionais, sendo que no ano de 2003 existiam aproximadamente quatro professores chineses no país e vinte três namibienses estudando na China (NAMÍBIA, 2003).

Desde 1990, a China também tem prestado ajuda à Namíbia na forma de concessão de subsídios, empréstimos e financiamentos que têm ajudado na construção de inúmeros projetos no país, como a criação de uma creche na capital, Windhoek; construção de um conjunto habitacional de baixo custo também na capital e em outras duas cidades, Gobabis e Katima Mulilo. Ademais, outros fundos foram destinados para os projetos antes citados, como para a Universidade da Namíbia entre outros.

1.2. Relações Comerciais

Com relação às trocas comerciais, é possível perceber no gráfico 4 que o total de comércio entre os dois países é bem limitado, já que o máximo observado é no ano de 2006 com o valor aproximado de US\$ 140 milhões. As exportações da Namíbia representaram para a China entre 0% e 1,8% e as importações da Namíbia da China, entre 0,3% e 3,5%; ambos os valores para o período observado (ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 3).

Gráfico 7: Comércio Bilateral Namíbia-China, 1998-2006 (milhões de US\$).



Fonte: ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU. *Omni. China–Africa Economic Relations: The Case Of Namibia*. University of Namibia. Março 2008. p. 10. Disponível em: <http://www.aercafica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Namibia-China.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010.

Entre os principais problemas citados para a limitação do desenvolvimento do comércio entre as duas partes esta o alto custo do transporte relacionado com o pouco volume de produtos que a Namíbia poderia produzir, elevando assim o preço unitário final. Ademais, o problema cultural também influencia as relações, já que os tradicionais parceiros comerciais do país são ou países também africanos, como seus vizinhos África do Sul e Angola, ou do Ocidente, como Reino Unido, Espanha e Estados Unidos (ODADA, J. E e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 11).

Em relação à composição das exportações para a China, 98% esta concentrada em dez commodities, a saber, em ordem de importância: cobre e produtos de cobre; minérios, escória de minérios, resíduos de indústrias alimentares; peixe e produtos derivados, papel cartão e artigos de papel, animais vivos, sal, enxofre, terra e cimento; couros, peles e couros, gorduras animais, gorduras e óleos vegetais e chumbo (ODADA, J. E e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p.10). O gráfico dois

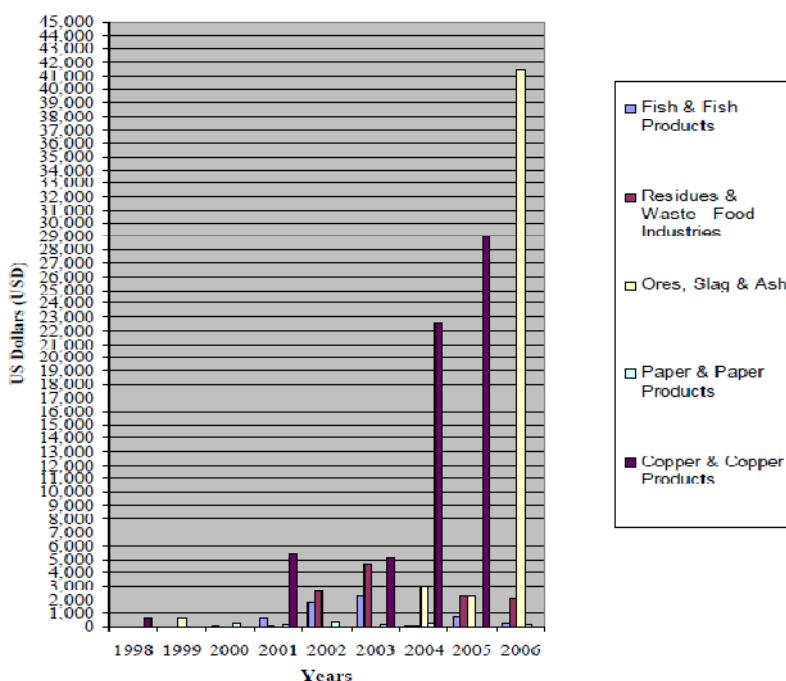


apresenta as cinco principais commodities exportadas e seus valores, durante o período 1996-2008. Como se pode perceber houve um grande crescimento nas exportações de minerais nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Importante destacar que as exportações seguem a estrutura econômica do país, que é caracterizada por uma econômica exploradora de recursos naturais com pouco valor agregado, devido a um baixo nível de industrialização (ODADA, J. E e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 3).

Outro ponto importante é que entre os principais produtos exportados para a China, não figura os diamantes. Entretanto, grande parte dos diamantes que chega a China é de procedência namibiana. Isto decorre do fato da existência de uma única empresa que lida com tal produto, a inglesa De Beers, que atua na África do Sul. Assim, os diamantes são transportados da Namíbia para a África do Sul e consequentemente, exportados para outros países (ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 5).

Gráfico 8: Cinco principais produtos exportados para a China, 1998-2006.



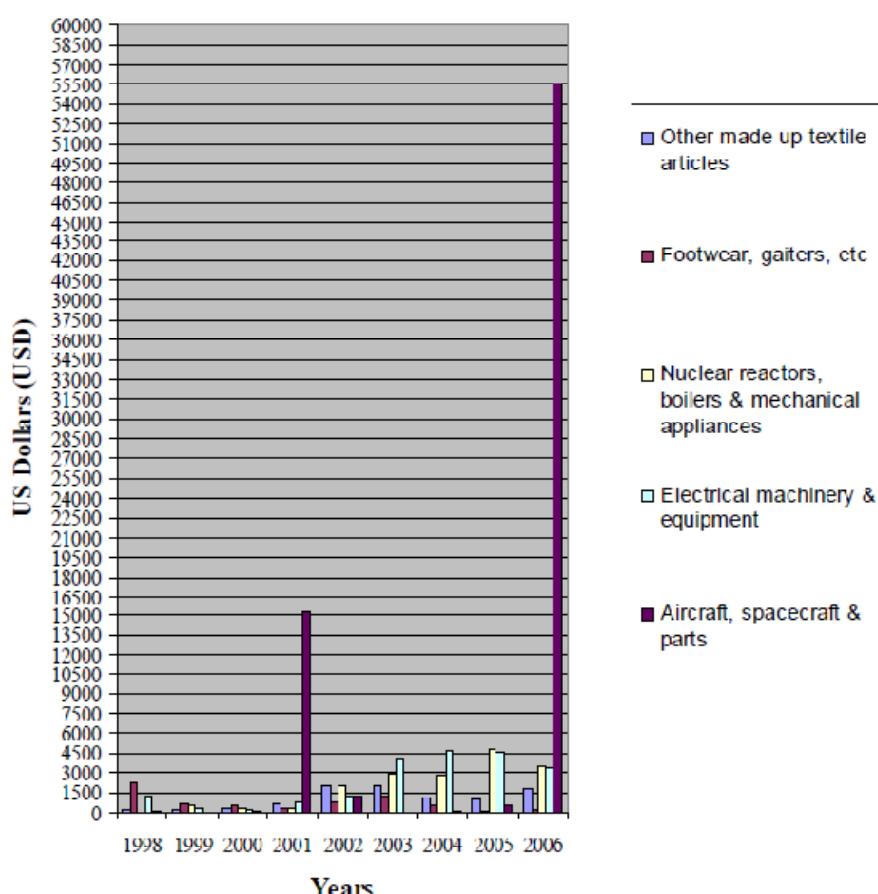
Fonte: ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU. *Omú. China-Africa Economic Relations: The Case Of Namibia*. University of Namibia. Março 2008. p. 13. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Namibia-China.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010.

Em relação às importações, os dez principais produtos importados são, a saber, em ordem de importância: aeronaves e suas partes; maquinaria e equipamento elétricos; calçado, reatores nucleares, caldeiras e equipamentos; artigos têxteis; armas e munições, móveis, colchões e almofadas, outros veículos de vias férreas ou semelhantes partes, vestuário; ferro e locomotivas de aço e vias férreas. Juntos, esses produtos representam uma média de 69,2% das importações da



Namíbia, da China a cada ano durante o período (ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 14).

Gráfico 9: Cinco principais produtos importados da China, 1998-2006



Fonte: ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU. *China–Africa Economic Relations: The Case Of Namibia*. University of Namibia. Março 2008. p. 14. Disponível em: < http://www.aercafica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Namibia-China.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2010.

Como dito antes, para a China a Namíbia não tem grande representação em suas importações, entretanto, o inverso não é verdadeiro. Já em 2006, a China se tornou a segunda principal fonte de recursos externos, com aproximadamente 3,5%, enquanto a África do Sul se manteve na ponta com 82,4%. Isto pode parecer insignificante; contudo, em 1998, essa posição era dos EUA, que hoje apresenta metade do valor chinês (ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 15).

1.3. Investimentos

São poucos os dados realmente disponíveis sobre os valores de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) realizado pela China em solo namibiense. E quando disponíveis, nem sempre os dados são seguros. Isto ocorre porque a Namíbia não dispõe de nenhum mecanismo estatístico para o monitoramento da entrada e saída de IDE, sendo que a embaixada da China, por meio de seu Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento e Planejamento da Namíbia começou apenas



em 2006 a registrar os valores aproximados da entrada dos fluxos de capital (ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 8). Assim, em 2006, tivemos a seguinte configuração de fluxo de capital da China para a Namíbia.

Tabela 6: Investimentos chineses na Namíbia e seus respectivos valores, 2006.

Natureza do Investimento	Quantidade Investida por Chineses (US\$)
Materiais de Construção	3.000.000
Detergentes, colchões, comida e purificação de água.	20.000.000
Restaurantes	2.000.000
Clínicas médicas	3.000.000
Mercados de atacado e varejo	30.000.000
Fazendas	1.000.000
Exploração Mineral	3.000.000
Construção	1.000.000
Total	61.000.000

Fonte: ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU. *Omni. China–Africa Economic Relations: The Case Of Namibia*. University of Namibia. Março 2008. p. 8. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Namibia-China.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010. Tradução livre dos autores.

Ainda que relativamente limitado, os investimentos no país são incentivados pelo governo chinês por meio de sua embaixada naquele país, com empréstimos preferenciais, subsídios e redução nas taxas para exportação de máquinas. No geral, os investimentos são feitos ou por companhias puramente chinesas ou por meio de joint-ventures com companhias namibienses (ODADA, J. E. e KAKUJAH-A-MATUNDU, 2008, p. 8).

2. Relações Brasil e Namíbia

2.1. Histórico das Relações

Brasil e Namíbia têm mantido estreitas relações, praticamente desde a independência namibiana em 1990 conforme indica a tabela de atos bilaterais. A posição geográfica da Namíbia, no sul do continente, banhada pelo Atlântico Sul, além da existência de alguns minerais estratégicos em que o país é rico, como o urânio, e as “competências” tecnológicas brasileiras em várias áreas, desde a agricultura à construção naval, contribuem para o interesse mútuo em reforçar a cooperação.

De fato, são os programas de formação e investimentos nos setores de pescas e agricultura - além do apoio brasileiro à formação da Marinha nacional – que se constituem os principais elos da cooperação entre os Governos da Namíbia e do Brasil. Tais cooperações foram inclusive discutidas



durante a visita do Presidente namíbiano Hifikepunye Pohamba a Brasília em 11 de fevereiro de 2009.

Segundo declarações do embaixador da Namíbia no Brasil, Hopelong Ipinge, seu país quer ampliar também os laços econômicos, comerciais e culturais com o Governo brasileiro. “A cooperação entre o Brasil e a Namíbia está crescendo. Queremos desenvolver possibilidades econômicas, comerciais e de investimentos em turismo”, disse o diplomata. De fato, desde 2003 os dois países têm procurado intensificar o relacionamento comercial e político. O Presidente Lula visitou Windhoek em 2003; o então presidente da Namíbia, Sam Nujoma, esteve no Brasil em 2004; e o vice-presidente José Alencar chefiou a delegação brasileira às cerimônias de posse do Presidente Hifikepunye Pohamba, em março de 2005.

Atualmente destaca-se a cooperação militar entre os dois países. Esta começou em 1994 e já formou 466 efetivos namibianos. Em 2001, foi assinado um acordo de cooperação naval entre os dois países, prevendo a orientação brasileira na organização de um serviço de patrulha marítima, o fornecimento de embarcações e o desenvolvimento de infraestrutura marítima para atracação naquele país africano. Foi instalado também um grupo de apoio dos Fuzileiros Navais brasileiros para formar o primeiro Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais da Namíbia⁶⁰.

2.2. Relações Comerciais

A economia do país é baseada na agricultura e na extração mineral, sendo o quinto maior produtor de urânio do mundo. No que se refere ao Brasil, o fluxo de intercâmbio comercial é quase inexistente para ambos os países (tabela 7) prevalecendo atos bilaterais para acordos de cooperação em outras áreas que não a comercial assim como explicita a tabela 8.

Tabela 7: Comércio Bilateral Brasil-Namíbia (US\$ milhões)

Intercâmbio Comercial Brasil- Namíbia	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (JAN- MAR)
Intercâmbio	3.792	10.081	11.552	12.892	12.755	16.602	23.054	52.414	3.585
Exportações	3.790	9.923	11.462	12.874	12.643	16.534	22.988	52.412	3.585
Importações	3	157	89	18	111	67	65	2	0
Saldo	3.787	9.765	11.373	12.855	12.531	16.467	22.922	52.410	3.585

Fonte: Ministérios das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/africa/namibia/pdf>. Acesso em 29 jun. 2010.

⁶⁰ PRADO, Alfredo: *Namíbia e Brasil apostam na cooperação militar e comercial*. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8311085&canal=401>>. Acesso em 13 out. 2010.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Em 2008, a Namíbia ocupou a 135^a posição entre os mercados de destino de produtos brasileiros. Segundo o MRE, as exportações brasileiras para a Namíbia somaram US\$ 23 milhões naquele ano, o que representou aumento de 39% em relação a 2007. Naquele ano a pauta de exportação para a Namíbia foi composta de produtos industrializados e básicos. Já as importações, em igual período, registraram queda de 1,5%, passando de US\$ 67 mil para US\$ 66 mil como mostra a tabela abaixo.

Tabela 8: Comércio Bilateral Brasil-Namíbia e seu peso, 2004-2008 (US\$ milhões).

	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	11.463	12.874	12.643	16.535	22.988
Variação em relação ao ano anterior	15,5%	12,3%	-1,8%	30,8%	39,0%
Participação (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Participação (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	89	19	112	67	66
Variação em relação ao ano anterior	-43,7%	-79,1%	502,1%	-40,1%	-1,5%
Participação (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	11.552	12.893	12.755	16.602	23.054
Variação em relação ao ano anterior	14,6%	11,6%	-1,1%	30,2%	38,9%
Participação (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Participação (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	11.374	12.855	12.532	16.468	22.922

Fonte: Ministérios das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/africa/namibia/pdf>. Acesso em 29/06/2010.

Por fim, ressalte-se que o MRE aponta um grande número de produtos com possíveis chances de ser a mola propulsora de uma maior ampliação das exportações brasileiras para o mercado da Namíbia como carnes, laticínios, café, milho, arroz, trigo, açúcar, sucos de frutas, produtos químicos e tintas, entre outros.



2.3 Investimentos

Os investimentos brasileiros na Namíbia ainda são pequenos. Entretanto, desde 2003, tem havido um esforço considerável para acelerar esse tipo de relação entre os dois países.

Destaca-se o primeiro seminário de negócios entre empresários do Brasil e da Namíbia realizado em maio de 2010 no Rio de Janeiro com o objetivo de ampliar o comércio e os investimentos. Para o vice-ministro de Indústria e Comércio da Namíbia, Tjekero Tweya, há inúmeras oportunidades de negócios para brasileiros em seu país, nos mais diversos setores, como tecnologia agrícola, mineração, construção civil, energia, indústria automobilística, têxteis e alimentos processados.

Tweya acredita também que seu país possa servir como uma porta de entrada para a região do sul da África. “Nós também servimos como um hub para nossos países não litorâneos, como Botswana, Zâmbia e Zimbábue. É do interesse do Brasil expandir seus mercados. Queremos começar a nos mover para uma cooperação econômica tangível entre os dois países. Só o mar nos separa”, disse o vice-ministro.

Segundo o presidente da Federação das Câmaras de Comércio Exterior do Brasil, João Augusto de Souza Lima, será assinado um acordo entre a federação brasileira e sua correspondente na Namíbia para que haja ajuda a empresas do Brasil que queiram fazer negócios naquele país e vice-versa. “Acredito que temos um potencial muito grande, tanto é que existe um grande número de empresas, sobretudo na área de energia, setor elétrico e infraestrutura, que estão investindo na Namíbia. Inclusive já temos uma empresa brasileira com escritório na Namíbia, para tratar de exploração de óleo e gás”, disse Lima⁶¹. Pelo menos 20 empresários e representantes do governo da Namíbia participam do encontro.

3. Conclusões Parciais

Verifica-se que os chineses procuram atrair a juventude namibiana para realizar cursos de nível superior na China. É uma forma de projetar poder – no caso, *soft power* - com o provável propósito de a influenciar culturalmente. De outro ângulo, a China investe em construção civil, prontificando hospitais, por exemplo.

Do lado brasileiro, a experiência que a Marinha do Brasil (MB) vem obtendo por meio da formação de pessoal militar namíbiano, pode ser modelar para instituições educacionais brasileiras. De outro ângulo, a menor distância entre Brasil-Namíbia relativamente àquela entre China-Namíbia poderá contribuir positivamente para o aprofundamento do relacionamento comercial brasileiro-namibiano. Haja vista a construção de navios patrulha para a Marinha namibiana em estaleiro brasileiro, que já se mostra com êxito.

⁶¹ Brasil e Namíbia discutem oportunidades para negócios. Disponível em: <<http://www.tendenciasemercado.com.br/negocios/brasil-e-namibia-discutem-oportunidades-para-negocios/>>. Acesso em 20 out. 2010.



Angola

1. Relações China e Angola

1.1. Histórico das Relações

Apesar de as relações entre a China e Angola poderem ser consideradas como “excelentes” hoje em dia, este não foi sempre o caso. O partido no poder, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), contou com o apoio da China durante os anos de luta por independência do país. Entretanto, após sua independência, em novembro de 1975, e, em oposição ao forte apoio da União Soviética ao MPLA, a China começou a concentrar sua assistência à dois grupos rebeldes de oposição: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Por conta disto, muitas palavras duras foram dirigidas à China por parte dos líderes do MPLA. Isto não impediu, entretanto, o estabelecimento das relações diplomáticas entre ambos os países em 12 de janeiro de 1983⁶².

A despeito dos laços históricos que unem ambos os países, as relações sino-angolanas precisam ser entendidas no contexto da reconstrução de Angola pós os 27 anos de guerra civil (1975-2002) no qual o país esteve mergulhado. Com a necessidade imediata e pujante por recursos que possam financiar a reconstrução do país e, face as restrições impostas pelos principais parceiros de Angola e por instituições internacionais (principalmente o FMI) para a concessão de linhas de crédito ao país, o governo tem cada vez mais voltado sua atenção para a China. Por sua vez, a China tem aumentado sua preocupação no contexto da segurança energética, aumentando suas relações com parceiros e produtores africanos tidos como estratégicos.

1.2. Relações Comerciais

Se por um lado Angola possui em abundância alguns dos recursos naturais demandados pela China, especialmente o petróleo, por outro, ela necessita de meios que permitam desenvolver sua economia e gerar os recursos financeiros tão necessários à reconstrução de suas infraestruturas. Assim, as relações entre a China e Angola, o segundo maior produtor africano de petróleo, atrás apenas da Nigéria, é particularmente importante em termos de potencial dos contratos para exploração de petróleo (GRACE e MANJI, 2008). e Ferreira (2007) prova isto ao mostrar que o Exim Bank chinês tem aumentado significamente a quantidade de empréstimos do tipo *oil-backed*⁶³. Em março de 2004, quando a primeira linha de crédito para a Angola foi aberto, foram estabelecidas como resultado, duas *joint ventures* entre a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) e a *Corporação Petrolífera Nacional Chinesa* (China National Petroleum Corporation — CNPC), a maior companhia petrolífera da China. Além de um segundo empréstimo, em 2004, ocorreu, no ano de 2006, o terceiro empréstimo chinês à Angola, no valor de US\$ 2 bilhões. Este empréstimo aconteceu

⁶² O governo angolano ameaçou estabelecer laços diplomáticos com Taiwan no início dos anos 1990, enviando por diversas vezes ministros à ilha. No entanto, com o aumento da cooperação entre Angola e China, os esforços taiwaneses desapareceram de solo angolano.

⁶³ Significa que a China provê o país com um empréstimo financeiro e, em contrapartida, recebe um contrato de longo prazo para o suprimento de petróleo.

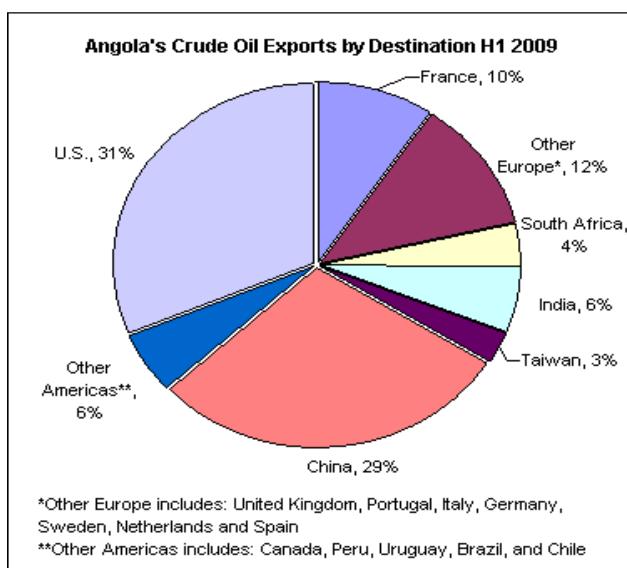


logo após a assinatura de uma parceria entre a chinesa Sinopec e a angolana Sonangol, para a construção de uma grande refinaria em Lobito, a SonaRef⁶⁴.

Tais empréstimo são particularmente evidenciados no caso angolano pela importância estratégica do país no que concerne à segurança energética da China. Em 2002, para se ter como exemplo, Angola se tornou o maior fornecedor de petróleo da China. Em 2004, as exportações de petróleo angolano para a China alcançaram US\$ 4.7 bilhões, ou 33% de todo petróleo importado pela China do continente africano e 20% de seu total de petróleo importado do mundo (Ferreira, 2007, loc. cit.). Em 2007, Angola caiu para a segunda posição como fornecedor de petróleo para a China, perdendo para a Arábia Saudita, mas ainda assim foi responsável por 14.1% do total de petróleo importado pela China no mundo ou 60% do total importado da África (Ferreira, 2007, loc. cit.).

Em 2010 Angola volta a figurar como a maior exportadora mundial de petróleo para a China. Como se observa pelo gráfico 5, em 2009, a China foi o destino de 29% do total de petróleo exportado por Angola enquanto os EUA foram o maior comprador com 31%. O gráfico 6 mostra a robustez da produção angolana de petróleo e destaca a disparidade entre seu consumo e sua produção. Angola tem mostrado há décadas sua alta capacidade de suprir mercados externos com petróleo visto seu baixo nível de consumo. Depreende-se então, que a economia angolana é fortemente favorecida pelas exportações de petróleo, sendo natural o uso da *commoditie* como arma diplomática pela *Realpolitik* angolana.

Gráfico 10: Exportações angolanas de petróleo por destino, 2009.



Fonte: EIA – Country Analysis Briefs – China. Disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Full.html>>. Acesso em 25 abril. 2010.

⁶⁴ Foi anunciado, em março de 2007, o colapso das negociações da *joint venture* Sinopec-Sonangol SSI. Segundo a agência de notícias angolana, AngoNotícias, em dezembro de 2008, a Sonangol firmou contrato com a empresa americana Kellogg Brown & Root (KBR) dando a ela os direitos de elaborar a planta da refinaria bem como licenciar as empresas que a vão construir. Este fato é importante, pois se trata de uma parceria apenas para o desenho da refinaria e não uma parceria de custos das obras do empreendimento.



Quanto mais petróleo Angola conseguir vender para a China, mais ela poderá tirar vantagens para reconstruir o país. Isto porque durante os 27 anos de guerras internas quase toda a infra-estrutura do país foi destruída e a necessidade de reconstruí-las para que a economia volte a crescer é fundamental. Por seu lado, os empréstimos concedidos pela China costumam vir junto com pacotes de ajuda ao país receptor e são firmados sob acordos que estabelecem apenas parcerias com vantagens mútuas, sem pré-condição política e com uma postura pragmática de ambos os lados, ou seja, tudo que Angola precisa no momento.

1.3. Investimentos

Torna-se importante notar que apesar da crescente presença chinesa em Angola, o investimento externo direto chinês no país tem sido extremamente pequeno, figurando-se atrás dos investimentos realizados por Portugal, África do Sul e Brasil. (FERREIRA, 2007, p. 304-305). Afora o setor petrolífero, carro chefe das relações sino-angolanas, os investimentos chineses podem ser claramente identificados: há sinais de crescimento dos investimentos no mercado de varejo e restaurantes. Há, outrossim, envolvimento chinês na produção de cimento e na indústria de aço e ferro. Segundo o site de notícias “Reuters India”⁶⁵, no mês de Agosto de 2009 ocorreu a abertura de uma fábrica de automóveis entre a chinesa CGS (a segunda maior fabricante de carros da China) e a Japonesa Nissan, no valor de US\$ 30 milhões. A empresa criou 300 postos de trabalho e enviou 50 destes para qualificação na China. Aparte estes pequenos investimentos, empresas chinesas tem aprofundado seus envolvimentos também na indústria extrativista. No setor de diamantes, o conselho de ministros de Angola aceitou um acordo de *joint venture* entre a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama EP) e a China International Fund Limited, em 06 de Abril de 2005. Ficou também autorizado que a Endiama EP participe da criação de uma companhia chamada Endiama China International Holding Limited, sediada em Hong-Kong, que ajudará na prospecção, produção e comercialização de diamantes, incluindo a lapidação e produção de jóias (Ferreira, 2007, p. 306).

Além do setor de diamantes, em 2005, os ministérios da Geologia e Minas, dos Transportes e da Energia e Águas de Angola criaram a Comissão Técnica Multi-setorial para efetuar os primeiros estudos do projeto para exploração da mina de cobre localizada na área de Mavoio Tetelo, situado entre os municípios do Bembe e Maquela do Zombo, província do Uíge. Esta medida foi tomada pelo fato de que os estudos iniciais sobre a exploração de cobre naquela região mostrar que o projeto é viável uma vez que infraestruturas como estradas, produção e distribuição de energia elétrica e ferrovias sejam construídas. A China National Electric Equipment Corporation é, entretanto, quem tem conduzido estes trabalhos pelo fato de ser uma empresa com capacidade técnica e financeira para, em parceria com entidades angolanas, viabilizar a construção das referidas infraestruturas de que o projeto necessita.

Como a necessidade de meios para a reconstrução das infraestruturas de Angola é imensa, o governo do país tem demonstrado gratidão à China por tornar isso viável. No setor de estradas, a

⁶⁵ Cf. <http://in.reuters.com/>



China Roads and Bridges Corporations (CRBC) e a China International Fund estão reconstruindo inúmeras estradas e pontes (Ferreira, 2007, p. 308). A CRBC, contratada para conduzir o primeiro estágio do projeto de reconstrução das estradas que foram destruídas entre 1975 e 2002, tem investido ao menos US\$ 30 milhões na compra de equipamentos para construir estradas e pontes na província de Bengo. O projeto, estimado em US\$ 212 milhões, e, que deve ser completado em 2010, inclui doze pontes na faixa de 371 km que liga a capital Luanda às províncias agrícolas e mineiras de Uíge. O projeto permitirá a ligação das localidades de Kifagondo, Caxito, Uíge e Negage. Dez destas pontes são novas, com o projeto envolvendo a reparação e construção de 200 aquedutos. A CRBC está reconstruindo ainda 172 km de estradas que ligam as cidades de Humbe e Ondjiva. O projeto de US\$ 47 milhões faz parte do programa de reconstrução nacional do governo e é considerado importante por promover a ligação entre Luanda e as províncias de Kwanza Sul, Huíla, Benguela, Huambo, Cunene, bem como Namibe. CRBC deverá também construir uma ponte de concreto sobre o rio Dande com 12 metros de largura e capacidade para suportar 60 toneladas (Grace e Manji, 2008).

Outro projeto de infraestrutura importante para o país é a construção do novo aeroporto internacional de Bom Jesus, um investimento que segundo Ferreira (2007), chegará a € 9 bilhões, conduzido pela própria presidência de Angola e idealizada pela brasileira Oderbrecht e um consórcio de empresas chinesas (Grace e Manji, op. cit.).

No setor de coleta, tratamento e abastecimento de água, a China International Fund e a China National Electronics Import and Export Corporation (CEIEC) tem conduzido os trabalhos. Em maio de 2006, a CEIEC venceu a licitação para a construção e ampliação da rede de distribuição de água em Caxito, na província de Bengo, ao custo de US\$ 4 milhões. Outros US\$ 3 milhões devem ser usados para melhorias da rede do distrito de Dande (GRACE e MANJI, 2008).

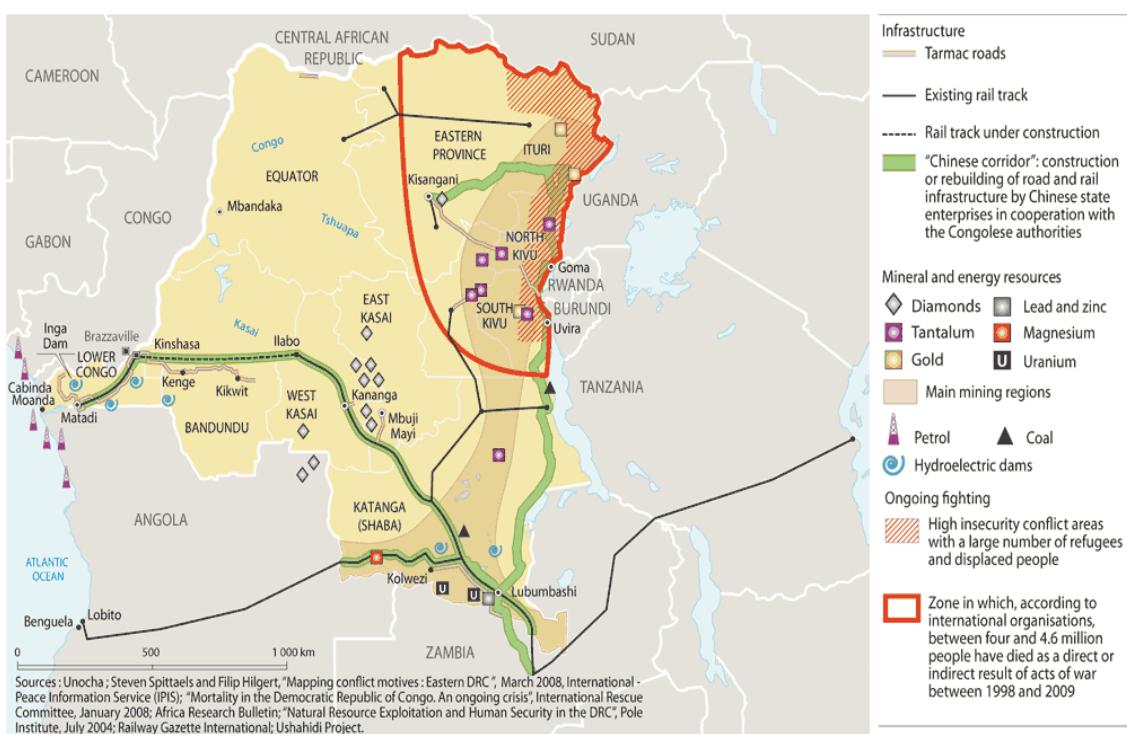
No setor da construção civil, a Jiangsu International e novamente o China International Fund conduzem o jogo. Em 2006, o China International Fund foi contratado para um dos maiores projetos de construção habitacional do país que prevê a construção de 200 mil residências em três fases, começando pela província de Cabinda. O projeto, coordenado pelo Departamento Nacional de Reconstrução de Angola, empregará 4.000 mil trabalhadores angolanos e 1.000 chineses por um período de 30 meses (Grace e Manji, op. cit.).

No setor ferroviário diversos projetos para a construção ou reabilitação das linhas férreas tem sido feitas. Neste setor, um consórcio de três companhias escolhidas pelo governo chinês – a China National Machinery Import and Export Corporation (CMEC), a Transtech Engineering Corporation (TEC) e a Kenwo International Development Limited (KIDL) – estão operando. Como exemplo de melhorias neste setor tem-se a reconstrução de 1.300 km da linha que liga Benguela a Luau na fronteira com a República Democrática do Congo. A estrada de ferro tem, outrossim, uma ligação com Lobito, localizada 700 km ao sul de Luanda. Há possibilidades de que essa linha férrea seja estendida para Uíge e então para o país vizinho, Zâmbia, provendo uma linha direta de transporte das minas de cobre deste país para os portos angolanos. Outros US\$ 2 bilhões também devem ser gastos para a reabilitação e modernização da CFM – Caminho de ferro Moçâmedes, uma linha férrea que liga o porto de Namibe a Menongue. A linha, de 856 km, é mais da metade do percurso



necessário para se chegar à fronteira com a Zâmbia (Grace e Manji, op. cit.). A figura abaixo, ainda que por uma perspectiva congoleza, permite-nos compreender a importância estratégica da CFM. Por meio desta linha férrea, a China poderá transportar minérios de Angola até portos na Tanzânia, no Oceano Índico.

Figura 1: Infraestrutura criada pela China em Angola (perspectiva Congoleza)



PHILIPPE REKACEWICZ

Fonte: Le Monde Diplomatique. Ano3, número 26, Setembro 2009, p. 22.

Na área da saúde, empresas chinesas têm inaugurado diversos hospitais, incluindo um em Luanda no distrito de Kilamba Kiaxi, construído em 15 meses pela Chinese Overseas Engineering Company (COVEC), que empregou 90% de mão de obra angola ao custo total de US\$ 8 milhões. O hospital, de 800.000 m², tem capacidade para atender 800 pacientes por dia e conta com 100 leitos (Grace e Manji, 2008).

Nas telecomunicações, o Conselho de Ministros Angolano discutiu, em 2005, um plano de investimento de US\$ 400 milhões pela gigante chinesa de telecomunicações ZTE Corporation International. Em outra ocasião, a empresa angolana MundoSartel e a ZTE Corporation, assinaram um acordo de US\$ 69 milhões para o desenvolvimento de redes de telefone em toda Angola. Em 2006, o Conselho de Ministros Angolano aprovou a provisão de equipamentos entre a Angola Telecom e EP, e um consórcio de empresas chinesas conduzido pela CMEC, envolvendo também a Alcatel Shanghai Bell e a Huawei Technologies, num total de US\$ 273 milhões. Em 2006, quando Wen Jiabao visitou Luanda, foram assinados não apenas acordos para financiar o setor das telecomunicações como também o setor de pesca do país. Ambos os setores foram consideradas



áreas de prioridade na ocasião da concessão de crédito adicional em junho de 2006 (Ferreira, 2007, p.310).

Nos transportes marítimos, foi firmado um acordo em 2005 sobre navios mercantes. Este foi assinado entre a angolana Sécil Marítima e um grupo de companhias chinesas, a Pan Asian Oasis Inc. Em 2006, a Sécil Marítima e a China Shipping Logistics Co.LTD, a maior companhia estatal do setor, assinaram um acordo similar. A Chinese National Machinery and Equipment Import-Export Corporation, também tem procurado aumentar seus investimentos em Angola por meio da venda de barcos pesqueiros que, acredita-se, poderão empregar 20 mil pessoas diretamente e 100 mil indiretamente (Ferreira, 2007, loc. cit.).

Outro setor no qual a China, apesar de esforços menos evidentes, poderá vir a concorrer dentro do continente africano como um todo, mais, com especial dimensão em Angola, é na agricultura. A China, ainda que com esforços por parte do governo, tem um desafio permanente de alimentar sua população. Tal desafio torna-se ainda maior ao passo que a China tem cada vez mais uma população afluente e com novos padrões de consumo. O que ocorre, entretanto, é que dos seus 9.572.900 quilômetros quadrados de território, apenas 11% são agricultáveis. Ocorre, igualmente, a quase impossibilidade de expansão de suas terras agricultáveis, gerando outro agente constrangedor ao avanço de sua fronteira agrícola. (Azevedo, 2009).

Segundo o professor Cesar Augusto Lambert de Azevedo (op. cit.), “os países que tiverem fôlego poderão ser convidados a atender as necessidades de oferta de alimentos pelo governo chinês”. Este pode ser, portanto, o caso futuro de Angola.

Angola não é somente o mais importante parceiro comercial chinês na África, como tem uma população de 16,5 milhões de pessoas para uma área superior a 1.24 milhões de quilômetros quadrados. Tal extensão territorial pode oferecer grandes oportunidades à China não apenas na produção de carne, mas também naqueles bens alimentares de luxo em voga na China, como café, especiarias e frutos tropicais (Horta,2008). Angola, que era o quarto maior produtor de café e o maior exportador de cana de açúcar, banana, sisal e algodão antes da guerra civil de 1975-2002, agora importa grande parte de seus alimentos.

Angola deve investir US\$ 1.2 bilhões na agricultura nos próximos quatro anos como parte das iniciativas para garantir sua segurança alimentar. O investimento será financiado por uma linha de crédito concedido em março de 2009 pelo Banco de Desenvolvimento da China. A linha de crédito chinesa, além de tornar viável o projeto de recuperação do setor agrícola de Angola, permitindo maior diversificação de sua economia, atualmente alicerçada nas indústrias petrolíferas e diamantíferas, deve ajudar o país a conter suas taxas de inflação (dos 13,95% a.a. para os 12,5% a.a desejados pelo governo) empurradas pela compra de alimentos do exterior, uma vez que pode vir a significar sua independência alimentar.

Por fim, observa-se que o *modus operandi* chinês vai ao encontro às necessidades impostas ao governo angolano desde o ano de 2002. Com esse “casamento de conveniência” a China tem sido bem sucedida em penetrar no mercado angolano por meio da concessão de linhas de créditos.



Igualmente, tem garantido acesso a importantes fontes de petróleo do país e a setores com altas expectativas de crescimento como o da construção civil. Angola é um exemplo claro de nação que pode vir a se desenvolver e tirar grandes proveitos das parcerias com a China. Se o país for bem sucedido em saber monitorar e encorajar os investimentos direto externo, que utilizem mão de obra local e permitam a transferência de tecnologia, a contribuição chinesa para a reconstrução do país bem como de sua economia poderão ser uma importante mola emancipadora das tradicionais instituições internacionais que impõe condicionantes à concessão de empréstimos e, na maioria dos casos, impedem o crescimento real da economia e a melhoria dos padrões de vida da população.

2. Relações Brasil e Angola

2.1. Histórico das Relações

As relações Brasil-Angola têm profundas raízes históricas e culturais, pois grande parte da população brasileira tem sangue angolano⁶⁶. Quanto às relações políticas modernas, são exemplares. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, precisamente à meia-noite do dia 11 de novembro de 1975. Desde então, tem estado presente em numerosas atividades pelo país a dentro.

Para Angola, vieram filiais de grandes empresas brasileiras como a Construtora Norberto Odebrecht e Furnas, bem como a maior estatal do Brasil, a Petrobras. Paralelamente, existe importante parceria político-diplomática, sobretudo no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O objetivo final é que haja investimento brasileiro em Angola, mas também que haja investimentos angolanos no Brasil. É uma via de duas mãos. Angola está se desenvolvendo, está crescendo e essa relação bilateral ainda deverá render novos frutos em função do grande dinamismo angolano, apoiado nos recursos hídricos, agrícolas e energéticos em que o país é pródigo.

2.2. Relações Comerciais

Segundo os dados que nos são fornecidos pela Divisão de Informação Comercial (MRE/DPR/DIC), com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD May 2009⁶⁷; as exportações de Angola para o Brasil representaram 1,6% do seu total geral exportado em 2006, 2,6% em 2007 e 1,7% em 2008, o que significa US\$ 1,07 bilhão para este último ano. No que tange as importações angolanas, o Brasil representou, para o mesmo período, respectivamente 8,2%, 10,3% e 8,1%. Os dados mostram ainda que em 2008, o total das importações angolas originárias do Brasil somaram US\$ 1,53 bilhões.

A pauta de exportações de Angola é extremamente concentrada. No ano de 2007, por exemplo, o país exportou quase US\$ 40 bilhões em combustíveis, óleos e ceras minerais, o que representou

⁶⁶ Embaixada do Brasil em Luanda. Disponível em: < http://homepage.mac.com/mpassibarros/main2_index.html >. Acesso em 17 nov. 2010.

⁶⁷ Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2009.



98,8% de suas exportações. Outros 0,9%, ou seja, US\$ 354 milhões vieram da exportação de pérolas, pedras preciosas e moedas. Por outro lado, as importações abrangem uma ampla gama de produtos como caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, veículos automóveis, tratores e ciclos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, obras de ferro fundido, ferro ou aço, aeronaves e aparelhos espaciais, móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, instrumentos e aparelhos de óptica, foto, precisão e médicos, carnes e miudezas, comestíveis, obras diversas de metais comuns, ferro fundido, ferro e aço, reparações de carne, peixes ou crustáceos, combustíveis, óleos e ceras minerais, plásticos e suas obras, produtos da indústria de moagem, malte, gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais.

O intercâmbio Brasil-Angola tem apresentado um crescimento considerável ao longo dos anos. Em 2004 ele era de US\$ 360 milhões; em 2005 foi de US\$ 521 milhões; em 2006, US\$ 1,297 bilhões; em 2007, US\$ 2,16 bilhões e em 2008 alcançou os US\$ 4,21 bilhões. O volume de negócios do Brasil em Angola atingiu de Janeiro a Junho de 2009, um total de US\$ 900 milhões⁶⁸.

Segundo Claudio Oliveira Ribeiro⁶⁹, as relações comerciais com Angola têm sido intensamente favorecidas pelas descobertas Offshore. Para ele, o Brasil te estado atento com relação à potencialidade do setor petrolífero de Angola e tem buscado estabelecer projetos político-comerciais orientando-se pela percepção de que Angola não é apenas um parceiro geográfica e culturalmente importante como também economicamente promissor.

Logo, dentro deste intercâmbio comercial, em 2008 e 2009, o Brasil exportou principalmente veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios; carnes e miudezas comestíveis; caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; móveis, mobiliário, médico cirúrgico, colchões; açúcares e produtos de confeitoria; obras de ferro fundido, ferro ou aço Ferro fundido; ferro ou aço Máquinas; aparelhos e material elétricos; produtos da indústria de moagem, malte, amidos. Por sua vez, o Brasil importou combustíveis, óleos e ceras minerais de Angola.

⁶⁸ Os valores para os anos de 2004 até 2008 foram fornecidos pela Divisão de Informação Comercial (MRE/DPR/DIC). O dado referente ao ano de 2009 foi fornecido pelo embaixador brasileiro, Afonso Cardoso, disponível em <<http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=8054>>. Acesso em 04 set. 2009.

⁶⁹ Possui mestrado (2002) e doutorado (2007) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da PUC/SP e funcionário de carreira do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG/IBGE.



Tabela 9: Exportações do Brasil-Angola, 2008-2009 (US\$ milhões).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA (US\$ mil - fob)	2 0 0 8 (jan-set)	% do total	2 0 0 9 (jan-set)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	250.605	19,5%	195.189	18,3%
Carnes e miudezas comestíveis	108.609	8,4%	139.427	13,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	178.310	13,9%	109.669	10,3%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	87.345	6,8%	81.946	7,7%
Açúcares e produtos de confeitaria	60.766	4,7%	63.602	6,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	99.270	7,7%	60.746	5,7%
Ferro fundido, ferro ou aço	28.189	2,2%	55.192	5,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	66.261	5,2%	51.480	4,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	71.530	5,6%	31.685	3,0%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	25.330	2,0%	29.255	2,7%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	29.019	2,3%	25.844	2,4%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	22.693	1,8%	20.831	2,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb. Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em janeiro-setembro/2009. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 06 jan. 2010.

2.3. Investimentos

O presidente da Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (Aebran) considera que o investimento do Brasil em Angola ultrapassa US\$ 4 bilhões⁷⁰. Alberto Cury Esper Filho, que preside a Aebran, associação que tem como sócios 30 empresas brasileiras lembrou que, para além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ter concedido este ano uma linha de crédito de US\$ 1,75 bilhão para investimentos em Angola, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) destinou outros US\$ 300 milhões, "o que soma mais de US\$ 2 bilhões".

O presidente da Aebran considera, no entanto, que "no mínimo existe o dobro desse valor em recursos próprios das empresas (...) o que significa que são cerca de US\$ 4 bilhões de investimentos brasileiros em grandes obras, clínicas e até centros comerciais.

3. Conclusões Parciais

O petróleo é o produto que os angolanos exportam preferencialmente tanto para a China quanto para o Brasil. Empresas chinesas e brasileiras compartilham exploração *off shore*, principalmente na região de Cabinda. Trata-se de relação comercial coincidente, embora para a China o petróleo angolano seja mais importante que para o Brasil. Mas é importante salientar os investimentos chineses em infraestrutura em Angola, principalmente ferrovias. Neste ponto, o Brasil poderia participar mais intensamente da implantação/recuperação da infraestrutura angolana, ainda deficiente, em larga medida por causa da guerra civil que foi responsável pela destruição de parte ponderável de vias de comunicação terrestres.

⁷⁰ Macauhub. Disponível em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=5725>>. Acesso em: 17 nov. 2010.



A participação brasileira no setor agrícola não seria uma superposição aos chineses, na medida em que poderíamos levar o expertise da EMBRAPA para Angola: milho, cana-de-açucar, soja, por exemplo.

República Democrática do Congo

1. Relações China e República Democrática do Congo

1.1. Histórico das Relações

A RDC conquistou sua independência da Bélgica em 30 de Junho de 1960 e já em Agosto daquele ano a China reconheceu o país e iniciou conversas oficiais para o estabelecimento de relações diplomáticas oficiais, porém em Outubro o país optou por se aproximar de Taiwan.

Em Fevereiro de 1961 a China reconheceu o governo liderado por Gizenga e assim as duas partes novamente estabeleceram novamente relações, contudo em Setembro daquele mesmo ano o país voltou a reconhecer Taiwan, obrigando a China a retirar sua embaixada. Em 1971 o país, antes chamado de Congo, mudou para República do Zaire e desde Novembro de 1972 as relações entre as duas partes se mantiveram estáveis. Diversos foram os líderes do país que visitaram a China, assim como alguns líderes chineses visitaram o país, como pode ser conferido na lista de anexos.

Em Maio de 1997 o então governo de Mobutu foi deposto por Laurent-Derise Kabila, que assumiu o posto de chefe de Estado e nomeou o país para República Democrática do Congo, sendo que em Dezembro daquele mesmo ano, presidente Kabila visitou a China. Assassínado em 2002, seu filho tomou o poder, também visitando a China em 2002.

1.2. Relações Comerciais

Entre 1973 e 1988 os dois países assinaram acordos comerciais para garantir tratamento especial de um país ao outro. No ano de 2002, as trocas comerciais entre os dois países valiam US\$ 31.46 milhões, um crescimento na ordem de 51.4% em relação ao ano de 2001, ao passo que as exportações chinesas equivaliam a pouco mais da metade do intercâmbio comercial, com US\$ 18.99 milhões.

A grande parte das exportações chinesas é de máquinas, produtos industriais leves e as importações são de cobre (o país detém 10% de todas as reservas mundiais desse mineral (CHINA, 2008), cobalto, zinco e columbita-tantalita, ou coltan, uma mistura de metais essencial para a indústria de circuitos eletrônicos (CHINESE, 2003), sendo que o país tem 34% das reservas mundiais desse mineral (FATAL TRANSACTIONS, 2008).

Em 2008, a China figurava como principal destino de exportação, com 48.4% de tudo que é enviado para fora do país. Em segundo lugar vem a Bélgica, com apenas 15.8%, ou seja, menos do que um terço do que é exportado para a China (IMPORT, 2010).



1.3. **Investimentos**

O principal e mais importante acordo de investimento entre os dois países ocorreu recentemente em 2008 na forma de comércio recíproco, envolvendo cobre e cobalto disponível na RDC e a construção de infraestrutura naquele país, que é precária. O acordo, no valor de US\$ 9 bilhões, prevê a exportação desses minerais enquanto a China, por meio da *Chinese Railway Engineering Co*, irá construir uma estrada de aproximadamente 1610 quilômetros, ligando o Sul da província de Katanga, na fronteira com a Zâmbia, ao noroeste daquele país (THOMPKINS, 2008). Os primeiros 72 quilômetros já foram inaugurados, como pode ser observar na foto presente no anexo

Outro importante acordo foi a criação da empresa, por meio de uma *Joint-Venture*, chamada SOCOMIN, a qual o Congo detém 38% das participações e a China 62%. O objetivo deste acordo é investir US\$ 3 bilhões em novos projetos de mineração e utilizar o lucro conseguido neste acordo para repagar o investimento e desenvolver outros projetos em infraestrutura (VANDAELE, 2008). Projeções dão conta que em quinze anos a *Joint-Venture* irá produzir dez milhões de toneladas de cobre, pagando assim os mais de US\$ 12 bilhões investidos nos projetos de mineração.

Outros pequenos acordos de investimentos envolveram cooperação nas áreas de agricultura, extração madeireira e pesca, como a empresa chinesa Huamao Forest & Timber Co. Ltd.

2. Relações Brasil e República Democrática do Congo

2.1. Histórico das Relações

O Brasil reconheceu a independência da República Democrática do Congo em 17 de agosto de 1960, estabelecendo relações diplomáticas com aquele país em julho de 1968. Em abril de 1972, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa. Em 1974, a RDC estabeleceu Embaixada residente em Brasília. Em 1997, a Embaixada brasileira em Kinshasa foi desativada, passando o Posto a ser cumulativo, sucessivamente, com outras representações diplomáticas na África. Em dezembro de 2004, reabriu-se a Embaixada na capital congolesa.

Entre as visitas de alto nível, cabe recordar a do Chanceler brasileiro Mário Gibson Barbosa, em novembro de 1972, quando os dois Governos assinaram a "Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural". Em fevereiro de 1987, o então Presidente, Marechal Mobutu Sesse Seko, efetuou visita ao Brasil.

Demonstrando o interesse de revitalizar o relacionamento bilateral, após relativa interrupção ocasionada pelos problemas domésticos vividos pelo país africano nos anos 90, o Diretor do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, esteve em missão em Kinshasa, em fevereiro de 2004, acompanhado do Embaixador do Brasil em Luanda, Jorge Taunay (que então detinha a cumulatividade da RDC), e da Chefe da Divisão da África-I, Conselheira Maria Elisa Teófilo Luna. Na ocasião, o Vice-Presidente Jean-Pierre Mbemba Gombo, responsável pelos assuntos econômicos e financeiros, manifestou seu interesse em visitar o Brasil, visita que veio a ser concretizada nos dias 22 a 24 de março de 2005.



Mbemba Gombo manteve encontros com o Vice-Presidente da República, José Alencar, com a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. Foram examinadas, nesses encontros, diversas possibilidades de cooperação bilateral e intercâmbio de experiências, como em matéria de hidreletricidade, agricultura, mineração e de pequenas e médias empresas. Integrantes da comitiva que acompanhou o Vice-Presidente congolês mantiveram reuniões complementares com interlocutores do MME, Fazenda, SEBRAE e da Agência Brasileira de Cooperação.

Em novembro de 2004, durante sua estada em Brasília, para participar de reunião da UNESCO, outro Vice-Presidente, Arthur Zahidi Ngoma, encarregado dos temas culturais, foi recebido em audiências pelo Vice-Presidente da República, José Alencar, e pelo Chanceler Celso Amorim. A autoridade congolesa sublinhou o propósito de desenvolver o relacionamento com o Brasil, com sentido de prioridade, e manteve, ademais dos encontros citados, proveitoso contato com o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, a quem prestou informações sobre as oportunidades de negócios na RDC, notadamente nos setores de infra-estrutura e mineração.

Mecanismo para o encaminhamento dessas possíveis iniciativas de cooperação consiste na Comissão Mista Brasil-RDC, que, no passado, efetuou duas reuniões : em Brasília, em 1980, e em Kinshasa, em 1988. Uma terceira reunião, prevista para 1991, não chegou a concretizar-se devido à já mencionada deterioração da situação política congolesa a partir daquele ano. Com a evolução do corrente processo de pacificação e de recuperação econômica na RDC, bem assim com a reabertura da Embaixada do Brasil em Kinshasa, criam-se perspectivas para a retomada da cooperação bilateral.

Vale lembrar que as autoridades congolesas sempre demonstraram grande interesse em obter cooperação técnica do Brasil. No final dos anos 80, as possibilidades de cooperação bilateral eram das mais promissoras, havendo a EMBRAPA identificado vários projetos de interesse e a construtora amazonense Constrama participado de projeto de construção de casas populares no vale do rio Congo.

Segundo dados do Banco Central, a dívida externa congolesa com o Brasil é de apenas US\$ 500 mil, tendo sido contraída junto ao Instituto de Resseguros do Brasil.

No tocante ao intercâmbio comercial, os dados disponíveis indicam que as exportações brasileiras para a RDC somaram pouco mais de 9 milhões de dólares em 2003 contra cerca de 223 mil dólares de importações provenientes daquele país. Açúcar, produtos de confeitoraria, carnes e miudezas estariam entre os principais itens exportados ao passo que, entre os importados, se destacariam os minérios e metais.

2.2. Relações Comerciais

Segundo os dados que nos são fornecidos pela Divisão de Informação Comercial (MRE/DPR/DIC), com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD May 2009; as exportações da República Democrática do Congo para o Brasil alcançaram 9,5% de seu total exportado para o mundo em 2007



decaindo, entretanto para 0,1% em 2008 e 0,2% em 2009. No mesmo período o Brasil exportou para o Congo o equivalente a 0,0% de seu total exportado para o mundo em 2007; 1,3% em 2008 e 1,8% em 2009. Para o ano de 2009, o volume exportado do Brasil com o Congo como destino somou US\$ 54 milhões e as importações daquele país US\$ 5 milhões.

Tabela 10: Comercial Bilateral entre Brasil e República Democrática do Congo, 2005-2009 (US\$ milhões).

	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	16.882	18.523	35.138	53.438	53.786
Variação em relação ao ano anterior	29,5%	9,7%	89,7%	52,1%	0,7%
Participação (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%	0,6%
Participação (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	222	132.437	174.759	3.843	4.783
Variação em relação ao ano anterior	-39,7%	59556,3%	32,0%	-97,8%	24,5%
Participação (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	1,6%	1,5%	0,0%	0,1%
Participação (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	17.104	150.960	209.897	57.281	58.569
Variação em relação ao ano anterior	-93,6%	782,6%	39,0%	-72,7%	2,2%
Participação (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,1%	1,0%	1,1%	0,2%	0,3%
Participação (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	16.660	-113.914	-139.621	49.595	49.003

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 12/10/2010.

Até junho de 2010 o Brasil exportou pouco mais de US\$ 12 milhões para o Congo, representando uma queda de 37,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações do Brasil vindas daquele país foram de cerca de US\$ 5,5 milhões gerando uma balança comercial favorável ao Brasil em US\$ 6,8 milhões.

Conforme a tabela 20, as Exportações do Brasil para o Congo ainda estão fortemente concentrados em alguns poucos produtos como açucares e produtos de confeitoria (51,8%), carnes e miudezas



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



comestíveis (27,3%) e veículos, automóveis, tratores etc. (5,3%). Por sua vez, as importações do Brasil advindas da República Democrática do Congo (tabela 21) são em sua quase totalidade compostas por produtos químicos e inorgânicos (98,1%).

Tabela 11: Composição das exportações do Brasil – República Democrática do Congo, 2007-2009 (US\$ milhões).

COMPOSIÇÃO DO INTERCAMBIO COMERCIAL BRASIL - RDC (US\$ mil - fob)	2 0 0 7	% no total	2 0 0 8	% no total	2 0 0 9	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Açúcares e produtos de confeitearia	9.181	26,1%	7.886	14,8%	27.839	51,8%
Açúcar de cana, em bruto	2.945	8,4%	3.752	7,0%	19.423	36,1%
Outs.açúcares de cana, beterraba, sacarose quim.pura, sol.	2.633	7,5%	1.997	3,7%	6.392	11,9%
Outros produtos de confeitearia, sem cacau	1.312	3,7%	1.759	3,3%	1.540	2,9%
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas, sem cacau	2.883	8,2%	328	0,6%	155	0,3%
Carnes e miudezas, comestíveis	13.095	37,3%	17.973	33,6%	14.666	27,3%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	6.773	19,3%	7.628	14,3%	6.370	11,8%
Pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.874	11,0%	7.485	14,0%	5.160	9,6%
Carnes de perus/perus, em pedaços e miudezas congeladas	1.814	5,2%	1.490	2,8%	1.317	2,4%
Veículos automóveis, tratores, etc, suas partes e acessórios	1.645	4,7%	1.873	3,5%	2.850	5,3%
Outros reboques e semi-reboques p/ transp. de mercadorias	1.597	4,5%	1.397	2,6%	2.609	4,9%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	550	1,6%	300	0,6%	2.068	3,8%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	1.135	3,2%	2.875	5,4%	1.581	2,9%
Plásticos e suas obras	1.560	4,4%	1.950	3,6%	1.441	2,7%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	1.206	3,4%	1.867	3,5%	1.099	2,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.762	7,9%	1.842	3,4%	176	0,3%
Outros "bulldozers" e "angledozers", de lagartas	866	2,5%	971	1,8%	0	0,0%
Cereais	0	0,0%	11.472	21,5%	0	0,0%
Trigo (exceto trigo duro ou para semeadura) e trigo com centeio	0	0,0%	11.472	21,5%	0	0,0%
Subtotal	31.134	88,6%	48.038	89,9%	51.720	96,2%
Demais Produtos	4.004	11,4%	5.400	10,1%	2.066	3,8%
TOTAL GERAL	35.138	100,0%	53.438	100,0%	53.786	100,0%

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 12/10/2010.

Tabela 12: Composição das importações do Brasil – República Democrática do Congo, 2007-2009 (US\$ milhões).

COMPOSIÇÃO DO INTERCAMBIO COMERCIAL BRASIL - RDC (US\$ mil - fob)	2 0 0 7	% no total	2 0 0 8	% no total	2 0 0 9	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos químicos inorgânicos	1.020	0,6%	0	0,0%	4.694	98,1%
Outros óxidos e hidróxidos de cobalto, inclusive os comerciais	0	0,0%	0	0,0%	3.289	68,8%
Sulfato de níquel	0	0,0%	0	0,0%	1.405	29,4%
Outros carbonatos	1.020	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
Outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias	0	0,0%	3.761	97,9%	0	0,0%
Cobalto em formas brutas	0	0,0%	3.761	97,9%	0	0,0%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	173.337	99,2%	0	0,0%	0	0,0%
Óleos brutos de petróleo	173.337	99,2%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	174.357	99,8%	3.761	97,9%	4.694	98,1%
Demais Produtos	402	0,2%	82	2,1%	89	1,9%
TOTAL GERAL	174.759	100,0%	3.843	100,0%	4.783	100,0%

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 12/10/2010.



2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos.

3. Conclusões Parciais

A participação chinesa aqui também privilegia investimento em infraestrutura, especialmente ferrovias. Do lado brasileiro, as relações com a RDC situa-se no plano comercial. Pode-se visualizar complementaridade: internalizar produtos brasileiros exportados para aquele país africano utilizando a infraestrutura implantada pelos chineses.

República do Congo

1. Relações China e República do Congo

1.1. Histórico das Relações

As relações entre a China e a República do Congo tiveram início em 22 de fevereiro de 1964, durante o governo de Massamba-Debat. Desde então, diversos foram os representantes congoleses que visitaram a China⁷¹. Por parte desse país, variados também foram os representantes que estiveram no Congo, apesar de serem de menor importância do que aqueles que visitaram a China⁷². Isto vem demonstrando que os dois países sempre tiveram contatos regulares entre si.

A China sempre teve grande importância para o desenvolvimento do país. Ajudou na construção da primeira indústria têxtil, localizada em Brazzaville, dentro do programa de substituição de importações do país, marcando assim a transição de uma economia baseada na agricultura para a industrial. Em relação a infraestrutura, o país ajudou em na construção de um estádio de futebol para o primeiro All Africa Games em 1965, em 1980 na construção do palácio do parlamento e mais recentemente nos centros médicos (BAZIKA, 2008, p.2).

1.2. Relações Comerciais

O comércio entre a China e o Congo tem evoluído conforme as relações dos países desde o ano de 1964. Porém, é partir dos anos 2000 que o comércio entre os dois países se eleva, com um

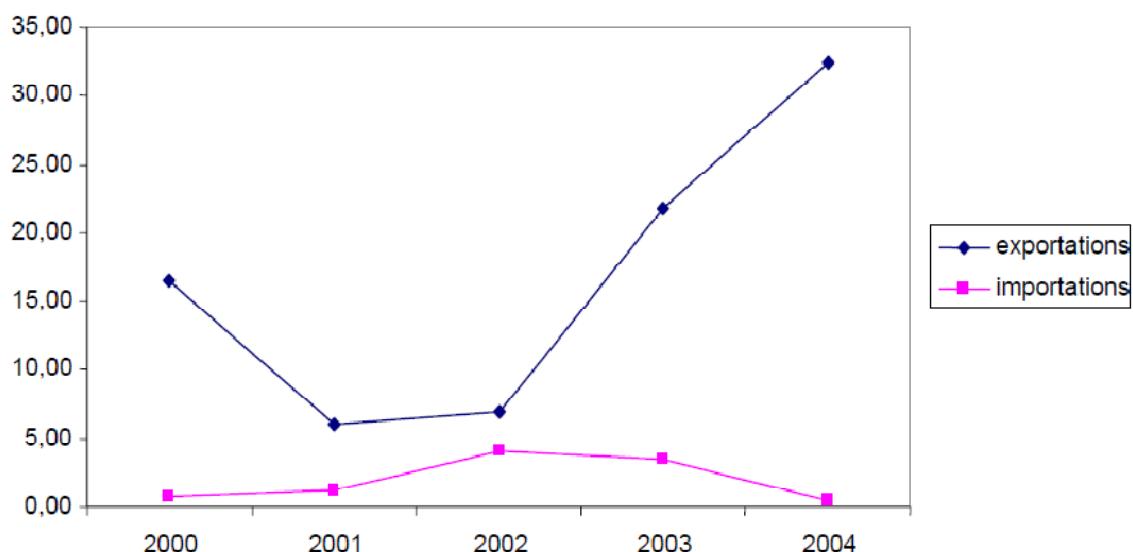
⁷¹ Primeiro-ministro Noumazalay Ambroise (setembro 1967), primeiro-ministro Alfred Raoul (Setembro 1969); Presidente Marien Ngouabi (julho 1973), primeiro-ministro Henri Lopez (fevereiro 1975), Louis Sylvain Goma Primeiro-Ministro de Junho (1977); Jaques presidente Joachim Yhomby- Opango (Maio 1978); Presidente Pascal Lissouba (Maio 1994); Presidente Denis Sassou-Nguesso (visita à China quatro vezes em julho de 1980, abril de 1987, março de 2000 e setembro de 2005, respectivamente), e Koumba Justino, presidente da Assembleia Nacional (janeiro 2000). Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/wenjiabaoafrica/171414.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

⁷² Vice Premier Geng Biao (Outubro 1978); Premier Zhao Ziyang (janeiro 1983); Li Tieying, membro do Conselho de Estado e director-geral da Comissão Nacional de Educação (novembro 1989); Qian Qichen, vice-premier e ministro das Relações Exteriores (janeiro 1995); Bu He, vice-presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo (Novembro 1997); Yang Wenchang, vice-ministro estrangeiro (abril 2001), Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan (Janeiro de 2003) e vice-premier Zeng Peiyan (Fevereiro de 2005)



verdadeiro salto das exportações do Congo, de modo que as importações não acompanharam a mesma lógica. O gráfico a seguir exemplifica tal argumento.

Gráfico 11: Evolução do peso do comércio externo da China no Congo.



Fonte: BAZIKA, Jean-Christophe Boungou. Les relations économiques de la Chine avec la République du Congo. Centre d'Études et de Recherche sur les Analyses et Politiques Économiques (CERAPE). Fevereiro 2008. p. 9 Disponível em: <www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/Congo.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010.

Em relação aos valores, percebe-se assim de acordo com a tabela 1 que em aproximadamente quatro anos o valor das exportações triplicaram, enquanto a participação chinesa como destino das exportações passou de 16,56% para 32,44%. Assim, reitera-se o argumento que a China tem apresentando um papel cada vez maior nos países africanos, especialmente a partir dos anos 2000.

Tabela 13: Evolução das exportações do Congo para a China.

	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações para a China	178	114	234	434	483
Exportações Totais	1075	1928	3359	1991	1489
% para a China	16,56	5,94	6,97	21,80	32,44

Fonte: BAZIKA, Jean-Christophe Boungou. Les relations économiques de la Chine avec la République du Congo. Centre d'Études et de Recherche sur les Analyses et Politiques Économiques (CERAPE). Fevereiro 2008. p. 10 Disponível em: <www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/Congo.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010.

Já sobre os principais produtos exportados, duas commodities se destacam, a saber: petróleo e madeira, ambos em estado puro. A tabela a seguir expõe os dados com mais clareza.

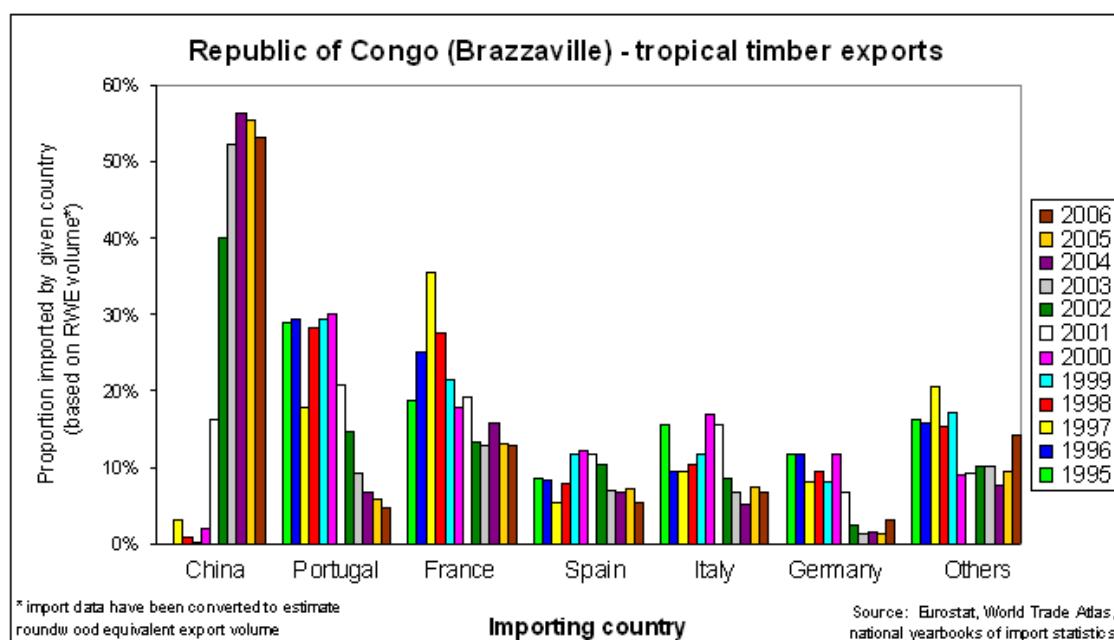


Tabela 14: Principais exportações do Congo para a China em 2004 (US\$ milhões)

Designação	Volume (toneladas)	Valor	% do Valor
Petróleo	1 830 803	410,984	86,36
Madeira	186 898	64,258	13,5
Madeira Compensada	313	0,634	0,14
Total	2 015 130	475,876	100

Ainda na questão da madeira, é possível perceber através do gráfico a seguir como a China está superando os tradicionais parceiros comerciais ocidentais dos países africanos de forma rápido e impressionante. Somente no ano de 2004, a China representou quase 60% de todos os destinos em relação às exportações de madeira do país.

Gráfico 12: Principais destinos das exportações de madeira tropical do Congo; em porcentagem.



Fonte: Congo (Brazzaville). Disponível em: <<http://www.globaltimber.org.uk/congo.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

1.3. Investimentos

O que marca a atuação da China a partir dos anos 2000 é uma intensificação da presença das empresas privadas chinesas (ou em parcerias público-privada), enquanto durante as décadas de 60 e 80 existia uma maior intervenção do Estado chinês. Isto tem sido notado pelos influxos de capital para o país, concentrando em setores específicos, como pode ser observado na tabela a seguir:



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Tabela 15: Estrutura do investimento chinês no Congo, 1995-2005. (US\$ milhões).

Setor	Valor (US\$ milhões)	Porcentagem
Energia	68,0	59,32
Construção	20,9	18,28
Saúde	11,5	10,07
Indústria	6,0	5,26
Telecomunicações	4,8	4,21
Educação	1,4	1,22
Agricultura	0,06	0,06
Vários	1,8	1,58
TOTAL	114,6	100

Fonte: BAZIKA, Jean-Christophe Boungou. Les relations économiques de la Chine avec la République du Congo. Centre d'Études et de Recherche sur les Analyses et Politiques Économiques (CERAPE). Fevereiro 2008. p. 7 Disponível em: <www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/Congo.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010. Tradução livre dos autores.

Ao se analisar a tabela percebe-se que os investimentos, em sua grande parte auxílios estatais e empréstimos, são concentrados e dois grandes setores: energia e indústria da construção. Com relação ao primeiro setor, este se destaca notavelmente o setor de energia elétrica. Em seguida, na indústria e construção temos a ajuda na reconstrução do estádio de futebol supracitado, que foi destruído parcialmente com as guerras civis e investimentos em uma planta de produção de cimento (BAZIKA, 2008, p. 8).

Com relação ao peso atual do Estado chinês nos investimentos, percebemos que este ainda se mantém no setor de telecomunicações e indústria, como mostrado na tabela a seguir.

Tabela 16: Porcentagem da China nos investimentos públicos do Congo, 2000-2005 (US\$ milhões).

Setor	Investimentos da China	Total dos Investimentos Públicos	Porcentagem da China
Energia	38,0	179,0	21,17
Engenharia Civil	21,0	424,0	4,95
Saúde	10,0	96,0	10,38
Indústria	4,0	7,0	54,88
Telecomunicações	4,0	6,0	66,16
Educação	1,40	28,0	5,03
Agricultura	0,06	39,0	0,15
TOTAL	78,46	779,0	9,92



2. Relações Brasil e República do Congo

2.1. Histórico das Relações

As relações entre o Brasil e a República do Congo ainda são muito incipientes. Apesar disto, Petróleo e construção civil, de acordo com uma exposição do embaixador brasileiro Affonso José Santos⁷³, são os principais pontos de interesse para o Brasil no Congo. Atualmente, o petróleo corresponde à quase totalidade das importações brasileiras daquele país.

A convite do Presidente da República do Congo, Denis Sassou-N'Gesso, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, efetuou visita oficial à República do Congo, em 15 e 16 de outubro de 2007, à frente de importante delegação. A visita, que se insere no âmbito do fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Congo, permitiu aos dois Chefes de Estado o intercâmbio de pontos de vista sobre questões de política internacional e de ordem bilateral.

Na ocasião, foram assinados novos acordos nas áreas de apoio ao programa de prevenção e controle da malária; luta contra a AIDS; formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e acordo para a formação de recursos humanos e transferência de técnicas para apoio à produção de cana de açúcar.

Ainda segundo o MRE, quanto à questão da dívida congolesa com o Brasil, o Presidente Lula da Silva assegurou a disposição brasileira em avançar nas negociações para solucionar a questão, por meio de acordos específicos que reflitam a solidariedade brasileira com o continente africano e possam emprestar maior qualidade estratégica à agenda de cooperação entre o Brasil e a República do Congo.

2.2. Relações Comerciais

As relações do Brasil com a República do Congo (Congo Brazzaville) são quase nulas em termos de fluxo comércio. Entretanto, a partir dos governos Lula, está havendo diversos esforços no sentido de estreitar as relações entre os dois países principalmente no que diz respeito às áreas de pesca, agricultura e combate a AIDS/HIV. No que diz respeito a luta contra a AIDS, o governo brasileiro tem se comprometido com o treinamento de profissionais congoleses e com a transferência de tecnologia. No setor de infraestrutura, o Brasil tem sido chamado para participar na implementação da infraestrutura de transportes e plantas hidroelétrica. Somem-se a isto projetos para a participação do Brasil na educação, habitação do Congo.

Um acordo de 11 de junho de 2010, assinado entre o ministro congolês, Rigobert Maboundou, e o embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil, Alfonso Santos, prevê cooperação no setor agrícola para o plantio de cacau, cana de açúcar e palma, para a produção de óleo.

Ressalte-se, entretanto, que um maior esforço na aproximação entre ambos os países se faz sentir mais fortemente após o ano de 2005 quando o então presidente do Congo à época viajou ao Brasil

⁷³ Primeiro embaixador residente do Brasil na República do Congo



para assinar um acordo de consulta política concernentes a temas internacionais e o acordo de abolição de visto para os dois estados.

Tabela 17: Exportações, Importações e Intercâmbio Comercial entre Brasil e República do Congo (2005-2009).

	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	35.738	34.115	48.913	68.422	49.847
Variação em relação ao ano anterior	65,4%	-4,5%	43,4%	39,9%	-27,1%
Participação (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,6%	0,5%	0,6%	0,7%	0,6%
Participação (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	66.101	290.663	135.824	1.385	1.488
Variação em relação ao ano anterior	11257,6%	339,7%	-53,3%	-99,0%	7,4%
Participação (%) no total das importações brasileiras da África	1,0%	3,6%	1,2%	0,0%	0,0%
Participação (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	101.839	324.778	184.737	69.807	51.335
Variação em relação ao ano anterior	359,0%	218,9%	-43,1%	-62,2%	-26,5%
Participação (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,8%	2,1%	0,9%	0,3%	0,3%
Participação (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	-30.363	-256.548	-86.911	67.037	48.359

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 29 jun.

2010.



Tabela 18: Exportações, Importações e Intercâmbio Comercial entre Brasil e República do Congo (2005-2009).

	2009 (JAN-MAR)	2010 (JAN-MAR)
Exportações	6.610	3.854
Variação em relação ao ano anterior	-34,0%	-41,7%
Participação (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,3%	0,2%
Participação (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	1.026	4.676
Variação em relação ao ano anterior	-5,6%	355,8%
Participação (%) no total das importações brasileiras da África	0,1%	0,2%
Participação (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	7.636	8.530
Variação em relação ao ano anterior	-31,2%	11,7%
Participação (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,2%	0,2%
Participação (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	5.584	-822

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb. Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

A tabela abaixo mostra a concentração das exportações brasileiras para o Congo em produtos primários. Ainda que no ano de 2009 as exportações brasileiras para aquele país tenham alcançado a marca de praticamente US\$ 50 milhões, esse valor corresponde a 0,6% da participação no total das exportações brasileiras para a África e 0,0% participação no total das exportações brasileiras. Da mesma forma, a busca queda nas importações brasileiras de produtos vindos do Congo tem gerado um déficit nos valores de fluxo de comércio entre ambos os países.



Tabela 19: Composição das Exportações Brasil – República do Congo, 2009-2010 (US\$ milhões).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CONGO (US\$ mil - fob)	2 0 0 9 (jan-mar)	% do total	2 0 1 0 (jan-mar)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	2.793	42,3%	2.589	67,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	1.872	28,3%	352	9,1%
Plásticos e suas obras	243	3,7%	217	5,6%
Outros produtos de origem animal	2	0,0%	184	4,8%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	296	4,5%	98	2,5%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1	0,0%	89	2,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	0	0,0%	85	2,2%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	425	6,4%	71	1,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	223	3,4%	49	1,3%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	128	1,9%	36	0,9%
Ferro fundido, ferro e aço	140	2,1%	27	0,7%
Subtotal	6.123	92,6%	3.797	98,5%
Demais Produtos	487	7,4%	57	1,5%
TOTAL GERAL	6.610	100,0%	3.854	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Cobre e suas obras	0	0,0%	4.646	99,4%
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos	43	4,2%	30	0,6%
Minérios, escórias e cinzas	983	95,8%	0	0,0%
Subtotal	1.026	100,0%	4.676	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	1.026	100,0%	4.676	100,0%

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 29 jun. 2010..

2.3. Investimentos

Não foram encontrados dados sobre investimentos brasileiros no Congo Brazzaville. Entretanto, vale destacar a visita do presidente Lula à República do Congo em 2007 quando afirmou que o Congo é uma importante porta de acesso para mercados da África Central. "Assim como o Brasil, o Congo é um país em construção, tem muitos investimentos em infra-estrutura e esses investimentos devem se expandir de forma exponencial"⁷⁴.

Na ocasião o presidente afirmou também que o conhecimento das empresas brasileiras pode ajudar muito nesse processo e citou a Petrobras e a Vale do Rio Doce como exemplos de companhias que vêm potencial no Congo.

Além disto o presidente anunciou ainda que o Brasil estuda transformar a dívida bilateral do Congo, equivalente a US\$ 360 milhões, em uma linha de crédito para a compra de bens e investimentos. Por fim o presidente acrescentou que o Brasil pode ajudar a República do Congo também mediante acordos na área de biocombustíveis, saúde, educação e produção de alimentos.

3. Conclusões Parciais

A participação chinesa na República do Congo, posto que exista desde 1964, concretiza-se nesta década. Situa-se na obtenção de insumo energético e matéria prima da madeira. Na mão oposta, os

⁷⁴ PARA Lula, República do Congo "ensina democracia". Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u337067.shtml>>. Acesso em: 20. out.. 2010.



congoleses vêm a construção de plantas voltadas para a exploração no campo de energia e de construção civil, dentre as quais hospitais.

Do lado brasileiro, as relações do nosso País com a República do Congo, posta que ainda insipientes, podem ser aprofundadas por meio de dois vetores: energia fóssil e biocombustíveis; e suporte ao combate de endemias, como a malária, doença presente também entre os brasileiros. Neste aspecto, pode-se visualizar complementaridade entre as participações sino-brasileiras em território da República do Congo.

Gabão

1. Relações China e Gabão

1.1. Histórico das Relações

O Gabão estabeleceu primeiramente relações com autoridades chinesas de Taiwan no ano de 1960. A mudança de representantes chineses ocorreu 14 anos depois, quando em março de 1974 as relações foram encerradas, sendo que em 20 de abril daquele mesmo ano o país iniciou suas relações com a China. Desde lá as relações são consideradas pelos oficiais chineses como sólidas e amigáveis, a exemplo da afirmação do ex-embaixador chinês no país, Li Fushun: “China e o Gabão são amigos em qualquer situação e o desenvolvimento de relações entre os dois lados é de interesse dos dois países e de seus povos” (CHINA-GABON, 2009).

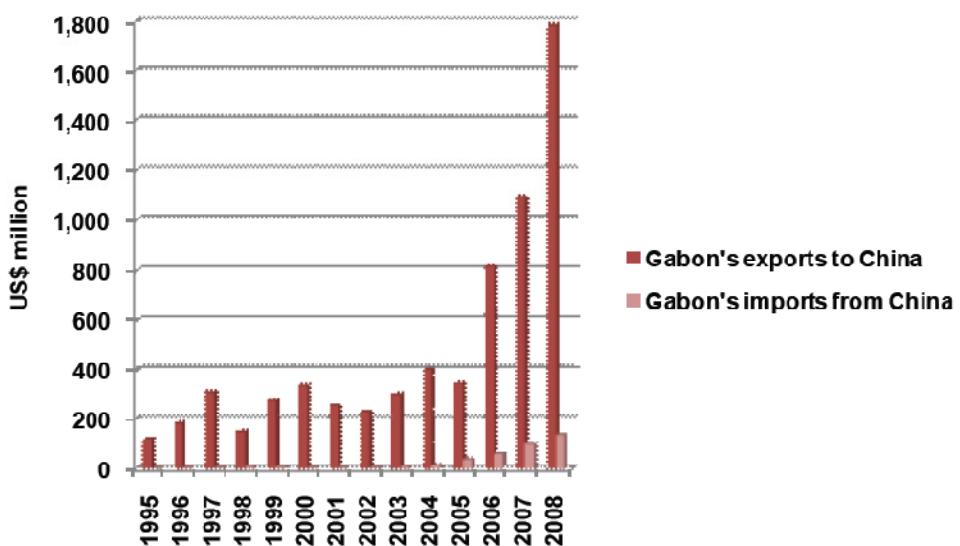
Diversos também foram os oficiais chineses que estiveram no Gabão em visita oficial, lista que pode ser conferida no anexo 1. Por sua vez, a lista de autoridades gabonesas que estiveram na China também é extensa, como pode ser acompanhada no anexo 2. Importante destacar que o Presidente El Hadj Omar Bongo esteve em solo chinês oito vezes durante seu mandato, já que seu mandato durou 41 anos, o mais longo entre os líderes africanos (BURKE, 2009, p. 8). Desta forma, Omar Bongo conheceu diversas gerações de líderes chineses, podendo assim explicar as amigáveis relações que ambas as partes mantém.

1.2. Relações Comerciais

As exportações do Gabão para a China são maiores do que as importações do Gabão do país asiático, como podem ser acompanhadas no gráfico a seguir, que compreende o período de 1995 a 2008.



Gráfico 13: Trocas comerciais entre Gabão e China, 1995-2008



Fonte: Burke et al. Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the DRC: Perceptions of Transparency. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Agosto 2009. Disponível em:<http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/Chinese_Companies_in_the_Extractive_Industries_of_Gabon_and_the_DRC._CCS_report_August_2009.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

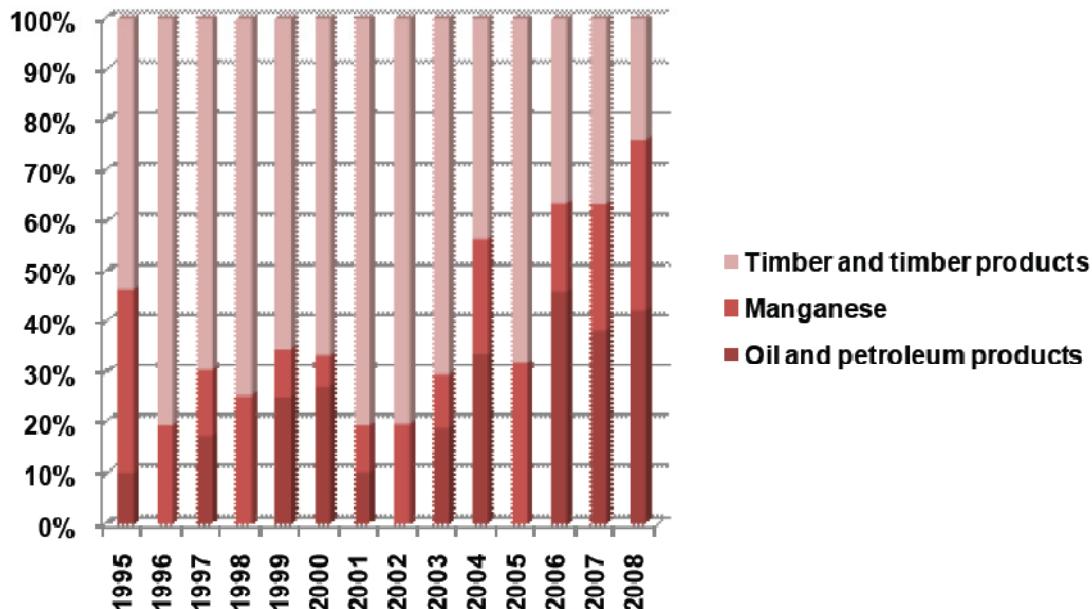
Como é perceptível no gráfico, em relação às trocas entre os dois países as exportações do Gabão são mais importantes. Pode ser notado que a partir do ano de 2006 houve um grande salto nas exportações gabonesas, com especial atenção para o ano de 2008. Isto ocorre devido à composição das exportações do Gabão à China, que compreende em sua maioria três *commodities*, a saber: petróleo, manganês e madeira.

No período de 2007 a 2008, as exportações de petróleo subiram de US\$ 417 milhões para US\$ 717 milhões ao passo que as exportações de manganês foram de US\$ 274 milhões para US\$ 602 milhões, confirmando assim a alta para o ano de 2008. A principal empresa chinesa de petróleo que atua no país é a Sinopec, sendo a *Sino-Gabon Oil and Gas* uma subsidiária desta estabelecida em março de 2005. Entretanto, a atuação chinesa nesse setor é ainda bem limitada a alguns blocos de exploração, enquanto empresas da França e dos Estados Unidos da América são as mais proeminentes.

Em relação ao setor de mineração, especialmente o manganês, a principal companhia chinesa em operação no país é a *Sinosteel*. Com um setor que vem se desenvolvendo recentemente, toda extração é processada na própria China. Ademais, o consórcio Comibel (formado pelo Estado Gabonês, o *China National Machinery & Equipment Import & Export Corporation* e o *Panzhihua Iron & Steel Group*) ganhou em 2006 uma licitação de exploração de minerais nas montanhas de Bélinga, 500 quilômetros ao sul da Capital, sobre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), mas que segundo estudos, foi um processo controverso e obscuro (BURKE, 2009, p. 18).



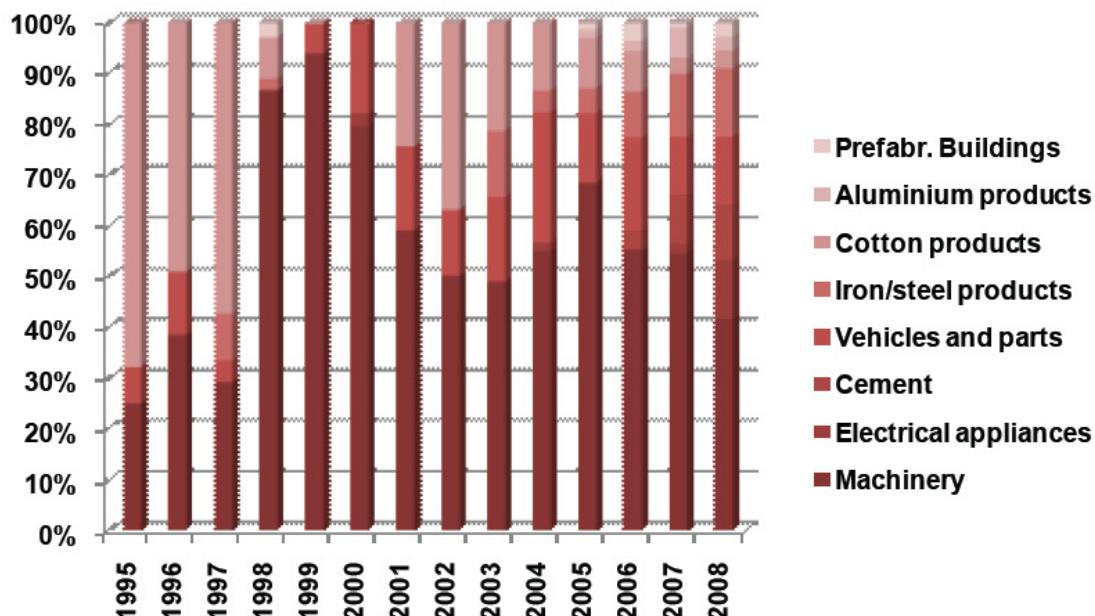
Gráfico 14: Composição das exportações do Gabão para a China, 1995-2008.



Fonte: Burke et al. Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the DRC: Perceptions of Transparency. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Agosto 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/Chinese_Companies_in_the_Extractive_Industries_of_Gabon_and_the_DRC._CCS_report_August_2009.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

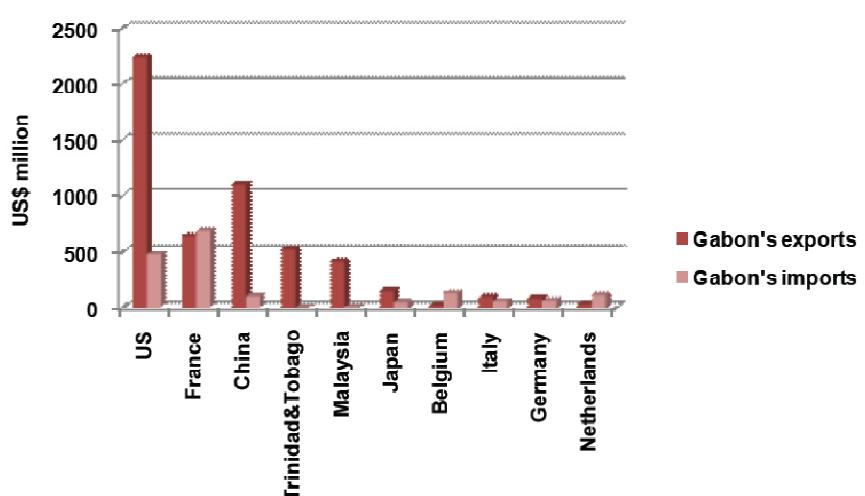
Já em relação aos principais produtos importados pelo Gabão, temos uma lista de produtos que compreendem principalmente os manufaturados, como maquinário, aparelhos eletrodomésticos e veículos e suas partes. Desta forma, é notável que enquanto o Gabão exporta produtos providos do extrativismo, o China exporta aqueles já industrializados.

Gráfico 15: Composição das importações do Gabão da China, 1995-2008.



Em uma análise comparativa entre os principais parceiros comerciais do Gabão entre os anos de 2007 e 2008, notamos que a China passou a França como segundo país do ranking, mas esta ainda longe dos EUA. Este, no ano de 2008 tinha um comércio avaliado em US\$ 2.7 bilhões, enquanto que o comércio com a China foi avaliado em quase US\$ 2 bilhões, uma diferença ainda considerável, mas que tende a diminuir se seguir a tendência observada no período 2007-2008.

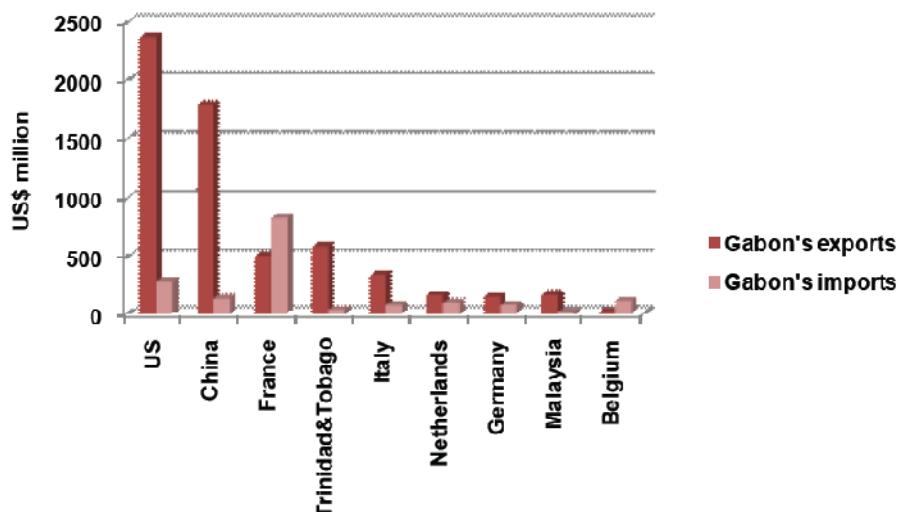
Gráfico 16: Principais parceiros comerciais do Gabão em 2007, em valor.



Fonte: Burke et al. Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the DRC: Perceptions of Transparency. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Agosto 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/Chinese_Companies_in_the_Extractive_Industries_of_Gabon_and_the_DRC._CCS_report_August_2009.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.



Gráfico 17: Principais parceiros comerciais do Gabão em 2008, em valor.



Fonte: Burke et al. Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the DRC: Perceptions of Transparency. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Agosto 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/Chinese_Companies_in_the_Extractive_Industries_of_Gabon_and_the_DRC._CCS_report_August_2009.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

1.3. Investimentos

De acordo com a Associação de Chineses Estrangeiros no Gabão, que tem aproximadamente 2000 membros, existem entre 20-30 empresários ativos na capital do país, Libreville, alguns com pequenos negócios e outros com grandes negócios no setor extrativista.

O último grande projeto financiado pela China foi a construção de um prédio de 10.000m², o *George Rawiri Maison de la Radiodiffusion Télévision Gabonaise*, novo centro de radiodifusão Gabonês realizado pela companhia chinesa CMEC e inaugurada pelo presidente Bongo em dezembro de 2007 (BURKE, 2009, p. 12). Ademais, o Gabão tem participado das últimas reuniões do *Forum for China-Africa Cooperation (FOCAC)*, sendo que a China se comprometeu a prover empréstimos isentos de taxa de juros (BURKE, 2009, p. 12). Mas provavelmente o grande projeto financiado pela China foi a construção da Assembleia Nacional no ano de 2003, assim como o Senado (2005), além de clínicas médicas e escolas (BURKE, 2009, p. 12).

2. Relações Brasil e Gabão

2.1. Histórico das Relações

CRONOLOGIA RECENTE DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Setembro de 2002: O Presidente do Gabão, Omar Bongo, visita o Brasil.

Abril de 2004: O Chanceler gabonês, Jean Ping, visita o Brasil.

Julho de 2004: Visita do Presidente Lula ao Gabão.



Julho de 2006: A Ministra Delegada dos Negócios Estrangeiros do Gabão, Laure Gondjour, participa do II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador.

Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação Cultural.	14/10/1975	21/03/1981	85903	14/04/1981
Acordo de Cooperação Científica e Técnica.	14/10/1975	21/03/1981	85904	14/04/1981
Acordo que cria uma Comissão Mista no Campo Econômico, Comercial, Financeiro, Científico, Tecnológico, Técnico e Cultural.	30/06/1982	09/05/1988	97060	10/11/1988
Acordo Comercial.	01/08/1984	09/09/1988	97210	12/12/1988
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Cultural na Área da Televisão.	01/08/1984	01/08/1984		
Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias.	17/09/2002	17/09/2002		
Protocolo de Intenções na Área da Saúde.	17/09/2002	17/09/2002		
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço	28/07/2004	28/07/2004		
Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	28/07/2004	28/07/2004		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio da Cultura da Mandioca	28/07/2004	28/07/2004		
Carta de Intenções sobre Cooperação na Área da Malária	28/07/2004	28/07/2004		

Fonte: Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/africa/gabao/pdf>>.

Acesso em 03 nov. 2010.

2.2. Relações Comerciais

Os dados de comércio entre Brasil e Gabão evidenciam um tímido comércio entre ambos os países com destaque para o superávit comercial brasileiro que pauta suas vendas ao país principalmente na carne.

Tabela 20: Intercâmbio Bilateral entre o Brasil e o Gabão – US\$ Mil

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (JAN-MAR)
Intercâmbio	7.692	14.901	27.470	26.968	40.760	55.244	38.630	7.018
Exportações	7.692	14.901	27.469	26.966	40.747	55.233	38.609	7.018
Importações	0,3	0	0,5	2	13	11	21	0
Saldo	7.692	14901	27.468	26.964	40.734	55.222	38.586	7.018

Fonte: MIDC



**SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI**



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Tabela 21: Composição das Exportações do Brasil para o Gabão

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GABÃO (US\$ mil - fob)	2 0 0 9 (jan-mai)	% do total	2 0 1 0 (jan-mai)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas comestíveis	12.381	71,6%	8.495	76,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	547	3,2%	502	4,5%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	133	0,8%	475	4,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	68	0,4%	251	2,3%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	149	0,9%	224	2,0%
Ferro fundido, ferro e aço	886	5,1%	187	1,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	162	0,9%	178	1,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	540	3,1%	92	0,8%
Borracha e suas obras	255	1,5%	89	0,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	359	2,1%	66	0,6%
Subtotal	15.480	89,5%	10.559	94,7%
Demais Produtos	1.817	10,5%	593	5,3%
TOTAL GERAL	17.297	100,0%	11.152	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, ciclos	21	97,7%	0	0,0%
Subtotal	21	97,7%	0	0,0%
Demais Produtos	1	2,3%	0	0,0%
TOTAL GERAL	22	100,0%	0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mai/2010.

Fonte: MDIC

2.3. Investimentos

A Vale do Rio Doce está presente no país e a mantém boas bases no mercado de mineração do Gabão, principalmente na exportação de manganês. Por outro lado, destaca que após uma dura batalha, em 2006 a Vale perdeu a disputa pela exploração de uma importante jazida de ferro no Gabão, a de Belinga, no nordeste do país.

3. Conclusões Parciais

Também no Gabão a China ocupa-se de investir na infraestrutura viária local. Propicia, com isso, escoamento de matérias primas do interior para o litoral. Do lado brasileiro, a existência dessa infraestrutura viária pode ser positiva, desde que os chineses não interpretem a presença de companhias como a Vale do Rio Doce (exploração de minérios) como concorrentes. Pode haver parceria, se houver acordo entre brasileiros e chineses e gabonenses. nesse caso: Vale explorando minérios e transportando-os por ferrovias implantadas pelos chineses.

São Tomé e Príncipe

1. Relações China e São Tomé e Príncipe

1.1. Histórico das Relações

A China, que chegou a ser um dos maiores parceiros de cooperação de São Tomé e Príncipe, suspendeu, após mais de 20 anos, os laços diplomáticos com o arquipélago quando, em maio de 1997, o governo são-tomense estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan.



Segundo a agência de notícias Lusa⁷⁵, a China apoiava São Tomé e Príncipe em diversas áreas a exemplo da saúde. Nesta, a assistência ocorria por meio de assistência médica e medicamentosa, formação de profissionais, concessão de bolsas de estudos e na construção de infraestruturas (com destaque para o Palácio dos Congressos, situado no centro da capital do país). Não obstante, a China dava assistência técnica no setor da agricultura, sobretudo no cultivo do arroz, e investiu pesadamente nos setores energético, cultural e esportivo do arquipélago.

Apesar de não haver relações oficiais entre ambos os países, a China continua a namorar São Tomé e Príncipe. Caso a China seja bem sucedida em normalizar suas relações com o arquipélago, 'expulsando' Taipei de lá, ela terá sido bem sucedida em fazer com que Taiwan não tenha qualquer presença nos países de língua portuguesa ao redor do mundo. Acredita-se, entretanto, que tal feito, será apenas uma questão de tempo.

1.2. Relações Comerciais

Não foram observados fluxos comerciais entre os dois países.

1.3. Investimentos

Ainda segundo a agência de notícias Lusa, apesar dos mais de US\$ 90 milhões investidos por Taipei em São Tomé e Príncipe, têm ocorrido nos últimos anos diversos contatos entre Pequim e o país arquipelágico. Estes tendem a crescer com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD) no poder. Para tais partidários, a normalização das relações com Pequim deve ocorrer por ela se tratar de um 'gigante comercial' com potencialidade suficiente para ajudar o país a resolver a questão da produção interna e resolver as crises energética e de falta de infraestruturas públicas do país. Há fontes do governo que afirmam haver contatos entre a empresa chinesa Sinopec e a Addax Petroleum que juntamente investiriam US\$ 73,8 milhões na prospecção dos blocos 2 e 4 do Golfo da Guiné.

2. Relações Brasil e São Tomé e Príncipe

2.1. Histórico das Relações

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Novembro de 2000 - Visita oficial ao Brasil do MNE Rafael Branco

Agosto de 2002 - Visita ao Brasil do PR Fradique de Menezes, para Cúpula da CPLP

Março de 2003 - Decreto cria a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, até então o único Estado-membro da CPLP no qual o Brasil não mantinha missão diplomática residente.

75 AGÊNCIA DE NOTÍCIAS LUSA, 04 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=18050>>. Acesso em: 12 jun. 2009.



Novembro de 2003 - Visita oficial do PR Lula a São Tomé e Príncipe

Julho de 2004 - Visita do PR Lula a São Tomé e Príncipe, para Cúpula da CPLP

Agosto de 2005 - Visita de trabalho ao Brasil do MNE Ovídio Pequeno

Agosto de 2005 - Visita Oficial ao Brasil do PR Fradique de Menezes

Outubro e novembro de 2006 - Visita ao Brasil do PR da Comissão Nacional Eleitoral de São Tomé e Príncipe, para acompanhar as eleições brasileiras; e da PR do Supremo Tribunal de Justiça daquele país

Março de 2007 - Visita Oficial ao Brasil do MNE Carlos Gustavo dos Anjos

Dezembro de 2007 - Brasil concede linha de crédito no valor de US\$ 5 milhões a São Tomé e Príncipe, para aquisição de alimentos e produtos de primeira necessidade no mercado brasileiro

Maio de 2008 - Visita do Ministro Celso Amorim a São Tomé

Maio de 2008 - Visita de Missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal a São Tomé e Príncipe

Janeiro de 2009 - Visita oficial ao Brasil do MNE Carlos Tiny

Março de 2009 - Visita oficial ao Brasil do PM Rafael Branco

2.2. Relações Comerciais

As relações entre o Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) foram sempre cordiais, mas pouco densas, desde a independência deste país, cujas parcerias externas imediatas se concentraram nos países do leste europeu e Angola. O compromisso assumido pelo Presidente Lula da Silva com a cooperação para o desenvolvimento da África, com prioridade para os países africanos lusófonos, imprimiu novo impulso às relações do Brasil com a RDSTP. A abertura da Embaixada do Brasil em São Tomé, logo nos primeiros meses de 2003, foi uma das primeiras decisões de política externa do governo Lula, tendo o Presidente da República iniciado por esta capital sua primeira visita à África em novembro daquele ano, quando foram assinados oito acordos ou protocolos de cooperação bilateral em várias áreas, inclusive petróleo.

No âmbito empresarial privado, esboçam-se as primeiras tentativas de maior intercâmbio entre os dois países, já se registrando o interesse de grandes empresas brasileiras em projetos de infra-estrutura nas duas ilhas e tendo sido criada em São Paulo, em fins de 2004, a Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe, cujos dirigentes visitaram São Tomé no primeiro semestre de 2005. Entre as ações de cooperação empresarial bilateral então discutidas, mencione-se a iniciativa de atrair empresas brasileiras para implantar em São Tomé um pequeno condomínio industrial em



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



associação com empresas locais, a partir do qual se daria a maior penetração de produtos e serviços brasileiros nos mercados da região⁷⁶.

Apesar de tais tentativas, o que se observa é que as relações comerciais entre ambos os países não tem progredido significamente. Isto porque para os anos de 2007 e 2008 não houve qualquer tipo de fluxo de comércio entre os países em termos percentuais.

No entanto, se observarmos pelo lado dos valores absolutos, veremos que a quase inexistente relação comercial entre ambos os países possui as seguintes características: As exportações do Brasil para a RPSTP saíram dos US\$ 371 mil, em 2004; para os US\$ 725 mil, em 2005; US\$ 791 mil, em 2006 até alcançar os US\$ 2,1 milhões em 2007. No entanto, em 2008, esse valor declina novamente para US\$ 1,2 milhões. Já no ano de 2009 (jan/mai) houve um aumento evidente nas exportações brasileiras para RPSTP quando esse fluxo chega aos US\$ 4,5 milhões.

Tabela 22: Comércio Bilateral entre Brasil e São Tomé e Príncipe, 2004-2008 (US\$ mil)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2 0 0 4	2 0 0 5	2 0 0 6	2 0 0 7	2 0 0 8
Exportações	371,6	725,3	791,5	2.149,9	1.204,5
Variação em relação ao ano anterior	41,6%	95,2%	9,1%	171,6%	-44,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	417,6	105,0	3,1	0,0	8,1
Variação em relação ao ano anterior	232,8%	-74,9%	-97,0%	-100,0%	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	789,2	830,3	794,6	2.149,9	1.212,6
Variação em relação ao ano anterior	103,5%	5,2%	-4,3%	170,6%	-43,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	-46,0	620,3	788,4	2.149,9	1.196,5

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb (1)

As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo. n.a - não aplicável. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em 12 set. 2009.

Na pauta de exportações brasileiras para RPSTP, em 2008, observa-se a liderança dos açúcares e produtos de confeitoraria que representaram 29% das exportações do Brasil para aquele país. Seguido deste, estão as obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica (9,2%); móveis, mobiliário médico-cirúrgico (8,9%); preparações à base de cereais, farinhas, amidos (6,7); vidro e suas obras (6,4); carnes e miudezas, comestíveis (5,8%); extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados (5,2%); produtos cerâmicos (4,7%); sementes e frutos oleaginosos, grãos (4,6%); caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (3,5%); ferramentas, artefatos de cutelaria (3,2%) e por fim madeira, carvão vegetal e obras de madeira (2,7%).

⁷⁶ Nota sobre São Tomé e Príncipe e suas relações com o Brasil. Disponível em : <<http://www.embrasil-stp.org/spip.php?article72>>. Acesso em: 12 set. 2009. Apesar da tentativa, não foi possível identificar quais são as empresas que se faz referência no artigo publicado pela embaixada do Brasil na RDSTP.



Tabela 23: Composição das exportações do Brasil para São Tomé e Príncipe, 2008-2009 (US\$ mil).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (US\$ mil - fob)	2 0 0 8 (jan-mai)	% do total	2 0 0 9 (jan-mai)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	0	0,0%	1.900	42,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	0	0,0%	723	16,0%
Açúcares e produtos de confeitearia	153	34,8%	684	15,1%
Carnes e miudezas comestíveis	0	0,0%	566	12,5%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	0	0,0%	218	4,8%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	0	0,0%	124	2,7%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	47	10,7%	85	1,9%
Preparações alimentícias diversas	0	0,0%	62	1,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	35	8,0%	28	0,6%
Produtos cerâmicos	32	7,3%	16	0,4%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	56	12,7%	0	0,0%
Subtotal	323	73,4%	4.406	97,5%
Demais Produtos	117	26,6%	115	2,5%
TOTAL GERAL	440	100,0%	4.521	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mai/2009. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 12 set. 2009.

Por fim, vale a pena destacar que a participação do setor público permanece alta na formação do PIB (85%), da ordem de US\$ 60 milhões, continuando o Estado a ser o maior empregador do país. As despesas do Estado são financiadas em mais de 60% pela ajuda externa multilateral e bilateral. A balança comercial da RPSTP apresenta déficit crônico anual superior a US\$ 20 milhões nos últimos dez anos. O país acumulou, assim, uma dívida externa de quase US\$ 300 milhões, cujo perdão pelas instituições financeiras internacionais, em favor dos países pobres mais endividados, será crucial para o futuro de São Tomé e Príncipe como sociedade viável. Contudo, não obstante suas sérias dificuldades e relativa instabilidade política, a RDSTP vem conseguindo manter seu compromisso com a democracia e constitui um dos mais ordeiros e tranquilos países da África⁷⁷.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros no país africano.

3. Conclusões Parciais

Por tratar-se de país da CPLP e que não tem relações próximas com a China, aparentemente o Brasil poderá relacionar-se de forma vantajosa. O Brasil poderia contribuir com a redução da deficiente infraestrutura de geração e distribuição de energia elétrica no arquipélago. A tecnologia de biocombustíveis parece ser uma forma benéfica para o Brasil e São Tomé e Príncipe, dada a natural dificuldade de transporte de combustíveis fósseis para o arquipélago.

⁷⁷ Nota sobre São Tomé e Príncipe e suas relações com o Brasil. Disponível em: <<http://www.embrasil-stp.org/spip.php?article72>>. Acesso em: 12 set. 2009.



Guiné Equatorial

1. Relações China e Guiné Equatorial

1.1. Histórico das Relações

China e Guiné Equatorial estabeleceram relações diplomáticas em 15 de Outubro de 1970 (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2002) e desde então estas são marcadas por um desenvolvimento sem grandes percalços.

Em Agosto de 1996, uma comissão mista para economia e comércio foi pela primeira vez estabelecida, resultando na construção de projetos como a estação de televisão BATA, a autoestrada NKUE-MONGON e a hidrelétrica BICOMO (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2002).

Em 2010 os dois países discutiram a possibilidade de acordos de cooperação na área de agricultura, com a implantação da cultura de cacau a ajuda de empresas chinesas (AFRICAN PRESS ORGANIZATION, 2010).

A China também tem prestado apoio militar ao país, garantindo o treinamento de oficiais do exército local em troca de petróleo (CHINA INVESTMENT, 2007).

1.2. Relações Comerciais

Em relação às trocas comerciais com a Guiné Equatorial, este entra da lista de países os quais a China mantém déficits comerciais, especialmente devido a pauta de importação incluir o petróleo. Segundo dados de 2002, o valor de troca comercial entre os países chegou a US\$ 386.014 milhões (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2002), sendo que as exportações chinesas compreendiam apenas US\$ 3.288 milhões e as exportações da Guiné aproximadamente US\$ 382.726 milhões, compostas principalmente de madeira e petróleo cru.

1.3. Investimentos

Entre alguns dos investimentos observados, podemos elencar que a empresa *China Jilin Forest Industry (Group)* esta engajada no setor madeireiro e a *Heilongjiang East Co.* na construção de casas populares.

2. Relações Brasil e Guiné Equatorial

2.1. Histórico das Relações

O presidente da Guiné Equatorial, Obiang Nguema, assumiu o poder em um golpe de Estado há 31 anos, e seu governo é acusado de fraudar eleições e reprimir a oposição. Apesar disto, o presidente Lula tem buscado vigorosa aproximação com o país africano ao ponto de em 2010 ter se tornado o primeiro presidente brasileiro a ser recebido no palácio do governo guiné-equatoriano, protegido permanentemente por tanques de guerra desde a última tentativa fracassada de golpe de Estado, em 2004.



O Brasil tem defendido a aproximação com o regime de Nguema alegando que "negócios são negócios" e que uma relação mais próxima poderia ajudar a promover a democracia no país.

2.2. Relações Comerciais

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial foi de cerca de US\$ 302 milhões em 2009, com US\$ 45 milhões de exportações brasileiras e US\$ 257 milhões de exportações da Guiné Equatorial.

Tabela 24: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Guiné Equatorial – US\$ mil

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (JAN-MAR)
Intercâmbio	2.649	17.182	297.538	103.408	243.954	411.225	302.842	151.137
Exportações	2.649	3.578	6.860	10.568	34.499	41.830	54.434	8.040
Importações	0	13.604	290.678	92.840	209.455	369.395	257.407	143.097
Saldo	2.649	-10.026	-283.818	-82.272	-174.956	-327.565	-211.973	-135.056

Fonte: MDIC

Segundo o Itamaraty⁷⁸, as oportunidades comerciais com a Guiné Equatorial concentram-se nos setores de gás e petróleo, infraestrutura, construção civil, máquinas e equipamentos agrícolas, material de defesa e aeronaves. A Guiné Equatorial, com grandes reservas de petróleo e gás natural, possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita de África, estimado em US\$ 13 mil dólares.

O grande interesse na área de infraestrutura se deve ao fato de que Guiné Equatorial e Gabão serão co-sediadores da Copa da África de 2012.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano.

3. Conclusões Parciais

O recente aprofundamento das relações entre o Brasil e Guiné Equatorial podem abrir uma possibilidade de empresas pública e privadas contribuírem para o desenvolvimento daquele país africano. A participação de órgãos de fomento (BNDES), de pesquisa (EMBRAPA) e instituições pertencentes ao Ministério da Saúde brasileiro poderá minorar as severas deficiências locais.

⁷⁸ MRE: Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midia-internacional/angola/africa-21/2010/07/05/1-presidente-do-brasil-inicia-visita-a-guine-equatorial>> Acesso em 03 nov. 2010.



Camarões

1. Relações China e Camarões

1.1. Histórico das Relações

Logo após sua independência da França em 1960, Camarões estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, contudo, já em 1971, estas foram terminadas, ao passo que relações foram estabelecidas com a China em 26 de março daquele mesmo ano (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003). Desde então, diversas foram as visitas de representantes cameruneses à China, disponíveis no anexo 1, assim como as visitas de representantes chineses à Camarões, apresentados no anexo 2.

Em relação aos acordos firmados entre as duas partes, os mais importantes lidam com a cooperação técnica e econômica, entre eles: Acordo para Proteção Recíproca e Promoção de Investimentos (1997); Acordo para Cooperação Econômica e Comercial (2002); Acordos para Cooperação Econômica e Técnica (BAYE e KHAN, 2008, p. 4).

Como meio de aproximar ainda mais as relações entre Camarões e China, em 1997 foi criado o Centro de Ensino de Língua Chinesa em Yaonde, administrado pelo Instituto de Relações Internacionais de Camarões e a chinesa Universidade de Zhejiang. O centro provê treinamento à profissionais do meio diplomático e econômico, atraindo estudantes de outros países da região Central Africana. Ademais, desde 2004 o centro promove competições de língua, sendo que o ganhador recebe uma viagem à China (BAYE e KHAN, 2008, p.5).

Já em setembro de 2005, em acordo cooperativo dentro da área de educação, foi criado o Ballet Nacional de Camarões, com a assistência de dois instrutores chineses (BAYE e KHAN, 2008, p.5).

De acordo com dados de março de 2008, diversos são os projetos feitos, que estavam em progresso e que ainda iriam se iniciar naquela época com ajuda do financiamento por parte da China. Na seção de anexos, anexos 3, 4, e 5, pode-se ver a relação desses projetos, sendo que a grande maioria linda com a construção de infraestrutura nas áreas da educação, saúde e agricultura.

1.2. Relações Comerciais

Tradicionalmente, os mais importantes parceiros comerciais de Camarões são países europeus, especialmente a ex-metrópole do país, França.

Em relação às exportações, os principais destinos entre 2002 e 2005 foram Espanha, Itália, França e Holanda, cada um com 20.7%, 14%, 12.8%, 10% respectivamente na participação das exportações totais. Nesse mesmo período a China teve participação de 3.5%, um declínio se comparado com o pico no ano de 2000, quando essa porcentagem era o dobro, como é possível observar na tabela a seguir.



Tabela 25: Exportações para China (US\$), Exportações para o Mundo (US\$), porcentagem exportada e posição da China.

ANO	CHINA (US\$)	MUNDO (US\$)	% CHINA	POSIÇÃO CHINA
1999	45.3	1674.6	2.7	6
2000	122.8	1790.6	6.9	5
2001	101.7	1724.1	5.9	6
2002	77.8	1799.0	4.3	6
2003	98.0	2241.4	4.4	6
2004	62.8	2380.3	2.6	8
2005	68.9	2806.3	2.5	8

Por meio da tabela é perceptível que do ano de 1999 para o ano 2000 houve um significativo avanço nas exportações de Camarões para a China, o que não ocorreu, contudo no período seguinte, se estabilizando praticamente ao valor médio de US\$ 65 milhões. E tal fato não se deve a quantidade total exportada, já que como se observa na terceira coluna, existiu uma tendência de crescimento das exportações do país como um todo.

Em uma análise minuciosa da estrutura de produtos exportados pelo país para a China, percebemos que esta é composta por um número limitado de matérias primas, à saber, algodão, madeira e petróleo cru, sendo que este último teve sua exportação terminada no ano de 2003, que representava, anteriormente, mais de 50% das exportações. Não seria estranho então que isto não se refletisse diretamente nos valores de 2004 e 2005 na tabela. Os gráficos seguintes mostram esta transição, em que a estrutura não mudou, ou seja, ainda continua baseada primordialmente em apenas duas *commodities*, todavia, em 2005 o algodão substituiu o papel que em 2001 era do petróleo.

Gráfico 18: Composição das exportações de Camarões para a China em 2001.

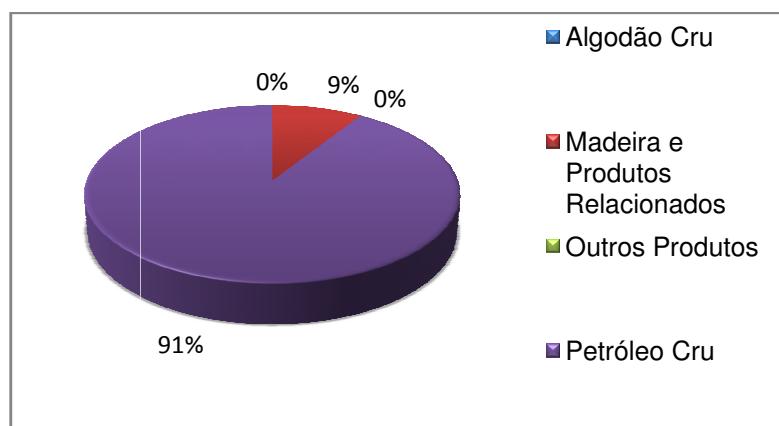
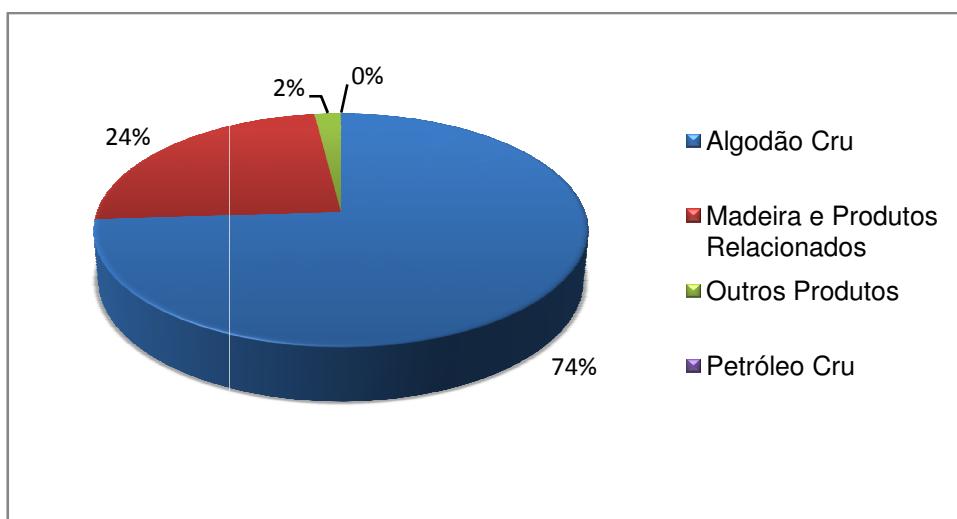


Gráfico 19: Composição das exportações de Camarões para a China em 2005.


A principal explicação para o fim das importações de petróleo de Camarões pela China foi o baixo volume de produção que o país apresentava o que encarecia o preço final do produto. Em face disto, a China optou por importar de outros países da região que apresentavam uma melhor competitividade, por exemplo, Angola e Nigéria, que são países conhecidos neste mercado.

Já o impacto das exportações de tais produtos para a China é positivo, de forma que o governo tem a possibilidade de arrecadar mais taxas, seja na produção e na exportação. Um dos incentivos recentes do governo camaronês em desenvolver a indústria madeireira, criando assim uma cadeia de maior valor agregado, foi impor uma taxa de exportação maior para a exportação de toras de madeira, ou seja, a madeira crua em comparação com aquelas já cortadas e tratadas.

Enquanto a situação das exportações para a China não crescem, o mesmo não ocorre com as importações vindas daquele país. Como é possível perceber na tabela 2, entre o período de 1999-2005, o mesmo analisado para as exportações, as importações vindas daquele país cresceram na ordem de 270% enquanto o total das importações do mundo cresceram 110%.

Tabela 26: Importações da China por Camarões (US\$), Importações do Mundo para Camarões (US\$), porcentagem importada da China e posição da China.

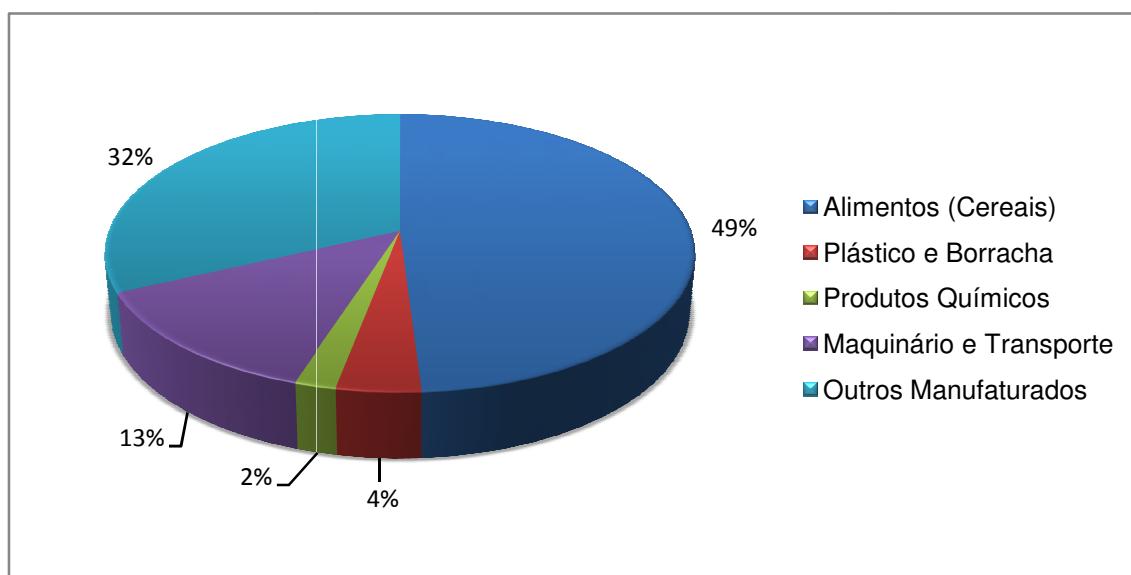
ANO	CHINA (US\$)	MUNDO (US\$)	% CHINA	POSIÇÃO CHINA
1999	38.9	1378.5	2.8	9
2000	47.8	1598.6	3.0	8
2001	49.3	1824.8	2.7	8
2002	66.5	1859.4	3.6	7
2003	86.7	2154.7	4.0	5
2004	110.7	2585.3	4.3	7
2005	144.1	2898.0	5.0	3



De acordo com a tabela Tabela 26: Importações da China por Camarões (US\$), Importações do Mundo para Camarões (US\$), porcentagem importada da China e posição da China. Outro fato observável foi o crescimento da posição da China entre os principais países dos quais Camarões importa seus produtos, passando de 9º para 3º lugar. Dois dos principais países afetados com tal crescimento da China parecem ter sido a França, passando em 2002 de 24.3% para 17.7% das importações; e os Estados Unidos, de 8.4% em 2002 para 4.6% em 2005.

Em relação a estrutura de bens importados por Camarões, é possível identificar uma diversificação nos produtos, ao contrário das exportações que mantém uma estrutura de *commodities* apenas.

Gráfico 20: Composição das importações camerunesas da China, em 2001.



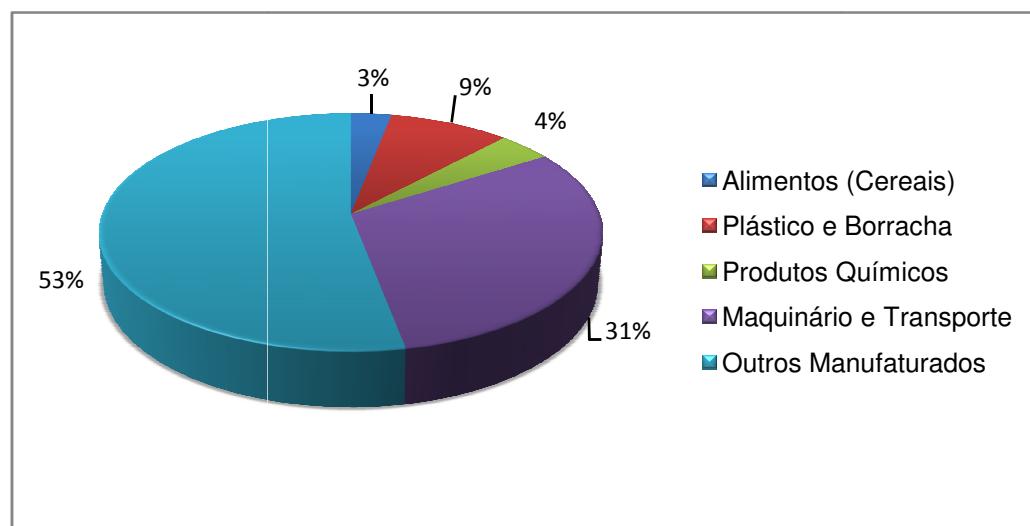
Em 2001, a estrutura de importação era composto principalmente por alimentos, cereais, especialmente o arroz. Contudo, ao passo que o país começou a diversificar suas fontes, focando mais na Índia, Tailândia e França, ocorreu uma redução por parte das importações da China. De 2002 para 2005, ocorreu uma redução de US\$ 35 milhões para US\$ 0.01 milhões (BAYE e KHAN, 2008, p.17).

Por outro lado, a importação de maquinário e alguns produtos relacionados ao setor de transporte cresceram. Devido à grande competitividade da indústria chinesa e seu preço final, a importação de maquinário é visto de forma positiva, já que é considerado um bem de capital, fortalecendo a indústria nacional camerunesa. De 2001 à 2005, o valor dessas importações passou de US\$ 6.5 milhões para US\$ 45 milhões. Por outro, a inundação de produtos baratos também pode destruir algumas indústrias locais. Por exemplo, um pacote com 4 baterias AA produzidas por uma empresa camerunesa custa US\$ 0.67, enquanto as mesmas baterias, importadas da China custam US\$ 0.22, já incluídos taxas de importação e transporte. Ou seja, são 67% mais barato que as nacionais.



Ademais, a diversificação das importações de produtos manufaturados favorece a população da classe média e baixa, que como será apresentado na seção de “Investimentos” tem a oportunidade de comprar produtos eletrônicos, vestuário, calçados entre outros, a preços agora acessíveis, mesmo que alguns possam apresentar qualidade relativamente inferior àqueles produtos vindos de países ocidentais.

Gráfico 21: Composição das importações de Camarões advindas China, em 2005.

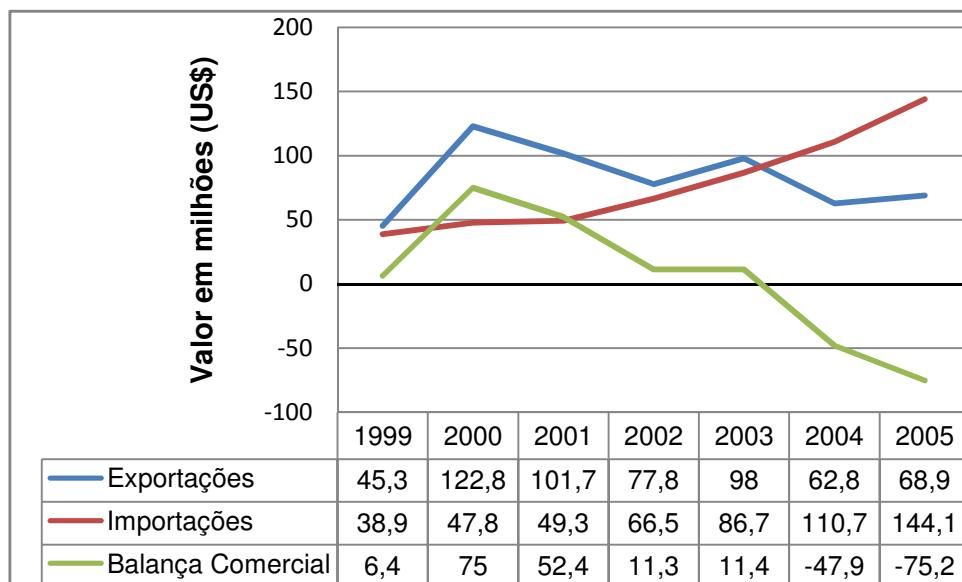


Assim, o que ocorre com Camarões é um jogo em que também há perdas, e não necessariamente um de *win-win*, benefício recíproco, igualdade e amizade sincera como é apresentado pela China (BAYE e KHAN, 2008, p.5).. Por um lado, as exportações são focadas atualmente em apenas duas *commodities*, mas que têm chances de serem melhores exploradas, especialmente agregando valor à essas; de outro ângulo, as importações também podem ajudar no desenvolvimento do país, na medida em que possam fornecer bens de capital. Entretanto, é real o risco de desindustrialização, devido ao grande fluxo de bens manufaturados e com baixo preço final.

A balança comercial, gráfico 5 a seguir, expõe bem esse argumento, já que durante o período observado, de 1999 à 2005, parece existir desde o ano de 2002 a tendência de acirramento de déficits nesta conta, ou seja, as importações tendem a se tornar maiores do que as exportações, o que pode acentuar o desconforto do governo, ao passo que a contração de dívidas no exterior se intensifica. O fato importante a ser notado é que a situação de déficit comercial ocorre com o resto do mundo também. Entretanto, a China tem contribuído muito para este fato: no ano de 2005, do déficit total do país, US\$ 91 milhões, US\$ 75 milhões eram apenas com a China, ou seja, 82% do déficit era decorrente desse país (BAYE e KHAN, 2008, p. 25).



Gráfico 22: Exportações, Importações e Balança Comercial entre Camarões e China, entre 1999 e 2005; valores em milhões de dólares.



1.3. Investimentos

Segundo estudo publicado (BAYE e KHAN, 2008, p. 25), não existe nenhum ministério ou departamento do governo camaronês com informações oficiais e valores totais sobre os investimentos chineses naquele país, porém é possível verificar a atuação de chineses em diversas áreas do setor privado, tais como pesca, criação de animais, construção de estradas, exploração florestal e venda no atacado de produtos baratos chineses. A seguir, segue a descrição dos principais setores em que os chineses têm atuado.

A agricultura é um dos setores que tem despertado o interesse dos chineses. Em Janeiro de 2006, a *Shaxi State Farms*, empresa deste setor, firmou um acordo com o país para investir US\$ 60.5 milhões, financiados pelo EXIM Bank da China, em projetos ligados ao processamento de arroz, mandioca e criação de avestruz em Naga-Eboko, província central do país.

Outra atividade que tem atraído a atenção de muitos chineses é a venda no atacado de importados baratos e de baixo valor agregado da própria China, tais como produtos eletrônicos, vestuário, calçados entre outros. Estas pequenas lojas são encontradas em diversas ruas nos centros urbanos ao redor do país, sendo usualmente administradas por famílias chinesas (BAYE e KHAN, 2008, p. 31).

Se por um lado, a entrada destes produtos beneficia a população mais pobre, que agora pode ter acesso a produtos que antes seriam caros para seu consumo, por outro destrói pequenos e médios produtores locais que não conseguem acompanhar a grande competitividade das empresas chinesas. Desta forma, é importante que os camaroneses avaliem o quanto benéfica é a aproximação com a China.



Outra curiosa atuação são as clínicas médicas de medicina tradicional chinesa, como massagem e acupuntura.

O que caracteriza assim a atuação privada dos chineses em Camarões é o modelo *Market-seeking*, em que o determinante para a decisão do investimento é o tamanho e o poder de compra do mercado, mas que, por outro lado, pode colocar em perigo a atuação das empresas locais já existentes.

Assim como em outros países, o setor da construção para os chineses tem destaque no país. Estes têm atuado em Camarões desde 1973, com a construção da represa da hidrelétrica de Lagdo e o centro de convenções de Yaounde. Mais recentemente, a empresa chinesa *China Road and Bridge Corporation* (CRBC) ganhou um leilão público para construir uma estrada na capital econômica do país, Douala, por um valor muito abaixo daqueles dos seus competidores, US\$ 18 milhões, em contraste aos US\$ 30 milhões pedidos aos concorrentes. Tal valor é, obviamente, somente atingido devido aos grandes subsídios conferidos pelo EXIM Bank da China.

Entretanto, o grande problema, do ponto de vista da população camerunesa, é que a grande maioria dos projetos realizados pelos chineses utiliza mão-de-obra oriunda da própria China, mesmo àquelas que não requerem grande habilidade e especialização, e que é conhecida por ter baixa remuneração. Assim, além dos cameruneses não serem contratados, existe uma pressão para baixo para a redução do próprio salário naquele país, o que tem refletido na atuação dos sindicatos.

2. Relações Brasil e Camarões

2.1. Histórico das Relações

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Cameroun, Paul Biya, realizou visita ao Brasil nos dias 4 e 5 de agosto de 2010, no contexto dos cinquenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas desde o reconhecimento oficial da Independência do Cameroun pelo Brasil, em 25 de janeiro de 1960. Tratou-se da primeira visita de um Presidente camaronês ao Brasil. O comércio entre Brasil e Camarões teve crescimento expressivo nos últimos anos: de aproximadamente US\$ 13 milhões, em 2002, passou a US\$ 106 milhões, em 2009.

Os Presidentes concordaram em aprofundar e acelerar a cooperação entre os dois países em todos os setores. A esse respeito, os dois países expandiram seu quadro jurídico bilateral e de parcerias subsequentes mediante a assinatura de Programa Executivo Cultural 2010-2013, Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio da Agricultura e da Pecuária, Acordo de Cooperação no Campo do Turismo e Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. À parte os acordos já assinados, as negociações prosseguirão a respeito da assinatura de atos nas áreas de serviços aéreos e de fabricação de medicamentos anti-retrovirais.

No que diz respeito à cooperação técnica, os Presidentes manifestaram o desejo de explorar as possibilidades existentes por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e assegurar



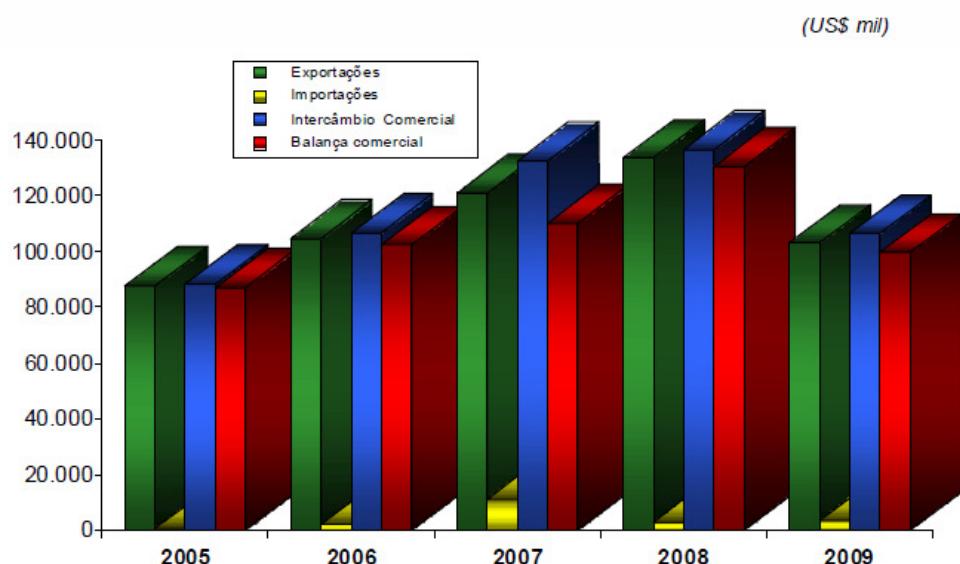
acompanhamento permanente das iniciativas tomadas ao fim da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Camarões, realizada em Brasília, em fevereiro de 2010.

Por ocasião da visita do Presidente Biya foi realizada a solenidade de inauguração da nova Embaixada do Camarões em Brasília.

2.2. Relações Comerciais

Conforme mostra o gráfico abaixo, o Brasil exportou para Camarões cerca de US\$ 88 milhões em 2005, US\$ 105 em 2006, US\$ 121 em 2007, US\$ 133 em 2008 e US\$ 103 em 2009. Em 2009 houve uma queda de 22,8% em comparação ao ano anterior. Para o período entre 2005 até 2009, Camarões exportou para o Brasil respectivamente US\$ 0,7 milhões, US\$ 2 milhões, US\$ 11 milhões, US\$ 2,8 milhões e US\$ 3,4 milhões. Em 2009 a balança comercial entre os dois países foi favorável ao Brasil em cerca de US\$ 100 milhões.

Gráfico 23: Comércio Bilateral Brasil-Camarões, 2005-2009 (US\$ mil).



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alice web.

Ainda de acordo com os dados que nos são fornecidos pela Divisão de Informação Comercial (MRE/DPR/DIC), com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD May 2009, o Brasil exporta para Camarões principalmente obras de ferro fundido, ferro ou aço (40,1% no total) e produtos químicos inorgânicos (20,3%) enquanto importa principalmente borracha e suas obras (72,2% do total), madeira, carvão vegetal e obras de madeira (20,4%).



2.3. Investimentos

Ainda que não haja dados substanciais sobre investimentos brasileiros em Camarões o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma série de acordos bilaterais e projetos de cooperação mútua com o país africano. A ideia é ampliar as parcerias para a redução da malária em Camarões e estimular a produção de algodão e o treinamento de técnicos em agricultura.

Desde 2008, Brasil e Camarões mantêm parceria para a produção de algodão e o combate à malária. Outro objetivo do Brasil é ampliar a parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para aperfeiçoar o cultivo do cacau no país. O Brasil vai transferir tecnologia na área de cultivo do cacau (a mais tradicional cultura de Camarões). Em contrapartida, uma missão brasileira deve ir a Camarões para visita às regiões rurais, com o objetivo de conhecer os locais para o desenvolvimento de projetos específicos - de extensão rural, pecuária e cooperativismo, além da produção de mobiliário e biofábrica de mudas de cacau.

3. Conclusões Parciais

A presença chinesa em Camarões é semelhante às verificadas nos demais países africanos estudado até aqui. Contudo, tal presença é também presente no campo cultural, embora esteja fora das manifestações culturais típicas do lugar. Mas a pauta comercial entre ambos os países é deficitária para Camarões, o que não é comum para os países africanos. O prejuízo causado pela entrada de produtos chineses baratos gera insatisfação entre os camaroneses, pois representa desafio severo para a indústria local. A entrada da medicina chinesa é curiosa, pois ela é exótica mesmo na Ásia. Logo, quando se verifica o atual nível das relações entre o Brasil e Camarões, vislumbra-se possibilidade de atração. Esta pode ser concretizada por meio de vetores: aprimoramento tecnológico no setor agropecuário camaronês; fabricação de medicamentos voltados para endemias regionais; intercâmbio estudantil.

Nigéria

1. Relações China e Nigéria

1.1. Histórico das Relações

Logo após sua independência do Reino Unido, em 1 de Outubro de 1960, a República da Nigéria optou por não estabelecer relações diplomáticas nem com Taiwan ou a China, mantendo o foco mais com os países da região Ocidental do globo (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 18). Comprovação desta posição pode ser oferecida nos anos consequentes: em 1963, em a missão-visita do presidente Zhou En-Lai a 10 países do continente africano não incluiu a Nigéria, sendo que no ano seguinte, outra missão-visita, essa agora dirigida diretamente à Nigéria. Mas ele não obteve êxito em fechar qualquer acordo com aquele país.

Ademais, a região independente de Biafra também teve participação nas relações entre as duas partes. Com o suporte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em favor da Nigéria



durante a guerra da Nigéria-Biafra - que se iniciou em 1967, e a posição contrária da China em relação a URSS – a China começou a suprir a região de Biafra com pequenas quantidades de armamento através da Tanzânia. O conflito, que terminou em janeiro de 1970 com a vitória da Nigéria, deixou mais de um milhão de civis mortos naquele país.

Com o fim da guerra, as relações entre os dois países pareceram finalmente entrar em consonância. Em 10 de fevereiro de 1971, as relações diplomáticas foram estabelecidas (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003)⁷⁹ e, já em 1974, o General Yakubu Gowon, Chefe de Estado da época, visitou a China, confirmando assim o que já havia sido estabelecido em 1971. Contudo, dez meses após a sua visita à China, Gowon foi deposto por Murtala Ramat Muhammed, sendo que este, por sua vez, foi assassinado logo após sua posse em 1976, marcando assim o início de um conturbado período político e econômico para o país, que se estenderia até a segunda metade da década de 1990.

Em 1976 tomou posse Olusegun Obasanjo, que em relação à China, começou a noticiar um forte déficit na balança comercial entre os dois países, especialmente devido à entrada dos têxteis chineses, extremamente competitivos em relação àqueles produzidos em solo nigeriano. Desta forma, uma delegação de representantes do governo foi à China, ainda naquele ano, em busca de soluções para o problema, resultando assim em um pacote oficial de ajuda do governo chinês, que incluía o envio de médicos e especialistas em agricultura para a construção de novos modelos de agricultura, o que, contudo, não resolveu o problema do déficit na balança comercial.

Da década de 80 até a metade da próxima década, o país presenciou um período ainda mais complicado para a política daquele país, praticamente impossibilitando o desenvolvimento de relações estáveis com a China. Ainda em 1979, Obasanjo deixou o poder, assumindo, por meio de eleições, Shehu Shagari, o qual durou até 1983, quando foi deposto pelo Major General Muhammadu Buhari. Buhari por sua vez governou os dois anos seguintes, sendo deposto em seguida por outro Major General, Ibrahim Babangida, governando até 1993, quando seu Ministro da Defesa Sani Abacha também tomou o poder de forma autoritária.

Já em 1994, Abacha juntamente com o governo chinês, promoveu a criação da Câmara de Comércio Nigéria-China, conseguindo trazer várias investimentos ao país, os quais serão apresentados na seção três deste presente relatório. Para alguns acadêmicos (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 6), a aproximação com a China ocorreu em um momento em que o acesso a ajuda financeira externa estava sobre imposição das instituições internacionais como Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais dependem de certas concessões, ao passo que o mesmo não ocorre com a China.

Os anos 2000 presenciaram um aprofundamento das relações dos dois países, com o Forum on China Africa Cooperation (FOCAC) ocorrendo em Pequim; a instituição do escritório de comércio da Nigéria na China em 2001; e a instituição intergovernamental Nigeria-China Investment Fórum (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 7).



Entre 2003 e 2007, com o segundo termo de Obasanjo, foi possível observar uma política voltada ao petróleo em relação à China, que vai ser melhor explicada na seção de relações comerciais assim como sobre os investimentos. Tal política, todavia, vai ser deixada de lado a partir de 2007 com a entrada no poder de Yar'Adua naquele ano, sendo que para muitos a política do petróleo voltada para a China está morta (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 7).

1.2. Relações Comerciais

As relações comerciais entre Nigéria e China datam desde 1969, mas ainda com valores pouco expressivos, sendo assim importante apenas a análise do comércio a partir apenas do ano de 2001, quando, como já dito anteriormente, se observou um aprofundamento das relações (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 6).

Em relação às exportações da Nigéria para a China, aproximadamente 90% do valor destas são compostas por produtos relacionados ao petróleo, sendo esse o responsável pela elevação durante o período de 2004/2005 e 2007/2008, ainda quando a política volta o petróleo estava em vigor, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 27: Balança Comercial entre Nigéria e China e peso da China no comércio.

Ano	Exportações da Nigéria para a China	Exportações da China para a Nigéria	Valor das trocas comerciais	% das exportações chinesas
2001	227.4	917.2	1144.6	80.1
2002	121.3	1047.1	1168.4	89.6
2003	71.7	1787.5	1859.2	96.1
2004	462.6	1719.3	2181.9	78.8
2005	527.1	2305.3	2832.4	81.4
2006	277.8	2855.7	3133.5	91.1
2007	537.5	3800.2	4337.7	87.6
2008	509.9	6758.1	7268.0	93.0

Ainda sobre o petróleo, tanto a Sinopec quanto a PetroChina mantém contratos com a *Nigeria National Petroleum Company* para exportação petróleo, enquanto a primeira é de 100 mil barris por dia e a segunda de 30 mil barris por dia.

Já em relação à composição das exportações da China para a Nigéria, esta é mais abrangente, estando em primeiro lugar equipamentos para telecomunicações, especialmente telefonia, seguido de motocicletas e geradores de eletricidade (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 11). Como é perceptível, a Nigéria mantém ainda um grande déficit comercial com a China, o que tem sido recebido com grande reclamação pela sociedade, em destaque os sindicatos. Estes afirmam que mais de 350 mil



nigerianos já perderam seus empregos devido à entrada maciça dos produtos chineses naquele país (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 11).

O que torna a situação ainda mais agravante é o contrabando de produtos oriundos de países vizinhos, em razão às taxas aduaneiras existentes na Nigéria, que são mais elevadas em relação aos países do seu entorno, como por exemplo, o Bénin. A capital daquele país, Cotonou, é um grande porto, estando localizado a poucos quilômetros da fronteira com a Nigéria, facilitando ainda mais o contrabando (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 11). Ademais, ao passo que a fronteira ou é pouco policiada ou quando é policiada, os esquemas de suborno são recorrentes (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 11). Logo, os números presentados de forma oficial não refletem o que está realmente acontecendo.

1.3. Investimentos

Os investimentos projetados e/ou feitos pelos chineses em território nigeriano atendem a uma ampla gama de setores, sendo os mais proeminentes nos setores de petróleo, energia elétrica, construção e telecomunicações.

O primeiro e mais importante setor é o de petróleo. A política do petróleo para a China, objetivada pelo presidente Obasanjo a partir de 2003, pode ser melhor sumarizada no conceito do “petróleo para infraestrutura”, ou seja, ao passo que o governo garantiria acesso facilitado à concessão de blocos de exploração para as empresas chinesas, estas deveriam, em retorno, prover a infraestrutura necessária, como a construção de poços e plataformas de exploração, oleodutos e refinarias, se necessário (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 8). Em certo sentido, tal política foi uma reação de Obasanjo em relação a sua frustração após quase meio século de independência e a ausência da ajuda prometida pelos países do Ocidente durante todo esse período.

A tabela a seguir descreve os principais contratos estabelecidos durante o período de vigência desta política, assim como a empresa responsável pelo contrato e, quando disponível, o valor do contrato.

Tabela 28: Principais contratos estabelecidos pela China-Nigéria sobre o petróleo, 2004-2007.

Projeto	Ano	Sub Setor	Financiador	Valor do Projeto (US\$ milhões)	Valor Financiado pela China
Contrato de Exploração blocos 64/66 na bacia de Chad	2004	Exploração	Sinopec	2270	Não Confirmado
29% de direto do Bloco 2: Zona de Desenvolvimento	2006	Exploração	Sinopec	-	-



Conjunta da Nigéria-São Tomé					
45% dos direitos de exploração offshore no bloco 130.	2006	Exploração	CNOOC	2268	2692
35% dos direitos de operação em 229.	2006	Exploração	CNOOC	-	60
51% dos direitos da Refinaria de Kaduna	2006	Refino	CNPC	-	2000
Licenças para operação 471, 721, 732, 298.	2006	Exploração	CNPC	16	Não Confirmado
Serviço de exploração sísmica	2006	Exploração	Sinopec	-	10
Exploração de minerais sólidos em Zamfara e Petróleo na Bacia de Sokoto	2007	Exploração	Zhonghao Overseas Construction	300	300

Fonte: MTHEMBU-SALTER, Gregory. Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relation with China. South African Institute of International Affairs. Setembro 2009. p. 13. Disponível em: http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional_papers/saia_sop_42_mthembu_salter_20090930.pdf. Acesso em: 26 set. 2010

Por meio da tabela, percebe-se que as três principais empresas petrolíferas da China estão presentes: Sinopec, CNOOC e CNPC. Ademais, outra observação é a de que grande parte dos contratos foram firmados em 2006, ao passo que em 2007 Obasanjo deixou a presidência, logo, uma possível interpretação dos fatos é que tal política idealizada por Obasanjo também tinha caráter eleitoral.

Com a entrada de Yar'Adua no poder, uma série de medidas foram tomadas para investigar as concessões realizadas durante o período do presidente anterior, visto que até uma comissão *ad hoc* foi formada na câmara dos deputados da Nigéria como forma de investigar os contratos antes estabelecidos.

Outro setor que os chineses têm participação é o de energia elétrica. O sistema de geração e distribuição de energia elétrica na Nigéria é um caos total (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 14). O país tem capacidade geradora de 6000 megawatts (MW). Porém, a capacidade funcional, aquela que é possível ser atingida é de 4500 MW, ao passo que na verdade a média observada é de apenas 1500-3000 MW (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 14). Somente a termos de comparação, a África do Sul, que tem um terço da população da Nigéria produz 45000 MW (quinze vezes mais); o Egito, que tem o



equivalente a 60% da população da Nigéria produz 18000 MW (seis vezes mais), ou seja: é uma produção extremamente baixa.

Dessa forma, sendo um país produtor de petróleo, a população acaba dependendo da energia elétrica proveniente dos geradores à diesel, o que acaba tornando a eletricidade cara, poluente e ineficaz. Dentro deste contexto, ainda durante a presidência de Obasanjo, foram acordados alguns projetos em torno da construção de algumas unidades produtoras de energia, entre hidrelétricas e termoelétricas.

Foram acordados projetos de construção de uma hidrelétrica de 2600MW de capacidade geradora em Mambilla e outra de 950MW em Zungeru, porém, ambas foram suspensas durante o governo de Yar'Adua, com o propósito de decidir um método aceitável de financiamento, já que antes não havia nada deste tipo descrito no projeto.

Outra área de importante atuação é o setor de construção, em que se destaca a China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC), a segunda maior da Nigéria, atuando também no setor de reconstrução das linhas férreas do país, sendo o seu primeiro projeto contratado no país, no valor de US\$ 4.8 milhões, a de recuperação da linha férrea entre Papalanto-Lagos (MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 16), seguida de outro projeto mais substancial, a de construção da vila dos atletas do VIII All-Africa Games em Abuja, com capacidade para 5000 atletas, em orçamento estimado em US\$ 50.5 milhões, o qual foi finalizado em 2003.

Outra companhia chinesa que também se destaca é a Geo-Engineering Corporation (GEC), que mantém um braço de atuação em conjunto à outra empresa chinesa, a Sinopec, na questão de construção de infraestrutura para o petróleo.

O setor de telecomunicações também tem grande importância, sendo que duas grandes companhias chinesas operam nesse ramo: A Zhong Xing Telecommunication Equipment Company (ZTE), que está no país desde 2001 e a Huawei, que tem uma presença mais agressiva em relação à primeira.

A ZTE afirma ter vendido mais de 40 milhões de celulares em todo território nigeriano, sendo que sua fábrica, localizada em Abuja, não produz realmente os celulares, mas apenas monta parte dos equipamentos para que possam ser comercializados. Já a Huawei está presente com seis escritórios no país e provê uma maior gama de produtos, não apenas para o usuário final, mas também para a rede de comunicação em si. Ambas as empresas são bastante competitivas entre si, disputando intensivamente os mais diversos projetos, o que acabar reduzindo o custo para o cliente. Todavia, as duas empresas têm trabalhado em conjunto no Programa Nacional de Telefonia Rural, um projeto de US\$ 300 milhões que pretende levar até a zona rural do país o acesso à rede de telefonia.

Outro importante aspecto no setor de telecomunicações foi o lançamento do satélite NIGCOMSAT-1R em Maio de 2007 pela China Great Wall Corporation, em um projeto orçado em US\$ 251 milhões. Porém dificuldades foram observadas em Novembro de 2008, quando se teve a notícia que o satélite havia se perdido no espaço. Visto o ocorrido, a China Great Wall Corporation se prontificou em



construir e lançar outro satélite, das mesmas especificações, em 2011, sem nenhum custo adicional ao país.

2. Relações Brasil e Nigéria

2.1. Histórico das Relações

As Relações do Brasil com a Nigéria datam de décadas atrás, mas ganharam destaque após janeiro de 2005, quando o chanceler Celso Amorim visitou a Nigéria e transferiu a embaixada do Brasil naquele país para Abuja. No mesmo ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Nigéria acompanhado pela missão empresarial brasileira chefiada pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Em setembro de 2005 Olusegun Obasanjo, Presidente da Nigéria, visitou o Brasil. No ano seguinte o Chanceler nigeriano, Oluyemi Adeniji, visitou o Brasil. Naquele mesmo ano, especificamente no mês de novembro o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em Abuja. Após estes fatos, destacam-se os seguintes acontecimentos nas relações bilaterais entre os ambos os países:

Junho de 2007	Presidentes Lula e Yar'Adua encontraram-se em Berlim, antes da Cúpula do G-8
Agosto de 2007	Visita de missão nigeriana da área da Agricultura ao Brasil.
Agosto de 2007	Visita de missão do setor energético da Nigéria ao Brasil
Abril de 2008	Ministro do Comércio da Nigéria, Garba Bichi, visita o Brasil.
Maio de 2008	Visita de delegação de Senadores brasileiros à Nigéria, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes
Junho de 2008	Sexta reunião da Comissão Mista Brasil-Nigéria
Agosto de 2008	Visita de missão do Ministério das Minas e Energia à Nigéria.
Agosto de 2008	Visita do Ministro da Cultura e Turismo da Nigéria, Príncipe Adetokunbo Kayode, ao Brasil.
Julho de 2009	Presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua, visita o Brasil.
Setembro de 2009	Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Chief Ojo Maduekwe, lidera missão ministerial nigeriana em visita ao Brasil.

A seguir, são listados os principais atos bilaterais firmados entre o Brasil e a Nigéria desde o estabelecimento de suas relações nos anos 70.



Tabela 29: Atos Bilaterais entre Brasil e a Nigéria

Título	Data da Celebração	Entrada em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Transportes Aéreos Brasil-Nigéria	20/05/1977	20/05/1977
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação.	10/01/1979	10/01/1979
Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão.	10/01/1979	10/01/1979
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.	10/01/1979	02/08/1983
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio.	10/01/1979	10/01/1979
Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além.	10/01/1979	18/10/1991
Protocolo sobre Agricultura	17/11/1983	09/12/1983
Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	08/11/2000	08/11/2000
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	03/03/2004	03/03/2004
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	12/04/2005	12/04/2005
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.	06/09/2005	10/11/2008

Fonte: MRE

Além destes, destaca-se o acordo Brasil-Nigéria sobre Cooperação em Matéria de Defesa, destinado a aprofundar as relações entre os dois países, especialmente na área de projetos navais que foi assinado em julho de 2010 entre o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, e o Ministro da Defesa da Nigéria, Príncipe Adetokunbo Kayode.

Por meio do acordo, a Nigéria pretende estreitar as relações com a MB, especialmente com a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Engepron). O Estado- nação africano também se interessa pelo projeto das Lanchas Escolares, que a Marinha está realizando para que o Ministério da Educação (MEC) brasileiro possa utilizá-las na região norte do País. O Brasil, por sua vez, pretende desenvolver com a Nigéria, uma ação comum em relação à exploração mineral no Atlântico⁸⁰.

⁸⁰ POGGIO, Guiherme. Brasil e Nigéria firmam acordo de cooperação militar que prevê exploração mineral no Atlântico. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2010/07/23/brasil-e-nigeria-firmam-acordo-de-cooperacao-militar-que-preve-exploracao-mineral-no-atlantico/>>. Acesso em 06 nov. 2010.



2.2. Relações Comerciais

Conforme a tabela abaixo organizada pela Divisão de Informação Comercial (MRE/DPR/DIC), com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD May 2009, de 2007 a 2009 a Nigéria tem aumentado o volume de suas exportações para o Brasil. A direção do comércio exterior daquele país para o Brasil, que em 2007 era de 7,9%, subiu para 9,3% em 2009, representando US\$ 4,8 bilhões. Por outro lado, as importações da Nigéria provenientes do Brasil ainda são incipientes. Em 2008, por exemplo, a Nigéria importou pouco mais de US\$ 1 bilhão do Brasil, o que representou apenas 2,6% de seu total importado (US\$ 22 bilhões em 2008).

Tabela 30: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Nigéria – Período de 2005 a 2009.

	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	953.226	1.373.624	1.512.357	1.535.590	1.066.463
Variação em relação ao ano anterior	88,7%	44,1%	10,1%	1,5%	-30,6%
Participação (%) no total das exportações brasileiras para a África	15,9%	18,4%	17,6%	15,1%	12,3%
Participação (%) no total das exportações brasileiras	0,8%	1,0%	0,9%	0,8%	0,7%
Importações	2.643.016	3.918.296	5.281.064	6.704.379	4.760.355
Variação em relação ao ano anterior	-24,5%	48,3%	34,8%	27,0%	29,0%
Participação (%) no total das importações brasileiras da África	39,7%	48,3%	46,5%	42,5%	56,2%
Participação (%) no total das importações brasileiras	3,5%	4,3%	4,4%	3,9%	3,7%
Intercâmbio Comercial	3.596.242	5.291.920	6.793.421	8.239.969	5.826.818
Variação em relação ao ano anterior	-10,2%	47,2%	28,4%	21,3%	-29,3%
Participação (%) no total do intercâmbio Brasil-África	28,5%	34,0%	34,1%	31,8%	34,0%
Participação (%) no total do intercâmbio	1,9%	2,3%	2,4%	2,2%	2,1%



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



brasileiro					
Balança Comercial	-1.689.790	-2544.672	- 3.768.707	-5.168.789	- 3.693.892

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acesso em: 12 out. 2010.

O Brasil exporta principalmente açúcares e produtos de confeitaria para a Nigéria (38,4% de seu total exportado). Destacam-se também as exportações de combustíveis, óleos e ceras minerais (21,7%) e ferro fundido, ferro e aço (5,5%). Por sua vez, o Brasil importa apenas combustíveis, óleos e ceras minerais do país africano (99,9%) conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 31: Composição do Intercâmbio Comercial entre Brasil e Nigéria – Período de 2007 à 2009.

Importações (Principais Produtos)	2007	% do Total	2008	% do Total	2009	% do Total
Combustíveis, óleos e ceras minerais.	5.273.126	99,8%	6.697.838	99,9%	4.755.869	99,9%
Óleos brutos de petróleo	2.099.945	39,8%	6.575.321	98,1%	4.708.484	98,9%
Naftas para petroquímica	115.771	2,2%	90.771	1,4%	35.027	0,7%
Gás natural, liquefeito	0	0,0%	0	0,0%	12.357	0,3%
Outros propanos liquefeitos	27.701	0,5%	0	0,0%	0	0,0%
Peles, exceto a peleteria e couros	7.722	0,1%	4.850	0,1%	2.449	0,1%
Subtotal	5.280.848	100,0%	6.702.688	100,0%	4.758.318	100,0%
Demais Produtos	216	0,0%	1.691	0,0%	2.037	0,0%
Total Geral	5.281.064	100,0%	6.704.379	100,0%	4.760.355	100,0%

Fonte: Elaborados pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb. Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 12 out. 2010.



A Embaixada da Nigéria no Brasil⁸¹ aponta para oportunidades existentes de negócios que incluem investimento em processamento de produtos agrícolas e instalações de armazenamento; investimento no processamento de insumo para fornecimento e distribuição; mecanização agrícola; agro-indústria, criação de gado, implantação de barragens e a construção de poços tubulares e o desenvolvimento e a fabricação de adequadas tecnologias mecanizadas de pequeno porte para ambos os processamento no campo e processamento secundário de produtos agrícolas para consumo e armazenamento; construção de pequenas centrais hidrelétricas, implantação de energia solar, fabricação de fios e cabos elétricos, medidores e interruptores, transformadores, etc.

A embaixada informa ainda que existem oportunidades nos setores de Mineração e Extração de Minerais (produtos não derivados de petróleo). Entre eles se destacam o carvão, giz, bário, cal, talco, diatomita, lignito, colombita, ferro e estanho. De fato, a Nigéria possui uma das jazidas de carvão de melhor qualidade no mundo com menor conteúdo de ácido sulfúrico.

Por sua vez, há espaço para negócios também no setor de energia elétrica – a Nigéria possui 6.000 megavolts (MV) de capacidade instalada de geração. O país tem reservas comprovadas de gás e cerca de 8.000 MV de implantação de energia hidrelétrica estão sendo planejados. O país africano tem planos de aumentar o acesso à energia elétrica em todo o país para cerca de 85% ao término de 2010, o que demandará novas usinas elétricas, novas linhas de transmissão, como também novas instalações de distribuição. O setor de energia elétrica da Nigéria está passando por reformas para atrair investimentos, melhorar a eficiência e incentivar a participação do setor privado. Já houve um elemento da participação do setor privado nas operações de setor, tais como os Projetos Independentes de Fornecimento de Energia (IPP). A Empresa Nacional de Holding de Energia será dividida em 18 firmas compreendendo empresas de geração, transmissão e de distribuição, as quais serão privatizadas ou arrendadas, conforme for o caso.

2.3. Investimentos

Para o embaixador plenipotenciário da Nigéria no Brasil, Kayoe Garrick, buscar o estreitamento das relações entre o seu país e o Brasil está no rol de prioridades do seu governo, sobretudo no setor de energia. Em entrevista concedida à Revista da FCCE, durante o Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimentos Brasil-Nigéria, o diplomata disse acreditar que as condições são mais do que favoráveis para que esse objetivo seja alcançado. Ocupando o cargo de embaixador no Brasil desde 2005, mas atuando na pasta de Relações Exteriores do seu país há duas décadas, Garrick se refere às semelhanças culturais, populacionais, geográficas e climáticas, além do processo de saneamento econômico conduzido pelo governo nigeriano, como os pontos necessários para que a aproximação entre Brasil e Nigéria se dê de maneira mais consistente. O embaixador chegou ainda a dizer que são muitas as áreas onde pode haver cooperação:

⁸¹ Disponível em <<http://www.nigerianembassy-brazil.org/portugues/economia/economias.htm>>. Acesso em 12 set. 2010.



"O governo da Nigéria enviou, recentemente, técnicos para o Brasil para aprender mais a respeito das técnicas de produção de energias alternativas. A nossa missão técnica já esteve na usina hidrelétrica de Itaipu e em usinas de etanol em São Paulo. Queremos também aprender mais a respeito da produção de energia atômica. A Nigéria é um país bastante dependente da produção de petróleo e o nosso governo entende que é importante diminuir essa dependência. Há também em curso acordos no campo da agricultura. Sendo o Brasil uma das maiores potências mundiais na área agrícola, acredito ser muito importante estabelecer acordos de cooperação para o desenvolvimento da agricultura em nosso país. Além desses acordos de cooperação que eu mencionei, temos também avançado nas discussões sobre convênios para investimentos em infra-estrutura, no campo da educação, e na saúde, no qual está previsto envio de medicamentos para conter o avanço do vírus HIV.⁸²"

Ressalta-se, entretanto que apesar de planos para o futuro, já existem investimentos brasileiros naquele país. Um exemplo disto é a presença da Petrobras que inclusive planeja aumentar os seus investimentos na Nigéria, país onde já atua há 11 anos. O Brasil pretende também desenvolver ações de exploração mineral no Oceano Atlântico cem parceira com o país africano. O acordo de cooperação militar entre o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e ministro da Defesa da Nigéria, Príncipe Adetokunbo Kayode, pretende aprofundar ainda mais as relações entre os dois países.

3. Conclusões Parciais

A pauta comercial sino-nigeriana é assimétrica, na medida em que a exportação nigeriana para a China contempla *commodities*, especialmente petróleo. No sentido oposto, a Nigéria importa da China produtos de valor agregado. Relativamente ao Brasil, a pauta comercial é praticamente simétrica. Pode ajudar a explicar a iniciativa nigeriana para aproximar-se do Brasil, ao estabelecer acordos no setor militar naval e acenar para oportunidades, como nas áreas de minérios, agricultura e saúde. Pode também estar presente com a contribuição na implantação de infraestrutura, vetor no qual, eventualmente, poderíamos compartilhar com os chineses.

Parece ser no campo naval uma forma de diálogo frutífero para maior intercâmbio. O levantamento da plataforma continental daquele país – a exemplo do que já foi feito com a Namíbia – ensejaria maior projeção do Brasil no Golfo da Guiné. Em adendo, poder-se-ia descobrir novas jazidas minerais submarinas, tais como nódulos polimetálicos, petróleo e gás.

Benin

1. Relações China e Benin

1.1. Histórico das Relações

A República do Benin estabeleceu suas relações oficiais com a China em 12 de Novembro de 1964, porém em Janeiro de 1966 as relações entre as duas partes foram abaladas quando o país resolveu

⁸² Embaixada Nigéria no Brasil. Disponível em: <<http://www.nigerianembassy-brazil.org/portugues/embaixador/Entrevista.htm>>. Acesso em: 20. out. 2010.



retomar seu contato com Taiwan, sendo que somente em 29 de Dezembro de 1972, com o governo de Mathieu Kérékon as relações entre China e Benin foram estabilizadas.

Assim já em 1973 os dois países assinaram acordos na área da cultura, ao passo que desde daquele ano a China já recebeu mais de 25 estudantes. Ademais, em 27 de Setembro de 1988 foi inaugurado na capital Cotonou o Centro de Cultura Chinesa (MINISTRY OF CULTURE, 2003), local de 4,062 metros quadros que dispõe dos cursos de língua chinesa, artes marciais além de patrocinar variadas atividades culturais, como concertos, exibições de documentários sobre a China entre outros.

Em relação à saúde, os dois países assinaram um protocolo de ajuda, visto que desde 1978 mais de 13 grupos de médicos já foram mandados ao Benin e atualmente existem 26 médicos chineses trabalhando no país.

Assim, desde 1972 a China tem ajudado o Benin financeiramente com o desenvolvimento de projetos como hospitais, escritórios de governo, estádios entre outros.

1.2. Relações Comerciais

Poucas são as informações disponíveis sobre o comércio entre China e Benin. Foi somente no ano de 1997 que o valor do comércio bilateral entre os dois países superou a marca de US\$ 100 milhões. No ano de 2001, o valor já tinha chegado a US\$ 520.49 milhões, ao passo que as exportações chinesas para o Benin compreendiam US\$ 520.43 milhões, ou seja, um superávit de US\$ 520.46 milhões para o lado Chinês (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2006). Este resultado também foi replicado no ano seguinte, com o comércio bilateral valendo US\$ 420.85 milhões, e as exportações da China US\$ 420.85 milhões.

A composição das exportações para Benin é em sua grande maioria de produtos têxteis, máquinas leves para indústria e outros produtos eletroeletrônicos, ao passo que as importações vindas de Benin são compostas de algodão e nozes.

1.3. Investimentos

As empresas chinesas começaram a seguir para Benin em 1985, sendo que diversas estão presentes no momento, entre elas, Shanghai Representative Office in Benin, Pan-Africa (Benin) Group Co. Ltd, Jianhua Industry and Commerce Co. Ltd of Fujian Foreign Trade Center, China - Africa Agricultural Machinery Center, Guangzhou Representative Office for Import and Export Companies in Benin, Representative Office for Zhejiang Zhongda Garment Import and Export Co. in Benin, Representative Office for Shanghai Huayuan Group Co. in Benin, and Representative Office for Shenzhen Huikai Co. in Benin.

Alguns projetos realizados por essas empresas chinesas foram o Centro Cultura Islâmico, reconstrução da estrada de Parakou e alguns reservatórios de água (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2006).



2. Relações Brasil e Benin

2.1. Histórico das Relações

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Benin intensificaram-se fortemente nos últimos anos. Em dezembro de 2005, o Brasil abriu sua embaixada em Cotonou, a capital econômica. Em meados de 2006, foi criada a embaixada do Benin em Brasília.

O país africano cresceu nos últimos anos à média de 4%; em 2008, estima-se que cresça 6%. A inflação é baixa: 2%. O comércio exterior representa US\$ 2,1 bilhões e os principais produtos de exportação são têxteis e artesanato. O comércio Brasil-Benin tem registrado forte tendência de crescimento desde 2008.

Os governos do Brasil e do Benin têm assinado acordos de cooperação técnica para o melhoramento genético do algodão, controle e prevenção da malária e desenvolvimento do esporte (futebol).

Cronologia Recente Das Relações Bilaterais

- Dezembro de 2004: Diretor do Departamento de África do MRE, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, visita Cotonou.
- Fevereiro de 2005: Enviado Especial da Presidência da República do Benin, Embaixador Cyrille Oguin, visita Brasília.
- Julho de 2005: Diretor do Departamento de África do MRE, Embaixador Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, visita Cotonou.
- Agosto de 2005: Ministro dos Negócios Estrangeiros beninense, Rogatien Biaou, visita Brasília.
- Fevereiro de 2006: Diretor do Departamento Econômico do MRE, Ministro Roberto Azevêdo, visita Cotonou.
- Janeiro de 2007: Ministra dos Negócios Estrangeiros beninense, Mariam Diallo, visita Brasília.
- Fevereiro de 2007: Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação, Embaixador Luis Henrique Pereira da Fonseca, visita Cotonou.
- Maio de 2007: Ministro da Indústria e do Comércio do Benin, Moudjaïdou Soumanou, integra Missão do "Cotton-4" ao Brasil.
- Agosto de 2007: Presidente do Benin, Boni Yayi, visita Brasília, São Paulo e Salvador;
- Janeiro de 2008: Treinamento da seleção beninense no Rio de Janeiro e visita do Ministro do Esporte do Benin, Ganiou Soglo, ao Rio e a Brasília.
- Março de 2008: Enviados Especiais da Presidência da República do Benin visitam Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.
- Maio de 2008: Missão da Agência Brasileira de Cooperação visita Cotonou para apresentar proposta de cooperação no setor cotonícola.



- Setembro de 2008: Ministro da Cultura, Juca Ferreira, e Governador da Bahia, Jacques Wagner, visitam Cotonou, Uidá e Porto Novo.
- Outubro de 2008: Missão do Ministério da Defesa do Brasil visita o Centro de Aperfeiçoamento para Ações Pós-Conflito de Desminagem e Despoluição (CPADD), em Uidá.
- Novembro de 2008: Missão de especialistas brasileiros em vôlei de praia vai a Cotonou e Uidá.

2.2. Relações Comerciais

Conforme mostram as tabelas abaixo, as relações comerciais do Brasil com Benin ainda são muito incipientes. As exportações do Brasil para o país africano se concentram na venda de cereais, açúcar, carne e ferro fundido, não havendo, entretanto, contrapartida pelo lado do país africano.

Tabela 32: Intercâmbio Bilateral entre Brasil e Benin – US\$ Mil.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (JAN-MAR)
Intercâmbio	14.027	19.771	31.999	42.637	46.053	131.866	141.003	19.686
Exportações	8.720	13.547	18.866	31.997	40.850	131.803	141.003	19.686
Importações	480	905	2	5.630	5.203	63	0	0
Saldo	13.067	17.961	31.995	31.377	35.647	131.740	141.003	19.686

Fonte: MDIC.

Tabela 33: Exportações do Brasil para o Bénin, 2009-2010 (US\$ mil).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BENIN (US\$ mil - fob)	2009 (jan-mai)	% no total	2010 (jan-mai)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas comestíveis	10.612	22,4%	10.804	35,3%
Açúcares e produtos de confeitoria	13.854	29,2%	9.546	31,2%
Cereais	14.940	31,5%	7.193	23,5%
Preparações alimentícias diversas	789	1,7%	672	2,2%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	731	831,0%	606	2,0%
Subtotal	40.926	86,4%	28.821	94,2%
Demais Produtos	6.459	13,6%	1.770	5,8%
TOTAL GERAL	47.385	100,0%	30.591	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
NÃO FORAM REGISTRADAS IMPORTAÇÕES				
Subtotal	0	0,0%	0	0,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	0	0,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 03 nov. 2010



2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano.

3. Conclusões Parciais

As participações do Brasil e da China no Benin são complementares. A participação chinesa, como em outros casos, está na implementação de infraestrutura. O Brasil participa com apoio na área da saúde e da agricultura.

Togo

1. Relações China e Togo

1.1. Histórico das Relações

A China e a República do Togo estabeleceram suas primeiras relações oficiais em 19 de Setembro de 1972.

Os dois países assinaram também acordos no âmbito cultural assim como na educação para intercâmbio de estudantes do Togo para a China. O intercâmbio também ocorre na área da saúde, já que desde 1974 a China manda equipe médica para o Togo, que trabalham principalmente nos hospitais de Lomé e Kara (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

Recentemente, em 2007, as duas partes firmaram acordo em que a China se comprometeu em dar US\$ 2.29 milhões para Togo em forma de contribuição e empréstimo de US\$ 1.35 milhões em empréstimo sem juros, o qual deverá ser utilizado em projetos conjuntos (FOCAC, 2007).

Em 2008 os dois países assinaram um acordo para a construção do *Confucius Institute* na Universidade de Lomé de forma a incentivar a troca cultural entre os dois países, provendo o ensino da língua chinesa assim como a apresentação de seminários no local (GUODONG, 2008).

Já em 2010, a China garantiu o empréstimo de US\$ 16 milhões para o desenvolvimento de projetos naquele país, sem a necessidade de pagamento de juros (AFRIQUE, 2010).

1.2. Relações Comerciais

Em 2001, o valor do comércio entre os dois países era de US\$ 108.977 milhões, em que as exportações chinesas para o país comprometiam US\$ 108.752 milhões. Em 2002 o valor se elevou, passando para US\$ 143.825 milhões, ao passo que US\$ 138.475 milhões correspondiam às exportações chinesas (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

1.3. Investimentos

Não foram observados investimentos chineses no país.



2. Relações Brasil e Togo

2.1. Histórico das Relações

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1962: O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Togo, com a criação de Embaixada residente em Acrá.

1972: visita ao Togo do Ministro Mário Gibson Barbosa. Brasil e Togo assinaram o Acordo Cultural e Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica

1978: os dois países abriram Embaixadas residentes nas suas respectivas capitais.

1985: participação do Brasil na Conferência de Doadores, organizada em Lomé.

1987: intercâmbio comercial Brasil – Togo totalizou US\$ 1,062 milhão.

1990: dívida externa do Togo para com o Brasil, no âmbito do Clube de Paris, no montante de US\$ 2,4 milhões, foi integralmente saldada.

1997: razões de ordem orçamentária levaram ao fechamento da Embaixada brasileira em Lomé.

1997: o então Ministro togolês dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Senhor Eden Kodjo, visitou o Brasil, ocasião em que confirmou a aquisição de seis caças Xavantes da Embraer.

1998: Brasil e Togo assinaram Acordo para a criação da Comissão Mista bilateral por ocasião da visita do então Ministro togolês dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Senhor Yaovi Adodo.

1999: Embaixada do Togo em Brasília foi desativada.

2005: o Governo brasileiro solicitou anuência do Governo togolês para reabrir a Embaixada do Brasil em Lomé.

2006: concedido *agrément* para o Embaixador do Brasil, com residência em Lomé.

2007: Brasil participou do Festival das Divindades Negras de Aného.

2007: trocas bilaterais atingiram o montante de US\$ 48,748 milhões.

2008: trocas bilaterais atingiram o montante de US\$ 81,694 milhões.

2009: Realizou-se, em Lomé, nos dias 16 e 17 de março, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Togo.

2009: O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, realizou visita oficial ao Togo.



Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Status
Acordo Cultural	3/11/1972	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	3/11/1972	Em vigor
Declaração Conjunta.	3/11/1972	Em vigor
Comunicado Conjunto.	24/08/1977	Em vigor
Comunicado Conjunto	18/08/1988	Em vigor
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação.	18/08/1988	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	17/03/2009	Tramitação CN
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa Relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	17/03/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa para Implementação do Projeto “Apoio Institucional ao ITRA”	17/03/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa para Implementação do Projeto “Gestão de Patrimônio Material e Imaterial no Togo”	17/03/2009	Em vigor

Fonte: MRE

2.2. Relações Comerciais

Como se observa pela tabela abaixo, as relações comerciais do Brasil com Togo ainda são muito discretas e altamente concentrada em poucos produtos.



Tabela 34: Exportações do Brasil para o Togo, 2008-2009 (US\$ mil)

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TOGO (US\$ mil - fob)	2 0 0 8 (jan-set)	% do total	2 0 0 9 (jan-set)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitearia	20.181	53,2%	25.139	69,2%
Plásticos e suas obras	8.636	22,8%	4.249	11,7%
Ferro fundido, ferro e aço	1.053	2,8%	3.530	9,7%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	2.464	6,5%	1.488	4,1%
Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos	175	0,5%	482	1,3%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	596	1,6%	458	1,3%
Subtotal	33.106	87,3%	35.345	97,3%
Demais Produtos	4.802	12,7%	996	2,7%
TOTAL GERAL	37.907	100,0%	36.342	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	40.733	100,0%	0	0,0%
Subtotal	40.733	100,0%	0	0,0%
Demais Produtos	2	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	40.735	100,0%	0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DIR/Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-set/2009.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano.

3. Conclusões Parciais

Aparentemente, a China não está fortemente presente em Togo. O Brasil poderá aprofundar as suas relações com o país africano. O aprimoramento técnico na agricultura e na pecuária poderia ajudar nesse aprofundamento.

Gana

1. Relações China e Gana

1.1. Histórico das Relações

A China e a República de Gana estabeleceram relações diplomáticas oficiais em 5 de Julho de 1960 (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003) e desde então tem mantido relações estáveis, ao passo que já em 1960 o então presidente Nkrumah deu suporte à China na sua campanha de voltar a Organização das Nações Unidas (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 4). As relações também são caracterizadas pelas diversas visitas entre os chefes de estado de ambos os países, incluindo a visita do presidente de Gana, John Kufuour à China em 2002 e de Hu Jintao à Gana em 2003; e a visita do premie chinês Wen Jiabao, que resultou na assinatura de seis acordos, dentre os quais o empréstimo de US\$ 66 milhões para a expansão da infraestrutura de telecomunicações do país.

Tais acordos, de ajuda técnica e financeira tem sido uma das características da relações entre esses dois países. Em 1985 o país cancelou suas dívidas com Gana, no valor de US\$ 25 milhões, sendo que entre 1964 e 1970 o país já tinha recebido da China US\$ 43.5 milhões em empréstimos (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 6).



No início da década de 1990, como forma de agradecimento ao suporte conseguido na volta à ONU, a China concedeu uma doação de US\$ 2.4 milhões para a reconstrução do Teatro Nacional (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 5). Em 2006, outro acordo foi assinado, empréstimo no valor de US\$ 30 milhões para agencias de segurança do país, se estendendo à outro acordo no setor de defesa, que inclui a doação de US\$ 7.5 milhões para a construção dos escritórios do Ministério de Defesa do país (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 5).

Recentemente o país concedeu empréstimo no valor de US\$ 562 milhões para a construção de uma hidrelétrica avaliada em US\$ 622 milhões, já que o governo de Gana irá conceder mais US\$ 60 milhões, diminuindo assim o proble da crise energética que assola o país (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 7).

Em relação à cooperação técnica, mas de 700 ganeses já foram por meio de cursos de treinamento patrocinados por grupos chineses nas áreas de educação, energia, auditoria, agricultura (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 7). De forma geral, os principais projetos assim como sua área e situação, são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 35: Principais projetos desenvolvidos em Gana pela China.

Setor	Projeto	Tipo de Assistência	Situação
Energia	Construção da hidrelétrica de Bui e linhas de energia rurais	US\$ 562 milhões do <i>China Exim Bank</i> , US\$ 60 milhões do governo de Gana. Projeto realizado pela chinesa <i>Sinohydro</i> , gerando 500 postos de trabalho para chineses.	Finalizado até 2012.
Telecomunicações	1ª fase da implementando do projeto <i>E-Goverment</i> .	US\$ 30 milhões em empréstimo sem juros e atuação da empresa chinesa <i>Huawei</i> .	Em processo.
Transporte	Reconstrução de 17 quilômetros da estrada entre Ofankor-Nsawam	US\$ 28 milhões em empréstimo sem juros.	Finalizado em 2006.
Agricultura e Pesca	Suporte para irrigação; projeto de arroz em Afife e Volta e e infraestrutura pesqueira.	US\$ 99 milhões em empréstimos sem juros. Empresas chinesas tem acesso facilitado ao projeto.	Infraestrutura quase completa.
Transferência de	Tecnologia da	Facilitação do acesso	Em processo



tecnologia	indústria do bamboo e rattan, com treinamento e capacitação. Assistência ao <i>National Fishing Corporation.</i>	das empresas chinesas.	
------------	--	------------------------------	--

Fonte: IDUN-ARKHURST, Isaac. Ghana's relations with China. South African Institute of International Affairs. p. 9. 2008. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/chap/chap_rep_03_idun_arkhurst_200804.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

1.2. Relações Comerciais

Assim como em outros países, as relações comerciais entre Gana e China seguem o modelo Norte-Sul, em que a China exporta uma grande quantidade de produtos manufaturados incluindo eletrônicos, têxteis enquanto Gana exporta *commodities* primárias, como cacau, manganês, madeira, borracha e minérios (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 13).

Segundo dados de 2005, a China é o segundo maior exportador de produtos para Gana, ficando apenas atrás da Nigéria e superando Estados Unidos, Reino Unido e África do Sul.

Tabela 36 – Comércio de Gana e países selecionados (US\$ milhões).

País	2001		2002		2003		2004		2005	
	Exp.	Imp.								
Nigéria	23.43	140.72	32.64	134.57	24.4	599.77	11.69	25.19	47.43	855.51
China	22.69	122.2	13.14	119.67	32.28	179.63	18.34	364.81	31.26	433.74
Estados Unidos	113.52	249.62	415.92	256.21	67.69	225.88	66.69	362.75	85.42	420.25
Reino Unido	318.59	300.84	237.44	252.04	464.74	219.94	232.32	233.99	229.58	233.64

Fonte: IDUN-ARKHURST, Isaac. Ghana's relations with China. South African Institute of International Affairs. p. 14. 2008. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/chap/chap_rep_03_idun_arkhurst_200804.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

Como se observa, a China aumentou o valor de suas exportações de forma exponencial, mantendo, contudo, o valor de suas importações de Gana. Percebe-se também que assim como em outros países sem grandes reservas de petróleo, como Angola e Sudão, a China mantém um superávit comercial com Gana, apontando assim uma grande fraqueza na indústria do país.



E assim como em outros países, a China tem sido acusada de causar o fechamento de diversas indústrias locais com os grandes fluxos de produtos baratos e fácil acesso a grande parte da população.

1.3. Investimentos

Tradicionalmente, Estados Unidos, Reino Unido e Malásia são tidos como as grandes fontes do investimento direto estrangeiro no país, especialmente entre 1988 e 1998, quando mais de 100 empresas estatais foram privatizadas dentro do plano de privatização de estabilização do país (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 15), porém nos últimos anos a China tem se colocado como um dos principais países de fontes de investimento estrangeiro.

A China se coloca como sexto país que mais investe em Gana, com total de US\$ 75.8 milhões, ao passo que os Estados Unidos são o primeiro na lista, com US\$ 2.3 bilhões, porém a China lidera em número investimentos, com 238 projetos em andamento, mais que o dobro dos projetos americanos (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 17).

De forma geral, os investimentos chineses se dividem entre as empresas de pequeno/médio porte, que são mais atuantes e as grandes empresas estatais. As primeiras atuam principalmente no setor de manufaturas, turismo, comércio e, sempre investindo com precaução e em quantias pequenas, mas constantes; enquanto as grandes empresas estatais atuam nos setores de com construção, geração de energia e infraestrutura em conjunção com os interesses do governo chinês, que garante o acesso vital a tais empresas.

Outro setor que ainda poderá atrair maciças quantias de investimento chinês é o setor de extração de petróleo, já que foi apenas a partir de 2007 que a extração começou a ocorrer em escala comercial, já que este se encontra em reservas *offshore* que demandam grande investimento e conhecimento tecnológico (IDUN-ARKHURST, 2008, p. 16).

2. Relações Brasil e Gana

2.1. Histórico das Relações

As relações entre o Brasil e Gana foram estabelecidas há quarenta e oito anos. Nossa Embaixada em Acrá é a mais antiga, dentre as dos países ao sul do Sahara. Nos tempos hodiernos, o ponto de mutação nas relações Brasil-Gana é a visita do Presidente Lula a este país em abril de 2005, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro. Esse marco foi seguido da visita do Presidente John Kufuor ao Brasil, em julho de 2006. Em novembro de 2006, ambos os Chefes de Estado se reuniram outra vez em Abuja, durante a primeira Cúpula África-América do Sul. Por ocasião da XII UNCTAD, no passado mês de abril, o Presidente Lula foi pela segunda vez a Gana e assinou quatro acordos complementares nas áreas de biodiesel, mandioca, florestamento e HIV/AIDS.



O resultado desse dinamizado diálogo político, tornado possível pelos mencionados encontros e visitas, refletiu-se no comércio bilateral, que apresentou notáveis índices. Se, em 2002, o Brasil exportou 57 milhões de dólares, registrou-se um incremento de seis vezes esse valor, a saber, 320 milhões de dólares, em 2007. De acordo com esses números, Gana é o sétimo maior parceiro comercial do Brasil na África e o quarto na região subsaariana. Por sua vez, o Brasil é o sexto maior supridor do mercado ganense, com 4% do total das importações efetuadas por Gana, tendo as exportações de Gana para o Brasil dobrado nos dois últimos anos.

2.2. *Relações Comerciais*

Dentre todos os 53 países da África, Gana tem sido, nos últimos anos, um dos maiores importadores de produtos do Brasil. Assim, em 2006, Gana foi o sétimo maior comprador de produtos brasileiros e em janeiro de 2007 passou para o quinto lugar, atrás apenas de Nigéria, RAS, Angola e Egito.

Os produtos brasileiros mais vendidos são a gasolina e o açúcar que, juntos, detêm a fatia de 73,44 %. Os outros 26,56% correspondem a vendas de carnes desossadas, polietileno, automóveis, frangos, caminhões, etc.

Segundo a embaixada do Brasil em Acraa, a balança comercial Brasil-Gana de 2008 consolidou as principais tendências que sempre a caracterizaram: lenta desconcentração da pauta e inclusão de produtos de maior valor agregado. Fato novo é o rápido crescimento das exportações ganenses para nosso país, as quais aumentaram em 267%, graças, sobretudo às vendas de cacau inteiro (91,28% do total exportado) e de pasta de cacau (8,10%). O saldo a favor do Brasil, um dos maiores obtidos na África, contudo, não chegou a ser momentaneamente afetado e até aumentou em relação a 2007, chegando a cerca de US\$ 334 milhões.

Como era de se prever, açúcar e gasolina continuam hegemônicos entre as exportações brasileiras, apesar de os embarques desta última terem diminuído em 29,40%, em termos de valor, e em quase a metade, em matéria de volume. Assim, açúcar e gasolina, juntos, perfazem mais de 57% da pauta, cifra bem inferior aos 75% de poucos anos atrás. Os embarques de açúcar, ao contrário dos de combustíveis, de resto, aumentaram 33,50% e totalizaram mais de US\$145 milhões.

Quanto à segunda tendência, a da sofisticação da pauta, vale observar que os dois itens que mais cresceram apresentam alto valor agregado. Trata-se de fios-máquina de ferro/aço e de bulldozers e “angledozers” de lagartas. O primeiro aumentou em 296,95% suas vendas para Gana e é hoje o quarto artigo mais vendido, após os citados açúcar e gasolina e frango em pedaços, com US\$ 16,228,929 apurados em 2008. O outro item, bulldozers de lagartas, cresceu 295,63% e vendeu US\$ 1,689 milhão.

Por último, cumpre assinalar que, apesar de toda a crise financeira global, que afeta sobremaneira este país, as exportações do Brasil para Gana aumentaram, em 2008, 7,32% em relação ao ano anterior.



2.3. Investimentos

Existem instalações da Embrapa África em Acra-Gana que foram inauguradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Silvio Crestana, em 2008. Crestana assinou um memorando de entendimento com Constran S/A Construções e Comércio para execução de projetos nas áreas de monitoramento da produção de cana-de-açúcar em Gana. Na nova sede, são desenvolvidas atividades como treinamentos para técnicos africanos, em parceria com o Conselho para Pesquisa Científica e Industrial (CSIR) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O memorando de entendimento tem duração de cinco anos, com expectativa de produzir 180 milhões de litros de álcool por ano, em 30 mil hectares de plantio de cana-de-açúcar na região norte de Gana. Para Silvio Crestana, o projeto contribuirá para abertura de fronteiras para a iniciativa privada brasileira, em termos de negócios ou de contribuição social.

Essa cooperação incluirá as atividades de avaliação técnica das áreas de produção da cultura, do projeto de produção, elaboração de estudos de viabilidade para o uso de irrigação, acompanhamento e monitoramento das atividades de campo, agricultura de conservação, entre outros pontos.

3. Conclusões Parciais

A continuação do aprofundamento das relações do Brasil com Gana pode ser pela cooperação técnica nas áreas de comércio e de indústria (SESC e SENAI). A qualificação da mão-de-obra local ajudaria as empresas brasileiras que se instalassem em Gana. A iniciativa ajudaria a afastar reações não favoráveis aos brasileiros, na medida em que as empresas poderiam abrir postos de trabalho para cidadãos locais.

Costa do Marfim

1. Relações China e Costa do Marfim

1.1. Histórico das Relações

A China e a República da Costa do Marfim firmaram relações oficiais em 2 de Março de 1983, com a abertura primeiramente da embaixada chinesa em Abidjan e em seguida da embaixada da Costa do Marfim em Pequim. Importante notar que, comparativamente, o estabelecimento das relações com o país se deu mais tarde do que a maioria dos países apresentados neste relatório.

Foi durante o clima de instabilidade que surgiu no país que a China se aproximou seus laços, algo que é observado não somente na Costa do Marfim, mas também na África como um todo. Importante destacar também que a Costa do Marfim participou de todas as reuniões organizadas do *Forum on China-Africa Cooperation*, inclusive em 2006 na cidade de Pequim.



Em relação aos acordos assinados entre os países, temos três no setor de comércio (1985, 1996 e 2002); acordos na área de desenvolvimento agrícola por meio da envio de técnicos ao país e na de cultura.

1.2. Relações Comerciais

Depois de uma evolução nas exportações marfinenses para a China entre 1995-1998, de US\$ 7.108 milhões para US\$ 19.936 milhões, estas sofreram um declínio entre 1999-2002, chegando ao ponto mais baixo em 2000, com US\$ 3.389 milhões. Esta variação pode ser explicada devido à primeira crise política no país seguido da segunda crise em 2002.

As exportações para a China retomariam seu ritmo crescendo já em 2003, com o valor de US\$ 62 milhões, representando, porém ainda, aproximadamente 1.13% do total exportado pelo país (ROCHE, 2008, p. 17). Já em 2006 as exportações chegaram à US\$ 106,62 milhões, mas mantiveram uma porcentagem baixa de participação, de 1.31% do total.

Em relação à composição das exportações, entre 2000 e 2001, o principal produto era o cacau; em 2003 este posto já era do algodão ao passo que em 2006 o petróleo era responsável por 54.2% do total exportado para a China. A tabela a seguir exemplifica claramente os produtos, seus valores e porcentagens em 2001, 2003 e 2006.

Tabela 37: Exportações da Costa do Marfim para a China, 2001, 2003 e 2006 (US\$ milhões).

Produto	2001			2003			2006		
	China	Total	% Total	China	Total	% Total	China	Total	% Total
Cacau em grãos	2.738	1006.503	0,27	6.195	1737.125	0,357	5.660	1422.940	0,398
Cacau processado	0.181	301.733	0,06	0.838	629.157	0,133	6.087	612.144	0,994
Café em grãos	0	0	0	0	79.068	0	0	110.916	0
Café Processado	0	37.745	0	0	63.329	0	0	55.462	0
Total Café e Cacau	2.964	1345.982	0,220	7.033	2508.679	0,280	11.747	2201.461	0,534
Algodão	0	124.098	0	54.447	177.820	30.619	30.357	113.048	26.853
Petróleo Crú	0	55.140	0	0	196.133	0	57.789	0	4.410
Produtos de Petróleo	0	485.274	0	0	507.925	0	0	1694.062	0
Total Petróleo	0	540.415	0	0	704.058	0	57.789	3004.417	1,923

Roche, Seka Pierre. Relations économiques entre la Chine et l'Afrique : Le cas de la Côte d'Ivoire. Março 2008. p. 3. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Chine-CotedIvoire.pdf>

Com relação as importações da Costa do Marfim vindas da China, temos principalmente maquinário elétrico, cerâmica, vidro, borracha e fibras têxteis que não o algodão. E assim como na questão das



exportações, a China também tem um papel muito pequeno nas importações, ao passo que em 2006 a China representou 3.2% do total das importações da Costa do Marfim (ROCHE, 2008, p. 19), com valor de US\$ 251.41 milhões, um crescimento em relação aos US\$ 123.10 milhões em 2003 e US\$ 75.76 milhões em 2001. Posto isto, o que se deriva das duas contas é que a China mantém superávit comercial com a Costa do Marfim, chegando ao valor de US\$ 144.79 milhões em favor da China no ano de 2006.

1.3. Investimentos

Quanto aos investimentos chineses no país, estes ainda não atingiram o nível esperado pelos chineses, ao passo que obstáculos são observados: algumas altas taxas de importação no país como ocorreram com fábrica de automóveis e diferença de visão entre os chineses e os costa-marfinenses. A tabela a seguir mostra os projetos ainda não completos e/ou abandonadas que foram realizados por capital chinês.

Tabela 38: Projetos Chineses na Costa do Marfim e suas localidades

Projeto	Localidade
Fábrica de montagem de carros em Yopougon	Problema para decisão da localidade
Criação de uma companhia agrícola em Yamoussoukro	Projeto cancelado por falta de parceiro local.
Fábrica de montagem de computadores	Projeto cancelado por não ser economicamente eficaz.
Mineração de ouro com parceira com a SODEMI	Problema de segurança
Mineração de Manganésio em Grand Lahou com parceira com a SODEMI	Não realizado
Criação de uma fábrica de chocolate na China	Não realizado
Fábrica de produção de jeans e camisetas	Não realizado
Fábrica de papel	Não realizado

Fonte: Roche, Seka Pierre. Relations économiques entre la Chine et l'Afrique : Le cas de la Côte d'Ivoire. Março 2008. p. 14. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Chine-CotedIvoire.pdf>

Porém, uma grande quantidade de investimentos foi realizada durante o período de 1996-2006, girando em torno de US\$ 23.257 milhões. A tabela a seguir divide por períodos o valor dos investimentos chineses no país.



Tabela 39: Investimento Chinês na Costa do Marfim e seus valores 1996-2006 (US\$ milhões).

	1996-1999	2000-2002	2003	2005	2006	TOTAL
Investimento Chinês	7.800.602	14.338.439	-	965.911	419	23.257.370
Total de IDE	629.305.597	400.133.618	28.043.470	62.585.973	100.051.255	1.220.119.913
Participação Chinesa (%)	1,24	3,58	-	1,54	0,15	1,91

Fonte Roche, Seka Pierre. Relations économiques entre la Chine et l'Afrique : Le cas de la Côte d'Ivoire. Março 2008. p. 14. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Chine-CotedIvoire.pdf>

Como se percebe pela tabela, a participação geral chinesa nos investimentos estrangeiros na Costa do Marfim ainda se mantém mínima, sem muitos grandes avanços nos anos recentes.

2. Relações Brasil e Costa do Marfim

2.1. Histórico das Relações

Tabela 40: Cronologia Recente das Relações Bilaterais entre Brasil e Costa do Marfim

Atividade	Data
Ministro da Produção Animal e dos Recursos Haliêuticos de Côte d'Ivoire, Kobenan Kouassi Adjoumani, participa da 11ª edição da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, em São Paulo.	Abril e Maio de 2004
Ministro das Relações com as Instituições da República de Côte d'Ivoire visit Brasília.	Junho e Julho de 2004
Brasil participa da Quarta Reunião do Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Acordo Político de Uagadugu (APU).	Março de 2008
Brasil participa da V Reunião do Comitê de Acompanhamento do APU.	Julho de 2008
Delegação de Côte d'Ivoire participa da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, em São Paulo.	Novembro de 2008
Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, reúne-se com o Presidente de Côte d'Ivoire, Laurent Gbagbo, às margens da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento de Doha.	Novembro de 2008



Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	24/10/1972	24/10/1972		
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	27/10/1972	06/11/1973	73270	07/12/1973
Acordo Comercial.	27/10/1972	06/11/1973	73256	05/12/1973
Acordo Cultural e Educacional.	27/10/1972	06/11/1973	73270	07/12/1973
Protocolo de Entendimentos havidos por Ocasião da Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura da Costa do Marfim.	15/08/1979	15/08/1979		
Tratado de Amizade e Cooperação.	14/09/1979	11/04/1986	92747	04/06/1986
Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	12/05/1987	12/05/1987		

Fonte: Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/africa/costa-do-marfim/pdf>>. Acesso em 03 nov. 2010.

2.2. Relações Comerciais

O Comércio do Brasil com a Costa do Marfim, ainda que em taxas crescentes como se observa pela tabela abaixo, está concentrada numa pequena pauta. O Brasil exporta principalmente açúcares e produtos de confeitoraria; plástico e suas obras; ferro fundido; carnes e produtos químicos orgânicos. Por outro lado o Brasil importa principalmente cacau e suas preparações; e, borracha e suas obras.

Tabela 41: Intercâmbio Bilateral entre Brasil e Costa do Marfim – US\$ mil

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (JAN-MAR)
Intercâmbio	67.852	55.550	62.118	106.961	123.071	173.712	198.429	36.740
Exportações	26.358	40.983	44.424	72.160	60.407	73.700	117.955	11.852
Importações	41.949	14.567	17.694	34.801	62.664	100.012	80.473	24.887
Saldo	-15.136	26.415	26.729	37.359	-2.257	-26.312	37.481	-13.035

Fonte: MIDC



Tabela 42: Exportações do Brasil para a Costa do Marfim, 2009-2010 (US\$ mil).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COSTA DO MARFIM (US\$ mil - fob)	2 0 0 9 (jan-mai)	% no total	2 0 1 0 (jan-mai)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitoria	27.190	63,2%	8.805	39,3%
Plásticos e suas obras	5.552	12,9%	3.111	13,9%
Ferro fundido, ferro ouçoço	0	0,0%	2.222	9,9%
Canes e miudezas, comestíveis	2.787	6,5%	2.117	9,4%
Produtos químicos orgânicos	0	0,0%	1.585	7,1%
Subtotal	35.529	82,5%	17.840	79,5%
Demais Produtos	7.514	17,5%	4.590	20,5%
TOTAL GERAL	43.043	100,0%	22.430	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Cacau e suas preparações	44.796	92,3%	30.783	90,1%
Borracha e suas obras	2.516	5,2%	3.371	9,9%
Subtotal	47.312	97,5%	34.154	100,0%
Demais Produtos	1.228	2,5%	1	0,0%
TOTAL GERAL	48.540	100,0%	34.155	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 03 nov. 2010

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano.

3. Conclusões Parciais

Os chineses estão participando em vantagem no intercâmbio com a Costa do Marfim, comparando-se ao Brasil. As trocas comerciais entre o Brasil e Costa do Marfim são pouco densas que podem ser melhoradas qualitativamente, pelo que se vê nos quadros acima.

Libéria

1. Relações China e Libéria

1.1. Histórico das Relações

As relações entre a China e a República da Libéria são marcadas por muitas idas e vindas. Suas primeiras relações diplomáticas oficiais foram estabelecidas em 17 de Fevereiro de 1977, porém em 9 de Outubro de 1989 o país retomou suas atividades com Taiwan, obrigado a China, um dia depois, em suspender as relações. Em 10 de Agosto de 1993 a China voltou com suas relações com a Libéria, porém, em 5 de Setembro de 1997, a Libéria, ao reconhecer a existência de “duas Chinas”, obrigou a China a mais uma vez a suspender as relações em 9 de Setembro daquele mesmo ano (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

E mais uma vez, em 11 de Outubro de 2003, a Libéria afirmou que havia suspendido suas relações com Taiwan, possibilitando novamente que a troca de diplomatas e o firmamento oficial entre os dois países, China e Libéria, fossem firmados (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003)



Assim como ocorre em outros países, a China também firmou acordos nos setores de cultura; na educação, quando entre 1977 e 1989 diversos estudantes da Libéria foram à China; e na área da saúde, ao passo que 42 médicos chineses já foram mandados ao país (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

Em visita ao país em Fevereiro de 2007, o atual presidente chinês Hu Jintao prometeu cancelar uma dívida de US\$ 10 milhões com a Libéria, assim como garantir mais US\$ 25 milhões para a reconstrução de parte da infraestrutura do país que fora destruída durante a guerra civil de 1989 a 2003 (BBC, 2007).

Em 2009 a China abriu em sua embaixada no país um curso de chinês de graça para os locais, buscando assim aprofundar as relações entre os dois países (PAYE-LAYLEH, 2009).

1.2. Relações Comerciais

No ano de 2001, o comércio entre os dois países foi de US\$ 141.51 milhões sendo que as exportações da China compreendiam US\$ 112.72 milhões e as importações US\$ 28.787 milhões.

Outras maiores informações sobre as relações comerciais entre os dois países não foram encontradas.

1.3. Investimentos

A China Union firmou em 2008 um investimento em uma mina de ferro localizada a 150 quilômetros da capital, Monrovia, no valor de US\$ 2.6 bilhões, o maior já feito em toda Libéria e um dos maiores em toda a China. Consequentemente, uma refinaria com capacidade de um milhão de toneladas por ano seria construída, o que poderia criar 3 mil empregos nos três anos consequentes, ao passo que estimativas projetam mais de 70 mil no longo prazo (XING, 2008).

Um projeto ainda no papel é da companhia chinesa *Dalian International Cooperation (Group) Holdings*, a qual, aproveitando a baixa infraestrutura de estradas do país e as fortes estações de chuva no país, planeja desenvolver transporte de cabotagem no país, utilizando os portos de Buchanan, Robertsport, Harper Greenville e Monrovia, reduzindo assim a pressão existente no transporte de produtos dentro do país (ALLAFRICA.COM, 2009).

Em um momento mais recente, em Março de 2010, a *Wuhan Iron & Steel*, a terceira mais siderúrgica da China comprou 60% de uma mina de ferro no país, pelo valor de US\$ 68.46 milhões, sendo a expectativa de produção na ordem de 10 milhões de toneladas de minério por ano, ao passo que a mina possui 1.31 bilhões de toneladas comprovadas e 2.785 bilhões de toneladas de reservas potenciais (ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).



2. Relações Brasil e Libéria

2.1. Histórico das Relações

Tabela 43: Atos Bilaterais entre o Brasil e a Libéria.

Atividade	Data
Assinado o primeiro acordo entre os dois países (Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias).	1925
Missão comercial brasileira visita a África Ocidental, passando por Monróvia.	1965
Instalação do Consulado honorário brasileiro na Libéria.	1966
Nova missão comercial visita o país africano.	1973
Ministro da Indústria e Comércio da Libéria, William Dennis, visita o Brasil à frente de uma missão econômica. Na ocasião, é assinado acordo comercial.	1977
Criada a Embaixada do Brasil em Monróvia, com sede em Abidjá.	1978
Durante entrega das Cartas Credenciais da Embaixadora do Brasil na Libéria (residente em Abidjá), Maria Auxiliadora Figueiredo, a Presidente Sirleaf demonstra grande interesse em estabelecer cooperação ativa com o Brasil, sobretudo nas áreas de saúde, educação, agricultura, energia e governança.	2008
Em fevereiro, missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visita a Libéria para tratar de cooperação em agricultura e saúde e técnico do MAPA viaja a Monróvia para colaborar no combate à praga da "lagarta militar". Em junho, Brasil e Libéria assinam Acordo-Quadro de Cooperação Técnica. Em agosto, missão da Libéria visita a FUNDAP, para tratar de cooperação na área de fortalecimento institucional. Em novembro, representante da Libéria participa da II Semana do Etanol, seminário organizado, em Ribeirão Preto, pelo MAPA, ABC e Universidade Federal de São Carlos.	2009
Em fevereiro, visita oficial da Chanceler Akerele ao Brasil. Em março, missão de prospecção do MDIC à Libéria. Em março, a Presidente Ellen Johnson-Sirleaf visita o Brasil.	2010



Tabela 44: Atos Bilaterais entre o Brasil e a Libéria.

Título	Data da Celebração	Entrada em Vigor	Data de Promulgação
Tratado para a solução pacífica de controvérsias	15/07/1925	14/01/1935	02/07/1935
1º Acordo Comercial	13/05/1965	Não Ratificado	16/06/1966
2º Acordo Comercial	21/11/1977	28/08/1978	06/11/1978
Acordo Básico de Cooperação Técnica	29/05/2009	-	-

Fonte: Itamaraty. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/africa/liberia/pdf> >.

Acesso em 03 nov. 2010.

2.2. Relações Comerciais

O Brasil não se diferencia da Libéria em sua estrutura comercial tida com os países africanos. Conforme se observa pela tabela baixo, ainda que seu intercâmbio bilateral com a Libéria tenha crescido ao longo dos anos, seus valores ainda são baixo visto o potencial de negócios entre os países.

Tabela 45: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Libéria, 2002-2010 (US\$ mil)

Brasil-Libéria	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan/ Mar 2010
Intercâmbio	1.548	2.264	28.120	8.888	10.848	17.165	16.264	13.501	4.130
Exportações	1.463	2.264	28.015	8.781	10.725	17.142	16.181	13.210	3.906
Importações	85	0	105	107	123	23	83	291	223
Saldo	1.378	2.264	27.910	8.674	10.602	17.119	16.098	12.919	4.353

Fonte: MIDC

Da mesma forma, a pauta de exportações brasileira para o país africano se mantém muito parecida com aquela mostrada para a Costa do Marfim ou para a maioria dos países africanos. Diferencia-se, entretanto, nas suas importações que são principalmente de tecidos e produtos a base de amidos.



Tabela 46: Exportações do Brasil para a Libéria, 2009-2010 (US\$ mil).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LIBÉRIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 9 (jan-fev)	% do total	2 0 1 0 (jan-fev)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitearia	188	16,5%	1.296	57,4%
Carnes e miudezas comestíveis	114	10,0%	350	15,5%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	165	14,4%	191	8,5%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	87	7,6%	172	7,6%
Produtos cerâmicos	89	7,8%	101	4,5%
Cereais	0	0,0%	96	4,3%
Plásticos e suas obras	12	1,1%	4	0,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	55	4,8%	0	0,0%
Borracha e suas obras	57	5,0%	0	0,0%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	365	32,0%	0	0,0%
Subtotal	1.132	99,1%	2.210	97,9%
Demais Produtos	10	0,9%	47	2,1%
TOTAL GERAL	1.142	100,0%	2.257	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos	0	0,0%	64	36,1%
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos	0	0,0%	63	35,6%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	0	0,0%	30	16,9%
Produtos diversos das indústria químicas	0	0,0%	13	7,3%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0	0,0%	4	2,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	7	98,6%	3	1,5%
Subtotal	7	98,6%	177	99,7%
Demais Produtos	0	1,4%	1	0,3%
TOTAL GERAL	7	100,0%	177	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>. Acessado em 03

nov. 2010

2.3. Investimentos

Em outubro de 2010 a Vale, Mineradora brasileira, assinou com o governo da Libéria um acordo para desenvolvimento de infraestrutura, que tem como objetivo o transporte de minério de ferro da Guiné para um porto liberiano. A informação foi dada por Eduardo Ledsham, diretor executivo para Exploração, Energia e Projetos da companhia, durante um evento naquele mesmo mês em Londres⁸³.

A mineradora brasileira planeja investir mais de US\$ 5 bilhões para desenvolver o projeto de Simandou, na Guiné, um dos depósitos de minério de mais alta qualidade do mundo. A empresa pretende reabilitar a ferrovia trans-Guiné e construir uma ferrovia trans-Libéria para transportar a matéria-prima até o litoral, a partir de onde ela poderá ser exportada.

Segundo Ledsham, a Vale assinou um acordo para construir uma ferrovia trans-Libéria que vai ser capaz de transportar 50 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano para o porto que planeja construir, que terá capacidade de embarcar o mesmo volume anual.

O projeto Simandou será desenvolvido em duas partes separadas simultaneamente. O projeto Zogota, no sul da Guiné, será o primeiro a produzir minério no fim de 2012 e terá capacidade para produzir 2 milhões de toneladas por ano.

⁸³ Vale faz acordo com Libéria para construção de ferrovia. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/not_39643.htm>. Acesso em: 03 nov. 2010.



Ressalta-se, entretanto que o acordo tem caráter preliminar e ainda precisa ser aprovado pelo congresso nacional da República da Libéria⁸⁴. A empresa brasileira também informou que, até que os pontos do acordo sejam implantados, o governo da Libéria garantirá o acesso facilitado à infraestrutura já existente no país.

3. Conclusões Parciais

Posto que os chineses estejam já fortemente inseridos na Libéria, os recentes interesses da Vale do Rio Doce justificam maior assertividade brasileira em relação ao país africano. No caso, pode ser visualizada alguma concorrência, ou competição entre o Brasil e a China, em terras liberianas. Dadas as melhores perspectivas após as guerras domésticas, seria interessante uma aproximação de maior envergadura com aquele país.

Serra Leoa

1. Relações China e Serra Leoa

1.1. Histórico das Relações

Os dois países estabeleceram relações diplomáticas oficiais em 29 de Julho de 1971 e desde então tem mantido relações estáveis durante o tempo.

Um importante projeto que esta sendo desenvolvido no país é no setor de agricultura por meio do *Wuhan Municipal Foreign Co-operation*, empresa pública chinesa, que tem garantido o acesso a diversas famílias ao cultivo do arroz híbrido, assim como fertilizantes e técnicas, ainda que simples, mas não conhecidas às famílias locais. Ademais, a WMFC investiu US\$ 800 mil em assistência às famílias locais. Este projeto, além de ajudar as famílias, também melhor a situação geral do país, ao passo que ajuda a diminuir a dependência às importações de arroz. As platanções estão atualmente rendendo 4.5 toneladas por hectare, algo entre duas e três vezes maior que uma plantação tropical (FOFANAH, 2010).

1.2. Relações Comerciais

Ainda que pouco disponível os valores de troca, em 2002 o volume de trocas chegou a US\$ 14.57 milhões, sendo as exportações chinesas responsáveis por US\$ 14.41 milhões e as exportações de Serra Leoa na ordem de US\$ 0.16 milhões (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

⁸⁴ Vale assina acordo para desenvolver infraestrutura na Libéria. Disponível em: <http://www.santander.com.br/portal/psb/gcm/package/investimentos/default_48571/default.htm?sURL=http://portaldeinvestimentossantander.clientes.ananke.com.br/aqui_voce_pode/noticias_do_mercado/tpl_noticia.asp?CDUID=19309811>. Acesso em: 03 nov. 2010.



1.3. Investimentos

Desde o estabelecimento das relações, a China ajudou Serra Leoa a completar inúmeros projetos, como popularização de técnicas de cultivo de arroz, construção de pontes, do Estádio Nacional, escritórios do governo, hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2006).

A cooperação mútua entre as duas partes teve inicio em 1984 no setor de pesca, entre a *Fujian-Africa Fishing Company of China* e a *Okey Agent Company of Sierra Leone* (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS , 2003)

No ano de 2005, a companhia chinesa *Henan Guoji*, propôs investir US\$ 200 milhões em Lumley Beach, para a construção de hotéis, centros de conferência e poliesportivos, cassinos e clubes noturnos (ANWAR , 2005). O contrato acabou sendo assinado no valor de US\$ 266 milhões em *Joint Venture* com o Ministério de Turismo de Serra Leoa, marcando assim a construção de um hotel de luxo com 250 dormitórios além dos serviços auxiliares. Em anexo é possível ver uma das imagens do projeto proposto.

Em 2010 a *China Shandong Iron and Steel Group*, propôs investimentos no valor de US\$ 1.5 bilhões de um total de US\$ 6 bilhões do projeto de compra de minério de ferro, aproximadamente 10 milhões de toneladas por ano em troca da construção da infraestrutura necessária para a utilização da mina (SCANLON , 2010).

2. Relações Brasil e Serra Leoa

2.1. Histórico das Relações

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1961 Envio de missão parlamentar brasileira para a celebração da independência serra-leonesa.

1974 Brasil e Serra Leoa estabelecem relações diplomáticas, com Embaixada do Brasil em Acrá respondendo pelo país africano e representação serra-leonesa em Brasília (com sede em Washington).

2000 Cumulatividade de Serra Leoa é transferida de Acrá para a Embaixada em Abidjã, Côte d'Ivoire; em abril de 2008, ela passaria para Conacri, na Guiné.

2007 Embaixador do Brasil em Gana, Luís Fernando Serra, é recebido pelo Presidente de Serra Leoa, Ernest Koroma, que se encontrava em Acrá, em visita oficial.

2008 Os presidentes Lula e Koroma se encontram à margem da XII UNCTAD, em 20 de abril.

2008 Em maio, a Chanceler Zainab Bangura visita



2.2. Relações Comerciais

Um levantamento da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC⁸⁵ mostra que, de janeiro a setembro de 2009, as exportações brasileiras para Serra Leoa atingiram US\$ 13,3 milhões, o que representou crescimento de 3% sobre o mesmo período do ano anterior - de US\$ 12,9 milhões. A participação de Serra Leoa na pauta de exportação brasileira é pequena (0,012%) e o país ocupou a 130^ª posição entre os mercados compradores de produtos brasileiros. A pauta de exportação, nesses nove meses de 2009, foi composta por 94,4% de produtos industrializados e 4,4% de produtos básicos.

Na importação, foram contabilizados US\$ 197 mil no mesmo período, um aumento de 24,7% em relação a janeiro-setembro de 2008, quando foram registradas compras no valor de US\$ 158 mil. O país ocupou a 142^ª posição entre os países fornecedores de produtos ao Brasil, com participação de 0,0002%. A pauta de importação foi composta de poucos produtos, sendo os principais: minérios de titânio (56,8%), partes de guindastes (22,3%), partes de móveis (11,8%) e obras de ferro/aço (5,7%).

Tabela 47: Comércio Bilateral entre Brasil e Serra Leoa, 2002-2010 (US\$ mil).

Brasil – Serra Leoa	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (jan-mar)
Intercâmbio	3.194	4.363	7.201	7.860	9.897	17.201	19.820	15.329	1.587
Exportações	3.194	4.362	7.186	7.860	9.850	16.947	19.504	15.117	1.560
Importações	0	1	15	0	47	254	316	213	27
Saldo brasileiro	3.194	4.361	7.171	7.860	9.803	16.693	19.188	14.905	1.533

Fonte: MDIC.

⁸⁵ Serra Leoa reeve missão oficial do governo brasileiro. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=9398>>. Acesso em: 06 nov. 2010.



Tabela 48: Composição das Exportações do Brasil para Serra Leoa 2008-2009 (US\$ milhões).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SERRA LEOA (US\$ mil - fob)	2 0 0 8 (jan-jul)	% do total	2 0 0 9 (jan-jul)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitoria	1.390	15,8%	4.840	43,0%
Fumo(tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	3.030	34,4%	2.218	19,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	261	3,0%	721	6,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.253	14,2%	681	6,0%
Papel e cartão, obras de papel de pasta de celulose	479	5,4%	474	4,2%
Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc.	233	2,6%	404	3,6%
Carnes e miudezas, comestíveis	610	6,9%	375	3,3%
Produtos cerâmicos	312	3,5%	329	2,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	424	4,8%	283	2,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	510	5,8%	247	2,2%
Subtotal	8.502	96,4%	10.572	93,8%
Demais Produtos	313	3,6%	695	6,2%
TOTAL GERAL	8.815	100,0%	11.267	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Minérios, escórias e cinzas	0,0	0,0%	112,0	60,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,0	0,0%	44,0	23,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	60,0	87,0%	13,0	7,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0,0	0,0%	11,0	5,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	7,0	10,1%	6,0	3,2%
Calçados, polâinhas e artefatos semelhantes, e suas partes	1,0	1,4%	0,0	0,0%
Subtotal	68,0	98,6%	186,0	100,0%
Demais Produtos	1,0	1,4%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	69,0	100,0%	186,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alíquota e web.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul/2009.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano. Entretanto, destaca-se o envio de uma missão brasileira à Serra Leoa, em 2009. A missão oficial do Brasil serviu para mapear oportunidades de investimento em Serra Leoa. O país africano busca investimentos brasileiros, sobretudo para a construção de aeroportos, portos, estradas e outras obras de infraestrutura.

Segundo o secretário-executivo do MDIC, Ivan Ramalho, que esta chefiou missão oficial a Serra Leoa, as empresas brasileiras que quiserem investir no país poderão receber financiamento, após aprovação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

3. Conclusões Parciais

Trata-se de parceria potencial para o Brasil. Os chineses já procuram desenvolver capacidades para a exploração de recursos minerais.



Guiné

1. Relações China e Guiné

1.1. Histórico das Relações

A Guiné foi o primeiro país da África Sub Saariana a estabelecer relações diplomáticas oficiais com a China, em 14 de Outubro de 1959 (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003). Desde o inicio das relações diverso foram os acordos assinados entre as duas partes, os quais: em 1959, acordo para cooperação cultural; em 1967, acordo na área de saúde, com a presença de médicos chineses na Guiné a partir de 1968; na educação, com o intercâmbio de estudantes da Guiné para a China, sendo que até 2002, 46 estavam estudando em universidades chinesas.

Em Janeiro de 1997, os dois países também assinaram acordo para a definição de projetos de agricultura na cidade de Koba.

1.2. Relações Comerciais

Em 2001, o valor exportado para a China em relação ao total exportado não passava de 0.01%, contudo, este valor vem crescendo ao passar dos anos. Em 2003 a China se tornou o segundo principal parceiro comercial de Guiné, estando somente atrás da França (FALIL, 2009, p. 5).

Em relação a composição das exportações da Guiné, estas ainda são bastante restritas, focando apenas em alguns produtos, a saber: madeira, cortiça, peixe, borracha e metais não ferrosos.

Por outro lado, as importações da Guiné vindas da China sofreram um crescimento meteórico nesta última década, passando de US\$ 43 milhões no ano de 2002 para US\$ 175 milhões em 2006, sendo aproximadamente um terço destas são compostas de têxteis e outros produtos fabris. Ademais, outros produtos importados são máquinas e equipamentos elétricos e de telecomunicação (FALIL, 2009, p. 6).

1.3. Investimentos

Alguns números mostram que o total de investimento direto estrangeiro no país no final de 2005 foi de US\$ 686 milhões, e o investimento Chinês segundo dados da UNCTAD de US\$ 44.2 milhões, ou seja, aproximadamente 6.4% de todo o investimento estrangeiro no país (FALIL, 2009, p. 6).

A companhia chinesa *Shandong Yahé Guinea Textile Complex*, comprou em 2002 todo o capital de uma antiga empresa têxtil pública, contando atualmente com 22 trabalhadores chineses e 97 locais. Esta produz materiais em algodão com impressões em diversos modelos e cores (FALIL, 2009, p. 7). Em 2004 foi fundada a Sociedade de Produtos Artesanais de Huali na Guiné, que produz têxteis para casa.

Outra importante empresa que atua na Guiné é a *Huawei Technologies*, presente no mercado de telecomunicações, operando juntamente com uma prestadora local de serviços, a *Sotelgui*, vendendo produtos para redes fixas e sem fio (FALIL, 2009, p. 7).



2. Relações Brasil e Guiné

2.1. Histórico das Relações

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005/2006: Abertura das Embaixadas residentes da Guiné em Brasília e do Brasil em Conacri

Julho de 2005: Fodé Touré é acreditado Embaixador da Guiné em Brasília

Dezembro de 2005: início das operações da Vale na Guiné

Agosto de 2007: Visita da Embrapa à Guiné

Setembro de 2007: Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné, Abdoul Kabele Camara, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas

Junho de 2008: José Fiúza Neto é acreditado Embaixador do Brasil em Conacri

Setembro de 2008: Missão da Eletrobrás/Eletronorte visita a Guiné

Setembro de 2008: Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné, Amadou Lamarana Bah, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas

ATOS BILATERAIS

1980: Comunicado Conjunto

1988: Acordo que cria Comissão Mista

2.2. Relações Comerciais

Seguindo o padrão das relações comerciais do Brasil com os países africanos, observa-se pela tabela abaixo que o fluxo comercial entre os países é tímido porém com superávit para o Brasil. Informações sobre a pauta de exportação/importação do Brasil para a Guiné, entretanto, não foram encontradas.



Tabela 49: Comércio Bilateral Brasil – Guiné, 2002-2009 (US\$ mil).

Brasil –Guiné (US\$ mil FOB)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (jan-mar)
Intercâmbio	13.931	12.772	14.705	20.387	29.548	32.095	65.278	61.067	9.400
Exportações	13.918	12.772	14.701	20.387	29.545	31.720	65.277	61.067	9.400
Importações	13	0	4	0	3	375	1	0	0
Saldo para o Brasil	13.905	12.772	14.697	20.387	29.542	31.344	65.276	61.067	9.400

Fonte: MIDC

2.3. Investimentos

Em 2010 a Vale (VALE5) adquiriu da BSG Resources Ltd. (BSGR) participação de 51% na BSG Resources (Guinea) Ltd., que detém concessões de minério de ferro na Guiné, em Simandou Sul (Zogota) e licenças de exploração em Simandou Norte (Blocos 1 & 2). A Vale pagará pela aquisição dos ativos US\$ 2,5 bilhões, dos quais US\$ 500 milhões à vista, e os US\$ 2 bilhões restantes em etapas sujeitas ao cumprimento de metas específicas.

De acordo com a mineradora brasileira, Simandou Blocos 1 & 2 e Zogota estão entre os melhores depósitos de minério de ferro ainda não explorados no mundo com alta qualidade e potencial para o desenvolvimento de projeto de larga escala e longa duração, com baixo custo operacional e de investimento.

A joint venture entre Vale e BSGR implementará o projeto Zogota e conduzirá estudos de viabilidade para os Blocos 1 & 2, com a criação de um corredor logístico para escoamento através da Libéria. Pelo direito de escoar pela Libéria, a joint venture tem o compromisso de renovar 660 km da ferrovia Trans-Guiné para transporte de passageiros e cargas leves. A Vale será responsável pela gestão dos ativos, marketing e vendas da joint venture com a exclusividade do off-take do minério de ferro produzido.

3. Conclusões Parciais

A presença de empresa brasileira de produção de *commodities* justifica maior atenção com aquele país. A implantação de corredor logístico já justifica a permanente atenção, pois se trata de implantação, operação, manutenção e garantia da segurança das instalações.



Guiné Bissau

1. Relações China e Guiné Bissau

1.1. Histórico das Relações

A Estado-nação de Guiné Bissau se chocou com a China em 1990 quando reconheceu diplomaticamente Taipei depois de 26 anos de relações com Pequim. A troca foi particularmente ressentida pela China uma vez que este país foi um importante apoiador de Guiné Bissau durante os doze anos de luta por independência do país. A China, na época, treinou muitos dos líderes da guerrilha de Guiné Bissau, incluindo o então presidente da época, João Bernardo 'Nino' Vieira, além de ter dado extensivo apoio diplomático ao país (Horta, op. Cit.).

A despeito de a China não possuir nenhum interesse maior ou imediato na Guiné Bissau, esta tem expandido decididamente sua presença no país após 1998, quando a ex-colônia portuguesa restaurou seus laços diplomáticos com Pequim, em detrimento de Taipei. Segundo Horta, o objetivo inicial da China é aprofundar seus laços com Bissau como forma de minimizar as chances de Taiwan retornar ao país. Em verdade, Pequim objetiva a completa erradicação da influência taiwanesa, particularmente qualquer presença diplomática ou política nos países de língua portuguesa. No longo prazo, a China pode vir a ter acesso a importantes reservas de petróleo que, acredita-se, existam ao longo da costa da Guiné Bissau.

No entanto, o que acontece é que Guiné Bissau tem passado por um período de grandes incertezas em sua história política. Como consequência, os confrontos tem afastado os investimentos chineses no país que se viu imerso numa verdadeira guerra civil em 98-99 e que culminou com o exílio de Nino Vieira em Portugal. Ainda que contestadas, as eleições de 2005 o reconduziram ao governo até que, em 02 de março de 2009, ele foi assassinado por militares próximos a Tagme Na Waie que era chefe das forças armadas e rival político de Nino Vieira (Horta, op. Cit.).

Logo, a situação do país, que já não era boa, continua a degradar-se em todos os domínios: A Guiné Bissau tem se tornado um dos principais pontos de trânsito no comércio de narcóticos para a América Latina e Europa ao ponto de o país chegar a ser descrito como um narco-estado. Isto porque altos oficiais do país são acusados de estarem envolvidos no comércio de drogas ilícitas, fato este, admitido pelo próprio governo (Horta, op. Cit.).

1.2. Relações Comerciais

Nada a comentar.

1.3. Investimentos

Desta forma, como um meio eficaz de manter Taiwan afastada do país e, devido a situação degradante da Guiné Bissau, a China tem expandido suas relações com o país por meio de projetos de ajuda 'amigável e gratuita'. Como exemplo, a China se ofereceu para reconstruir o palácio presidencial que fora seriamente danificado durante a guerra civil de 1998 além de ter anunciado, em novembro de 2006, a construção de uma enorme barragem a duzentos quilômetros da capital do país



e ao custo de US\$ 60 milhões (Horta, op. cit.). A barragem, no rio Ceba, será fundamental para a economia do país que é baseada na agricultura porque garantirá o suprimento de energia no futuro. Outros grandes projetos incluem um porto de águas profundas em Buba e a reabilitação das duas rodovias mais importantes do país além da construção de uma ponte sobre o rio Farin (Horta, op. cit.).

Igualmente, Horta evidencia que, em agosto de 2007, a China, anunciou um novo fundo para a construção do palácio da justiça e a reconstrução de escolas e postos de saúde. No mesmo ano a China enviou à Bissau 30 mil toneladas de arroz, satisfazendo as necessidades imediatas da população e impedindo que o país caisse novamente numa guerra civil. Não obstante, o governo chinês isentou 442 produtos de Guiné Bissau como forma de estimular sua economia.

As ajudas da China à ex-colônia portuguesa não param por aí: em 2005, Pequim doou um fundo de assistência à Bissau, incluindo US\$ 4 milhões ao governo para o pagamento dos salários de seus funcionários civis e, US\$ 1.2 milhão destinado a ajudar o país a hospedar o encontro dos chefes de estado e de governo da CPLP, em julho daquele mesmo ano. Além do mais, a China tem assistido às representações diplomáticas de Bissau em Pequim com veículos para suas missões oficiais e mesmo com equipamentos. Por fim, some-se a lista a importante ajuda na área da saúde uma vez que o país conta com um baixo número de médicos, assim como as provisões de equipamentos e até um projeto para a reabilitação do hospital regional de Canchungo, no valor de US\$ 3.5 milhões.

Entretanto, importa salientar que o governo chinês tem observado oportunidades de cooperação bilateral em outras áreas, particularmente na agricultura, pesca e recursos minerais⁸⁶. Em 2006, Guiné Bissau foi o primeiro país a assinar com a China um acordo de pesca em águas profundas. O acordo abre as portas para que um vasto número de navios pesqueiros chineses operem em sua Zona Econômica Exclusiva. Em 2007 haviam ao menos seis navios chineses trabalhando perto da costa, incluindo dois navios *freezer*. O acordo se deu juntamente com a oferta chinesa de dois navios patrulheiros – Bissau possui 350 km de costa e apenas dois navios de patrulha -, fornecimento de equipamentos de comunicação e treinamento. Da mesma forma, a China espera começar estudos mais detalhados e testes para conhecer o verdadeiro potencial das reservas de petróleo de Bissau⁸⁷ (Horta, 2007).

Além dos investimentos ligados ao governo, o setor privado chinês tem começado a tomar conhecimento do potencial de Guiné Bissau. O casino Stanley Ho, de Macau, pretende construir um casino nas ilha Caravela, no arquipélago dos Bijagós⁸⁸. Outro investimento de Ho seria a compra de 60% do único banco viável em Guiné-Bissau, o Banco da África Ocidental⁸⁹ (BAO) (Horta, op. cit.).

⁸⁶ Fosfato, bauxita e petróleo.

⁸⁷ Assim como os acordos de pesca, os planos para exploração de petróleo tem aumentado a preocupação dos ambientalistas que temem a destruição dos ecossistemas do arquipélago dos Bijagós, declarado reserva ecológica da biosfera pela UNESCO.

⁸⁸ Não foram encontradas notícias posteriores a 2007 sobre o citado complexo na Ilha caravelas. Há apenas um pequeno artigo na internet datado de 17 de abril de 2010 que deixa a entender que a obra já teria começado. O artigo, entretanto, não nos pareceu confiável o bastante para podermos afirmar o mesmo.

⁸⁹ A compra foi oficialmente concretizada ainda em 2007. O empresário Stanley Ho fechou a aquisição da participação que a instituição bancária portuguesa Montepio Geral detinha no guineense BAO. O negócio foi feito através da empresa Geocapital dando à Hu o controle de 60% do capital do BAO. Para maiores informações acessar



Por fim, salienta-se que a China deverá reconsiderar sua política para Guiné Bissau para evitar constrangimentos com a comunidade internacional. É provável que Pequim pressione o país para que ele aumente seus esforços contra o comércio internacional de ilícitos, assim como a China já tem feito com Burma. O que é inegável por enquanto é que os investimentos da China tem aumentado significamente seu prestígio dentro de Bissau, como fica evidenciado na declaração de 2005 de Nino Vieira: “ A China é um ótimo e sincero amigo de Guiné Bissau, ela nos ouve quando os outros não.” (Horta, op. cit)

2. Relações Brasil e Guiné Bissau

2.1. Histórico das Relações

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Janeiro de 2005: Visita do Ministro Celso Amorim à Guiné-Bissau.

Abril de 2005: Visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Guiné-Bissau.

Março 2006: Visita de trabalho do Ministro de Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da Guiné-Bissau António Isaac Monteiro ao Brasil.

Julho de 2006: realização da VI Cimeira da CPLP, em Bissau, com forte apoio do Governo brasileiro.

Novembro de 2007: visita oficial do Presidente João Bernardo Vieira ao Brasil.

Dezembro de 2007: Brasil é escolhido para coordenar a configuração da Comissão de Construção de Paz (CCP) da ONU para a Guiné-Bissau

Maio de 2008: Visita de missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Novembro de 2008: Eleições legislativas na Guiné-Bissau. O Brasil envia observador eleitoral em Missão da CPLP.

Dezembro de 2008: Visita da Ministra da Justiça, Carmelita Pires, ao Brasil.

Julho de 2008: Eleições legislativas na Guiné-Bissau. O Brasil envia missão técnica do Tribunal Superior Eleitoral e observadores eleitorais em Missão da CPLP.

Novembro de 2009: Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Guiné-Bissau.

2.2. Relações Comerciais

Conforme os valores que nos são fornecidos pela Divisão de Informação Comercial (MRE/DPR/DIC), com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD May 2009, o Brasil foi destino de 56,2% das exportações de Guiné Bissau no ano de 2007 e 55,5% no ano de 2008. Note-se que em 2006,

<<http://senegambia.blogspot.com/2007/10/stanley-ho-fechou-compra-de-banco-na.html>>. Acesso em 22 de abril de 2010.



Bissau não exportava para o Brasil. No que tange as importações daquele país, o Brasil que chegou a representar 2,1% do valor total geral das importações de Bissau em 2006, mas nos anos de 2007 e 2008 teve esse valor decrescido à quase zero absoluto (Enquanto a China representa 3,2% e 2,9% das importações de Bissau em 2007 e 2008. As exportações de Guiné Bissau para àquele país ficam na média de 0,2% de seu total exportado). Para o ano de 2009, como se vê abaixo, as perspectivas não se alteraram.

Tabela 50: Comércio Bilateral entre Brasil e Guiné Bissau, 2008-2009 (US\$ mil).

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUINÉ-BISSAU ⁽¹⁾	2 0 0 8 (US\$ mil)	2 0 0 9 (jan-set)
Exportações (fob)	6.391	9.686
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-10,8%	51,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,1%	0,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações (fob)	0	4,4
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a	n.a
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	6.391	9.690
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-10,8%	51,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,0%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	6.391	9.682

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb (1)

As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo. n.a - não aplicável.

Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>.

Acesso em 06 fev. 2010.

No entanto, da nossa quase ínfima interação comercial com Bissau, os açucares e produtos de confeitoria representaram 59,4% de nossas exportações para o país em 2008. Seguiram-se as exportações de móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc (9,0%); caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (8,4%); carnes e miudezas comestíveis (7,8%); preparações à base de cereais, farinhas, amidos, etc (3,8%) e gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (2%). Estas exportações foram responsáveis por 90,5% to total exportado pelo Brasil à Guiné Bissau em 2008. Ainda para o ano de 2008, como já citado, em termos percentuais, o Brasil não importou nada de Bissau.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros no país africano.



3. Conclusões Parciais

A não identificação de investimentos brasileiros em Guiné Bissau reflete deficiência grave, na medida em que se trata de país membro da CPLP. Em contraponto, a China está presente com a sua contribuição para o desenvolvimento de Bissau.

Senegal

1. Relações China e Senegal

1.1. Histórico das Relações

A República do Senegal e a China firmaram suas relações oficiais em 7 de dezembro de 1971, mas durante a década de 90, em 3 de Janeiro de 1996, o país retomou as suas relações com Taiwan, obrigando assim a China a suspender as relações em 9 de Janeiro de 1996 (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003). Tais relações duraram 9 anos, até que em 2005 as duas partes retomaram suas relações com base na política de “Uma Só China”, ao passo que no ano de 2009 o então presidente Hu Jintao esteve no país em visita oficial (RADIO FRANCE INTERNATIONALE, 2009).

Nesta visita, o presidente assinou alguns acordos com o país, que incluem empréstimos para renovação da frota dos ônibus públicos do país, no valor de US\$ 23.25 milhões, melhoria do sistema de comunicações do país (US\$ 49.26 milhões); e um “presente” de US\$ 17.73 milhões, após a assinatura do acordo (DALJE, 2009).

1.2. Relações Comerciais

Em 2001, o total do volume do comércio entre China e Senegal era de US\$ 52.932 milhões, ao passo que as exportações da China compreendiam US\$ 52.556 milhões e as exportações do Senegal US\$ 0.376 milhões.

1.3. Investimentos

Alguns investimentos chineses foram observados no país.

Primeiramente no setor da agricultura, ao passo que segundo o então presidente do país em 2008 afirmou que o investimento chinês neste setor ajudaria o país a aumentar sua soberania, diminuindo a dependência nas importações do exterior e ajudando a reduzir a fome⁹⁰.

Outro setor em que a importância esta crescendo no país é na mineração. Recentemente durante prospecção no país, as reservas de minério de ferro sofreram uma variação para 3.5 bilhões de toneladas, uma variação de 63% em relação as prospecções anteriores; ademais, existe um potencial

⁹⁰ CHINA DAILY. **Senegal welcomes Chinese investment in agriculture.** 23 Jul. 2008. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-07/23/content_6870584.htm>. Acesso em: 03 Nov. 2010.



de também 3.5 bilhões de toneladas de magnetita. Espera-se assim que o país assine algum tipo de contrato com empresas chinesas do ramo⁹¹.

2. Relações Brasil e Senegal

2.1. Histórico das Relações

Os dois países têm mantido diálogo franco e construtivo ao longo de seu relacionamento, cujo marco histórico remonta ao período pré-independente. Já em 1910, o Brasil mantinha, em Dakar, um Consulado-honorário, transformado em Consulado de carreira em 1911. Pouco após a independência do Senegal, em abril de 1961, foi criada a Embaixada do Brasil na capital senegalesa, uma das primeiras missões permanentes brasileiras no continente africano. Por seu turno o Governo senegalês instalou, em 1963, Embaixada no Rio de Janeiro, transferida para Brasília em 1970. O diálogo político foi revigorado, nos dois últimos anos, em sucessivos encontros entre os dois Chefes de Estado, à margem de reuniões multilaterais internacionais, e pela troca de visitas de alto nível, como a do Chanceler senegalês ao Brasil, em setembro de 2004, a do Ministro Celso Amorim ao Senegal, em 2005, e a do Presidente Lula da Silva ao Senegal, em abril passado, no contexto de viagem à África Ocidental.

O Brasil e o Senegal, têm buscado impulsionar número significativo de projetos de cooperação em áreas de interesse comum, dentre as quais agricultura e pecuária, saúde, segurança alimentar e capacitação científica e tecnológica, temas prioritários nas agendas sociais internas dos dois países.

2.2. Relações Comerciais

No Senegal, a corrente de comércio cresceu 534% de 2002 para 2008. Segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, apesar do intercâmbio comercial Brasil-Senegal ter aumentado no período 2002-2008, a corrente de comércio entre os dois países é muito pequena - pouco mais de US\$ 184 milhões em 2008. Nesse período, o Brasil manteve superávit histórico nas relações comerciais com o Senegal.

Em 2009, enquanto as exportações brasileiras para o país africano totalizaram 135 milhões de dólares, as importações foram de apenas 552 mil dólares.

⁹¹ http://www.chinamining.org/Specials/2010_Iron_Ore_Prices_Talks/2010-04-19/1271641186d35579.html



Tabela 51: Comércio bilateral entre Brasil e Senegal, 2009-2010 (US\$ mil).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SENEGAL (US\$ mil - fob)	2 0 0 9 (jan-mai)	% no total	2 0 1 0 (jan-mai)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcar e produtos de confeitaria	6.293	14,2%	16.491	35,7%
Cereais	8.172	18,4%	14.050	30,4%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	5.270	11,9%	3.489	7,5%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel anatural, etc	4.610	10,4%	2.677	5,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	23	0,1%	1.996	4,3%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel	1.314	3,0%	1.728	3,7%
Plásticos e suas obras	391	0,9%	595	1,3%
Ferro fundido, ferro e aço	11.675	26,3%	577	1,2%
Produtos químicos orgânicos	0	0,0%	537	1,2%
Borracha e suas obras	266	0,6%	511	1,1%
Subtotal	38.014	85,7%	42.651	92,2%
Demais Produtos	6.368	14,3%	3.592	7,8%
TOTAL GERAL	44.382	100,0%	46.243	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Peles, exceto a peleteria (peles com pelo) e couros	188	65,3%	97	73,5%
Veículos automóveis e suas partes/acessórios	0	0,0%	15	11,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes	10	3,5%	15	11,4%
Penas e penugem preparadas e suas obras	4	1,5%	4	2,7%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	84	29,2%	0	0,0%
Subtotal	288	99,4%	131	98,9%
Demais Produtos	2	0,6%	1	1,1%
TOTAL GERAL	288	100,0%	132	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/AliceWeb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mai/2010.

A transferência de tecnologia brasileira para o Senegal, sobretudo nas áreas de infraestrutura, agrícola e de produção de alimentos e biocombustíveis foi o tema central das reuniões e eventos da Missão Empresarial à África Subsaariana, que esteve em Dacar em 2009. Como resultado inicial desses encontros, o governo senegalês anunciou a realização de duas missões técnicas ao Brasil, que objetivaram conhecer a tecnologia brasileira nas áreas de construção de portos e hidrelétricas; indústria de transformação de alimentos, leite e derivados; produção de carnes e coleta de lixo para reciclagem e produção de energia. O governo senegalês também quis saber mais sobre a experiência do Brasil em temas como qualificação de mão-de-obra e a criação de grandes empresas a partir da união de pequenas cooperativas, dentre outros assuntos.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano.

3. Conclusões Parciais

Embora o Senegal tenha forte presença francesa, a posição geográfica daquele país ocidental africano justifica a presença mais frequente do Brasil. A capital, Dacar, possui porto importante quanto à sua localização e serve de escala de navios que atravessam o Atlântico Sul, assim como os das ilhas Canárias (que não é objeto deste estudo). A presença brasileira por meio de empresas de construção civil não conflita com interesses franceses nem chineses, embora esses asiáticos possam competir com os brasileiros quanto a experiência na construção de barragens e hidrelétricas.



Gâmbia

1. Relações China e Gâmbia

1.1. Histórico das Relações

A China e a República de Gâmbia estabeleceram suas primeiras relações oficiais em 14 de dezembro de 1974, porém em 13 de julho de 1995 o país retomou suas relações com Taiwan, obrigando a China a suspender as relações em 25 de Julho daquele mesmo ano.

Durante o período em que mantiveram relações diplomáticas, apenas Ji Pengfei, Vice Presidente do Comitê Nacional do Povo no Congresso visitou o país, em Dezembro de 1978. Em contrapartida, alguns oficiais gâmbienses foram a China em viagens diplomáticas, na curta tabela que segue:

Representante	Data
Mr. Alieu Badara N'jie, Ministro de Assuntos Exteriores	Janeiro/Fevereiro, 1975
Presidente Dawda Kairaba Jawara	Junho, 1975
Mr. Momodou Baboucarr N'jie, Porta Voz do Congresso.	Setembro, 1987
Presidente Dawda Kairaba Jawara	Julho, 1988
Presidente Dawda Kairaba Jawara	Maio, 1991

Entre os principais acordos das duas partes e ajuda diplomática que a China prestou durante o período em que mantinha relações com Gâmbia, é possível destacar um acordo cultural em abril de 1987; protocolo de cooperação na área da saúde em Agosto de 1976, resultando na presença de mais de 200 médicos chineses no país entre Outubro de 1977 e março de 1995; e um acordo na área da educação entre 1984 e 1995, ao passo que 11 estudantes da Gâmbia foram aceitos na China com bolsa de estudos completa.

1.2. Relações Comerciais

Apesar de não manterem relações oficiais, algum comércio entre os dois países é observado. As tabelas a seguir demonstram as exportações e as importações de Gâmbia para com a China.

Tabela 52: Exportações da Gâmbia para a China

Produto	Valor Importado da China (US\$)	Valor Importado Total (US\$)
Comida e Animais	566	49.541
Bebidas e Fumo	287	66.349
Produtos Crus exceto combustível	229	729
Minerais Sólidos	0	145
Petróleo e Gás	0	31



Outros Minerais	0	326
Gordura Animal e Vegetal	0	1471
Produtos Químicos	0	248
Manufaturados	283	9514
Maquinário	0	16.956
Outros Manufaturados	250	653

Fonte: SILLAH, Bukhari. *Aerc Scoping Studies on China-africa economic. Relations: the Gambia*. Set. 2007. Disponível em: <http://www.aercAfrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Gambia-china.pdf> . Acesso em 04 nov. 2010.

Tabela 53: Importados da Gâmbia oriundos da China – 2006.

Produto	Valor Importado da China (US\$) - mil	Valor Importado Total (US\$) - mil
Comida e Animais	19.179	1.074.835
Bebidas e Fumo	76.289	722.157
Produtos Crus exceto combustível	100	1156
Minerais Sólidos	160	3.392
Petróleo e Gás	487	1.184.372
Outros Minerais	21	5.373
Gordura Animal e Vegetal	24.772	718.853
Produtos Químicos	88.158	727.353
Manufaturados	312.135	530.974
Maquinário	127.018	1.917.527
Outros Manufaturados	41.336	536.547

Fonte: SILLAH, Bukhari. *Aerc Scoping Studies on China-africa economic. Relations: the Gambia*. Set. 2007. Disponível em: <http://www.aercAfrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Gambia-china.pdf> . Acesso em 04 nov. 2010.

Como se observa, o país mantém um déficit comercial com a China, especificamente devido a falta de produtos exportáveis para o país e a grande quantidade de produtos manufaturados vindos deste, especialmente produtos eletrônicos.

1.3. Investimentos

Ao passo que a China não mantém relações oficiais com a Gâmbia, não é esperado que os investimentos sejam de grandes proporções. Os únicos números disponíveis, dão conta da atuação da empresa chinesa *COSMOS Industrial Company Limited*, a qual atua no país desde 2003 no setor de manufaturas de cosméticos pessoais, como loções, gel para banho e detergentes. O capital movido para o país foi na ordem de US\$ 1.707 milhões, representando desta forma 13.44% do total de US\$ 12.7 milhões investidos no ano de 2003 no país (SILLAH, 2007).

Ademais, alguns pequenos empreendimentos como bares e restaurantes existem em Gâmbia.

2. Relações Brasil e Gâmbia

2.1. Histórico das Relações

O presidente da República da Gâmbia, Yahya Jammeh, e sua delegação, estiveram no Brasil em 2005 no momento em que celebramos os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas



entre os dois países. Naquela oportunidade foram assinados os acordos que estabelecem uma Comissão Mista e o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, que permitirá explorar experiências comuns e conhecimentos complementares em benefício do desenvolvimento sustentável de ambos os países.

2.2. Relações Comerciais

O comércio bilateral é modesto do ponto de vista brasileiro, mas significativo para a Gâmbia, que tem no Brasil seu quarto maior fornecedor. Em 2004, o intercâmbio alcançou cerca de US\$ 30 milhões.

Tabela 54: Comércio bilateral entre Brasil e Gâmbia, 2009-2010 (US\$ mil).

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GÂMBIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 9 (jan-mai)	% no total	2 0 1 0 (jan-mai)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitearia	8.757	47,1%	11.726	50,2%
Cereais	6.993	37,6%	6.860	29,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	213	1,1%	1.536	6,6%
Café, chá, mate e especiarias	169	0,9%	959	4,1%
Extractos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	180	1,0%	384	1,6%
Outros artefatos têxteis confeccionados	160	0,9%	254	1,1%
Subtotal	16.472	88,7%	21.719	92,9%
Demais Produtos	2.102	11,3%	1.659	7,1%
TOTAL GERAL	18.574	100,0%	23.378	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,2	100,0%	0,0	0,0%
Subtotal	0,2	100,0%	0,0	0,0%
Demais Produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	0,2	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mai/2010.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano.

3. Conclusões Parciais

A participação brasileira em Gâmbia pode ser vantajosa, a partir da competição entre Taiwan e a China. A vantagem estaria na cooperação técnica, por meio da formação de mão-de-obra de nível auxiliar e médio, o que poderia facilitar a operação de empresas brasileiras no local.



Mauritânia

1. Relações China e Mauritânia

1.1. Histórico das Relações

A China e a Mauritânia estabeleceram relações em 19 de Julho de 1965 e desde então o país sempre deu suporte à política da “Uma Só China”, se opondo também a entrada de Taiwan às Nações Unidas assim como dando suporte à China quando esta entrou na Organização Mundial do Comércio (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

Desde 1967, a China também tem providenciado à Mauritânia certa ajuda e assistência econômica (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003). A partir de 1982 companhias chinesas começaram a aceitar projetos com foco em fazendas, abastecimento de água e no setor de pesca (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

Em 2010 a China doou US\$ 1.5 milhões para o país melhorar seu sistema de defesa (VOA NEWS, 2010).

1.2. Relações Comerciais

As relações comerciais entre a China e Mauritânia começaram em 1964, ao passo que em 1984 foi assinado acordo para estabelecimento de uma comissão de Comércio e Economia entre os países.

Em 2001, o volume de comércio era de US\$ 34.240 milhões, sendo os produtos mais exportados pela China o chá, têxteis, produtos leves industriais, maquinaria e manufaturados eletrônicos. Por outro lado, a goma arábica é o principal produto exportado por Mauritânia (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

Tabela 55: Valor do comércio bilateral entre China e Mauritânia

Ano	Valor total (em milhões)
1997	11.78
1998	10.76
1999	22.64
2000	29.624
2001	34.24

Fonte: MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **China and Mauritania**. 25 Ago. 2003. Disponível: <<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/xybfs/gjlb/2853/t16392.htm>>. Acesso em: 03 Nov. 2010.

Durante a década de 2000 as trocas comerciais sofreram um crescimento astronômico, chegando ao valor de US\$ 707 milhões em 2007, uma média de 38.3% de crescimento ao ano (YUXIA, 2008).



1.3. *Investimentos*

Não foram encontrados investimentos chineses na Mauritânia.

2. Relações Brasil e Mauritânia

2.1. Histórico das Relações

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Maio de 2005: Visita do Ministro da Ciência e Tecnologia brasileiro, Eduardo Campos, a Nouakchott.

Maio de 2005: Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro da Mauritânia, Sghair Ould M'Bareck, durante Cúpula América do Sul-Países Árabes.

Junho de 2005: Empresa brasileira Andrade Gutierrez fecha contrato com o governo mauritano para construção de trecho rodoviário entre Rosso e Boghé, na Mauritânia.

Setembro de 2007: Anúncio da abertura de Embaixadas do Brasil em Nouakchott e da Mauritânia Brasília.

Setembro de 2007: Encontro do Chanceler Celso Amorim com o Presidente da Mauritânia, Sidi Ouyld Cheikh Abdallahi, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

ATOS BILATERAIS

1976: Protocolo sobre Expansão Comercial e Cooperação Econômica.

2.2. *Relações Comerciais*

As exportações da Mauritânia em 2009 apresentaram valores inferiores com relação a 2008. Para 2010 a expectativa é de crescimento. A maior parte das exportações é constituída de minérios, escórias, peixes, combustíveis minerais, ferro e aço. Entre os principais destinos das exportações da Mauritânia estão China, França, Alemanha, Espanha e Itália. Para o Brasil não houve valores registrados nesta pauta. Por sua vez, as importações apresentaram queda em 2009, mas, estimativas apontam recuperação em 2010. Maquinário, combustíveis minerais, veículos/partes e cereais são os produtos mais importados pelo país. Entre os principais fornecedores destacam-se França, China, Bélgica, Holanda e Estados Unidos. Do Brasil o país importa principalmente alimentos, ferro, aço, veículos e partes.



Tabela 56: Composição das exportações do Brasil para Mauritânia, 2008-2009.

Rank	Produtos	2008	2009	2008	2009	Variação %
	Mundo	197.942,44	152.994,74	100,00	100,00	-22,71
	Países Árabes	9.818,38	9.390,25	4,96	6,13	-4,36
	Mauritânia	79,43	104,67	0,80	1,11	31,77
1	17 - Açúcares e produtos de confeitoraria	41,68	63,71	52,47	60,86	52,85
2	72 - Ferro fundido, ferro e aço	-	9,62	-	9,18	-
3	02 - Carnes e miudezas, comestíveis	11,64	9,38	14,65	8,96	-19,44
4	24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados	7,96	6,32	10,02	6,03	-20,62
5	86 - Veículos e material para vias férreas, ou semelhantes e suas partes	0,04	6,17	0,05	5,89	14.419,07
6	25 - Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	-	4,71	-	4,49	-
7	85 - Aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	0,00	1,61	0,00	1,54	39.784,36
8	44 - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,27	0,68	1,59	0,65	-46,04
9	84 - Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	1,84	0,47	2,32	0,44	-74,78
10	04 - Leites e laticínios, ovos e mel	2,80	0,44	3,52	0,42	-84,19
	Outros	12,19	1,55	15,34	1,48	-87,25

Fonte: SECEX (jun/2010)

Tabela 57: Comércio Bilateral Brasil Mauritânia, 2002-2010 (US\$ milhões).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (JAN/JUL)
Intercâmbio	24.235	19.504	37.706	43.680	65.313	96.541	79.437	104.668	20.602
Exp.	24.232	19.471	39.692	43.675	65.222	96.532	79.434	104.666	20.60233
Imp.	3	33	14	5	91	9	3	2	0
Saldo	24.229	19.438	39.678	43.670	65.131	96.523	79.431	104.664	20.602

Fonte: MIDC

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros realizados no país africano.

3. Conclusões Parciais

Apesar de ainda insípiente, a presença brasileira poderá ser mais densa, desde que haja estímulo a que empresas brasileira se instalem naquele país. Trata-se de região razoavelmente próxima da Europa, o que facilitaria a produção de bens manufaturados com prováveis vantagens comparativas de custo de mão-de-obra e custo de transporte em face da menor distância dos portos europeus.



Cabo Verde

1. Relações China e São Tomé e Príncipe

1.1. Histórico das Relações

As relações da China com a nação de Cabo Verde datam de 1976. Entretanto, foi apenas a partir do meio da década de 1990, com a chegada de investidores privados chineses em pequena escala ao país, que os interesses da China em Cabo Verde se intensificaram⁹².

Segundo Loro Horta⁹³, no início, os laços entre ambos os países, ainda que de amizade e cordialidade eram confinados a intercâmbios culturais e a raras visitas oficiais de estado. A China tampouco tinha algum interesse maior em Cabo Verde devido a quase completa ausência de recursos naturais do país. No entanto, Pequim manteve relações diplomáticas com o país como forma de impedir que Taiwan 'entrasse' em Cabo Verde.

Ainda segundo Horta, ao contrário do que acontece com países ricos em petróleo como Angola ou Sudão, não foram as grandes companhias que se instalaram no país mas sim pequenos empresários chineses. Seu número era pequeno de início mas o sucesso de seus negócios na economia local fizeram com que o número de chineses em Cabo Verde aumentasse显著mente ao ponto de serem, atualmente, a segunda maior comunidade estrangeira no país, ficando atrás apenas dos portugueses⁹⁴.

1.2. Relações Comerciais

A China tem baixo interesse comercial na ilha de pouco mais de 300 mil habitantes, que não apresenta nenhum recurso natural de grande relevância dentro da política externa da China⁹⁵. No mais, como será explicado na seção a seguir sobre investimentos, o país poderia utilizar sua infraestrutura pesqueira para se tornar um centro de processamento e exportação de peixes.

Entre os poucos dados disponíveis sobre o comércio bilateral entre os países, descobriu-se que em 2002 que o valor deste era de US\$ 1.839 milhões, sendo essencialmente um comércio unilateral, ou seja, composto apenas de exportações de produtos manufaturados para o uso no dia a dia⁹⁶.

⁹² Horta, Loro. China in Cape Verde: the Dragon's African Paradise. Disponível em: <<http://csis.org/blog/china-cape-verde-dragon%20%99s-african-paradise>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

⁹³ Loro Horta é um research fellow associado da S. Rajaratnam School of International Studies, Universidade Tecnológica de Nanyang, em Singapura. Ele viveu e trabalhou na África durante vários anos e tem escrito extensamente sobre a África portuguesa.

⁹⁴ Tenha-se em mente que Cabo Verde foi colônia de Portugal por mais de 500 anos até que em 1975 se tornou independente.

⁹⁵ Horta. Idem.

⁹⁶ Cape Verde. Chinese Foreign Ministry. 10 out. 2006. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/focac/183574.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2010.



1.3. Investimentos

Assim como as ilhas Canárias, da Madeira e Porto Santo, Cabo Verde tem se tornado um importante polo de atração no setor turístico. Com isso, os passos dos pequenos investidores chineses passaram a ser seguidos pelos grandes investidores. Um exemplo disto foi o anúncio, em 2007, pelo multimilionário de Macau, David Chaw, sobre o projeto de construção de um enorme *resort* na ilhota de Santa Maria que irá contar com restaurantes, casinos, casas noturnas, hotéis e até uma marina. Não obstante, ele planeja gastar mais de US\$ 300 milhões em projetos futuros na Cidade da Praia, capital do país. Tais projetos seriam todos em infraestrutura como estradas e geração de energia⁹⁷.

Ainda no setor turístico, em outubro de 2007, foi assinado um acordo entre o embaixador da China em Cabo Verde, Wu Yuanshuan, e o ministro da economia cabo verdiano, José Brito, no qual ambos se comprometeram a fazer de Cabo Verde o maior destino turístico dos chineses. Com um clima quente e belas praias, somadas ao fato de o país possuir estabilidade política, boa governança e baixos níveis de criminalidade e corrupção, o país tem aumentado ainda mais seu potencial no setor de turismo⁹⁸.

Entretanto, os interesses chineses não deixam de aumentar em outras áreas. Na construção civil, a empresa chinesa “*China Building Material Industrial Corporation for Foreign Econo-Technical Cooperation*” assinou, em outubro de 2003, um contrato para a construção de uma fábrica de cimento⁹⁹ no valor de US\$ 55 milhões. Quando em operação, ela deverá produzir 350 mil toneladas de cimento por ano transformando Cabo verde de importador, para exportador de cimento¹⁰⁰.

Ainda conforme Horta, o setor de construção civil é, atualmente, um dos mais promissores em Cabo Verde pela forte necessidade de projetos em infraestrutura do país. Existem numerosos investimentos chineses em tais projetos como a construção do parlamento nacional, o palácio do governo, o estádio nacional, escolas, hospitais e até mesmo um auditório nacional. No entanto, é a construção de duas barragens o projeto mais bem vindo em Cabo Verde devido as severas escassez de água que assolam o país¹⁰¹. Além disto, a China tem provido o país com uma frota de navios que permitem que as duas maiores e mais ricas ilhas do país se conectem às oito restantes que, além de dispersas, possuem menores vantagens econômicas.

⁹⁷ HORTA, Loro. China in Cape Verde: the Dragon's African Paradise. Disponível em:

<<http://csis.org/blog/china-cape-verde-dragon%20%99s-african-paradise>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ As referências mais atuais envolvendo a construção da fábrica são de agosto de 2008. Naquela data foi vinculado pela imprensa que a fábrica irá ser instalada no concelho de Santa Cruz e que a mesma está orçada em 43,2 milhões de euros.

¹⁰⁰ HORTA, Idem.

¹⁰¹ Segundo o embaixador da China em Cabo Verde, Wu Yuanshuan, em entrevista ao jornal “A Nação” em outubro de 2008: “Estamos conversando muito sobre a construção de mais barragens. Agora, como temos muitos projetos para executar, seguramente vamos construir mais barragens no futuro, porque vi que barragens de grande, médio e pequeno tamanho, são muito necessárias para Cabo Verde, tanto para a ilha de Santiago como para as outras ilhas. Até a Boa vista tem condições para se construir uma barragem, na Ribeira do Rabil, onde, quando há chuvas, muita água é desperdiçada para o mar. Temos muito que fazer, mas isso são projetos que estamos concretizando, e esperamos outros, porque as empresas chinesas de indústria de eletrodomésticos, e turísticas também estão à procura de oportunidades de investimento em Cabo Verde.”



Se Cabo Verde de fato conseguir modernizar e expandir seus portos e aeroportos com a ajuda da China, o país poderá se beneficiar de sua localização geográfica e transformar-se num centro internacional de prestação de serviços primeiramente ligados ao turismo e, depois, naqueles serviços ligados a pesca e ao mar. Por se tratar de dez ilhas situadas no Atlântico Médio, o país está numa zona de intenso tráfego aéreo e marítimo podendo transformar-se num importante centro de logística e de transportes - marítimos e aéreos – para o armazenamento e distribuição de cargas e passageiros no corredor do Atlântico (Silva,2009).

Segundo o professor dr. Nelson António¹⁰², do Centro de Estudos Africanos do Centro do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE -, em Portugal, tem-se falado muito sobre a compra dos estaleiros navais cabo verdianos, que traria consequências estratégicas uma vez que poderá viabilizar uma espécie de base naval chinesa no Atlântico¹⁰³. Além do mais, as ilhas que compõem o país poderão vir a ser um centro receptor e de processamento dos inúmeros navios pesqueiros chineses que operam no Atlântico.

Além da pesca, a China tem aparecido, ainda em pequeno retalho, na indústria. Depreende-se portanto que o modelo de inserção chinesa em Cabo Verde é um exemplo claro de que as relações sino-africanas tem se tornado cada vez mais multidimensionais e sofisticadas¹⁰⁴.

2. Relações Brasil e Cabo Verde

2.1. Histórico das Relações

No que concerne a Cabo Verde, no quadro das relações entre a África e o Brasil, cabe destacar as relações bilaterais com o estado do Ceará, que, hoje, são consideradas extremamente importantes para as estratégias dos formuladores de política externa¹⁰⁵.

Para as autoridades políticas e para os operadores comerciais, educacionais e culturais de Cabo Verde, o Ceará passou a ser uma referência internacional. Trata-se de algo mais do que as relações Brasil - Cabo Verde, caldeada por uma cooperação exemplar, por uma história de aproximações e por uma convergência de interesses e princípios nos foras mundiais. Trata-se de uma relação atípica entre o Estado do Ceará e a República de Cabo Verde.

¹⁰² O professor Nelson António contribuiu diretamente, via e-mail, com o envio de informações sobre Cabo Verde. Em 2009 ele esteve à frente de um projeto que teve como objetivo principal estudar os modelos de gestão dos países africanos de língua portuguesa para compará-los com o modelo de gestão chinesa e refletir sobre o que os países africanos de língua portuguesa poderiam aprender com a China. Em Julho de 2009, data da troca de e-mails, o projeto encontrava-se na fase de recolhimento de informação e o professor estava em Cabo Verde para realizar entrevistas com gestores de empresas cabo verdianas.

¹⁰³ Centenas de navios chineses cruzam o Atlântico Sul a caminho da Europa. Do outro lado do Oceano Atlântico, a China tem investido pesadamente em portos brasileiros como em Salvador, no estado da Bahia.

¹⁰⁴ Horta, Loro. China in Cape Verde: the Dragon's African Paradise. Disponível em:

<<http://csis.org/blog/china-cape-verde-dragon%20%99s-african-paradise>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

¹⁰⁵ As informações contidas no item “histórico das relações Brasil – Cabo Verde foram tiradas do site da embaixada da república de Cabo verde no Brasil. Disponível em: <http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=145>. Acesso em: 17 nov. 2010.



Os cabo-verdianos acham que o Ceará é "de bom tamanho", já que o Brasil no seu todo, apesar das convergências, é "demasiado grande" para priorizar Cabo Verde, um Arquipélago de apenas 4,033 km² e de menos de 500 mil habitantes. Recém entrado no rol dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM) e com um índice de desenvolvimento apreciável no contexto africano, os cabo-verdianos têm consciência da fragilidade de sua economia e do que representa ser um pequeno estado insular. O Ceará, tão próximo e de economia média, representa uma das âncoras ideais para a sua expansão.

Igualmente, Cabo Verde interessa ao Ceará não apenas pela valência dos laços históricos, linguísticos e culturais, mas, sobretudo pelas vantagens no comércio externo, numa primeira instância, bilateral, e, noutra dimensão, multilateral, considerando o seu posicionamento geoestratégico. Por fim destaca-se que é através do Porto cearense de "Mucuripe" são escoados, regularmente, os produtos siderúrgicos da usina CEARENSE que constituem o maior item de exportação Brasileira para Cabo Verde.

2.2. Relações Comerciais

Tabela 58: Intercâmbio Comercial entre Brasil e Cabo Verde, 2000-2009. (US\$ milhões)

Ano	Exportação	Part. (%)	Importação	Part. (%)	Saldo	Comércio Bilateral
2000	3.749.701	0,01	21.250	**	3.728.451	3.770.951
2001	5.376.868	0,01	78.566	**	5.298.302	5.455.434
2002	5.448.084	0,01	149.491	**	5.298.593	5.597.575
2003	8.990.867	0,01	22.225	**	8.968.642	9.013.092
2004	16.747.593	0,02	23.298	**	16.724.295	16.770.891
2005	24.019.680	0,02	23.144	**	23.996.536	24.042.824
2006	28.101.247	0,02	22.561	**	28.078.686	28.123.808
2007	36.047.865	0,02	64.147	**	35.983.718	36.112.012
2008	39.623.280	0,02	44.184	**	39.579.096	39.667.464
2009	29.629.023	0,02	28.875	**	29.600.148	29.657.898

Fonte: Organizado pelos autores com base nas fontes: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Secex;
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>

Como mostra a tabela 12, de 2000 a 2007 o fluxo de comércio entre os dois países, cresceu cerca de 858%, passando de 3,8 milhões de dólares em 2000 para cerca de 36 milhões de dólares em 2007, um crescimento percentual significativo, mas ainda bastante modesto em valores absolutos.

Não há como se negar que houve uma forte expansão nas relações comerciais entre ambos os países assim como é evidente a assimetria dessa relação. Enquanto as exportações do Brasil para Cabo Verde cresceram 861%, as importações provenientes de Cabo Verde cresceram bem menos,



cerca de 202%. Sendo assim, o saldo comercial é extremamente favorável ao Brasil. Comparando os principais produtos exportados pelo Brasil para Cabo Verde (tabela 13) no ano de 2009, podemos ver que os pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas e congelados (ou seja, carne de frango) lideram as exportações que durante os anos de 2006 e 2007 foram lideradas pelos laminados de aço.

Cabe ainda destacar que, os 10 principais produtos da pauta exportadora brasileira para Cabo Verde (que estão representados na tabela abaixo) representaram em 2009 cerca de 67,5% do total exportado. Isto indica, portanto, um processo de concentração das exportações em menos produtos com vendas maiores.

Tabela 59: Exportações Brasileiras para Cabo Verde, 2008/2009 (US\$ mil)

Descrição	2009 (Jan/Jul)		2008 (Jan/Jul)	
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)
PEDACOS E MIUDEZAS, COMEST. DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	3.264.150	20,48	3.348.152	17,17
BARRAS DE FERRO/ACO, LAMIN. QUENTE, DENTADAS, ETC.	1.138.785	7,15	4.308.825	22,09
OUTROS ACUCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM. PURA, SOL.	1.060.261	6,65	1.223.349	6,27
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS	693.885	4,35	811.809	4,16
OUTROS LADRILHOS, ETC. DE CERAMICA, VIDRADOS, ESMALTADOS	685.090	4,3	1.575.612	8,08
CAFE NAO TORRADO, NAO DESCAFEINADO, EM GRAO	507.255	3,18	596.544	3,06
SUCOS DE OUTRAS FRUTAS, PRODS. HORTICOLAS, NAO FERMENTADOS	484.126	3,04	841.600	4,31
LEITE INTEGRAL, EM PO, MATERIA GORDA > 1,5%, CONCENTR. N/ADOC	465.064	2,92	---	---
MARGARINA, EXCETO A MARGARINA LIQUIDA	453.196	2,84	332.179	1,7
OUTRAS CARNES DE SUINO, CONGELADAS	382.951	2,4	126.963	0,65

Fonte: Organizado pelo autor com base nas fontes: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Secex;

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>



Tabela 60: Importações Brasileiras de Cabo Verde – 2008/2009 (US\$ mil)

Descrição	2009 (Jan/Jul)		2008 (Jan/Jul)	
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)
CRISTAIS PIEZOELET. MONTADOS, DE QUARTZO, 1<=FREQ<=100MHZ	21	100	---	---
MUSGOS E LINQUENS, PARA BUQUES OU ORNAMENTACAO	---	---	21.951	99,94
JUNTAS, GAXETAS, SEMELHS. DE BORRACHA VULCAN. N/ENDURECIDA	---	---	14	0,06

Fonte: Organizado pelo autor com base nas fontes: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Secex;
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>

Quanto aos produtos importados do Brasil provenientes de Cabo Verde, nota-se primeiro que o valor é muito baixo, segundo que a pauta esta concentrada em pouquíssimos produtos e, terceiro que aparentemente não apresentam característica de continuidade.

2.3. Investimentos

Não foram encontrados investimentos brasileiros no país africano.

3. Conclusões Parciais

A localização geográfica do arquipélago é estratégica. Para os interesses brasileiros no Atlântico Sul, Cabo Verde justifica maior presença brasileira. Os investimentos chineses em Cabo Verde ensejam vantagem estratégica no apoio de eventuais navios de guerra chineses em deslocamento pelo Atlântico. Isto é possível, dado o vigor dos seus investimentos em instalações nas ilhas.

Conclusões finais

Pelo estudo desenvolvido, verifica-se que a China está implantando vasta rede de transportes no continente africano ocidental. Tal iniciativa é coerente com a exploração de minerais e petróleo, além de projetos agrícolas. A rede permitirá, se for implantada como se prevê, escoar matérias primas do interior dos países para o litoral, onde embarcariam para a China. Isto é, o desenvolvimento da infraestrutura permitirá contribuir fortemente para a segurança alimentar e a segurança energética chinesa.

Para o Brasil, que tem nos países da costa ocidental africana como parceiros importantes – e estratégicos – é de todo desejável que as instituições nacionais públicas e privadas possam participar



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SAI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

do desenvolvimento daqueles países. A experiência brasileira nos campos da agricultura e de tratamento de determinadas doenças, como a malária e a AIDS, não constituiriam competição com os chineses. E é adequada a nossa inserção no desenvolvimento de infraestrutura viária dos países estudados, principalmente entre locais de exploração de minérios e o litoral, quando há presença de empresas brasileiras nessa exploração.



ANEXOS

Anexo 1: Lista de autoridades chinesas e suas visitas ao Gabão.

Representante	Data
Chen Muhua, vice premiê do Conselho do Estado	Agosto, 1978.
Gong Dafei, vice ministro do Ministério de Relações Exteriores	Outubro, 1981.
Zhao Ziyang, premiê do Conselho de Estado	Janeiro, 1983.
Wu Xueqian, vice premiê do Conselho do Estado	Março, 1990.
Qian Qichen, membro do Conselho de Estado e ministro de relações exteriores	Janeiro, 1993.
Li Lanqing, vice premiê do Conselho do Estado	Novembro, 1995.
Tian Cengpei, vice ministro do Ministério de Relações Exteriores	Abril, 1996.
Li Peng, premiê do Conselho de Estado	Maio, 1997.
Chen Jinhua, vice chairman of the NPPCC	Julho, 2000.
Tang Jiaxuan, ministro de relações exteriores	Janeiro, 2000.
Wei Jianxing, member of the Central CPC Standing Committee	Janeiro, 2000.

Anexo 2: Lista de autoridades gabonesas e suas visitas à China.

Representante	Data
Konighi Okoumab D'okwatsegue, ministro responsável das relações exteriores e do escritório de cooperação presidencial	Junho à Julho, 1974.
Presidente El Hadj Omar Bongo	Outubro, 1974.
Presidente El Hadj Omar Bongo	Junho, 1975.
Presidente El Hadj Omar Bongo	Maio, 1977.
Presidente El Hadj Omar Bongo	Dezembro, 1978.
Presidente El Hadj Omar Bongo	Outubro, 1983.
Presidente El Hadj Omar Bongo	Fevereiro, 1987.
Presidente El Hadj Omar Bongo	Maio, 1991.
Edmond N'Kogho, membro do Conselho Econômico e Social; Marcel-Eloi Chamberier-Rahandi, porta voz da Assembleia Nacional	Julho, 1994.



Primeiro Ministro Casimir Oye Mba	Setembro, 1994.
Jean Ping, Ministro de Relações Exteriores e responsável pelas relações entre China e países francófonos.	Abril, 2000.
Ali Bongo, Ministro de Defesa Nacional	Abril, 2001.
Louis Gaston Mayila, membro do Conselho Econômico e Social	Novembro, 2001.
Paul MBA Abessole, Ministro de Direitos Humanos e Assuntos do Estado	Setembro, 2002.

Anexo 3: *Lista de Atos Bilaterais do Brasil com a Namíbia*

Título	Data da Celebração	Entrada em Vigor
Acordo para a Criação de Comissão Mista de Cooperação	29/10/1992	Em Ratificação
Acordo para a Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, de Serviço ou Comum.	29/10/1992	28/11/1992
Acordo de Cooperação (Acordo Naval)	04/03/1994	Substituído
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/03/1995	18/09/1998
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Acordo sobre Cooperação Naval	03/12/2001	11/07/2003 substitui o de 04/03/1994
Memorando de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde	19/03/2003	19/03/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Urbano	29/09/2003	29/09/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apóio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia”	07/11/2003	07/11/2003



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas na Namíbia”	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.	07/11/2003	Vigência de 5 anos, a partir de 07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico.	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação de Esporte	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional	08/11/2003	08/11/2003
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia	08/11/2003	08/11/2003

Fonte: Ministérios das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/africa/namibia/pdf>. Acesso em 29 Jun. 2010.



Figura 2: Foto da inauguração dos primeiros 72 quilômetros da estrada que liga o sul da província de Kitanga ao noroeste da RDC, 2008.



<http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=92074963>

Anexo 4: Lista de autoridades Congolezas (Kinshasa) e suas visitas à China.

Representante	Data
Presidente Mobutu	Janeiro, 1973
Nguza Karl-I-Bond, Minister of Foreign Affairs and International Cooperation	Novembro, 1973
Presidente Mobutu	Dezembro, 1974
Presidente Mobutu	Março, 1980
Presidente Mobutu	Junho, 1982
Kassongo Mukungi, Speaker of the National Assembly	Julho, 1984
Wa Dondo Kengo, First Member in charge of the State Affairs	Junho, 1986).
Presidente Mobutu	Outubro, 994

Fonte: Tabela feita pelos autores com base nos dados de <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/2959/>. Acesso em: 09 Out 2010.



Anexo 5: Lista de autoridades chinesas e suas visitas a República Democrática do Congo.

Representante	Data
Huang Hua, Minister of Foreign Affairs	Junho, 1978.
Li Xiannian, Vice-premier of the State Council	Janeiro, 1979.
Zhao Ziyang, Premier of the State Council	Janeiro, 1983.
Tian Jiyun, Vice-premier of the State Council	Dezembro, 1984.
Rong Yiren, Vice-chairman of the NPC	Janeiro, 1985.
Zhang Jinfu, Member of the State Council	Novembro, 1986.
Li Tieying, Member of the State Council and Director-General of the National Education Commission	Novembro, 1989.
Qian Qichen, Vice-premier and Minister of Foreign Affairs	Janeiro, 1995.

Fonte: Tabela feita pelos autores com base nos dados de <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/2959/>. Acesso em: 09 Out 2010.

Anexo 6: Lista de autoridades chinesas e suas visitas ao Camarões.

Representante	Data
Chen Muhua, Vice-premiê do Conselho de Estado.	Agosto, 1978
Gong Dafei, Vice-ministro do Ministério de Relações Exteriores.	November, 1981.
Zhang Jinfu, Membro do Conselho de Estado.	November, 1986.
Qian Zhengying, Vice-chairperson of the NPPCC	Julho, 1988.
Wang Hanbin, Vice-chairman of the NPC	Setembro, 1989.
Yang Fuchang, Vice-minister of the Ministry of Foreign Affairs	Agosto, 1991.
Ma Wenrui, Vice-chairperson of the NPPCC	Março, 1992.
Qian Qichen, Member of the State Council and concurrently Minister of foreign affairs	Janeiro, 1993
Li Lanqing, Vice-premiê do Conselho do Estado.	Novembro, 1995.
Tian Zengpei, Vice-ministro do Ministério de Relações Exteriores.	Abril, 1996.
Bu He, Vice-chairman of the NPC	Novembro, 1996.
Li Peng, Premiê do Conselho de Estado.	Maio, 1997.
Ji Peiding, Vice-ministro do Ministério de Relações Exteriores.	Junho, 1998.
Dai Bingguo, Minister of the International	Fevereiro, 2000.



Liaison Department of the CPC Central Committee	
Tang Jiaxuan, Ministro do Ministério de Relações Exteriores.	Janeiro, 2001.
Zhu Rongji, Premiê do Conselho de Estado.	29 a 31 de Agosto, 2002.
Yang Wenchang, Vice-ministro do Ministério de Relações Exteriores.	3 a 5 de Abril, 2003.
Primeiro Ministro Chinês	Agosto, 2003.
Vice Presidente do EXIM Bank China	Março, 2006.
Hu Jintao, Presidente.	Janeiro, 2007.

Anexo 7: Lista de autoridades camerunesas e suas visitas à China.

Representante	Data
Vincent Efon, Ministro de Relações Exteriores.	Agosto, 1972.
Ahmadou Ahijo, Presidente.	Março, 1973.
Ahmadou Ahijo, Presidente.	Outubro, 1977.
Luc Ayang, presidente do conselho econômico e social.	Agosto, 1986.
Paul Biya, Presidente.	Março, 1987
Fonka Shang Lawrence, Porta Voz da Assembleia Nacional.	Maio, 1989.
Luc Ayang, presidente do conselho econômico e social.	Setembro, 1990
Paul Biya, Presidente.	Outubro, 1993.
Joseph Tsanga Abanda, missão especial do presidente.	Abril, 1994.
Cavaye Yeguie Djibril, Porta Voz da Assembleia Nacional.	Setembro, 1996.
Augustin Kontchou Kouomegni, Ministro de Assuntos do Estado, encarregado das Relações Exteriores.	Junho, 2000.
Delegação camerunesa, liderada por Augustin Kontchou Kouomegni, e Melingui Roguer,	De 10 a 12 de Outubro, 2000.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



representante responsável da economia e finança. Delegação para participar da Reunião Ministerial em Pequim, do FOCAC 2000.	
Paul Biya, Presidente.	Setembro, 2003.
Paul Biya, Presidente.	Novembro, 2006.

Anexo 8: Projetos já finalizados em Camarões com ajuda de financiamento da China

Projeto	Setor	Valor
Construção do Centro de Conferência de Yaounde	Cultura	US\$ 66 milhões
Construção da Represa Hidroelétrica de Lagdo	Eletricidade e Água	
• Suprimento de Tratores ao Ministério da Agricultura • Cultivo de cogumelo in Obala	Agricultura	
Proteção dos bancos do Rio Benoue	Agricultura	US\$ 10 milhões
Financiamento do cultivo de arroz em Lagdo.		
Construção de oficina de costura em Yaounde para mulheres deficientes.	Trabalho Social	
Hospital ginecológico e obstétrico com capacidade para 200 leitos em Yaounde.	Saúde	US\$ 10 milhões

Anexo 9: Projetos em andamento em Camarões (Março/2008) com ajuda de financiamento da China

Projeto	Setor	Valor
Renovação e extensão do Hospital Buea	Saúde	US\$ 5.20 milhões
Renovação do Centro de Conferencia de Yaounde	Cultura	US\$ 4 milhões
Construção do Palácio de Esportes de Yaounde	Cultura (Esportes)	30 milhões
Construção de casas para cuidados pessoas em Ginecologistas e Obstetras.	Saúde	US\$ 0.90 milhões



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



Construção da Escola Primária in Mvoméka	Educação	
Modernização da rede de telecomunicação com a CAMTEL e HUAWEI	Telecomunicações	US\$ 45.20 milhões

Anexo 10: Projetos a serem financiados em Camarões com ajuda da China.

Projeto	Setor	Valor
Reabilitação e extensão do sistema de suprimento de água em Douala	Água	US\$ 27.60 milhões
Construção de 1000 a 1500 acomodações sociais	Trabalho Social	US\$ 50 milhões
Projetos Futuros à serem definidos entre as duas partes		US\$ 9.20 milhões
Construção de Hospital Ginecológico e Obstétrico em Douala	Saúde	US\$ 0.90 milhões
Construção de duas escolas primárias	Educação	
Suprimento de equipamento para Hospital em Yaounde	Saúde	US\$ 0.13 milhões

Anexo 11: Lista de autoridades chinesas e suas visitas à Nigéria.

Representante	Data
Geng Biao, Vice premiê	Outubro, 1978
Huang Hua, Vice premiê	Novembro, 1981
Tian Jiyun, Vice premiê	Novembro, 1984
Wu Xueqian, Vice premiê	Março, 1990
Qian Qichen, Vice premiê e Ministro da Relações Exteriores	Janeiro, 1995
State Councilor and Secretary General of the State Council Luo Gan	Setembro, 1996
Li Peng, Premiê.	Maio, 1997
Special Envoy of President Jiang Zeming, State Councilor Ismail Amat	Maio, 1999
Foreign Minister Tang Jiaxuan, Ministro da Relações Exteriores	Janeiro, 2000



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



GSI/PR
Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República



SADI
Secretaria de Acompanhamento e
Estudos Institucionais

Presidente Jiang Zemin, Presidente	Abril, 2002.
Presidente Hu Jintao	2007
Primeiro Ministro Wen Jiabao	2007

Anexo 12: *Lista de autoridades nigerianas e suas visitas à China*

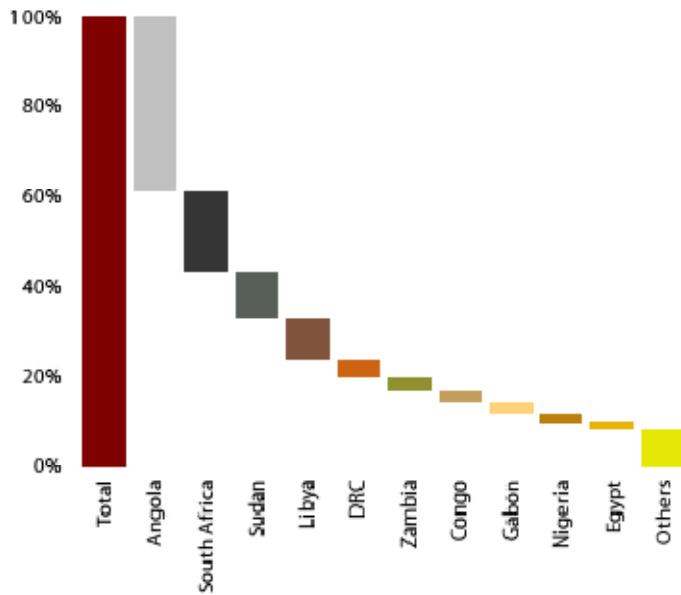
Representante	Data
Gen. Yakubu Gowon, Chefe de Estado.	Setembro, 1974
Dr. Alex I. Ekwueme, Vice-Presidente	Março, 1983
General Ibrahim Babangida, Chefe de Exército	Setembro, 1984
General Sani Abacha, Chefe de Exército	Outubro, 1989.
General Abdulsalami Abubakar, Chefe de Defesa	Julho, 1997.
Olusegun Obasanjo, Presidente.	Abril, 1999/Agosto 2001.
Anyim, Presidente do Senado.	Dezembro, 2001.
Abubakar, Vice Presidente.	Julho, 2002.
Deputado Nwuche, Porta Voz da Assembleia Nacional.	Julho, 2002.

Figura 3: Hotel a ser construído em Serra Leoa.

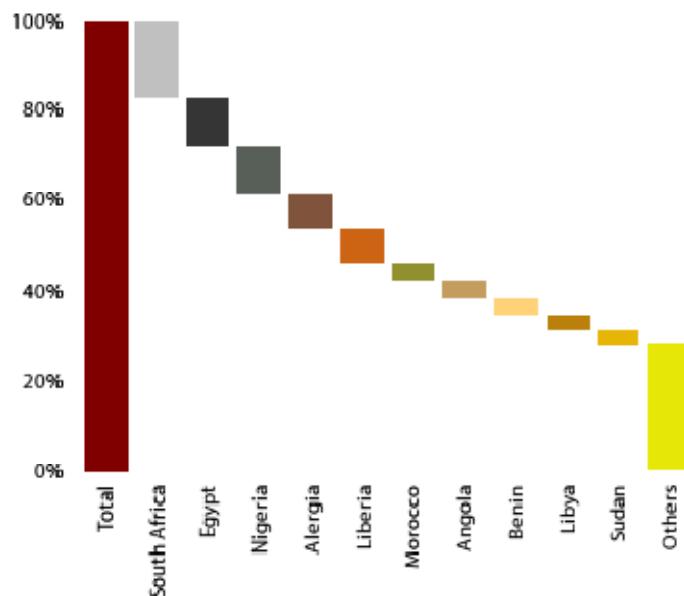




Top 10 African Exporting Countries to China
January-March 2010



Top 10 African Importing Countries from China
January-March 2010



Disponível

em:

http://www.mpoc.org.my/upload/92310ChinaOilsFatsMarket_IssuesOpportunities_PalmOil_PPTSlides.pdf. Acesso em: 15 nov. 2010



REFERÊNCIAS

AFRICAN PRESS ORGANIZATION. *Equatorial Guinea Promotes Agricultural Sector / Agriculture Ministry Discusses Cooperation with China.* 16 Nov. 2010. Disponível em: <http://appablog.wordpress.com/2010/11/17/equatorial-guinea-promotes-agricultural-sector-agriculture-ministry-discusses-cooperation-with-china/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

AFRIQUE en ligne. *China gives Togo 7.8 billion FCFA for development.* 10 Nov. 2010. projects <http://www.afriquejet.com/news/africa-news/china-gives-togo-7.8-billion-fcfa-for-development-projects-2010111060550.html>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AGÊNCIA Brasil: *Comércio: Brasil quer estreitar relações com a África do Sul.* Disponível em <<http://www.tendenciasemercado.com.br/negocios/comercio-brasil-quer-estreitar-relacoes-com-a-africa-do-sul/>>. Acesso em 13. Out. 2010.

ALDEN, C. *China in África.* London: Zed Books, 2007.

ALLAFRICA.COM *Chinese Company Eyes Water Transport Sector in Liberia Boakai Embraces Initiative.* 16 Set. 2009. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/200909160832.html>>. Acesso em: 03 Nov. 2010.

ANWAR, Kashif. *Chinese cash targets Sierra Leone.* 9 Mar. 2005. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4330703.stm>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

BAZIKA, Jean-Christophe Boungou. Les relations économiques de la Chine avec la République du Congo. Centre d'Études et de Recherche sur les Analyses et Politiques Économiques (CERAPE). Fevereiro 2008. p. 2 Disponível em: <www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/Congo.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BAYE, Francis Menjo. KHAN, Sunday Aninpa. *China-Africa Economic Relations: The Case of Cameroon.* African Economic Research Consortium.. Disponível em: http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Cameroon-China.pdf. Acesso em: 26 set. 2010.

BBC. *China's leader boosts Liberia aid.* 1 Fev. 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6319457.stm> Acesso: 03 nov. 2010.

BONORCHIS, Renee. FirstRand, China Construction Bank Complete Deals (Update1). *Business Week.* 17 maio 2010. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/news/2010-05-17/firstrand-china-construction-bank-complete-deals-update1-.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.



BRASIL abre embaixada em Brazzaville. Disponível em: <<http://notasverbais.blogspot.com/2008/05/brasil-abre-embaixada-em-brazzaville.html>>. Acesso em 13 out. 2010.

BURKE, Christopher et al. "Scoping Study on China's Relations with South Africa". Centre for Chinese Studies - University of Stellenbosch. January 2008. Disponível em: <http://www.aercafica.org/documents/china_africa_relations/SouthAfrica.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2010.

BURKE et al. *Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the DRC: Perceptions of Transparency*. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Agosto 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/Chinese_Companies_in_the_Extractive_Industries_of_Gabon_and_the_DR_C._CCS_report_August_2009.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

CHINA-GABON ties sound, solid. 29 Aug. 2009. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90883/6742848.html>>. Acesso em: 10 set. 2010.

CHINA INVESTMENT. 2007. Disponível em: <<http://www.dart-creations.com/business-tree/investment/china-investment.html>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

CHINA in the Democratic Republic of Congo (DRC). 2008. Disponível em: <http://www.fataltransactions.org/Dossiers/China-in-Africa/Five-countries/China-in-the-Democratic-Republic-of-Congo-DRC>. Acesso em: 09 Nov. 2010.

CHINA-South Africa bilateral relations. *China Daily*. 26 maio 2007. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-01/26/content_793507.htm>. Acesso em: 26 jun. 2010.

CHINA to build cement plant in South Africa. 13 maio 2010. Disponível em: <http://www.industryweek.com/articles/china_to_build_cement_plant_in_south_africa_21816.aspx>. Acesso em: 26 jun. 2010.

CHINESE Foreign Ministry. *Congo (Kinshasa)* . 12 Out. 2003. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/2959/> 09 nov. 2010.

CHINESE Foreign Ministry. *Mozambique*. 10 out. 2006. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/focac/183432.htm>>. Acesso em: 22 out. 2010.

COUNTRY offices. 2010. Disponível em: <http://corporateandinvestment.standardbank.co.za/sa/country_offices/country_offices.jsp>. Acesso em: 26 jun. 2010.



DALJE. *China Signs \$90 Mln Senegal Deals, Buys Peanut Oil.* 14 Fev. 2009. Disponível em: <http://dalje.com/en-economy/china-signs-usd90-mln-senegal-deals-buys-peanut-oil/234164>. Acesso em: 04 nov. 2010.

DAVIES, Martyn. *South Africa and China after One Decade of Relations.* In: Sino-South African Relations: Celebrating Ten Years of Bilateral Relations. Disponível em: <<http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/04/china-monitor-january-2008.pdf>>. Acesso em: 05 maio. 2010.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. *Chinesa Wuhan compra 60% de mina de minério na Libéria por US\$ 68 mi.* 15 Mar. 2010. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/not_9096.htm. Acesso em: 03. Nov. 2010.

FALIL, Sékou. Doumbouya *Les relations entre la Guinée et la Chine : commerce,*

investissement et aide. 2009. Disponível em: p. 5. http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Guinea_China.pdf . Acesso em: 04 nov. 2010.

FATAL TRANSACTIONS. *China in the Democratic Republic of Congo (DRC).* Disponível em: <http://www.fataltransactions.org/Dossiers/China-in-Africa/Five-countries/China-in-the-Democratic-Republic-of-Congo-DRC>. Acesso em: 09 nov. 2010

FILHO, Pena Pio: *A evolução das relações entre o Brasil e a África do Sul - de 1918 a 2000.* Disponível em <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/penna.rtf>. Acesso em: 13 out. 2010.

FOCAC. *China, Togo sign co-op accords on economic expertise.* 24 Dez. 2007. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/hxxd/t392504.htm>. Acesso em: 20 Nov. 2010.

FOFANAH, Mohamed. *Chinese Aid Bringing Smiles to Sierra Leone Farmers.* 23 Out. 2010. Disponível em: <http://globalgeopolitics.net/wordpress/2010/10/23/chinese-aid-bringing-smiles-to-sierra-leone-farmers>. Acesso em: 03 Nov. 2010.

GUODONG, Du. *China, Togo sign agreement on Confucius Institute.* 18 Jun. 2008. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2008-06/18/content_8391761.htm. Acesso em: 20 Nov. 2010.

IDUN-ARKHURST, Isaac. *Ghana's relations with China.* South African Institute of International Affairs. p. 4. 2008. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/chap/chap_rep_03_idun_arkhurst_200804.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

IMPORT and Export Snapshot for Democratic Republic of Congo. Afribiz. 28 Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.afribiz.info/?p=2759>>. 09 nov. 2010.



JACKSON s. China's Third World Foreign Policy: The case of Angola and Mozambique, 1961-1993. *China Quarterly*, p. 388-422.

JANSSON, Johanna & KIALA, Carine. *Patterns of Chinese investment aid and trade in Mozambique*. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Outubro 2009. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/CCS-Mozambique-Briefing-Paper-October-2009.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010

MacauHub - Portal de informação económica para promover as relações comerciais entre a China e o mundo de língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.macauhub.com.mo/>>. Acesso em 09 nov. 2010.

MENZIS, Gavin. *1421: o ano em que a China descobriu o mundo*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MINISTRY OF CULTURE. *In Benin*. 2003. Disponível em: http://www.culturalink.gov.cn/focus/2009-03/16/content_323845.htm. Acesso em: 20 Nov. 2010.

_____. *Benin*. 10 Out. 2006. Disponível em:
<http://www.china.org.cn/english/features/focac/183583.htm>. Acesso em: 20 Nov. 2010.

_____. *China and Mauritania*. 25 Ago. 2003. Disponível:
<<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/xybfs/gjlb/2853/t16392.htm>>. Acesso em: 03 Nov. 2010.

_____. *China, Liberia resume diplomatic ties*. 11 Out. 2003. Disponível em: .
<http://www.china-un.org/eng/xw/t29261.htm>. Acesso: 03 nov. 2010

_____. *Cameroon*. 12 Out. 2003. Disponível em:
<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/2949/>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. *Equatorial Guinea*. 12 out. 2002. Disponível em:
<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/2974/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

_____. *Gana*. 12 Out. 2003. Disponível em:
<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/2999/>. Acesso em: 20 Nov. 2010.

_____. *Guinea*. 12 Out. 2003. Disponível em:
<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3004/>. Acesso em: 03 Nov. 2010.

_____. *Liberia*. 12 Out. 2003. Disponível em:
<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3024/>. Acesso 03 nov. 2010

_____. *Nigeria*. 12 Out. 2003. Disponível em:
<<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3059/>>. Acesso em: 26 Set. 2010.



SEMINÁRIO
AMÉRICA LATINA:
TEMAS DA AGENDA DO SÉCULO XXI



Embrapa
Monitoramento por Satélite



_____ . *Senegal.* 26 Jun. 2003. Disponível em:
<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3074/>. Acesso 04. nov. 2010

_____ . *Sierra Lione.* 10 Out. 2006. Disponível em:
<http://www.china.org.cn/english/features/focac/183425.htm>. Acesso em: 03 Nov. 2010.

_____ . *China and Sierra Lione.* 12 Out. 2003. Disponível em:
<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3084/t16573.htm>. Acesso em: 03 Nov. 2010.

_____ . *Togo.* 12 Out. 2003. Disponível em:
<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3104/>. Acesso em: 20 Nov. 2010.

MRE. *Nota nº 501.* Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/10/18/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em 13 out. 2010.

MRE. *Nota nº508.* Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-brasil-cameroun>>. Acesso em: 13 out. 2010.

MTHEMBU-SALTER, Gregory. *Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relation with China.* South African Institute of International Affairs. Setembro 2009. Disponível em: http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional_papers/saia_sop_42_mthembu_salter_20090930.pdf. Acesso em: 26 set. 2010.

NAMIBIA. Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China. 26 Ago. 2003. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3049/>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

ODADA, J. E.; KAKUJAH-A-MATUNDU. Omu. China–Africa Economic Relations: The Case Of Namibia. University of Namibia. Março 2008. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Namibia-China.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010

PAYE-LAYLEH. Jonathan. Learn Chinese for free... in Liberia . 13 Out. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/8297557.stm> Acesso: 03 nov. 2010.

PHAKATHI, Bekezela. Clothing industry seeks level field with China. *Business Day.* 01 junho 2010. Disponível em: <<http://www.businessday.co.za/articles/Content.aspx?id=110524>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

PRETORIA declaration on the Partnership between the People's Republic of China and the Republic of South Africa. Disponível em: <<http://www.chinese-embassy.org.za/eng/zt/tenthanniversary/t388680.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

RADIO FRANCE INTERNATIONALE. *Chinese President embarks on African goodwill tour.* 14 Fev. 2009. Disponível em: http://www.rfi.fr/actuen/articles/110/article_2885.asp. Acesso em: 04 nov. 2010



ROCHE, Seka Pierre. *Relations économiques entre la Chine et l'Afrique : Le cas de la*

Côte d'Ivoire. Março 2008. p. 17. Disponível em: http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Chine-CotedIvoire.pdf. Acesso em: 30 out. 2010.

ROQUE, Paula Cristina. China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study. South Africa Institute of International Affairs. Janeiro 2009. Disponível em: http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional_papers/saia_sop_23_roque_20090218_en.pdf. Acesso em: 22 out. 2010.

SCANLON, J. *China Makes \$1.5 Billion Investment in Sierra Leone Iron Ore*. 20 Jul 2010. Disponível em: <http://www.azomining.com/Details.asp?newsID=135>. Acesso em: 03. nov. 2010.

SETHURAMAN, Dinakar. *South Africa Boosts Coal Supplies to China, India on Growth*. 21 Abril 2010. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/news/2010-04-21/south-africa-boosts-coal-supplies-to-china-india-on-growth.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

SILLAHI, Bukhari. *Aerc Scoping Studies on China-africa economic. Relations: the Gambia*. Set. 2007. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Gambia-china.pdf>. Acesso em 04 nov. 2010.

SNOW, P. *The Star Raft: China's Encounter with Africa*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1988.

SOUTH AFRICA.INFO. *China Buys Into Standard Bank*. South Africa Info. 26 outubro 2007. Disponível em: <<http://www.southafrica.info/business/investing/stanbank-261007.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

THOMPKINS, Gwen. *China, Congo Trade For What The Other Wants*. National Public Radio. 30 Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=92074963>>. Acesso em 09 nov. 2010.

VANDAELE, John. *China Outdoes Europeans In Congo*. 28 Fev. 2008. Disponível em: <<http://ipsnews.net/news.asp?idnews=41125>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

VOA NEWS. *China Donates \$1.5 Million to Boost Mauritania's Defense*. 20 Abr. 2010. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2010/04/mil-100420-voa02.htm>. Acesso em: 04 nov. 2010

XING, Wang. *China Union to invest \$2.6b in Liberia's iron ore mine*. 22 Dez. 2008. http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2008-12/22/content_7328275.htm Acesso: 03 nov. 2010.

YUXIA, Jiang. *China-Mauritania relations develop steadily*. 24 Mar. 2008. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2008-03/24/content_7848424.htm. Acesso em: 04 nov. 2010.